INTRODUÇÃO: O INIMIGO INTERNO COMO OBJETO DA PESQUISA

La contemporaneità di diverse trasformazioni

non significa la loro esatta coincidenza cronologica:

ogni trasformazione può avere il suo particolare

indice di "viscosità" temporale.

Foucault

O inimigo interno foi uma figura central na cena social e Política da América Latina na segunda metade do século XX. Ele se apresentou como a razão de uma necessária mudança no sistema político e econômico de muitos países, um objeto cuja busca requereu a adaptação das instituições e, mais em geral, uma série de mudanças estruturais nas sociedades latino-americanas. Para o Brasil, como também para outros países, este objeto que apareceu nos anos sessenta-setenta tão claro e sólido não surgius, depois da Segunda Guerra Mundial, com o advento da Guerra Fria. Pode dizer-se que a preocupação com o perigo relacionado com um inimigo posicionado dentro do próprio território, já estava presente nos Governos populistas dos anos 30, se não antes. Isto não quer dizer que o "inimigo interno" dos anos 30 ou anteriores, corresponderia ao inimigo interno que vai ser o protagonista dos anos 60 e 70; mesmo encontrando semelhanças, eles envolvem diferentes lógicas de aparição. Estas diferenças salientam, portanto, a necessidade de, uma vez escolhido como objeto o inimigo, indagar sobre alguns temas, de entre os quais a relação entre a Instituição Militar e o Estado, entre o "mundo" militar e o mundo civil, bem como o conceito de segurança e o seu uso,

mantendo bem claro que qualquer uma destas construções é histórica (sujeita, portanto, as mudanças do tempo) e que ganha seu sentido somente se posta em relação com as outras.

Estudando militares, as linhas de pesquisa.

No contexto brasileiro, a instauração do regime militar de '64 revelou de forma inequívoca as FFAA como ator político de primária importância, estimulando o estudo da corporação militar nas suas relações com o meio civil e com o Estado[1]. As perspectivas sociológicas que deram, e ainda dão, conta da ação militar no campo político responderam inicialmente à pergunta sobre a autonomia da instituição com respeito às elites e às lógicas de classe (Kunhavalik, 2009: 12-14). A esse respeito, a perspectiva organizacional, proposta por Murilo de Carvalho (Murilo de Carvalho, 2005)[2], que toma como motor do comportamento das forças armadas as dinâmicas internas da organização, abriu para toda uma série de trabalhos que tomaram as FFAA como um objeto válido para o estudo em si mesmo, e não como um apoio das elites ou como uma engrenagem a mais na máquina estadual. No mesmo rastro, Edmundo Campos Coelho, em 1976, no trabalho *Em Busca da Identidade: O exército e a Política na sociedade brasileira,* criticou a concepção instrumental, reconhecendo, como parte desta mesma atitude, a versão proposta por Stepan, em que o Exército se tornaria uma espécie de árbitro nos conflitos entre os diferentes grupos sociais (Stepan, 1975)[3]. Esta visão das forças armadas como "moderadoras" esvaziaria o grupo de qualquer conteúdo, o qual teria que ser procurado outra

[1] Durante os anos setenta, o interesse pela corporação militar cresceu, aumentando a produção de trabalhos que dessem conta do acontecido. O interesse diminuiu com a abertura e as eleições de 1982, mudando o foco para outros atores políticos civis que iam ganhando outra vez relevo. (Dreifuss & Dulci, 2008: 132-133)

[2] Os textos recolhidos na coletânea de 2005 que abordam o problema são, na verdade, bem mais antigos, dos anos 70. (Kunhavalik, 2009: 12-14).

[3] Alfred Stepan (1975), no seu trabalho "Os Militares na Política: as Mudanças de Padrões na Vida Brasileira", identificaria este papel moderador como peculiar das FFAA no Brasil, considerando o Governo pós-'64 (mas não a ideia da intervenção em si) como uma exceção à regra. Esta consideraria as intervenções militares ao longo da história brasileira como fruto dos conflitos civis, cuja resolução levaria à cessão do poder das FFAA.

vez fora dele e das dinâmicas que o caracterizam. Outro contributo na análise das FFAA, que dá conta da sua atuação no panorama político brasileiro, é o de Alain Rouquie (1980). Ele usa o termo "partido militar" para pensar acerca da especificidade da posição que a instituição toma realtivamente aos problemas nacionais, os quais seriam processados de acordo com os interesses próprios da corporação. O processo de formação dos interesses próprios da corporação, entendidos como a formação de um pensamento militar, foi abordado por Celso Castro no livro *O espirito militar: um antropólogo nas casernas* (1990). O estudo de campo, que trabalha com o processo de socialização dos cadetes na escola militar AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), abre para uma outra linha de estudo, a do processo de construção da identidade militar e do espírito de corpo[4]. Nesta linha de estudo, a academia militar, em que a formação do espírito militar se daria, é posta em relação a outros tipos de instituições chamadas por Goffman de "instituições totais" (Goffman, 1961). Mesmo não partilhando de todas as características totalitárias listadas por Goffman, Celso Castro chama a atenção para o processo de aprendizado do grupo, que se define pela sua diferenciação/separação com respeito ao mundo dos civis, especialmente por aquilo que tem a ver com os valores ligados à *pátria*. Este tipo de estudo, identificando com mais clareza as formas que diferenciam o grupo, fornece uma ferramenta a mais para uma melhor compreensão da *mentalidade militar*[5], da posição que a instituição pretende ocupar no imaginário nacional e, por conseguente, a posição procuranda dentro do Estado.

[4] Outros trabalhos de Castro reconstroem as "invenções das tradições militares" brasileiras, expondo a permanente reinvenção dos elementos simbólicos nos diferentes contextos históricos. Ver: Castro, 2002.

[5] A definição da instituição militar como instituição total, ou como aponta Castro semi-total, viabiliza obviamente a existência de uma "mentalidade militar", produto da educação (re-educação) total, reforçando a diferenciação de tal grupo, o que pode à primeira vista torná-lo alheio à sociedade em que se encontra. (Castro, 2007)

Precisamente, o relacionamento com o Estado é outro ponto que precisa de ser abordado. Mesmo podendo dizer-se que a instituição militar age mais a partir das problemáticas internas a ela mesma, quer dizer, a partir dos problemas no processo de recrutamento, no treinamento dos oficiais, no mantimento dos efetivos e na organização geográfica deles e nas ideologias organizacionais, ela faz indiscutivelmente parte do Estado, e com ele se relaciona.

Se no modelo chamado de "ocidental" o setor militar, junto com as forças de polícia, é pensado mais como uma engrenagem aPolítica, executora das vontades do Governo, no caso do Brasil e de outros países da América Latina, a instituição se destacou mais para representar um papel ativo na formulação de propostas Políticas dentro do Estado, ao lado e em concorrência com as propostas de outros grupos econômicos e sociais. Porém, mesmo assumindo esse como o nosso caso de estudo, a função de "braço" coercivo do Estado exercida pelas FFAA não pode ser deixada de lado. Muito pelo contrário, a sua ação como ator político *faccioso* torna visíveis as contradições que repousam na legitimidade do monopólio da violência por parte do Estado, sobre a qual ademais repousa simbolicamente muita parte da soberania[6]. Seria preciso também se interrogar sobre o tipo de soberania que o aparato coercivo, dominando a Política de forma quase hegemônica por vinte anos, teria deixado em herança para toda a sociedade (incluindo a mesma instituição militar) a partir de 1983.

Perspetivas sobre o inimigo interno: estudos sincrónicos, diacrónico e a *genealogia*.

Depois de ter visto sumariamente as problemáticas que um estudo sobre o pensamento militar no contexto brasileiro pode trazer, chega o momento de encarar todas as outras classes de

[6] Sobre a questão do monopólio da violência por parte do Estado como símbolo da soberania e das suas mudanças como mudanças na práticas e no conceito de soberania e Estado, ver: Berndtsson, 2009: 38.

problemas que a escolha do "inimigo interno" como objeto de pesquisa apresenta, a partir da sua própria definição.

Tomar como ponto de partida o *inimigo interno*, tem como perigo correlato uma certa *generalização* do sujeito; pior ainda se quiser acrescentar uma dimensão diacrónica ao estudo. No processo de definição do tema da pesquisa deparei-me muitas vezes com o problema do estudo da *ideia* do inimigo interno, o que abria a pesquisa para toda uma série de críticas sobre o perigo de tratar o sujeito como um a-priori histórico[7]. Mesmo especificando que estamos falando do inimigo interno no contexto Brasileiro, e que o ponto de partida seria o surgimento dele dentro da produção académica da Escola Superior da Guerra e na prática da tortura, o fato de investigar uma possível relação entre essas especificidades e dois outros momentos distantes na história (nomeadamente a Guerra de Canudos, 1895-97, e o debate sobre a Lei de Segurança Nacional de 1935, no começo da era Vargas) criaram, às vezes, um desconcerto visível no auditório. A lógica "estudo da continuidade vs. estudo da descontinuidade" entrava imediatamente no meio: declarar a continuidade, ou até pior a repetição, é declarar um falso histórico, ao mesmo tempo que apontar somente para a descontinuidade é admitir a (quase) impossibilidade de seguir um evento ao longo do tempo. A diacronia, pois, se torna problemática, um objeto que precisa de ser manejado com cuidado, justamente pelas possíveis propensões para transformas a análise do inimigo interno numa teleologia do mesmo, cujo ponto final seria, no meu caso, o produto da Escola Superior da Guerra entre 1964-1968.

[7] Reencontro muitas das críticas que me foram feitas no princípio, nos questionamentos feitos ao método utilizado na histórias das ideias; tratar o meu sujeito como uma espécie de tijolo ou elemento químico que contribui para a criação de outras construções variáveis no tempo (e através de campos diferentes) era claramente defini-lo como uma ideia no sentido que Lovejoy , em *History of ideias* (1948), dá ao termo.

Contudo, a possibilidade de um evento discursivo, que já implica a sua compreensibilidade, tem algo de regular[8], o que não significa que mantenha o mesmo conteúdo conceitual através do tempo ou em diferentes contextos[9]. O conceito de *regularidade* foucauldiano, mesmo sendo definido, em princípio, em oposição à dupla tradição/originalidade, tem implicações bastante amplas no que se refere ao estudo dos discursos. Para identificar "o conjunto das condições em que se exerce a função enunciativa", ele especifica o campo efetivo de aparição do enunciado (Foucault, 2013:190), identificando a análise com a contraposição entre diferentes regularidades e não entre regularidades/tradições e irregularidade/originalidade. Fazer, portanto, emergir as condições de possibilidade das práticas discursivas, significa viabilizar uma análise, também comparativa, das regularidades que operam dentro diferentes discursos no tempo e no objeto. Isso porque as homogeneidades enunciativas com que nos estamos deparando não implicam de maneira alguma *nem* uma identidade de sentido, *nem* a existência de princípios "semente" dos quais tudo derivaria. As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas, explica Foucault, "se cruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que as primeiras andem ao mesmo passo das segundas ou se condicionem uma às outras" (Foucault, 2013, p.193). A implicação do deslocamento da atenção do sentido de um discurso para as condições de possibilidade do mesmo tem consequências na questão *temporal*; a subversão da lógica predecessora/seguidora, apoiada numa perceção do tempo estritamente linear e de alguma forma *evolutiva*, recoloca toda a diatribe sincronia/diacronia num plano diferente. Assumindo

[8] Para a noção de *regularidade* em lugar de *repetitividade* ver Foucault, 2013:186-196.

[9] Por diferentes contextos discursivos entendo aqui tanto os diferentes campos do saber (ex. Antropologia, Literatura, Sociologia, etc.), assim como, mais em geral, aquilo que Foucault entende por Discurso, ou seja, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem a regras de funcionamento comuns. Estas regras não são somente linguísticas ou formais mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas. (Foucault, 2013: 37)

que a sucessão não é um absoluto e que no discurso não teria somente uma forma de sucessão, a análise teria também a finalidade de deixar aparecer as diferentes *formas* das sucessões que se acumulam no discurso[10]. Dessa forma, as mudanças não desaparecem, simplesmente têm de ser analisadas como transformações e a partir daquilo em que realmente consistem, mais do que invocar a força da mudança como causa geral em si mesma. Ao mesmo tempo, dizer que houve uma transformação discursiva, não quer dizer que um sistema completo se substituiu a outro do zero: nem todos os objetos, os conceitos, as escolhas teóricas desaparecem, um ou mais destes elementos podem permanecer idênticos, mas pertencer agora a sistemas diferentes e, portanto, responder a diferentes leis de formação; isso viabilizaria, portanto, o estudo dos fenómenos de continuidade de regresso e de repetição (Foucault, 2013: 227).

Esta perspetiva possibilita uma abordagem diacrónica do inimigo interno, não como uma unidade fechada em si mesma, no tempo e no espaço, mas como um produto "movediço" de práticas e discursos diferentes, onde as fraturas seriam o pano de fundo e não algo que precisa de ser encontrado a partir da uma suposta unidade, nem, ao contrário, algo que precisa de ser eliminado através da busca de uma unidade de sentido escondida.

Proponho, portanto, uma possível *genealogia*[11] de alguns aspetos que compõem o inimigo interno, com a finalidade de entender melhor as resistências, os regressos e as diferenças que o caracteriza.

[10] Por *formas* se entende simplesmente os ritmos, as causas e as séries (Foucault, 2013: 221-222). O mesmo Foucault percebe que uma análise deste tipo poderia apresentar os discursos como bloqueados dentro de uma contínua sincronia e, portanto, gerar uma negação do tempo e da história. Na verdade, como disse acima, é mais uma questão de admitir diferentes temporalidades agindo no discurso do que aniquilar a temporalidade de uma vez.

[11] Foucault, depois de chamar ao seu método *arqueologia da cultura*, decidiu, por volta dos anos setenta, batizá-lo de genealogia.

Perspetivas sobre o inimigo interno: subjetivação, dispositivo da segurança e o "corpo".

Como disse antes, o inimigo interno não é uma unidade consistente pré-constituída sobre a qual os discursos falam verdades ou mentiras, ele se constrói e reconstrói, nos próprios discursos e nas práticas (por exemplo, todas as práticas divisórias que servem para separar os criminosos dos que não o são ou, também, as práticas inquisitórias, das quais a mais famosa foi a tortura) de forma contínua e portanto, obviamente, nem sempre de forma consistente. Relacionados com a natureza movediça do objeto, encontrei dois trabalhos que merecem ser citados. O primeiro, de Rodrigo Patto de Sá Motta, intitulado *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil 1917-1964* (De Sá Motta, 2000), analisa a construção do comunismo por parte do anticomunismo (civil), enquanto o segundo, *Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*, de Roberto Martins Ferreira, foca no discurso anticomunista dentro do Exército Brasileiro. Aparentemente muito parecidos, os dois evidenciam aspetos bastante diferentes do anticomunismo. O primeiro, focando em dois momentos distintos (1937-1945 e 1961-1945), depara-se também com o problema da diacronia e da comparação possível a partir, porém, de duas dimensões distintas: representações e práticas[12]. A busca de permanências e roturas num contexto diacrónico, assim como a dupla dimensão do objeto tornaram este caso particularmente interessante para o meu estudo, enquanto o foco no conteúdo da representação não me pareceu o melhor modelo possível para o tipo de trabalho que gostaria desenvolver. No segundo, a análise foca também na *positividade* do discurso anticomunista dentro do Exército Brasileiro, ou seja, a sua ação como ferramenta *criadora*, capaz de atuar em diferentes campos. Analisando as escolhas

[12] Por ações, Motta entende o uso das representações na atuação Política. (De Sá Motta, 2000)

discursivas relacionada com a Intentona Comunista de 1935, o autor foca a atenção sobre a função exercida por essas dentro da estratégia organizacional do enunciador; assim, além de falar sobre os comunistas construindo-os, Ferreira Martins aponta para um discurso que participa ativamente na produção do grupo militar, na colocação em segurança do mesmo e nas relações de poder que o compõem.

O aspeto *positivo*, a sua natureza ativa e produtiva, e *compósito*, em que discursos e práticas o definem, do discurso sobre o inimigo interno precisam de ser destacados na definição do objeto da pesquisa. Esse, assim problematizado, pode ser entendido como *subjetivação*, ou seja, não como elemento acabado e fixo, mas como *processo*, através do qual o que se produz seria uma subjetividade, ou seja, a experiencia que se faz de uma identidade[13]. Da mesma maneira, um dos três modos de subjetivação que Foucault identifica, fala a respeito das práticas divisórias que, classificando o sujeito, fazem dele um objeto[14].

Nesta ótica, o estudo do inimigo interno se afasta completamente das descrições de conteúdo para emergir na dimensão da sua produção imanente.

Mas a escolha de tratar o Inimigo Interno como subjetivação precisa de esclarecer algo sobre o contexto em que ele é agido e age ao mesmo tempo. Para que isso aconteça é preciso colocá-lo em relação com outro conceito movediço: o de *segurança.* Sujeito de muitas discussões, a segurança tem tendência a fugir a qualquer definição, num jogo em que o vazio de sentido se

[13] A diferença entre subjetividade e subjetivação tem a ver com o fato de pôr a tónica sobre o processo de construção em lugar de uma posição, uma identidade: "Soggettività può ancora essere considerato una cosa, una posizione, un'identità, un punto fermo, una situazione sulla cartografia dei possibili rapporti a sé. Soggettività è, in realtà, ancora un concetto filosofico. Soggettivazione, invece, sposta interamente il discorso dall'essere al fare: è imprescindibile dall'iscriversi in una dimensione che è quella della pratica." Judith Revel (2014), Tra politica ed etica: la questione della soggettivazione, http://www.euronomade.info/?p=3572 . Último acesso: 25/07/2015.

[14] As práticas que dividem os loucos dos sãos, os doentes dos saudáveis, os homens do bem dos criminosos são parte deste modo de subjetivação. Elas dizem a respeito à forma com que nos construímos como sujeitos que agem sobre os outros, ou seja, das nossas relações com o campo do poder. (Ravel, 2005: 52-53, 84-85)

perpetua de forma inversamente proporcional às palavras que ao redor dela são gastas[15]. A imprecisão parece contribuir para uma naturalização do conceito: quanto mais falamos ao seu redor, dos seus objetos e sujeitos, das suas práticas, quanto mais ele se torna natural, óbvio, real e tangível. Qualquer coisa que seja, a segurança mobiliza categorias (por ex. a da ameaça/inimigo esterno/interno), atores (as Forças Armadas) e identidades (por ex. a de Estado/Nação, em que assegurando o primeiro, se asseguram as pessoas que o compõem); sempre rodeada de uma aura positiva (a segurança é algo belo e bom, algo que se quer, algo desejável), ela se relaciona com outro conceito, igualmente nebuloso: o de liberdade (em oposição a ela: para ter segurança é preciso perder um pouco de liberdade; ou em continuidade: não existe liberdade sem segurança).

Um esboço da complexa formação da relação entre liberdade, segurança e liberalismo se encontra em *Sicurezza, territorio, popolazione* (2005), onde Foucault afirma:

> "[...] questa ideologia della libertà, questa rivendicazione della libertà sia stata una delle condizioni di sviluppo delle forme moderne, o se preferite, capitalistiche dell'economia. [...] Per essere più precisi, la libertà non è altro che il correlato della messa in opera dei dispositivi di sicurezza. Perché funzioni un dispositivo di sicurezza come quelli di cui vi ho parlato, deve esistere qualcosa che è la libertà, nel senso moderno che il termine assume nel XVIII secolo [...] va intesa come uno dei volti, degli aspetti che accompagnano la messa in opera dei dispositivi di sicurezza." (Foucault, 2005: 48)

Na sua história da "governamentalidade" (ou melhor dito, na genealogia da biopolítica), Foucault aponta para uma série de técnicas de controlo, cujo aparecimento se dá com o liberalismo económico, baseadas numa diferente forma de encarar problemáticas

[15] A proliferação de campos do saber que a partir dela se perguntam incessantemente como segurar algo, quando, porquê, etc., parecem esquecer-se de perguntar o que é a segurança.

relacionadas com o território, a gestão dos imprevistos e a normalização. Estas técnicas, juntamente com os "atores"[16], as instituições e formas de saberes a estas ligadas, formam o que o autor francês chama de *dispositivo de segurança*. Este se relaciona com os dispositivos de formação mais antigos como, por exemplo, o disciplinar não por substituição mas através da integração/reorganização das técnicas de um dentro da visão do mundo que gerou o outro. Dentro desta perspetiva, a segurança pode ser entendida como um dispositivo de poder e controlo conceitualmente ligado à liberdade, assim como ela é elaborada no sistema do capitalismo liberal. Consequentemente, o axioma da identidade/igualdade entre o Estado e as pessoas como sujeito desta segurança é definitivamente desarticulado, revelando como esta construção permitiu toda uma série de práticas violentas organizadas a partir do Estado e baseada na lógica do fora/dentro das suas multiformes e instáveis fronteiras.

Finalmente, este modelo teórico abre uma série de questões sobre as relações de poder que se formaram, e ainda se formam, através da narrativa liberal sobre o binômio segurança/liberdade, e chama a atenção para uma melhor análise do processo de construção de algumas 'legitimidades', como por exemplo a da lei como algo "fora" (e, portanto, agindo como "garantia", por exemplo, do respeito dos direitos humanos) dos conflitos políticos e o do Estado Exceção/Emergência como "ausência" dela[17].

E é neste último ponto que julgo necessário me deter mais um pouco por pelo menos duas razões: primeiro, na narrativa liberal, o eixo da suspensão da lei em nome da segurança se torna o ponto de construção de uma série de prioridades não exatamente óbvias[18]; segundo:

[16] O que é produzido pelos dispositivos são as categorias atuantes das "subjetivações". As relações entre produção de saber, subjetivações, instituições e técnicas são, de fato, o pano de fundo onde se manifesta o poder (o poder não é um atributo em si, é uma relação entre sujeitos); esses atores se produzem e reforçam um no outro através de práticas e discursos.

[17] Giorgio Agamben (2005, 2003) usa o termo Exceção enquanto Neocleous (2008) usa Emergência.

[18] Como demostra Neucleuos, analisando o discurso de Locke sobre o poder da Prerrogativa, que não é outra coisa se não o poder previsto pela lei de governar fora da lei para defender a liberdade, a propriedade e a vida,

a relação entre Estado de Direito e Estado de Emergência é talvez algo mais complexo do que uma simples oposição. Segundo Agamben, o Estado de Exceção/Emergência, por ser previsto pela lei (portanto retirando diretamente dela a legitimidade de que precisa), não pode ser considerado em oposição a ela; talvez a questão principal ao redor dele seja definir a *necessidade* que leva à suspensão do Direito (e quem tem o direito para declarar tal Estado). Na narrativa liberal, a 'segurança' cumpriu, e continua cumprindo, o papel da necessidade.

Também os dispositivos de segurança esboçados por Foucault dentro do Estado de Direito não desaparecem, deixando lugar para os que operam no Estado de Exceção; muito pelo contrário, entre os dois o que se passa é uma certa continuidade. Talvez se possa dizer que algumas práticas extremas, desenvolvidas dentro do estado de exceção, foram reveladoras da violência e da coerção inscrita nos dispositivos de segurança vigentes no Estado de Direito; da mesma forma, as subjetivações e as categorias que operam de um lado tendem a permanecer em outro[19].

Em geral, esta perspetiva teórica sobre a segurança opera de uma forma bem mais complexa e fecunda, desafiando qualquer crítica singela ao sistema, e obriga a uma análise séria das subjetividades com que cumprimos e, consequentemente, da posição que ocupamos, dentro de eventos específicos. Neste caso em particular, diria que esta perspetiva para mim representa a única capaz de lidar de forma produtiva com fenómenos como a tortura sistemática e o desaparecimento perpetrados a partir do Estado de Segurança Nacional operante no Brasil dos "generais".

---

se torna evidente que : " ... Locke might in fact be thought to inaugurate less a tradition of 'liberty' and much more a *liberal* discourse on the *priority of security*" (2008: 14).

[19] Agamben (2005) define o campo de concentração como o espaço por excelência em que se torna clara a virada biopolítica do poder do Estado, dando uma imagem tangível do funcionamento de outro binômio de subjetividades, o de povo/população.

O último ponto destes brevíssimos esclarecimentos técnicos tem como objeto o *corpo.* A recorrência desta palavra em contextos relacionados com o meio militar, com o processo de definição do conjunto social e com a segurança/inimizade é altíssima, para não entrar na questão da violência que vê no corpo um dos seus eixos centrais. Para além da recorrência, o uso da palavra *corpo* em âmbitos diferentes e referenciando objetos diferentes, aparenta ter a qualidade de *fetiche*. Num livrinho titulado *A Sociologia do corpo,* David Le Breton, tentando dar conta das possíveis linhas de pesquisa envolvendo o elemento corpo, coloca a pergunta "de que corpo se trata?" (Le Breton, 2011: 24). Esta dúvida aparentemente singela abre para uma saudável de-naturalização do termo, para uma análise da construção das representações em que está envolvido: "O corpo não é uma natureza. Ele nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres. Não se vê corpos. Nessas condições o corpo corre o risco de nem mesmo ser um universal" (Le Breton, 2011: 24). Le Breton continua identificando *grosso modo* duas tendências relacionada com a construção do corpo: aquela das representações que visam *dar carne* ao homem e outra que visa *dar corpo* ao homem. Se as primeiras são identificadas com as medicinas populares que, não distinguindo o homem do seu corpo, o vinculam ao cosmo, a segunda, própria da anatomofisiologia e do conhecimento médico no sentido ocidental, separa o homem do seu corpo, o encarando como uma realidade objetiva em si (Le Breton, 2011: 27-27). Precisamente, esta última tendência tornaria este objeto já naturalizado uma matriz descritiva e regulativa usada nos discursos sobre outros elementos que compõem a realidade do homem[20]. Por esta razão, por ser mais uma forma de representação atravessando algo mais do que um elemento concreto, o corpo pode ser usado como chave de leitura de um inimigo interno cuja construção não pode estar separada daquela

[20] A suposta unidade que o caracteriza e que seria indiscutível se transmite de forma dogmática para outros elementos que com ela são postos em relação, como por exemplo o grupo social, dando-lhe forma a partir das lógicas relacionadas com a representação do corpo.

do grupo contra o qual tal inimigo estaria agindo[21]. Eis aqui, portanto, a *justificativa* teórica e o marco constitutivo da minha pesquisa sobre o corpo do inimigo e o inimigo do corpo no Brasil moderno.

Sobre esta tese

No momento em que desenvolvi este projeto de tese, o Governo brasileiro estava começando os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre as violações dos direitos humanos perpetrados por agentes públicos no interesse do Estado Brasileiro entre 1945 e 1988, fazendo com que o Estado, em cujo interesse tais violências tinham sido perpetradas de forma sistemática, se apropriasse das perguntas relativas ao que aconteceu, como aconteceu e, em definitivo, porque aconteceu. A CNV, organizada a partir do Estado, estava movendo o assunto desde o espaço particular das memórias (tanto das vítimas como, em alguns casos, dos perpetradores) para o espaço público, tentando criar uma verdade oficial e inquestionável sobre o assunto. A reação das Forças Armadas que governaram desde 1964 até 1985 não foi de uma "beleza" coletiva: o Ministério da Defesa apoiou a CNV mas quando entregou o pedido para investigar o desvio de finalidade das instalações militares onde houve violação dos direitos humanos, as três forças negaram que tal desvio de finalidade tivesse acontecido, ou seja, que os direitos humanos não foram violados de forma sistemática e organizada nos estabelecimentos militares, sob responsabilidade militar. O Ministério da Defesa, como parte

[21] Neste caso específico, essa unidade imaginada está, ao meu ver, fortemente vinculada com a imaginação e com os projetos que os militares tiveram para a sociedade brasileira e para eles mesmos. Com isso não estou querendo questionar o enfoque organizacional de que falei no começo. Muito pelo contrário, o que gostaria de deixar claro é que a corporação militar é, sim, um grupo específico, mas que ele agiu na formação social e política do Brasil a partir da sua especificidade, a qual, ao mesmo tempo, se caracteriza também a partir do meio social do Brasil numa troca incessante e inegável. O tema da formação do *ethos* militar em relação às mudanças e aos desafios que a sociedade brasileira vai enfrentando ao longo da história vai ser discutido mais para a frente.

do Estado brasileiro, admitia as violações dos direitos humanos, mas tais violações não podiam se imputar às FFAA: elas eram violações do Estado brasileiro[22].

Muitos dos depoimentos militares sobre o golpe, o Governo que dele surgiu, as práticas que tal Governo adotou, apontam para a guerra e para a necessidade de pôr em segurança o Brasil contra um inimigo interno, que por ser inimigo em tempo de guerra, não podia ser vítima de violações de direitos humanos, assim como as FFAA, que representam o Estado brasileiro em tempo de guerra, não podiam ser culpadas de alguma violação contra o inimigo, uma vez que a sua função é precisamente combater o inimigo por conta do Estado.

Então, como foi possível, desde o ponto de vista das FFAA, estabelecer a existência de um inimigo interno dentro da sociedade brasileira que justificasse um Governo de guerra? Quais saberes, práticas, ensinos se misturaram para que uma tal narrativa tomasse corpo, levasse a um golpe, resistisse durante 20 anos de Governo militar, restituísse o poder aos civis e continuasse ecoando muitos anos depois dos fatos?

Estas são as perguntas que nortearam um projeto inicialmente muito amplo e que me levou aos Arquivo Nacional de São Paulo e de Rio de Janeiro para terminar na Fundação Getúlio Vargas (sede de Rio de Janeiro) e no Arquivo Militar da Escola Superior da Guerra, famosa por ter desenvolvido o projeto da Segurança Nacional nos anos 50 e por ter socializado, dentro desse projeto, figuras que se tornaram bem conhecidas nos vinte anos que seguiram o golpe, como Golbery de Couto e Silva, que reorganizou Sistema Nacional das Informações (SNI), ou, por exemplo, o mesmo Castelo Branco, primeiro presidente militar.

No processo de refinação das ideias iniciais acabei escolhendo, como fontes primárias, a produção académica da ESG entre 1954 e 1966. Foquei-me predominantemente no material

[22] Ver o documento oficial de 2014: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/Defesa_FFAA_esclarecimentos_2014_09_19.pdf

produzidos pelos "estagiários", tanto civis como militares, que tivesse como tema central o poder psicossocial, a infiltração comunista, a doutrina militar e o potencial humano[23].

O *corpus* dos documentos consultados e recolhidos é muito maior do que aquilo que acabei pondo na bibliografia final, onde ficaram somente os que citei diretamente no quarto capitulo, e isso porque, por serem trabalhos de curso, o conteúdo produzido sobre esses assuntos acabava se repetindo ao longo dos diferentes trabalhos, se tornando necessária, no momento de citar, uma escolha.

Além disso, nem todos os documentos que consultei chegam da parte aberta ao público do Arquivo, alguns deles são documentos que continuam reservados e que nem aparecem no sistema de busca centralizado.

Ter acesso a esses documentos não foi imediato, requereu a mediação de pesquisadores que já tivessem trabalhado com militares dentro da Fundação Getúlio Vargas, e para ter a mediação foi necessário estabelecer contatos. Uma vez que o acesso foi disponibilizado, nenhum sistema de pesquisa foi providenciado, muito pelo contrário, teve de apresentar-se uma lista dos tópicos em que eu estava interessada para que o pessoal militar escolhesse por mim o que eu ia consultar, estabelecendo também se e quanta parte desse material eu podia copiar.

Consultei e recolhi todo o material durante duas estadias no Brasil, com uma duração total de três meses, o que foi um desafio: ter acesso aos arquivos, trabalhar com eles é uma atividade que requer muito tempo, recursos, sorte; e isso em quantidade dupla, se estamos falando de documentos ainda fora do domínio público. A partir do que pude encontrar e o que pude citar diretamente, foi se refinando o meu trabalho.

[23] Prevalentemente quer dizer que foram consultados também materiais que foram produzidos pelo corpo permanente, ligeiramente antes de 1954 ou depois de 1966, e outro material, cujos assuntos vão desde o nacionalismo e o colonialismo até às análises do sistema de informações vigente antes do golpe.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, analisei a formação da identidade das FFAA com respeito ao Estado e à Política para tentar estabelecer porque um acontecimento como o golpe e uma ditadura de vinte anos não foram eventos inimagináveis no contexto brasileiro.

No segundo, tentei traçar algumas das evoluções que caracterizaram dois elementos centrais na construção da doutrina de Segurança Nacional: a Geopolítica e a doutrina da guerra moderna de escola francesa. Quando se fala da Geopolítica na doutrina de segurança nacional, se pensa principalmente na narrativa que ela criou sobre a guerra fria, mas, além disso, ela faz algo mais do que criar uma expicação para determinadas relações internacionais num dado momento. Ela é principalmente um saber que reifica e naturaliza seu próprio objeto de pesquisa e como tal tentei encará-la. Com respeito à guerra moderna de origem francesa, escolhi trabalhar a partir do que foi provado por João Roberto Martins Filho, ou seja: a doutrina de segurança nacional não foi um puro e simples empréstimo dos Estados Unidos, a insurgência e a contra-insurgência penetraram no contexto brasileiro diretamente através da experiência dos franceses e essa experiência, a meu ver, foi (e talvez ainda seja) grávida de consequências muito mais interessantes do que a teoria do um simples corta e pega.

No terceiro capítulo, tratei do que foi e como foi pensada a Escola Superior de Guerra, as razões da sua fundação, seu funcionamento e o contexto em que ela atua, para poder, no quarto capítulo, abordar os trabalhos nela produzido, focando na construção do elemento coletivo e do inimigo interno.

O *BRASIL* E OS MILITARES: HISTÓRIA DE UMA *LIAISON*.

Para poder trabalhar o inimigo interno como construção em relação à entidade por ele ameaçada, é preciso ver como os militares se construíram com respeito à comunidade imaginada do Brasil, quanto e como o projeto para a corporação influiu no projeto de construção do Brasil e quanto, ao avesso, os projetos para o Brasil influíram na construção da corporação[24]. Frecerick M. Nunn, no artigo *Military Professionalism and Professional Militarism in Brazil, 1870-1970: Historical Perspective and Political Implication,* propõe estudar a atividade Política dos militares não como uma atividade pontual mas como uma das facetas da mesma profissionalização, necessidade que se deu a partir do fim da Guerra do Paraguai (1864-1870). Nunn afirma que, enquanto a profissionalização militar é um estado, uma condição, o militarismo profissional, "...a political interest and the motivation, ability, propensity and willingness to transform the interest into action" (Nunn, 1972:30), é uma atitude com o Estado, com a Nação e com a sociedade, baseada no *ethos* militar. Mesmo que as forças armadas profissionalmente organizadas estejam raramente isoladas dos problemas nacionais, no caso do Brasil o que houve foi que o profissionalismo *virou* militarismo profissional. Isso não era inevitável, o que significa que, mais do que comparar a profissionalização das FFAA brasileiras com outras de outros países, seria mais interessante buscar ao longo da história os rastros desse processo e como ele evoluiu. Eis aqui: traçar a forma com que o *ethos* militar se constrói junto com o projeto para a nação, ver como o militarismo profissional se funde com o profissionalismo militar, dentro de um debate constante sobre a melhor distância que seria

[24] Para comunidade *imaginada* faço referência obviamente ao Benedict Anderson, *Imaginated Communities. Reflection on the Origin and Spread of Nationalism.* London, Verso, 2006.

bom instituir entre as forças armadas e a Política, são os pontos centrais das próximas páginas. Curiosamente, o Exército Brasileiro não apareceu como ator na cena Política no tempo da colónia nem com a independência, em 1822. Durante todo o período imperial, pois, o poder político se manteve nas mãos de uma elite social e ideologicamente homogênea, a maioria socializada a partir dos mesmos valores e para as mesmas profissões[25]. A elite civil, portanto, minimizados os conflitos internos, manteve o controlo sobre a sociedade e os poucos militares ocupando cargos importantes, como o Duque de Caxias e o General Osório (Castro, 1995: 230 pos.) o fizeram por ser representantes de partidos políticos e não por pertencer ao Exército. Deste modo, a evolução da instituição pode ser vista como um movimento que vai desde uma condição de obscuridade para uma de dominação (o golpe de 1964 e a ditadura que durou vinte e um anos), o que faz com ela tenha de ser considerada como um elemento central em qualquer discussão sobre a produção da *nacionalidade.*

O exército e a republica: a Política forjando o corpo.

O golpe republicano de 1889 representa a aparição dos militares como novo ator político na arena do poder; ou melhor dito, a unidade desse ator político se constrói a partir das ações concretas, a principal das quais foi o golpe republicano. A historiografia explica este evento como produto de três principais fenômenos: a Guerra do Paraguai, que expôs o desinteresse do Governo com respeito ao Exército[26], o movimento abolicionista e a "Questão Militar", os últimos dois envolvendo um grupo específico: a "Mocidade Militar".

[25] Os filhos da elite aristocrática cursavam Direito em Portugal, se tornavam "bacharéis" e, de volta ao Brasil, ocupavam seu lugar na cena Política imperial.

[26] Entre 1870-1889, as despesas para o Exército caíram 15%, o soldo dos oficiais não aumentou desde 1852 até 1887; o grupo que combateu pela primeira vez na Guerra do Paraguai teve menos vagas abertas para as

A gestação deste grupo tem de ser encontrada outra vez dentro das escolhas civis com respeito à modernização do Exército. Em 1810, o rei Dom João cria a Real Academia Militar mas o curso se manteve facultativo até 1850, quando virou pré-requisito para ingressar no corpo dos oficiais e ascender na hierarquia militar. Esta mudança foi a primeira dentro de um contexto de modernização dos exércitos começado na Europa, mas que no Brasil não se desenvolveu imediatamente numa restruturação mais ampla do aparato militar[27].

Como consequência disto, em 1889, o exército, ainda não completamente modernizado, estava composto por dois grupos: os oficiais, a *post-war generation*, já modernizado, e um segundo grupo chamado de "Tarimbeiros"[28] que correspondia, mais ou menos, à *pre-war generation* e à *war generation*. Se o primeiro era produto de um sistema mais democrático de recrutamento, cuja socialização, por não ser mais diretamente relacionada com a aristocracia, acontecia a partir dos estudos dentro da instituição[29], o segundo era o produto do sistema hierárquico da sociedade, mas formado dentro da experiência do combate. Mais do que com este último grupo, os jovens oficiais chamados de "científicos", se punham em relação ao meio civil, este último estruturado num sistema social ainda hierárquico, tradicional e rural. De fato, a Escola Militar foi a primeira instituição a desenvolver características "modernas" no seio da sociedade e, como outras vezes aconteceu, a modernização do Exército desencadeou efeitos importantes na sociedade em geral[30].

---

promoções. Além disso, havia um projeto de desmantelamento do Exército e criação da Guarda Nacional. (Castro, 1995: pos. 280)

[27] Foram necessárias algumas décadas mais para ver a criação do Estado-Maior, algumas mudanças na doutrina de instrução, a compra de armamentos eficientes e a construção de novas instalações. Até o recrutamento generalizado e democrático demorou muito para se tornar efetivo. (Castro, 1995: pos. 224)

[28] O termo "tarimbeiro" identifica os oficiais com um perfil mais *troupier*. Este apelido chega do estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis e designava, portanto, a oficialidade mais ligada à tropa.

[29] Para maior estudo da socialização dentro da Academia Militar no período 1850-1889, ver o capítulo 2, *A Escola Militar da Praia Vermelha,* e as cartas do aluno José Bevilacqua para a família. (Castro, 1995: pos. 488-807)

[30] A modernização dos Exércitos em países não europeus criou novos corpos que desafiaram os valores tradicionais e os que chegaram ao poder "modernizaram" a sociedade. São exemplos deste processo o império otomano, o exército egípcio de Muhammad Ali, as forças armadas do Japão após a restauração Meiji. Além disso,

Numa sociedade escravocrata como a brasileira, o trabalho técnico ou manual não representava um valor social, portanto a mentalidade formada através dos estudos universitários produzia bacharéis mais voltados para as Letras e para a Retórica, com claro desprezo para a técnica e o trabalho produtivo. Daí, o juízo de valor que acompanhava os estudos científicos no meio civil era negativo. Contudo, o que diferenciava, em termos culturais, os bacharéis em Direto que mantinham o poder político no Império dos novos oficiais era o estudo das Ciências, especialmente da Matemática, vista como poderoso elemento simbólico de diferenciação e, portanto, como elemento constitutivo da identidade social dos estudantes militares[31]. De fato, a Matemática Superior era estudada exclusivamente na Escola Militar durante todo o Império, representando um ponto importante, não pelo estudo dos números em si mas pela atitude mental que desenvolvia e pela forma com que os problemas da humanidade podiam ser encarados (Castro, 1995: pos. 839.)[32].

Este tipo de cientificismo incorporava a História à natureza através da noção de evolução, ou seja, o determinismo que rege o mundo natural seria o mesmo que rege o desenvolvimento humano; os valores morais representariam, portanto, os estágios em que se encontraria a humanidade[33]. Foram duas as consequências deste pensamento: primeiro, o Brasil e a sua

---

foi a disciplina militar que deu origem a toda disciplina, até à disciplina da fábrica capitalista. Os valores meritocráticos que a disciplina militar moderna leva consigo teve parte no desenvolvimento do individualismo moderno. (Castro, 1995: pos. 602-640)

[31] "Os jovens militares formados na Escola Militar da Praia Vermelha no fim do Império possuíam em comum um mesmo acervo cultural de metáforas, exemplos, imagens e narrativas exemplares, retirado em grande parte da matemática e das ciências e aplicado a situações particulares. A presença da linguagem matemática pode ser sentida inclusive – e principalmente – no cotidiano, como sugerem alguns apelidos dados pelos alunos: o adjudante-de-dia era chamado de "co-seno", o salão do 2° andar de "exponente", havia um "Capitão Princípio". (Castro, 1995: pos. 844-851)

[32] "Não que os cientificistas valorizem a ciência pela ciência — o que reconhecem é a inocuidade de qualquer solução 'não científica' para os problemas humanos". (Barros, 1959, apud Castro, 1995: pos. 862)

"O mundo dos valores, portanto, era redutível "ao plano dos fenômenos físicos e naturais, dos quais diferiria apenas por ser mais complexo, e não por ser de outra natureza. A filosofia, a Política e a moral deveriam, assim, tornar-se também "científicas"". (Castro, 1995: pos. 862)

[33] Este tipo de pensamento se encarna nos diferentes -ismos: Materialismo, Darwinismo, Positivismo, Evolucionismo.

história estariam integrados num sistema universal e situados num específico momento de um percurso já realizado para as nações mais adiantadas, um percurso que não poderia ser evitado[34].

A segunda consequência é que os científicos se colocavam, nesta linha evolutiva, numa posição mais adiantada com respeito aos bacharéis civis[35].

No entanto, a forma que este tipo de pensamento assumia se parecia muito ao estilo dos bacharéis em Direito, o título de "bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas" dos alunos da Escola Militar se situava no mesmo campo acadêmico que a "Mocidade Militar" criticava; os dois "bacharéis" disputavam o mesmo prestígio social, usando armas diferentes, mas obedecendo às mesmas regras. Tanto que os militares "tarimbeiros" e os que chegaram depois, de orientação mais "profissional", acharam mais semelhanças do que diferenças entre os dois grupos, tratando os científicos por "bacharéis fardados". De fato, os "científicos" da Escola Militar lutavam para situar-se melhor dentro da sociedade brasileira e especialmente dentro da elite intelectual brasileira, dominadas pelos outros: a escola, antes que militar, era rival das academias civis.

Nas faculdades, o ritual acadêmico era mais importante do que a transmissão de conhecimento nas aulas, e mais importante ainda a vida acadêmica extra-ensino que se desenvolvia nas associações artísticas, literárias e Políticas organizadas e mantidas pelos alunos. Também os alunos da Escola Militar valorizavam a socialização informal organizada pelos mesmos alunos, especialmente por aquilo que tinha a ver com a formação da

[34] "O cientificista de então sente-se integrado no mundo ocidental, comungando dos seus ideais e lutas. [...] O que querem não é construir à força uma vida e um pensamento originais, mas integrar plenamente a Nação numa civilização que, no seu intender, é a própria civilização. É vencendo o atraso cultural e político do país que se faz obra verdadeiramente positiva e civilizadora". (Barros, 1959, apud Castro, 1995: pos. 870-878)

[35] "...num artigo de 1890 em que um deles critica a "gabolice de borla e capelo, a quem se entrega a Justiça", a "insciência togada" e o "triste quadro das nossas academias de direito, onde estuda-se a sociedade sem as noções das mais simples leis naturais." (Cunha, 1984, apud Castro, 1995: pos. 833)

mentalidade e do espírito de grupo da "mocidade". De fato, as teorias cientificistas mais modernas, como a de Spencer ou Haeckel, ou o mesmo positivismo de Comte, circulavam entre eles através da socialização feita pelos mais velhos em clubes, associações intelectuais e palestras[36]. O que diferenciava a Escola Militar das Faculdade estritamente civis era a dificuldade do curso em si e também o funcionamento do sistema escolar, sendo, o segundo, baseado no mérito[37]. Prova disto era a promoção ao grau de Alferes-aluno, que atestava os excelentes resultados obtidos nos estudos e que marcava uma posição dentro do Exército[38].

Além disso, a promoção garantia um aumento do soldo bastante consistente, o que significava que os não ricos conquistavam a independência financeira por volta dos 20 anos e podiam até auxiliar a família. Mesmo que o sistema do mérito não funcionasse sempre perfeitamente, é evidente que dentro da instituição ele tinha um valor indiscutível; era para a "Mocidade Militar" o marco que diferencia a sociedade civil, em que a mobilidade era quase ausente, do

[36] Entre 1874 e 1889 existiram, de forma intermitentes, sociedades como a "Fênix Literária", com a sua revista publicando artículos como "A poesia científica" e "O destino do Realismo"; "Recreio Instrutivo", "Amor à Tribuna", "Clube Acadêmico", "Família Acadêmica" e "Sociedade Dramática", além de clubes abolicionistas e republicanos. Um exemplo de palestra no Clube Acadêmico de 2/7/1882, dada pelos alunos mais velhos aos mais novos, mostra claramente os temas mais discutidos: Auguste Comte, o positivismo e a necessidade de fazer da humanidade o objeto da religião; a divisão da história em três idades e a lei da sociologia e leituras de poemas. (Castro, 1995: pos. 964)

[37] "Confessamo-lo com franqueza e profundo pesar: os estudos são entre nós nulos, inexatos, ou raros; as lições são continuamente desprezadas, ou não seguidas; as dissertações e trabalhos acadêmicos são feitos por outrem, em vez de o serem pelos próprios, individualmente falando; finalmente, os graus são conferidos depois de provas tão fáceis, que não merecem o nome de exames: na carta de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas há apenas um título, que se adquire depois de um certo tempo, sem estudo, sem trabalho, e que se traz efetivamente sem glória, porque nada custou a alcançar, é apenas preliminar indispensável para se chegar à posse, ou à aquisição de um outro estado." (Barros, 1959, apud Castro, 1995: pos. 909). Pelo contrário, Celso Castro aponta que, na Academia Militar, da turma matriculada em 1880, turma de75 alunos, só 13 chegaram ao fim do 2° ano, com a aprovação plena. Mais do que isso, nas memórias de um aluno, se encontra um capitão "científico" tentando dissuadi-lo a ingressar no curso por causa da dificuldade do ensino. (Castro, 1995: pos.901)

[38] "Este posto, que corresponde em tudo ao primeiro posto, isto é, a alferes de uma das armas, é um prêmio que se dá aos estudantes que são aprovados plenamente nas matérias de dois anos do Curso Superior; eles têm as mesmas vantagens que os alferes chamados "de patente", e saem depois confirmados para uma das três armas, porém contando antiguidade da data em que saíram alferes-alunos; têm fardamento especial, etc.; é enfim uma promoção muito considerada no Exército, visto ser por lei e por estudos, independentemente da vontade do ministro, que nos outros casos promove os protegidos." Carta de José Bevilacqua, aluno da Escola Militar, para a família; datada de 19/11/1884. (Castro, 1995: pos.695-704)

meio militar mais "moderno", onde não somente era possível ascender mas era possível fazê-lo através do esforço pessoal. É preciso destacar que muitos dos que assinaram o "pacto de sangue" para Benjamin Constant antes do golpe eram Alferes-alunos[39].

Resumindo, a Escola Militar representou, no Império, uma das raras possibilidades de ascensão social para quem não pertencia à elite e não tinha os recursos necessários para custear os cursos superiores. Como consequência disto, os que entravam no Exército muitas vezes não o faziam por vocação mas por necessidade. Exemplo disso foi o mesmo Constant que, tendo cursado a academia em 1852, participou da Guerra no Paraguai, mas sem nenhuma vontade, voltando dela antes do fim, por causa da saúde[40].

Porém, se ficar dentro do Exército significava poder ensinar e estudar matemática, os concursos que distribuíam as posições nos institutos de ensino continuavam sob o controlo do Governo civil, respondendo às lógicas deste último[41]. No momento em que o sistema das academias militares formava profissionais dentro de uma lógica distinta da civil, que porém continuava controlando o acesso ao ensino, outros acontecimentos marcaram o Exército nas suas relações com o Governo: o conjunto de fatos chamados "Questão Militar" .

A primeira parte desses conflitos se desenvolveu ao redor de um aviso de 1859, ainda em vigor em 1886[42], que proibia os oficiais de discutir e comentar questões politicas ou militares na

[39]"Pactos de Sangue" expressão com que ficaram conhecidos os abaixo-assinados recebidos por Benjamin Constant poucos dias antes do golpe, hipotecando-lhe solidariedade até a morte. Para uma mais clara análise das patentes dos que assinaram o pacto, em geral, cabe destacar que o 69,4% dos que assinaram eram alunos e alferes-alunos. (Castro, 1995: pos. 417)

[40] Como escrevia nas cartas para a mulher e para o sogro "...não tenho pretensão alguma na vida militar: só o que desejo é voltar (quando isto se acabar) e bem com a minha consciência." 5/4/1867; "Como sabes, eu não desejo, não posso e não devo continuar a servir como militar: sempre te manifestei o desejo de despir esta incômoda farda." 5/6/1867. (Castro, 1995: pos.1868)

[41] Benjamin Constant ganhou pelo menos dois concursos, mas nos dois casos o segundo colocado foi nomeado em seu lugar, esperou por muito tempo a promoção a lente catedrático, que deveria ser dada por antiguidade no serviço. (Castro, 1995: pos.1838)

[42] A Questão Militar se deu entre agosto de 1886 e maio de 1887.

imprensa, sem o consentimento prévio do ministro. A segunda se deu ao redor das marcas que este aviso deixou na carreira dos que foram atingidos pelas punições.

O estopim foram uns comentários formulados pelo coronel Cunha Matos, ligado aos Liberais, sobre irregularidades administrativas de um capitão em Piauí, este último ligado aos Conservadores. Num discurso na Câmara, um partidário do capitão atacou Matos, acusando-o de ter disparado contra o Exército Brasileiro enquanto estava preso pelo inimigo durante a Guerra do Paraguai. Matos reagiu publicando um artigo num jornal republicano e foi preso. Um amigo de Matos, José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, discursando no Senado afirmou que a ofensa dirigida a Matos era uma ofensa a todos os oficiais, dando à questão um caráter mais geral. A mesma situação, com respeito ao aviso de 1859, repetiu-se com o tenente-coronel Sena Madureira que foi punido por ter respondido ao senador Franco de Sá através de um jornal republicano. Desta vez, na disputa, entrou o marechal Deodoro da Fonseca, tomando o partido de Sena Madureira e autorizando as reuniões dos alunos das escolas militares em Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro como forma de apoio a Madureira e Matos[43]. Como consequência desta movimentação, o Conselho Supremo Militar, solicitado pelo Governo, autorizou os militares a manifestarem as suas ideias sem terem de ser aprovados pelo superior, desde que não fossem discutidos assuntos do serviço entre militares. Como destaca Celso Castro, o espírito militar começava a se sobrepor às divisões Políticas e a "classe militar" começava a tomar forma.

Para não deixar que a nova entidade social da "classe militar" ficasse na precariedade, a Mocidade se ativou para dar-lhe conteúdo político e visibilidade. Foi criado e institucionalizado um Clube Militar[44] que, através de círculos nas guarnições mais importantes, podia, além de

[43] Deodoro, militar partidário dos Conservadores entrou na disputa ao lado dos Liberais do Visconde das Pelotas e de Sena Madureira. (Castro, 1995: pos.1496)

[44] A reunião de fundação do Clube se deu dia 26 de junho de 1887.

representar a classe, desvincular a sua ação da cadeia de comando oficial. Os padrinhos escolhidos para o Clube foram Deodoro, Benjamin e Sena Madureira; os três, mesmo atuando como protetores, não foram de fato os que planificaram o estatuto, produto dos jovens científicos:

> "1º) Estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das diferentes classes do Exército e da Marinha; 2º) Desenvolver o gosto pelo estudo dos diversos ramos da instituição profissional, por meio de palestras e conferências militares; 3º) Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar."[45]

O Clube, como primeira ação legal, escolheu apoiar a candidatura de Deodoro para senador, que resultou, no imediato, em duas consequências: o conjunto da "classe militar", representada pelo Clube, foi qualificada e reconhecida, de forma pública, como positivista no seu pensamento[46]; e segundo, foi selado formalmente o pacto com os abolicionistas. Mesmo sem ganhar as eleições, o apoio organizado da classe militar ajudou na campanha pela abolição da escravidão[47] que culminou no projeto da abolição total, aprovado pelo Senado e assinado pela Princesa no dia 13 de maio de 1888. A obtenção da abolição levou a Mocidade até outro objetivo: a República.

[45] Estatuto do Clube Militar (Castro, 1995: pos. 2186-2195).

[46] Antes de apoiar a candidatura de Deodoro, Benjamin, publicamente num discurso no Clube pediu qual seria a sua agenda, expondo os valores que o Clube ia apoiar: abolição, autonomia das províncias, casamento civil, separação da Igreja do Estado e secularização dos cemitérios. Era claramente uma agenda positivista. Deodoro apoiou os pedidos e declarou que a sua candidatura não era partidária, ou seja, não se apoiava nos partidos civis existentes. (Castro, 1995:pos. 2218)

[47] Manifestações dos científicos, dos alunos da Escola Militar e da recém-criada Escola Superior da Guerra, apoiaram e fortaleceram o líder abolicionista Joaquim Nabuco, então eleito deputado por Pernambuco. Além disso, a ação direta de Deodoro, enquanto representante do Clube, se manifestou numa petição à princesa Isabel para não utilizar o Exército na captura dos escravos fugidos e na destruição dos quilombos, baseada no fato de que se consideravam os escravos como seres humanos e, portanto, com direito à liberdade. (Castro, 1995: pos. 2257)

No momento em que Benjamin Constant virava o padrinho dos jovens científicos republicanos, o discurso de um pequeno grupo já abarcava todo o conjunto militar, definindo-o, em frente das elites civis, nas ideias e na função que estes deveriam ter na sociedade:

> "Grato ao honroso convite dos dignos alunos da Escola Militar da Corte (...) eu saúdo a esta distintíssima mocidade, que tem sabido aliar a sã cultura científica e técnica indispensável à sua digna adaptação à árdua, mas nobilíssima carreira a que se destina, com a esmerada cultura dos nobres e delicados sentimentos que me honram a natureza humana, nobilitando assim no soldado a alma do cidadão. É que ela tem sabido compreender que essa larga instrução científica, moral e cívica levada muito além dos planos do ensino oficial é ainda mais necessária que a instrução militar para o bom desempenho dos altos destinos sociais e políticos que, neste século, os exércitos, são chamados a desempenhar no seio das nações. É que ela, honrando as gloriosas tradições da nossa Escola Militar por tantos títulos venerada, tem compreendido que há para os exércitos da livre América do Sul uma ciência inconfundivelmente mais nobre e mais fecunda em benefícios para a humanidade do que a ciência da guerra: é a ciência da paz. É para ela e consequentemente para o fraternal congresso dos povos o mais belo ideal das aspirações humanas que se encaminha com crescente rapidez o verdadeiro progresso geral submetido na sua evolução a leis irrecusáveis, demostradas pela ciência real, hoje completa em tudo quanto ela tem de essencial, e confirmada pela sã filosofia da história. Apressar essa evolução natural com os possantes recursos que a Política, a arte de bem dirigir os povos, tem posto a nossa disposição, tal é a sublime missão dos povos e dos estadistas modernos. (...) Sob a farda de cada soldado, pulsa o coração de um cidadão e de um patriota."[48]

[48] Discurso de Benjamin Constant pronunciado dia 23 de outubro de 1889, agradecendo o convite feito pelos alunos a comparecer ao banquete de homenagem aos oficiais chilenos em missão oficial no Brasil para participar das bodas de prata dos príncipes imperiais. (Castro, 1995: pos. 2930-2943)

A ideia de que a classe militar seria chamada para a Política em tempo de paz, com direito em sentar nos bancos das decisões relevantes para a nação, típicas da "Mocidade Militar", encontrava o desconforto dos "tarimbeiros" como Deodoro e os mais velhos ex-combatentes da *war generation*, que viam a pouca consideração em que eram tidas suas opiniões. Consequentemente, mesmo não sendo todos republicanos, participaram na formação das posições e nos eventos que culminaram, dia 15 de novembro de 1889, na declaração da República, consolidando a narrativa da declaração como uma narrativa do confronto entre "militares" e "paisanos", em que os primeiros teriam saído vitoriosos [49]. Houve resistência e demonstrações de lealdade à coroa, mas nenhuma organizada a partir da ideia da "classe militar" e, em ausência de uma liderança definida, os levantes do 18 de novembro de 1889, do 18 de dezembro, e do 20 de novembro caíram no esquecimento[50].

Os vinte anos que seguiram o golpe levaram os protagonistas ao Governo e o país ao caos. A unidade entre os tarimbeiros de Deodoro e os científicos de Benjamin se desfez logo no começo. Também a homogeneidade de pensamento peculiar do segundo grupo desmanchou-se pouco depois: ninguém tinha pensado em como deveria ser a república[51]. Com a morte de Benjamin, ocorrida pouco depois, também se eclipsou o ideal do "cidadão-soldado" ficando a história escrita pelos vencedores em que um grupo “esclarecido” de militares teria salvo a Nação em nome de Benjamin Constant[52].

[49] A unidade da classe neste golpe foi uma construção sem fundamento histórico. Por exemplo, a Marinha não participou em nenhum momento nem da articulação do pensamento ao redor da "classe" nem nas ações do 15 de novembro.

[50] Para aprofundar o tema dos levantes contra a República, ver *Nova História Militar Brasileira*. (Castro, 2004: 301-315)

[51] Nas palavras de Euclides da Cunha: “Assim, não é uma forma de Governo que se adota, é um resultado filosófico que se é obrigado a adotar; forma-se um democrata come se faz um geômetra, pela observação e pelo estudo; e, nessa luta acirrada dos partidos, por fim o republicano não vencerá – convencerá; e, tendo enfim dominado os adversários, não os enviará à guilhotina, mandá-los-á para a escola.” (Castro, 1995: pos. 2454)

[52] O processo de formação da Mocidade Militar e do golpe republicano analisados por Celso Castro mostram claramente que não foi Benjamin quem formou o grupo, mas o grupo que escolheu-o como representante (Castro, 1995: pos. 3557).

Missão francesa e jovens turcos: buscando uma doutrina militar.

Com os eventos que levaram à fundação da República, o Exército Brasileiro se constituiu num imaginário de "classe"; porém foi através da intervenção na Política brasileira que se deu este resultado. O Governo dos anos que se seguiram demonstrou que o Exército continuava preso dentro dos movimentos centrífugos que abalavam a sociedade brasileira, sem conseguir mudá-las, e também sem conseguir atingir a modernização plena da instituição[53].

Dois eventos mostraram as falhas da instituição militar de uma forma bastante clara: a Guerra de Canudos, em 1896-97, e as manobras militares realizadas em 1905.

No primeiro caso, o Exército ia testar as suas capacidades como instituição depois da Guerra do Paraguai e depois de ter deposto o Imperador, num clima de instabilidade em que a perda do controlo político estava sendo balançada pela representação do papel de força da jovem República. Em Canudos, o Exército mostrou o seu compromisso para com o Estado e para com a Nação, ou seja, com o tema da modernidade, mas mostrou também o atraso tanto na técnica de guerra como nos armamentos junto com outro aspeto relevante: uso de barbárie indiscriminada. No caso das manobras militares, o que se tornou claro foi a incompetência dos

[53] Os primeiros dez anos da República brasileira se deram no caos. Os jovens da "Mocidade" ascenderam à Política, mas quase imediatamente romperam o pacto com os "tarimbeiros", até Benjamin Constatnt e Deodoro da Fonseca quase brigaram fisicamente durante uma reunião ministerial. Os problemas hierárquicos dentro da instituição conheceram seus ápices com o Governo de Floriano Peixoto (apoiado por aquilo que sobrava da Mocidade), que sucedeu a Deodoro depois de ele ter governado com poderes absolutos. A Marinha e o Exército intensificaram suas rivalidades, por ser a primeira maioritariamente monarquista, culminando, durante o 1893-94 em revoltas internas. As oligarquias civis estaduais, lideradas pela paulista e pela mineira, reentraram no jogo com a eleição de Prudente Morais começando assim a Política do "café com leite". A Mocidade, com a morte de Floriano, se ligou ao "jacobinismo", levando às revoltas da Escola Militar da Praia Vermelha de 1895, 1897 e 1904 (Revolta da Vacina) depois da qual a escola foi fechada. Com a retomada do poder pelas elites civil, as mudanças esperandas não se refletiram na organização Política nem nas instituições republicanas, mantendo uma sociedade de fato hierárquica e com escassa mobilidade social.

chefes militares no momento da ação. A necessidade de refundar a instituição para que fosse uma peça fundamental do brilho da República se tornou imperante.

Além de comprar armamentos modernos, atualizar o ensino das táticas, centralizar a instituição através a organização do Estado-Maior e definir uma forma efetiva para organizar os recrutamentos, a re-fundação do Exército Brasileiro se concentrou na criação de uma doutrina militar que o unificasse, um *ethos* compartilhado por todos, mas especialmente pela oficialidade, que impedisse o ingresso da Política, com todas suas fraturas, no corpo[54].

É nesse momento que a necessidade de profissionalização militar "encontra" o militarismo professional. Ou seja, os militares, buscando uma ordem, uma burocratização que não fosse só no papel, estabelecendo os limites entre eles e os civis, encontraram também uma forma de se ocupar da sociedade.

Logo depois das manobras de 1905, o ministro Rio Branco enviou um grupo de oficiais para a Alemanha como estagiários no Exército Prussiano, considerado naquele momento um dos melhores e mais organizado do mundo. O grupo permaneceu desde 1906 até o começo da Grande Guerra quando, de volta ao Brasil, se tornaram instrutores na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, naquela que foi chamada *A Missão Indígena.* Este grupo, chamados de *jovens turcos*[55], instruiu as turmas da Escola até 1922, influenciando o pensamento com respeito a como deveria ser o exército e qual deveria ser o relacionamento certo entre este e o país; especialmente num contexto como o brasileiro em que se davam

[54] Por doutrina militar se entende um complexo de normas ditadas pelas forças armadas para codificar os comportamentos militares, reger as relações entre estes e a sociedade civil, delimitar seus espaços e funções dentro do Estado e determinar a natureza do inimigo. (Nabuco, 2009: 65)

[55] Nome dado a este grupo de militares reformistas estagiários na Alemanha, no princípio com conotação negativa, mas mantido por eles; de fato, o exército prussiano tinha treinado oficiais turcos, os mesmo que depois de profissionalizados tomaram o poder e reformaram o país.

mudanças econômicas e sociais importantes, sem que a classe Política conseguisse se mostrar capaz de responder às necessidades da sociedade[56].

Além da introdução dos jogos de guerra, os jovens turcos fundaram a revista "A Defesa Nacional", em outubro de 1913, inspirada na alemã *Wochenblatt*. No primeiro número, o conteúdo dos artigos e dos editoriais mostrava claramente o Exército como única força organizada e, portanto, capaz de organizar as massas, estabilizando a sociedade. Se reconhecia também a excepcionalidade da tarefa, mas o momento era também um momento excepcional[57]. O editorial continuava destacando três razões para ter um exército moderno, requisito para a grandeza nacional: primeiro, a necessidade de se defender perante o inimigo externo; segundo, a necessidade de se ocupar da segurança interna do país; e terceiro, educar e organizar as massas dos cidadãos, começando pelo serviço militar obrigatório (Nunn, 1972: 36-37). Baseado no sorteio[58], o serviço militar continuava sendo mal organizado e hostilizado pela população, impossibilitando o trabalho educativo massivo que o Exército deveria supostamente ter, e impedindo, consequentemente, o surgimento da "Nação em Armas"[59].

[56] Interessante notar que o Exército Prussiano no século XIX cumpriu com a tarefa de defender a monarquia dos inimigos internos, resultando o maior aliado do poder, sem o qual o monarca não poderia se manter. Com Bismarck, o Exército virou também o unificador da Alemanha, até ao ponto em que os traços identificadores do militar se tornaram os traços da nacionalidade. Dessa forma, o Exército virou tanto instrumento de repressão como quintessência da integração nacional. Para melhor desenvolver este tópico, ver HULL, 2004, especialmente o capítulo quatro: *National Politics and Military Culture*.

[57] Da revista *A Defesa Nacional* Ano 1, N.º 1, outubro de 1913, Editorial p.1:"O Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai, às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator de transformação Política ou de estabilização social."(Santos, 2009:3)

[58] Uma primeira forma da Lei do Sorteio, substituindo o recrutamento sobre base voluntária, foi aprovada em 1874 mas nunca aplicada. Outra proposta da mesma Lei se deu em 1906, mas foi aprovada pela Câmara em 1908. Mesmo assim, a Lei continuou sendo hostilizada pelo movimento operário e pela burguesia, sendo realmente aplicada só a partir de 1930-40. Para um estudo mais aprofundado desta temática, ver Castro, 2012.

[59] O conceito de "Nação em Armas" se construiu a partir da noção de que cada cidadão é soldado em potencial e que as Forças Armadas, além de serem responsáveis pela defensa externa, tinham o dever de ser "escola da nacionalidade", por recrutar elementos de todos os setores da sociedade, criando um sentimento de unidade nacional. Este conceito se disseminou a partir da vitória do exército prussiano sobre a França; o serviço militar obrigatório dos alemães foi visto como o fator decisivo. (Castro,2012:41)

Mas, em geral, a revista inaugurou uma tendência importante, a de participar de uma rede de conhecimento produzido no contexto militar internacional, através da tradução e da publicação de artigos e trabalhos vindos da Alemanha, primeiro, e da França, depois, com a função de adaptar o conteúdo das diferentes doutrinas às necessidades brasileiras.

Com o fim da Grande Guerra, o modelo prussiano foi abandonado e substituído pelo francês. Em 1919, se inaugurou a Missão Militar Francesa (MMF), cujo objetivo era ajudar a construir o Estado-Maior do Exército, tanto do ponto de vista estrutural como do ponto de vista das suas funções dentro do Governo e com respeito às diferentes armas.

Em 1920, foi definida a função do Estado-Maior como centro coordenador supremo de todos os serviços do Exército e subordinado ao Ministério da Guerra[60]. Dentro das funções se destacava a responsabilidade com respeito à história militar do Brasil, ensino que os franceses consideravam importante por ser o principal veículo de formação de justificativas para uma determinada doutrina e por um específico caráter do Exército (Nabuco, 2009: 76). Dentro deste marco, além do impulso para a publicação de traduções de trabalhos franceses nas revistas militares, palestras e conferências, uma atenção particular foi dada para a criação de cultos e tradições com função unificadora e educativa. O primeiro foi o culto a Caxias, estabelecido em 1923, um ano depois do levante tenentista de 1922 que causou o fechamento da Escola Militar do Realengo. A primeira turma admitida depois dos fatos de '22 foi identificada com o novo patrono do Exército, escolhido por ser a imagem da calma e da obediência do soldado, combinou-se com escolha de objetos simbólicos, como o espadim e a

[60] "[...]encarrega-se da organização e distribuição de tropas; a segunda, da mobilização, transporte e estudo do teatro de operações; a terceira, do serviço geográfico e topográfico; a quarta, da história militar do Brasil. O chefe do EME é também o responsável pela Escola de Estado-Maior (EEM) e pela Escola de Aviação, ambas encarregadas da preparação do Exército para a guerra." (Bellintani, 2009: 205)

uniforme, entregues aos cadetes em cerimónias oficiais[61]. A sua figura devia ser alvo de culto exatamente como a de Napoleão na escola de Sanit-Cyr, e como a de Washington em West Point[62]. E foi a partir do culto à Napoleão, à imagem do herói militar, que se formou também o novo laço conceitual entre Nação e Exército:

> "É necessário separarmos Napoleão, o líder da guerra, do governador de povos. [...] Somente o primeiro nos pertence, a nós militares. O segundo fez brotar em sua Pátria um brilho imortal, trazendo glórias que arruinaram. Ainda assim, a França conserva por Napoleão os olhos e o coração de uma mulher por um amante que amou desesperadamente e que, tenho que lhe confessar, a honrou, mas fez muito sofrer." (Nabuco, 2009: 75-76)

Na sequência lógica do pensamento do instrutor francês, existia o profundo relacionamento entre herói e Nação, relacionamento que se mantinha no tempo por causa das glórias militares, apesar dos abusos de poder que o condenavam. De fato, os militares tomaram posse do imaginário da Nação, virando defensores do seu valor supremo e primeiros oficiantes deste culto. Se, com o golpe republicano, o Exército se tinha imposto como emanação da Nação, agora ele estava forjando a própria Nação, monopolizando de fato as representações desta (Nabuco, 2009: 77).

Com a missão francesa, se afirmaram duas vertentes de ensino só aparentemente divergentes: uma que queria separar o exército das correntes Políticas identificando a Nação a algo superior

[61] Nas palavras de Aurélio Lira Tavares: "... (Caxias) calmo, sereno, sofredor, disciplinado, aparentemente impassível, faltou-lhe, honra lhe seja feita, para impressionar com viveza os espíritos das massas, esse desequilíbrio..." "Resolvemos batizar a nossa turma de aspirantes com o nome de um herói nacional ou feito militar de grande projeção em nossa história, à maneira que se usava na França. [...] A escolha do nome foi unânime. Pertenceríamos à Turma Caxias. Adotamos essa decisão, por iniciativa própria, antes mesmo da instituição oficial do patrono do Exército, título com que seria consagrado, mais tarde o Duque de Caxias". (Nabuco, 2009: 77)

[62] Para maiores informações sobre o culto a Caxias, a sua evolução e os sentidos, ver Castro, 2012.

e a acima de tudo; outra, relacionada mais com a missão educadora e organizadora do Exército, que pregava a intervenção direta em casos de necessidade[63].

A partir dos anos 30, muitos livros traduzidos dentro da MMF chegavam da oficialidade colonial, que se identificava mais com um ideal positivista, muito parecido com o da oficialidade brasileira. Entre esta produção se destacam os livros de Lyautey, renomado oficial colonial, que através de obras como "A função social do oficial" e "A função colonial do exército" definia assim o campo da missão:

> "O soldado age primeiramente como soldado, porém quando obtém a paz, ele depõe suas armas e se torna administrador. Quando o setor atribuído a uma companhia for pacificado e quando o último tiro for disparado, esta companhia deixa de representar uma unidade militar, para tornar-se uma reserva de trabalhadores, de instrutores, de agricultores, para tornar-se o primeiro elemento de valorização colonial, agindo como iniciadores das raças às quais que temos a missão providencial de abrir as vias para a indústria, a agricultura, a economia, uma vida moral digna e completa." (De Araujo, 2009: 79)

Se conjugamos missão cumprida com a Guerra de Canudos e a necessidade de abrir o interior à modernização, podemos reconhecer uma missão civilizadora que se expandia além dos valores morais da Nação em Armas e do culto à pátria, para chegar a uma intervenção das forças armadas na Política como orientadora do desenvolvimento econômico do país (De Araujo, 2009: 79).

[63] Da revista *A Defesa Nacional*, 1923 p. 446: "O Exército é cego e mudo... Certamente o Exército é uma grande coisa que sofre! Se servis [a Nação] como necessário que se a sirva e vos colocais no lugar que deveis ocupar na Nação, esta estará convosco, deixará os maus conselheiros e voltar-se-á para vós porque a Pátria engrandece e santifica não as ações brilhantes realizadas em seu benefício como o obscuro e ingrato labor que produzirá no futuro aquelas ações brilhantes". (Nabuco, 2009: 72)

Estado novo: o corpo do estado encontra o corpo militar.

Instrumento de força da soberania nacional,

o Exército é um órgão essencialmente político...deve fazer a Política do Exército e não a Política no Exército.

A Política do Exército é a preparação para guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional."

Góes Monteiro

Os anos 30, com a primeira revolução, a revolta constitucionalista de '32, o golpe de '37 e o Estado Novo, podem ser considerados a primeira prova no campo e, consequentemente, o aperfeiçoamento da compenetração entre profissionalismo militar e militarismo profissional.

A Primeira Guerra Mundial tinha acabado deixando claras algumas se o conflito antes se dava entre exércitos, agora não era somente o soldado o responsável pela vitória, a sociedade como um todo entrava no jogo; era ela que tinha que ser preparada e organizada para a iminência do combate, a iminência da "guerra total"[64]. O ponto de contato com a sociedade e o controlo dela, portanto, devia passar não somente através das técnicas "corporais", do treino e de preparação militar, mas também através da doutrina, ou seja, através do controlo das mentes para torná-las compatíveis com as tarefas da defesa nacional. Para que este projeto se tornasse viável, o primeiro passo era abrir a sociedade ao Exército[65]. Com as novas leis do serviço militar

[64] Depois da Primeira Guerra Mundial, as guerras têm a ver com a capacidade de mobilização da Nação em Armas.

[65] "Os exércitos nacionais permanentes, à diferença dos mercenários, se relacionam com a sociedade de duas maneiras básicas, que podíamos chamar – usando terminologia de análise econômica cunhada por Albert Hirschman – de *backward linkages* (vinculações para trás) e *forward linkages* (vinculações para frente). A primeira vinculação dá-se no processo de recrutamento de oficiais e praças, no fluxo de pessoas para o exército. A segunda

obrigatório, que atuavam de forma punitiva e coerciva, conseguia atrair-se soldados das classes mais baixas; porém, a faixa mais alta continuava fugindo às malhas educadoras. Com esta parte da sociedade era necessário transformar a carreira em algo prestigioso, e podia ganhar prestígio só se a instituição, como um todo, estivesse numa posição de poder dentro do Estado. Era necessário também formar reservas, ou seja, devolver à sociedade cidadãos treinados, socializados nos valores militares e prontos para serem engajados no momento da necessidade. O Exército Brasileiro, porém, no começo dos anos 30, era profissionalizado de alto a baixo, com poucos contatos, no ponto de entrada, com as elites, e nenhum contato com a população em geral no ponto de saída, ou seja, os elementos recebidos da sociedade eram devolvidos só por expulsão ou por fim de carreira. O resultado era a pouca capacidade de mobilização, devido aos baixos números de efetivos, poucos contatos com a sociedade e baixas capacidades educativas (Carvalho, 1982: 125). Além disso, era necessário fortalecer a organização em termos materiais, tarefa, outra vez, possível somente a partir de uma posição de força.

Porém, abrir a sociedade ao Exército, comportava expô-lo ainda mais às turbulências e às agitações que abalavam a Política e a sociedade, produzindo o efeito contrário à ideia do "Grande Mudo" tão venerada pela Escola Francesa. Se tornou, portanto, necessário outro movimento: fechar o Exército à sociedade.

O Exército, problemáticas e projetos, desde a vanguarda do povo à vanguarda do estado.

diz respeito ao fluxo de pessoas do exército para a sociedade. Ambas podem variar e têm variado amplamente ao logo da história dos exército modernos com importantes consequências para a natureza da organização militar e Política em geral." (Carvalho, 1982: 122-123)

O grupo de militares que apoiou a revolução de 30, comandado por Góes Monteiro, teve como principal característica o fato de ser composto quase exclusivamente por tenentes. Desde o ponto de vista dos dois principais eixos da instituição — hierarquia e disciplina— o resultado era particularmente ameaçador para a coesão interna. Sendo a patente mais alta envolvida na revolução, a do tenente-coronel Góis Monteiro, se tornou necessário promovê-lo: em 1930, o presidente Vargas o elevou a coronel; em 1931, a general de brigada; e, em 1932, chegou ao topo: general de divisão (D'Araujo,1999: 59). Mas isto não era suficiente para dar homogeneidade à instituição. Feita a revolução, as FFAA se encontravam divididas em diferentes eixos; além da normal péssima relação com a Marinha, que não tinha participado no golpe, haviam outras duas principais divisões: uma estrutural, vamos chamá-la de horizontal, entre oficiais e praças, comum a todas as armas, incluída a Marinha; e outra Política, chamada de vertical, entre os oficiais[66]. Esta última contrapunha diferentes formas de entender o Exército e as suas funções dentro da sociedade: de um lado, os que o queriam Grande Mudo, e, do outro, os intervencionistas. Dentro deste grupo, as tendências eram duas: a primeira, bisneta do positivismo do Comte, com o ideal do soldado-cidadão, via a necessidade do predomínio do militar na Política em contraposição às classes dominantes civis; a sua viragem à esquerda se articulava com a ideia do Exército Popular, instrumento da luta de classes, no modelo chinês. Tanto a posição "Grande Mudo" como a do "Exército Popular" podiam ser

[66] Dentro do grupo "praça" ponho também os sargentos, que participaram ativamente na revolução, mas a partir de reivindicações estritamente relacionadas com as condições deles dentro da organização militar, condições que podiam ser resumidas em: falta de estabilidade, todos dependiam do reengajamento; ausência de promoções, salários baixos e falta de assistência social. No manifesto "Em prol da revolução social. Aos sargentos do Brasil" (1933) é feita a conexão entre a condição da classe proletária, de onde eles chegavam, e a condição de praças dentro da FFAA, todos se unindo contra a burguesia que os explorava. Porém, mesmo sendo mais impermeáveis ao comunismo, as revoltas dos praças nunca se basearam numa aliança de classe estável com os civis; além disso, os pedidos ficaram sempre confusos. Mesmo assim até Góis Monteiro considerava as organizações e afirmações deste grupo um tanto de mal gosto: "Nunca houve no Exército, e com ele é incompatível, essa ideia de classe, no sentido moderno (sindical) de se contraporem umas às outras em busca de benefícios exclusivos. E é claríssima a nocividade de tais criações esdrúxulas nas classes armadas." (Carvalho, 1982: 118)

consideradas, naquela altura, utópicas. A partir daí foi-se construindo o modelo do "intervencionismo controlador", que, em termos de dinâmicas entre os grupos resultou da união dos profissionais neutrais com os intervencionistas em torno dos conteúdos da intervenção[67] (D'Araujo, 1999: 122). No topo da instituição, a situação não se apresentava menos turbulenta, os generais também se encontravam envolvidos nas lutas entre as lideranças civis, isto porque a promoção deles dependia da vontade do Presidente da República. Desta forma, mais do que o cumprimento e a lealdade para com a instituição, eram as lealdades Políticas as que desempenhavam o papel principal na carreira deles. Para Góes e seu grupo era, portanto, necessário quebrar o antigo sistema de vínculos, substituindo rapidamente a cúpula, o que se deu em três diferentes momentos. O primeiro momento foi a Revolução Constitucionalista de 1932, onde, dessa vez, a revolução se deu em acordo com a hierarquia, tanto civil como militar, o que de fato permitiu renovar toda a cúpula militar e também os quadros intermédios envolvidos[68]. Desta forma, em 1935, todos os generais de brigada no ativo já tinham sido promovidos depois de '32. O segundo momento se deu com o levante comunista em 1935 que, além de consentir outro expurgo, teve como resultado a implantação da Lei de Segurança Nacional junto com o Tribunal de Segurança Nacional, para civis e militares, e da Comissão Militar Central para a repressão ao comunismo. O clima dentro

[67] O mesmo Góes Monteiro, por ter sido aluno da Escola Francesa, foi inicialmente partidário do "Grande Mudo". (Bretas, 2008: 34-35)

[68] Entre 1930 e 1932, o Governo Provisório presidido por Vargas assumiu amplos poderes tanto no executivo como no legislativo, alarmando parte da coligação revolucionária. Os cafeicultores, que não conseguiram no imediato medidas para salvá-los da queda do café, os constitucionalistas e os líderes políticos dos principais Estados, Minas e Rio Grande, que queriam as eleições o mais cedo possível, saíram da aliança. Contemporaneamente, os tenentes que apoiavam Vargas estavam acumulando poder, assustando os civis, e aquela parte da hierarquia militar que tinha ficado de lado com a revolução. Em '32, se deu uma revolta armada em São Paulo, batizada de Revolução Constitucionalista, a cidade se mobilizou como se fosse uma guerra civil total. Depois de dois meses de cerco os rebeldes se renderam. De fato, quem ganhou no campo foi o Governo provisório federal, mas ficou claro que o apoio de todos os estados fortes da federação, das forças constitucionalista estava perdido. Por esta razão, mesmo ganhando, o Governo abriu a Assembleia Constituinte, em 1933. A Constituição de 1934 resultou do trabalho conjunto entre vencedores e vencidos. (Skidmore, 2010: 45-52)

das Forças Armadas era agora de medo generalizado e mesmo que a maioria dos processos contra militares já não se dessem por questões abertamente Políticas, as questões disciplinares podiam destruir a carreira. A eliminação da Política dentro das armas se dava necessariamente através do enrijecimento da disciplina[69]. Os últimos expurgos se deram com a proclamação do Estado Novo, em 1937 e em 1938, com a limpeza da base integralista dentro das FFAA, especialmente dentro da Marinha, onde o movimento contava com o maior número de simpatizantes. Este último ato pode parecer pouco consistente, de fato a Ação Integralista Brasileira (AIB) concordava em muitos pontos com o programa da nova hierarquia militar, especialmente com respeito ao anticomunismo, mas o lado mobilizador que tanto a Aliança Nacional LIbertadora (ANL) como o partido comunista e o AIB incorporavam não era bem visto, além de criar múltiplas lealdades para os militares que neles participavam (D'Araujo, 1999, p. 64-68).

Os trabalhos para a nova Constituição, abertos em 1933, foram aproveitados por Góes que, através da subcomissão, começou a reformar o Exército a partir da necessidade de impermeabilizá-lo à sociedade e de abrir esta à penetração do espírito militar[70]. Se a reforma des-profissionalizava os praças, os sargentos e os tenentes (agora impossibilitados de subir na hierarquia e sem possibilidade de reengajamento[71]), os oficiais tiveram um tratamento completamente diferente ficando como único corpo profissionalizado e, portanto, ainda mais

[69] "Naquele tempo entrar na Política era coisa perigosa. Havia muito choque. Havia partidários da ANL e da AIB, muito medo, muita insegurança, revista nos armários... Me pegaram uma vez com um livro do Stefan Zweig. O tenente ficou impressionado porque não sabia quem era Stefan Zweig." Entrevista feita por Murilo ao general João Evangelista M. Da Rocha, naquele tempo estudante da Escola Militar. (Carvalho, 1982: 134-135)

[70] A reforma não se deu de uma vez só, as diferentes medidas que vou salientando foram proposta por Góes na Comissão para a Constituição entre '33 e '34, mas algumas delas entraram em vigor durante o Estado Novo. Para uma maior precisão nas datas e números das leis, ver: Carvalho, 1982: 124-130.

[71] O tempo de permanência no serviço foi limitado para os sargentos, a nove anos, depois dos quais era obrigatório voltar à vida civil. Os praças iam e chegavam com o serviço militar obrigatório. Desta forma, além de criar reservas, se procurava eliminar as crises entre tenentes e o resto da hierarquia, quebrando também as lealdades entre tenentes, sargentos e praças. (D'Araujo, 1999: 63)

fechados com respeito à sociedade. Já, em 1934, Góes tinha salientado o fato de que a Escola Militar tinha ficado mais atrativa para os pobres, por óbvias motivações econômicas, e que o resultado disso era um grande número de militares sem nenhuma vocação para a caserna. Para acabar com isso e constituir uma aristocracia intelectual, física e moral, durante o Estado Novo, foram instituídas credenciais básicas para ingressar no corpo dos cadetes (Carvalho, 1982: 128). Primeiro, os candidatos para a Escola tinham de ter cursado antes em institutos militares como o Colégio Militar do Rio de Janeiro e as Escolas Preparatórias de Cadetes. Foram também institucionalizadas exigências para o ingresso em todos os estabelecimentos de ensino militar, com respeito à religião, à raça, à orientação Política, à nacionalidade, às condições morais do candidato e da família. Uma vez dentro da instituição, era necessário homogeneizar os candidatos e imunizá-los através da preparação ideológica, o que resultou na introdução de estudos humanísticos nos diferentes níveis de ensino[72]. Outra medida de isolamento dos oficiais foram as leis que regulavam a participação deles na vida Política e em organizações de caráter partidário. Góes defendia a posição radical da proibição completa da participação, ou seja, a proibição de qualquer militar no ativo de votar, a proibição de participar em qualquer organização de caráter político[73] e a obrigação, para os que ocupavam cargos públicos, de passar para a reserva depois de seis anos[74]. Foi exatamente nesta altura que se

[72] "[Severino Sombra] ... sugeria, como medida prática, o ensino da Sociologia na Escola Militar, de Economia Social nas escolas de sargentos; a promoção de conferências na Escola de Estado Maior e de aulas de moral e cívica para praças, além do uso intensivo de rádio, cinema, etc...". (Carvalho, 1982: 129)

[73] Isso incluía também a participação no Clube 3 de Outubro que, nascido imediatamente depois da revolução de 30, apoiava Getúlio Vargas. A sua atuação, porém, escapava ao controle militar, por ser composto por militares e civis. A sua fundação tinha exatamente esta finalidade, participar na movimentação Política, sem ter de responder diretamente à hierarquia. Por esta razão, depois de um período de engajamento e popularidade dentro do Exército, foi se esvaziando. Para maiores informações sobre o Clube ver: Viviani Fabrícia Carla, *Tenentismo e modernização brasileira,* http://www.geocities.ws/politicausp/teoriapol/Modernidade/Viviani.pdf. Último acesso: 30/3/2017.

[74] Com a Constituição de '37, foi também retirada a cláusula "dentro da lei", obrigando as Forças Armadas a ser fiel ao Presidente da República. (Carvalho, 1982: 130)

deu também a reforma da Escola Militar[75], agora Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com a institucionalização do Corpo dos Cadetes e a consolidação do enquadramento militar dos alunos a partir de um novo regulamento interno, onde o grau de detalhamento na direção da vida aproxima a academia às instituições totais, descritas por Erving Goffman (Castro, 2012: pos. 1796).

O projeto de Góisé de tirar a Política de dentro do Exército e de fazer dele uma instituição coesa, capaz de participar em bloco, como agência de poder na Política do Estado, não poderia ter dado certo sem a integração de medidas mais amplas, abrangendo o Estado e as suas prioridades.

O projeto do Estado Novo Varguista, esboçado por Monteiro em 1934 num documento que o general entregou a Vargas antes de assumir a pasta da guerra, enscreve claramente as medidas de unificação do Exército num projeto político mais amplo. O escrito está dividido em três partes, a primeira tratando da situação Política brasileira, a segunda sobre a preparação da Nação para a guerra e, portanto, a Política da guerra, e a terceira tratando dos problemas do Exército Brasileiro.

Segundo Góes, a Assembleia Constituinte tinha se demostrado: " Um Processo clássico de liberalismo moribundo", ou seja, um sistema onde dominavam individualismo e regionalismos, onde as massas ficavam empobrecidas e ignorantes e a economia se caracterizava por uma indústria sujeita as concessões estrangeiras. Tudo isso era o reflexo de uma falta de objetivos políticos claros e ideias diretrizes capazes de mobilizar as forças nacionais. Faltava uma Política verdadeiramente nacional capaz de realizar o destino da Nação. A revolução de 30 não tinha,

[75] A reforma da Academia foi executada por José Pessoa, a partir do começo dos anos 30. Viu também a criação de uma nova simbologia e novo ritos, entre os quais o culto aos mortos durante a Intentona Comunista de '35, simbologia que ainda permanece inalterada. Para melhor aprofundar a reforma da AMAN e o seu funcionamento interno, ver Castro, 1990, 2012.

até aquele momento, cumprido com a tarefa de fortalecer o nacionalismo através uma organização do Estado mais centralista que conseguisse regular a vida econômica e reformar as instituições a partir de necessidades verdadeiramente nacionais. A principal destas era a Segurança Nacional que, longe de se explicitar simplesmente numa clara cadeia de comando, eficiente nos momentos de crise, devia se organizar também a partir de um plano de desenvolvimento industrial que levasse à produção necessária para o fortalecimento das FFAA. Se tornava central, portanto, o desenvolvimento da indústria de base como a química e a siderúrgica, planejada a partir do Estado, mas participadas também por parceiros privados[76]. Para que se desse o projeto de uma Nação unida, trabalhando pela própria grandeza, a sociedade também tinha de ser organizada a partir de medidas complementares, não menos importantes. A minimização dos conflitos sociais e políticos devia se dar através de uma educação sistemática do povo e da extensão dos serviços públicos também às zonas rurais. Um lugar importante tinha de ser reservado para a orientação vigorosa dos meios de comunicação como a imprensa, o cinema, a rádio, etc.; enquanto a manutenção da ordem interna devia ser assegurada por uma polícia em ligação íntima com o serviço secreto do Estado Maior, e controlada, na hierarquia, pelo Exército. De fato, nas palavras de Góes Monteiro:

> "Num país novo como o Brasil, um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o Governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo." (Bretas, 2008: 60)

[76] Com o Estado Novo se deu um desenvolvimento industrial extraordinário, e, se no começo a indústria militar ocupava uma parte hegemônica no projeto, com a Segunda Guerra Mundial também a produção de bens de consumo comuns virou central. De fato, se cumpriu com as linhas do projeto dos Círculos de Técnicos Militares, que punha a indústria no centro dos esforços do Estado, não somente do tipo bélico, mas também a de tipo civil. Para melhor aprofundar, ver Alvear, 2008: 62-80.

Neste projeto, é clara a vontade de reorganizar a sociedade não a partir de modelos políticos mas a partir de modelos organizacionais, considerados mais efetivos para formar a Nação. Tais modelos correspondem aos do Exército e da Marinha, instituições verdadeiramente nacionais:

> " (...) só à sombra deles é que, segundo nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. O exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna da Nação, precisando para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagônico à sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condições as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando Governos fortes, capazes de movimentar e das novas estruturas à existência nacional, porque só com força é que se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas." (Campos, 2000: 115)

O trabalho teórico de Góes Monteiro foi o primeiro exemplo de doutrina coerente e global sobre as relações entre Exército e sociedade civil, o primeiro, desde o ponto de vista militar, capaz de estabelecer uma "Política do Exército" em lugar da "Política dentro do Exército". Porém, a eliminação do sistema partidário e a organização da sociedade em sentido corporativista, contribuíram para eliminar a Política não somente dentro das forças armadas, mas também na sociedade. De qualquer forma, o Estado Novo foi uma Política do Exército. E se este, no começo da década, era "vanguarda do povo", a partir de 1937 virou a "vanguarda do Estado"; como dizia Azevedo de Amaral:

> "Estado e Nação formam uma unidade, que se completa pela integração perfeita das classes armadas na organização Política, como força executiva da vontade estatal. Estabelece-se assim uma colaboração harmoniosa entre o Exército e o Estado, que é a expressão orgânica da própria Nação." (Carvalho, 1982: 148)

Estado Novo, heranças.

O Estado Novo, cujo plano foi consistente com aquele expresso por Góes [77], viu a participação direta dos militares no Governo através da ocupação de postos estratégicos nas comissões técnicas e nos órgãos de formulação das Políticas econômicas, além das industrias vinculadas com a defesa nacional, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores. Apareciam também nas comissões especiais criadas dentro do influente Conselho Federal de Comércio Exterior. Esta presença, tanto ao nível de elaboração do sistema de Governo como na sua execução, aumentou o grau de autonomia militar face aos outros grupos e consequentemente o seu poder. Esse dado, junto com a formulação de valores próprios capazes de aumentar a solidariedade e a coesão interna, abriram a chamada fase de "atividade" em que a *organização* se torna *instituição*[78].

O período do Governo de Vargas foi o momento em que a formulação de uma doutrina coerente se sobrepôs à formação da solidariedade orgânica dentro da instituição[79]. Essa se deu a partir da elaboração de um evento crítico, a Intentona Comunista de 1935, e da forma de liderança que permitiu a sua superação, o Estado Novo. A cristalização do relato oficial sobre

[77] O plano de reformas para o novo regime foi editado por Oswaldo Aranha, sob pedido de Vargas e: "O plano punha ênfase nas defesas interna e externa, no fortalecimento das Forças Armadas, no desenvolvimento econômico, na promoção das indústrias de base e na exportação. Mesmo dando o devido desconto para a retórica, não há como negar que, por detrás do autoritarismo do regime, e em parte como justificativa deste autoritarismo, havia um projeto de desenvolvimento nacional sob a liderança do Estado e com o apoio das Forças Armadas." (D'Araujo, 1999: 71)

[78] Segundo Edmundo Campos Coelho, nos anos 30 se verifica uma mudança importante dentro da estrutura da FFAA, a passagem da fase de ativação para uma fase de atividade e consolidação da instituição. Se a ativação, que vai desde a Questão Militar até a revolução de 30, se caracteriza pela aquisição de uma maior consciência de si mesma como entidade distinta da sociedade, tornando o Exército mais visível para seus membros e para os demais segmentos da sociedade brasileira, a fase ativa se caracteriza pela existência de valores e objetivos a partir dos quais seja possível avaliar o próprio desempenho e se corrigir. (Campos, 2000: 135-136)

[79] A solidariedade diz a respeito das relações expressivas entre os membros da organização, não significa unidade de pensamento. Ela tem a ver com a memória organizacional e emerge a partir da crise e das técnicas adotadas para as ultrapassar; a solidariedade facilita a formação de uma comunidade de perspectivas capaz de funcionar como denominador comum para qual as facções tendem refluir. (Campos, 2000: 117-134)

o levante se deu ao redor da ideia de "*traição*" e de "*infiltração*" de algo exótico, alienígena, dentro do corpo (da instituição e da Nação). A ideia de um crime horrendo, praticado contra os companheiros de farda[80], suscitou um sentido de união a que todos, civis e militares, foram chamados a participar através dos enterros, transformados em eventos públicos[81]. Mas se, inicialmente, as atividades simbólicas foram organizadas a partir de diferentes atores esparsos, foi com o Estado Novo que houve unificação e oficialização das manifestações *In Memoria* das vítimas, até que, em 1938, o dia 27 de novembro adquiriu o estatuto de solenidade oficial do Exército, se tornando uma prática ritual pública.

A descoberta e prisão, em 1936, de estrangeiros ligados ao Komintern e as publicações das declarações deles sobre a necessidade da revolução no Brasil, contribuíram para formar a opinião de que existia um complô internacional comunista contra o Brasil e que os comunistas brasileiros estavam ao serviço de uma potência estrangeira (Ferreira, 2005: 53). Todas as medidas que seguiram a Intentona, tanto repressivas como de homenagem aos mortos dentro da instituição militar, propiciaram aquilo a que Ferreira chama de "dado da realidade" e que serviu posteriormente uma determinada mensagem organizacional.

O relato da Intentona como evento crítico e o Estado Novo como a sua superação se reforçaram mutuamente graças à continuidade na liderança responsável pela elaboração da unidade de sentido. A sua permanência no poder até os anos 50 permitiu fixar esse núcleo na memória organizacional. Foi fixada também a unidade com respeito ao papel que o Exército deveria cumprir na sociedade. O resultado foi que o binômio Segurança/Desenvolvimento, elaborado por Góes, chegou até 1964, caracterizando também o período ditatorial, relegando

[80] Por muito tempo circulou o relato de que os revoltosos tivessem morto alguns companheiros que estavam dormindo.

[81] "O *Estado de São Paulo* do dia 30 de novembro de 1935 traz a descrição do enterro dos mortos governistas. Na edição do dia 5 de dezembro de 1935, do mesmo jornal, o jornalista Wladimir Bernardes afirma: "Nunca houve nenhuma manifestação da República que fosse tão expressiva"". (Ferreira, 2005: 52)

as divergências ao domínio das fórmulas a ser aplicadas para obter tal resultado. O último fator influente na organização da solidariedade militar foi a delegação ao Alto Comando da responsabilidade na formulação das Políticas a serem seguidas pela instituição. Este fator, que incentivou a desmobilização das bases da FFAA, conseguiu a neutralização por cooptação, através da fórmula "contribuição ao Exército", daqueles movimentos que, de outra maneira, teriam ameaçado a disciplina.

Então, a unidade dentro da instituição se fundou a partir de uma *ameaça/inimizade* (de tipo interno, tanto à instituição como à Nação) e da luta para a superação desta travada através de um sistema de Governo baseado não em valores políticos, mas na aplicação, em vasta escala, de num sistema organizacional. Dessa forma, a consolidação do anticomunismo como parte do *ethos* militar brasileiro, que se verificou a partir da experiência de 1930-1945, tem de ser entendido não simplesmente como uma opinião particular expressa por alguns grupos dentro da instituição, mas como um instrumento mais complexo capaz de atuar em diferentes campos[82].

Hegemonia

Os anos do Governo Vargas, além da reorganização das Forças Armadas, foram também os anos da Segunda Guerra Mundial e do seu impacto como guerra de mobilização total. A ideia de mobilização total não era estranha ao contexto brasileiro, tanto na teoria como na prática. Como afirma Alves Ferraz, a experiência da revolução tenentista de 1924 e constitucionalista de 1932, em São Paulo, representavam um experimento neste sentido. Estas representam as

[82] Ferreira Martins salienta que anticomunismo funciona como elemento da estratégia organizacional, em termos de ampliar a coesão interna ao grupo; como instrumento do imperialismo, como manifestação da consciência de classe ou como prática do aparato do Estado. (Ferreira, 2005)

primeiras tentativas de mobilização industrial para fins bélicos no Brasil com a produção de armas, equipamentos e também tanques (Alves Ferraz, 1997: 79). Junto com a experiência, o projeto de Góes Monteiro representou não somente uma clarificação sobre o relacionamento entre estado e as FFAA, mas também uma forma de conceber a mobilização do ponto de vista moral como industrial. De fato, durante o Estado Novo, o desenvolvimento da indústria de base, e mais em geral qualquer atividade econômica, foi submetido à mentalidade bélica. A legislação trabalhista foi modificada para aqueles sectores considerados de "Segurança Nacional", que acabaram sob a autoridade militar, forçando a comunhão entre o ideal do soldado e a do "soldado do trabalho"[83]. Desta forma, a mentalidade da mobilização expandiu o alcance do militar para todo o contexto social, de modo que a questão social, que estava se esboçado mesmo dentro do contexto corporativista do Estado Novo, vinha sendo considerada como relativa à esfera do crime de lesa-pátria.

A mobilização assim experimentada não foi abandonada com o fim da Segunda Guerra Mundial, ela se tornou fundamental nos vinte anos de democracia que seguiram, marcando duas questões fundamentais para as Forças Armadas. Se as Forças Armadas são uma instituição coesa com uma missão tanto educativa, em termos de nacionalidade, como de orientação para a segurança nacional, elas são obviamente chamadas a participar da Política nacional. O que resta decidir é o tipo de projeto que esta instituição coesa pode levar para frente e como, a partir deste projeto, se daria a sua relação com o mundo civil. Entre 1945 e

[83] A produção é comparada por Vargas à batalha e enquanto tal qualquer interrupção, reivindicação ou problemática acaba correspondendo a um ato de sabotagem, nas palavras de Vargas pronunciadas no Estádio Vasco da Gama, Rio de Janeiro, a 1 de maio 1943: "Torna-se indispensável continuarmos, com redobrado empenho, a mobilização dos nossos recursos econômicos, diríamos melhor, usando a linguagem militar, a batalha da produção. Produzir mais, produzir melhor, nas fábricas, nos campos, nos pomares — é a palavra de ordem que devemos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades. Hoje mais do que nunca a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo." (Alves Ferraz, 1997: 85)

1964 se assiste à formação de um grupo, uma elite hegemônica transversal ao mundo militar e civil, cujo projeto será o esboço para o Estado de Segurança Nacional.

Nacionalista vs antinacionalistas, legalistas vs golpistas.

Com o fim da guerra, em 1945, se deu a volta da Força Expedicionária Brasileira, FEB, que, subordinada ao comandante do V Exército dos Estados Unidos, havia combatido na Itália desde 1942. A participação ativa na guerra, ao lado da potência vencedora, não podia passar despercebida, tanto para os equilíbrios de poder dentro do Estado Novo como dentro das mesmas FFAA. Em termos mais práticos, a existência da FEB representava um problema no esquema das promoções e uma contradição em termos políticos já que voltavam para uma ditadura depois de terem combatido as mesmas na Europa. Por esta razão, a desmobilização começou antes mesmo de tocar o solo brasileiro[84]. A experiência do combate impactou os oficiais de duas formas: primeiro, perceberam as limitações do Exército Brasileiro no contexto de uma guerra "séria"; secundariamente, esta experiência constituiu o ponto de partida para uma reflexão conjunta sobre a necessidade de um projeto que colocasse o país à altura da situação mundial.

A lição sobre a mobilização nacional que os Estados Unidos deram aos "febianos", tanto no campo de batalha, como nos cursos que a alta oficialidade brasileira seguiu nas escolas de guerra, os levou, uma vez no Brasil, à busca de modelos de Governo que funcionassem no

[84] Os que voltavam da experiência italiana voltavam imbuídos de uma ética democrática que mal se ajustava à situação Política interna. Para o Exército, se considera que, como escreve Alves Ferraz ," foi embarcada para os Estado Unidos e para a Itália uma significativa parte da potencial oposição ao Governo Vargas..." (Alves Ferraz, 1997: 140). Do lado interno da instituição militar, os que ficaram tinham como concorrentes mais fortes no avanço da carreira os que em combate ganharam suas promoções. Portanto, para evitar que o conflito entre "veteranos" e "praieiros" (os que serviram sem se afastar do Brasil) se tornasse ainda mais intenso, foram alteradas as leis que regulavam as promoções equiparando-os. (Castro, 2004: 381)

sentido da ordem, do planejamento e das finanças nacionais. Não conseguindo encontrá-los, a fundação da Escola Superior da Guerra, na sua versão definitiva de 1948, representou um dos caminhos, a longo prazo, para a produção das respostas a estas necessidades[85]. Projetada a partir do modelo americano dos National War Colleges, a ESG foi pensada, sim, como uma escola militar, subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, mas ao mesmo tempo aberta aos civis. O alto número de estagiários não fardados que participavam na administração pública, no mundo empresarial privado, aceito na escola, indicava a vontade de criar uma elite transversal socializada a partir da mesma visão dos problemas do país e, mais importante, voltada para as mesmas soluções. A este respeito, os *curriculae* dos cursos oferecidos tinham a ver mais com estudos sociais, políticos e econômicos, todos aglutinados a partir da abrangência que o conceito de "segurança" possibilitava. A noção de "segurança", e não o de "defesa", já considerado demasiado estreito, se tornou um conceito central no pensamento desenvolvido na ESG, tornando a escola o centro de elaboração da versão brasileira da Doutrina de Segurança Nacional.

Mas se a Escola Superior da Guerra representa um espaço plural e organizado de discussão sobre os interesses brasileiros, ela cumpriu também com outra função: a de fechar o debate dentro do círculo das elites, retirando-o de outros meios mais abertos e mais participados como, por exemplo, o Clube Militar. Com a democratização do país, houve também uma abertura dentro do meio castrense para a discussão sobre os grandes temas nacionais. Neste contexto, o Clube Militar, que viu o número dos sócios triplicar entre '44 e 50, adquiriu uma

[85] A ESG pode ser considerada em diálogo quase direto com a experiência administrativa do Estado Novo e com as problemáticas que a guerra despertou nos que nela participaram. Como relata Alves Ferraz, os militares encarregados da criação da escola, no seu segundo nascimento, tinham um perfil parecido: todos tinham participado dos levantes na época de 30, da FEB, dos cursos nos Estados Unidos e participado, de alguma forma, na administração civil, o que significa que tinham laços no mundo empresarial nacional e/ou internacional. (Alves Ferraz, 1997)

maior representatividade se transformando, ao mesmo tempo, numa válvula de escape para o controlo da hierarquia (Ferreira&Delgado, 2008: 112). Este crescimento se deu graças ao rol aglutinador que o Clube desempenhou no debate sobre a questão da exploração do petróleo, se tornando uma caixa de ressonância do projeto nacionalista, contra aquele antinacionalista (Kunhavalik, 2009: 19). A diferença entre os dois grupos se dava principalmente a partir das posições distintas sobre dois tópicos: a industrialização do país e a função que o mesmo Clube deveria ter dentro das FFAA. Para os nacionalistas, o processo de industrialização tinha de ser autônomo e caracterizado por uma Política de não alinhamento total com os Estados Unidos, enquanto que, para os segundos, industrializar significava atrair capitais estrangeiros, se posicionando ao lado dos Estado Unidos. Nas eleições para o presidente do Clube, em 1950, a vitória dos nacionalistas ativou a resposta dos antinacionalistas que, fundada a organização Política Cruzada Democrática, passaram a acusar os outros de comunismo, defendendo a despolitização do Clube e o respeito pela hierarquia[86]. O fato de os integrantes do grupo da Cruzada terem o apoio dos altos escalões ativou uma série de medidas que garantiram a vitória da chapa azul, antinacionalista, nas seguintes eleições de 1952[87]. Como resultado, o Ministro da Guerra do Governo Vargas, Estillac Leal, que pertencia à chapa amarela, se demitiu.

Se inicialmente a morte do brigadeiro da aeronáutica, no atentado ao Lacerda, tinha provocado um alinhamento das alas conservadoras com as forças armadas antinacionalistas e com o grupo militar mais disposto ao intervencionismo, a resposta popular ao suicídio de Vargas mudou completamente o panorama. Diante disso, outro lema apareceu, o do

[86] Naquela altura, os antinacionalistas promoviam um discurso, com respeito à função do clube, de "despolitização", definindo-o como espaço de discussão dos problemas corporativos e não como espaço para o debate sobre as questões nacionais. Interessante, depois da vitória da chapa azul, em 1952, a volta à promoção obsessiva da figura de Caxias dentro da revista do Clube Militar, outra vez como figura unificadora e descomprometida com o debate político. (Kunhavalik, 2009: 112-124)

[87] Sodré relata que as pressões exercidas sobre os nacionalistas varavam desde a transferências, as prisões, as torturas e os inquéritos militares. (Sodré, 1979: 330-345)

"legalismo", que obrigou os opositores ao Governo Vargas a isentar-se da culpa pela morte do mesmo[88]. A radicalização da campanha presidencial levou o general Henrique Teixeira Lott, figura respeitada e obedecida no Exército, a se impor para o mantimento do regime, possibilitando a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart, enquanto que, em 1956, a eleição no Clube Militar voltava sob o controlo da chapa amarela[89]. A vitória de Jânio Quadros contribuiu para acalmar o grupo intervencionista, cuja aglutinação se completou em 1961 com a renúncia do presidente e a primeira tentativa de golpe contra a subida ao poder do vice João Goulart. Como afirma Martins Filho, a formação deste grupo golpista e antinacionalista, que toma o poder em 1964, não corresponde exatamente aos antinacionalistas do Clube Militar ou aos da ESG, mesmo que as personalidades mais conhecidas apareçam tanto num lado como no outro. Se o Clube Militar pertencia ao nível do debate sobre determinados temas, o grupo da ESG, com seu programa a longo prazo, atuava em outro âmbito, o do Estado. Os militares vinculados à Escola estavam definindo uma doutrina que fosse válida para todas as forças armadas e atuavam de preferência nos bastidores e nos gabinetes (Ferreira&Delgado, 2008: 115), conscientes, porém, do fato de que os oficiais antinacionalistas representavam a base de apoio para um determinado projeto. As duas correntes se fundiram para o golpe, se

[88] "Quaisquer que sejam os resultados das urnas, é dever dos soldados dignos deste nome aceitá-las como expressão dessa opinião e dessa vontade, pois que só assim — e unicamente assim — eles darão conteúdo moral e legal ao poder instituído". Discurso do general Estillac Leal na despedida do Comando Militar do Rio de Janeiro logo depois do suicídio de Getúlio. (Ferreira & Delgado, 2008: 118)

[89] A ideia do golpe ganha força com as eleições de JK e João Goulart, consideradas como a prova de uma polarização social cuja finalidade era supostamente a destruição do corpo social. Diante dessa ameaça, a intervenção das forças armadas na arena Política se tornava quase uma obrigação para os integrantes da Cruzada Democrática, agora também do Clube e da sua revista: "É difícil edificar, para as Forças Armadas, um mundo à parte, liberto do processo histórico caracterizado nas lutas fratricidas que agitam o país. São elas constituídas de homens, inseridos no grupo social, fiéis à paz, à lei e às instituições. Só na noite escura, quando o desespero se alia com a desesperança e estão em jogo valores absolutos, a definição diante da estrema gravidade contingente tem pertencido à razão moral de cada um. Estamos, como não podemos deixar de estar, na inabalável crença de que o Brasil encontrará o verdadeiro caminho da paz. E já vamos nós, das Forças Armadas — com dificuldade mas em tempo — descobrindo, na grande indistinção dos dias atuais a exata posição da Lei Natural que irá irmanar-nos na luta pela real prosperidade do Brasil." Editorial mensagem. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, n.º 142 Abril/Maio/Junho 1956, p. 4-6. (Kunhavalik, 2009: 124)

distinguindo outra vez nas disputas entre Castelo Branco e Costa e Silva já durante a ditadura militar.

Tanto como para o projeto conservador não é possível, mesmo dentro de um contexto altamente polarizado, reduzir os antinacionalistas aos esguianos e aos golpistas, também os nacionalistas não podem ser reduzidos ao grupo atuante no Clube Militar. Outra instituição, desta vez não diretamente ligada ao meio militar, fez a sua aparição em 1955, promovendo o projeto "nacional-desenvolvimentista": o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB.

O Instituto, criado em 1953 com o desejo de elaborar um pensamento ideológico capaz de lidar com o desenvolvimento do Brasil, se preocupou com a implantação definitiva de um capitalismo "autônomo" (em que os capitais para o desenvolvimentos industrial deveriam chegar do Estado e dos privados brasileiros mais do que do trustes estrangeiros, para ter um retorno nacional das riquezas) como forma de superação do subdesenvolvimento, face a uma economia marcada pelo latifúndio agroexportador, considerada responsável pelo atraso econômico e social do país[90]. O ISEB repropõe a discussão interna à CEPAL no contexto brasileiro contribuído não somente ao debate sobre o modelo econômico nacional a seguir, mas também para a discussão sobre a nação e seu projeto. Vale a pena salientar que uma das críticas mais duras à produção do instituto foi justamente um posicionamento *super partes*, entendido como capaz de interpretar a realidade a partir da neutralidade e, portanto, com o dom de elaborar o rol que cada grupo social deveria supostamente jogar no projeto nacional.

Mesmo funcionando como órgão do Ministério da Educação e da Cultura, dentro do ISEB houve o encontro de uma parte da oficialidade militar com o mundo desenvolvimentista civil[91].

[90] O ISEB, diferentemente da teoria de Walt Whitman Rostow, que via o subdesenvolvimento como uma etapa no caminho para o desenvolvimento igual para todos, considerava o subdesenvolvimento como produto da história específica do país cujas soluções, portanto, teriam de ser medidas a partir das particularidades de cada caso.

[91] Com a nova direção nacionalista do Clube Militar, em 1956, começou a colaboração dos intelectuais do ISEB com a revista do Clube, além dos militares participarem como alunos dentro dos cursos organizados pelo Instituto.

Durante o Governo de JK, o discurso desenvolvimentista virou o discurso oficial do Clube Militar[92] marcando a ligação entre ISEB, Clube Militar e Governo.

A saída do general Lott do Ministério da Guerra, em 1956, para se candidatar à Presidência da República em 1960, o destituiu da posição *super-partes* de que tinha gozado até àquele momento, produzindo uma mudança nas hierarquias militares. O seu substituto no Ministério, o general Odylio Denys, confirmado também por Jânio Quadros, trouxe consigo, como chefe de gabinete, Orlando Geisel, enquanto que a chefia do Estado-Maior ia para Cordeiro de Farias. Estas mudanças favoreceram a Cruzada Democrática que, com o apoio do presidente Quadros fez uma intervenção no Clube Militar com a finalidade de silenciá-lo, tanto na publicação da revista, como nas atividades de divulgação. Consequentemente, uma parte dos membros do conselho geral foram afastados e um novo presidente do Clube foi escolhido através de uma assembleia geral. A escolha caiu sobre um antinacionalista, o general Paulo Torres, que mesmo exercendo o cargo de fato, continuou aparecendo, nos poucos números da revista publicados depois de '61, como vice-presidente[93]. A seguinte eleição confirmou o controlo dos antinacionalistas, especialmente do grupo intervencionista sobre os legalistas e nacionalistas já enfraquecidos pela derrota de Lott. Assim, quando o Governo de Goulart começou, o Clube já se encontrava alinhado com os grupos militares que conspiravam ativamente contra a sua

(Kunhavalik, 2009: 125). Além disso, vale a pena lembrar que um dos intelectuais mais apreciados dentro do ISEB foi o militar Nelson Werneck Sodré, escritor, historiador e sociólogo que, nas memórias *A verdade sobre o ISEB*, confirma o contato e o trabalho dentro o Clube Militar. (Sodré, 1978)

[92] A partir de 1956, não somente foram reproduzidos os conteúdos de tipo econômico na revista do Clube, mas também a retórica parece alinhar-se mais com aquela do Governo JK. Houve também uma aproximação entre os antinacionalistas e os nacionalistas, especialmente por aquilo que tem a ver com a função do Clube e o afastamento do discurso político como única maneira para manter a união dentro das FFAA. Isto significa que provavelmente o grupo nacionalista no poder em 1956-57 não correspondia mais ao grupo nacionalista de 1950, ou houve uma mudança no pensamento do grupo nacionalista no poder dentro do Clube. (Kunhavalik, 2009: 128)

[93] No primeiro número da revista, após a intervenção, maio/outubro 1961, a temática da capa foi a Intentona Comunista, com crianças pondo flores nos túmulos dos pais mortos por causa do levante. A afirmação de Prestes: "Nós, os comunistas, sentimo-nos orgulhosos de havermos pegado em armas em 1935". No texto explicativo, a reativação da ameaça se deu a partir da imagem dos órfãos que poderiam se multiplicar se "... não houver uma resistência firme e enérgica de todo o País aos que pretendem tomá-lo de assalto a serviço de Moscou". Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, maio-outubro de 1961, n.º 159, p. 10. (Kunhavalik, 2009: 135).

posse[94] e, em geral, integrados no contexto antipopulista que predominava agora nas hierarquias militares[95].

[94] O presidente eleito em 1962, general Augusto da Cunha Magessi Pereira, era parte do grupo dos conspiradores contra João Goulart. (Kunhavalik, 2009: 135)

[95] No momento em que a discussão sobre as reformas de base se tornava acirrada, as forças armadas estavam na sua maioria já reposicionadas com os antinacionalistas. (Kunhavalik, 2009: 135)

ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL: ELEMENTOS.

Os diferentes Governos militares, ou com forte participação militar[96], que nos anos 60-70 se instalaram na América Latina sofreram ao longo do tempo de uma hiper-nomeação. Além das formas como que os golpistas quiseram chamar as suas criações[97], elas receberam diferentes definições (ditadura militar, ditadura civil-militar, regime burocrático-autoritário, estado terrorista etc.), todas de acordo com os aspetos que cada um considerava preponderante para cada país ou para o tipo de discurso que se pretendia desenvolver sobre eles. Mas mesmo não esquecendo as particularidades de cada lugar, os Governos militares nascidos com a Guerra Fria compartilharam o papel central que a Doutrina de Segurança Nacional jogou na sua fundação e organização. E foi justamente a partir da combinação de uma instituição militar profissionalizada[98] com esta doutrina que David R. Mares definiu os Governos militares como *Estados de Segurança Nacional* (ESN) diferenciando-os de outros Governos militares instituídos ao longo século XIX e XX[99]. Em geral, se pode dizer que uma das peculiaridades dos ESN é a de ser um Governo em que os militares se apropriam do poder como instituição e não a partir de uma particular fidelidade a um líder específico; enquanto que a finalidade do

[96] O Governo do Uruguai, por exemplo, continuou nas mãos de um Presidente Civil, Juan María Bordaberry Arocena, mas a soberania nacional era exercida ou através de plebiscitos ou pelo Conselho da Nação que incluía os Comandantes Chefes das Forças Armadas e o Presidente da República.

[97] No caso do Brasil, os militares chamaram ao golpe *Revolução* e no ato constitucional numero 1 tentaram institucionalizar esta forma. Mesmo que isso tenha dado origem a uma série de comentários ridículos, o fato de eles terem escolhido a revolução como melhor forma para definir o acontecimento, começa hoje a despertar, mais do que graça, interesse.

[98] Para o conceito de profissionalização militar vale o que já foi dito no capítulo um, apenas acrescentar: "Professionalization entails creating a sense of identity linked to one's profession and appreciation of the skills required to perform one's task; one becomes the "expert" whose responsibility is to provide society with the benefit of that expertise. Along with the development of those skills emerges a set of values concerning the importance of the military's tasks, and hence of their unique contribution." (Mares, 2008: 393)

[99] "The key argument here is that political crisis, economic crisis, and social stratification were not sufficient to produce the National Security States in Latin America; it was only a combination with professionalized military institution wielding a specific doctrine of national security that the subjugation of the citizenry to the state could be attempted." (Mares, 2008: 386).

Governo não correspondia simplesmente à conservação de uma ordem específica, mas pelo contrário, à mudança do sistema em geral (Mares, 2008: 387)[100]. Finalmente, a Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, o conjunto de valores que vão nortear o ESN, giraram em torno de quatro conceitos principais: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional, cujo sentido, no contexto da Guerra Fria, vem se constituindo a partir da *Geopolítica* e da *doutrina da contra insurgência* de origem francesa.

A Geopolítica

All words have histories and geographies and the term geopolitics is no exception.

Gearóid Ó Tuathail, 2006

Enquanto todo mundo assume a importância da Geopolítica na formação de uma específica ideia de Estado no Brasil dos nos 60-70, a definição desta disciplina e dos seus métodos são tidos no mínimo como obscuros. Na sua definição, por assim dizer, de base, ela faz referência à ciência que estuda a relação entre a Política e geografia com uma especial inclinação para as relações entre a geografia, a estratégia militar, o desenvolvimento nacional e a expansão do território e do imperialismo (Child, 1979: 89)[101]. Porém, Klaus Dodds, em *Geopolitics, a Very*

[100] A instituição de um modelo social diferente precisa de uma legitimação e institucionalização das mudanças levadas pelos militares, não uma simples "limpeza" dos inimigos/opositores. Este enfoque talvez permita ver de maneira mais clara todo o processo legal (incluindo o conteúdo dos Atos Institucionais) pelo qual passou a *Revolução* brasileira de 1964, incluindo o apego a uma estrutura legal que permitisse uma reprodução no tempo e em condições diferentes das mudanças aportadas.

[101] O estudo da relação entre Geografia e Política não é uma prerrogativa da Geopolítica, esse se dá também na disciplina da Geografia Política, mas com ligeiras diferenças. Se a primeira privilegia um enfoque dinâmico, em que a finalidade é a formulação de Políticas estratégicas a partir da leitura do território e das suas riquezas; a segunda se focaria somente na mera descrição dos acidentes físicos, se preocupando principalmente com a análise desses fatores. Segundo Miyamoto, portanto, as duas derivariam de disciplinas diferentes, sendo a Geografia Política um ramo da Geografia, enquanto que a Geopolítica, por ser uma *teoria do poder,* seria um ramo da ciência Política (Miyamoto, 1981: 76).

Short Introduction, enfatiza alguns aspetos mais críticos da Geopolítica, primeiramente o fato de ela ser uma narrativa, cujos discursos produzem uma imagem das Políticas internacionais em ato. Por ser uma narrativa, ela se caracteriza por um alto nível de plasticidade, necessário à adaptação da mesma aos diferentes públicos que a consomem. A partir disso, fica claro que as representações Geopolíticas precisam de estar ligadas às geografias do dia-dia e, portanto, estão imbuídas nas relações de classe, gênero e raça de cada grupo.

Para que as narrativas Geopolíticas se tornem efetivas, Dodds distingue três níveis da Geopolítica: a Geopolítica prática – a das instituições Políticas, da burocracia estadual e da Política exterior; a Geopolítica formal – a dos institutos estratégicos, dos grupos de pesquisa, da academia em geral; a Geopolítica popular – a da representação da mesma nos meios de comunicação de massa, nas novelas, nos jornais, nos mapas de maior divulgação, etc. (Dodds, 2014: 39-42).

À vista disso, se num primeiro contato com a matéria ela parece mais ligada com a organização das relações de poder num nível extranacional, ela de fato atua tanto ao nível governamental interno de cada país como ao nível supranacional, fazendo com que algumas Geografias imaginadas se tornem a própria manifestação do conflito.

É preciso também não esquecer que, na produção do jogo da Política internacional, ela atua também sobre a identidade de cada grupo, contribuindo ativamente na sua construção a partir das mudanças nas fronteiras nacionais, no conceito de segurança, nos conflitos e nas migrações (Dodds, 2014).

A inclinação eminentemente *prática,* estritamente ligada ao contexto bélico, e os resultados perturbadores da sua aplicação durante o século XX criaram ao seu redor uma dose de mistério e de constrangimento que não facilitam o seu estudo, mas, como Miyamoto escreve, o fato de ignorar a Geopolítica do ponto de vista acadêmico, deixando-a para as práticas de produção

das estratégias bélico-Políticas, seria um erro, justamente porque ela foi inegavelmente relevante na produção de determinados acontecimentos e, mesmo sob diferentes etiquetas, ela continua moldando os principais eixos da Política tanto nacional quanto internacional (Miyamoto, 1981: 75-76).

O inventor do termo "Geopolítica" foi o sueco Rudolf Kjellén que, em 1899, propôs-se estudar o Estado-Nação entendido não mais como um conjunto jurídico mas como uma unidade orgânica maior do que o sumatório das suas partes, cuja formação se daria na conexão entre a população e o território por ela ocupado[102]. Segundo ele, a finalidade da Geopolítica seria então entender o funcionamento das fronteiras, a capacidade territorial e, principalmente, descobrir as regras que deveriam reger a relação entre os Estados-Nações, remarcando assim a preocupação com a ligação entre o território e as escolhas Políticas possíveis. Na prática, a tentativa de revelar textualmente o relacionamento complexo entre Geografia e a Política, tanto no nível local como mundial, não representava uma novidade, pois a mesma agenda Política já existia sob a etiqueta 'Geografia Política'; consequentemente, por se manter nesta posição, a Geopolítica pode ser entendida como um novo olhar geográfico compartilhado, mais do que uma nova disciplina com um objeto de estudo próprio.

O novo nome, assim como a necessidade de constituir um saber específico diferenciado dos que já existiam, representou, segundo o Hefferman, uma reação à preocupação com as mudanças econômicas e Políticas em ato na virada do século XIX.

[102] "The legal concept of state, claimed Kjellen, was derived from bourgeois republicanism and it was therefore rooted in the ultra-rationalism of the French Enlightenment and Revolution. But the state should be far more than this; it should be vehicles for all hopes, dreams and aspiration of a people, a measure of their demographic vitality (Demopolitik), their economic power (Herrschaftpolitik). 'All than a man is', wrote Kjellen in 1916, 'he owes the State […] This is where his spirit resides. His valour, his spiritual reality would have no meaning without the State […] The Nation and not the individual, is the true hero of history." (Heffernan, 2000: 45-46)

Se a Inglaterra tinha dominado a primeira fase do capitalismo, baseada no vapor, carvão, e ferro, ela já vinha sendo substituída pelos Estados Unidos que, em plena revolução fordista, representavam claramente o começo de uma nova fase do capitalismo baseada, desta vez, no petróleo, na eletricidade e no gás (Heffernan, 2000: 45). A riqueza e poder que a ex-colônia inglesa vinha acumulando trazia consigo a transformação da ordem Política global e claramente a crise do modelo de poder representado pelos países europeus. A dimensão continental dos Estados Unidos, mantida através de meios de comunicação numa escala nunca antes vista, capaz de manter as cidades em conexão entre elas de uma costa a outra, representava, portanto, uma nova relação entre estado e território, entre espaço e as possíveis Políticas do estado.

Este modelo emergente desafiava o sistema europeu que, baseado em pequenos núcleos territoriais, media o próprio poder a partir de impérios coloniais distantes, disseminados e mantidos através de frágeis ligações comerciais via mar.

O futuro dos estados e a configuração das relações de poder pareciam mudar em favor de extensões territoriais diferentes, e, portanto, de unidades Políticas diferentes.

A partir destas incertezas, uma geração de políticos e intelectuais começaram a desenhar estratégias que pudessem ajudar a lidar com o possível colapso da ordem conhecida e o também possível surgimento de unidades territoriais maiores.

Se esse contexto proporciona um molde mais ou menos funcional ao surgimento de uma área de investigação capaz de dar conta das mudanças no equilíbrio de poder ao nível mundial, para que a Geografia Política se tornasse Geopolítica, segundo Hefferman, eram necessárias outras três dimensões mais específicas.

O primeiro aspeto condicionante foi o nacionalismo econômico derivado da onda de protecionismo econômico que tomou conta da Europa na passagem de um século para outro. A reação ao dogma liberal do *laissez faire* e as tentativas de limitar os desastres causados por uma economia cada vez mais globalizadas, estimularam respostas Políticas de tipo mais conservador no sentido da buscar mais abertamente uma situação de autossuficiência, de autarquia, que permitisse uma certa estabilidade em face ao futuro. O segundo aspeto foi a nova onda de colonização aberta em 1880, e especialmente direta, contra os países africanos. Esta corrida, dificilmente explicável através de razões econômicas, pode ser melhor entendida como uma forma de compensação territorial, numa situação em que as dimensões aparentavam representar uma vantagem considerável e nenhuma expansão dentro dos confins europeus parecia viável. De fato, a colonização da África mesmo aparecendo como necessária enquanto única maneira de se expandir sem afetar o frágil equilíbrio territorial entre as potências europeias, não afastou territorialmente os atritos. Muito pelo contrário, os atritos criados nas fronteiras africanas foram levados para dentro do contexto europeu, modificando o sistema de alianças até aquele momento baseados num complexo sistema de tratados bilaterais.

A modificação deste esquema levou à terceira condição necessária para que o projeto da Geopolítica se tornasse significante, ou seja, o nascimento de dois blocos contrapostos de alianças dentro do território europeu, o que tornaria a eclosão de uma guerra, um assunto de dimensão considerável, como demostrado em 1914.

Neste contexto, as respostas dadas pelas diferentes escolas de Geopolítica com respeito ao problema da produção e conservação da *potência*[103], entendida como fato geográfico, podem ser consideradas "universais" mesmo que alguns aspetos sejam tratados de forma diferente[104].

O conceito de estado como organismo vivo, que identifica toda a primeira produção Geopolítica, se deve à escola de Geografia alemã, especialmente a Frederik Ratzel, ao sueco Kjellén e ao alemão Haushofer: os três são geralmente considerados os fundadores e codificadores da disciplina[105].

Como indicado acima, Rudolf Kjellén[106] foi o primeiro cientista político a usar, em 1899, o termo "Geopolítica" entendendo-a como o estudo da influência geográfica no comportamento do Estado. Porém a nova disciplina, assim como Kjellén a pensou, não surgiu como evento isolado, ela era somente uma parte de um projeto maior, cuja finalidade era a estruturação de uma

[103] Hervé Couteau-Begarie, em *Critique de la géopolitique* (2006), explica que a tentativa que a Geopolítica faz de fixar a formação da potência de um determinado Estado nas características física de um território e na relação desse com a população, codificando-a através de uma série de regras que permitam prever o que poderia acontecer, é de fato tentar encontrar uma equação para o acesso à potência perpétua.

[104] Além disso, outra consideração precisa de ser adiantada aqui. Além das discussões sobre as diferenças e correspondências entre Geografia, Geografia Política e Geopolítica, gostaria de marcar outro fato: entre os pensadores agora reconhecidos como geopolíticos, nem todos se reconheciam nesta escola, especialmente o grupo chamado de Anglo-Saxon, como Mackinder ou Mahan (respetivamente Inglaterra e Estados Unidos), mas também a tradição francesa entrou nesta querela, tradição que não compartilhava da visão organicista do Estado. Mesmo assim, as perguntas que servem como referências aos seus estudos são as mesmas da escola organicista alemã, esta sim conhecida como Geopolítica. Mais ainda, todos parecem participar das mesmas premissas subjacentes a um paradigma cultural específico, o do darwinismo social. Vou falar disso de forma mais aprofundada mais para frente.

[105] Com respeito a Kjellen, não foi possível ter acesso à produção por causa da língua, o seu trabalho foi traduzido somente em alemão, o que representou, para mim, um problema. O mesmo, em parte, pode ser dito para Ratzel e Haushofer. Por essa razão, as minhas referências principais são artigos e livros que falam *sobre* eles. É preciso salientar também que, devido à relação que esta disciplina desenvolveu com o nazismo muitas obras não foram traduzidas, mas sim amplamente comentadas, muitas vezes com a clara finalidade de distanciar a disciplina em si mesma dos resultados práticos da sua aplicação Política. Cabe, porém, assumir que a Geopolítica nasceu com uma vocação eminentemente *prática*, o que torna as tentativas do *mea culpa* coletivo um tanto ridículas.

[106] Nascido em 1864, estudou em Uppsala, onde defendeu a tese de doutorado, em 1890, para se tornar professor de Ciência Política com Geografia; mais tarde, de Ciência Política com Estadística e, no fim, Retórica e Ciência Política. Ele foi acadêmico, político e cantor. Parlamentar conservador, nacionalista e monárquico, foi contra a tendência liberalista do mínimo estado mas também nada a favor do máximo estado socialista. Mesmo sendo considerado próximo ao nacionalismo alemão, ele nunca compartilhou a visão anti-intelectual e racista do grupo. (Tunander, 2001: 452)

ciência total do Estado orgânico. Disciplina independente dos demais campos de estudo, como a Geografia, a antropologia, a economia ou a história, e ao mesmo tempo parte de um saber organizado sobre o Estado, a Geopolítica ecoava e construía ao mesmo tempo o conceito de Estado como ser vivo, formado a partir da unidade de povo e terra, com um corpo próprio, uma alma própria e uma personalidade que se revelaria plenamente na cena internacional. Como em qualquer organismo vivo, o corpo do Estado seria composto por partes caracterizadas por diferentes funções específicas, algumas das quais, em caso de necessidade, poderiam ser amputadas sem que a totalidade arriscasse a morte[107]. A geo-Política era, pois, complementada pela etno-Política, que representava o estudo da parte étnica do organismo, da população e do povo, ou seja, da nação. Segundo Kjellén, as duas disciplinas dariam conta do "aspeto natural" do estado enquanto que:

> "[…] economy-politics (the household), socio-politics and regiment-politics or the politics of the executive (governmental) form the culture side of the state, in which it will appear more creative and free." (Tunander, 2001: 457)

O Estado-Nação seria, portanto, um organismo natural, com urgência e desejos fixos, cuja potência moldaria os limites da parte cultural.

[107] " [...] like a man, the state may lose a limb without perishing, but there are others, without which the state could not survive. Even State bodies have their Achille's heels and hearts. These vital parts are first and foremost the capitals and the arteries of communication. […] Napoleon believed that by striking Moscow, he would strike the hearth of Russia; that was a false generalization that lay behind his military strategy, for Russia as yet had no heart in the western sense of the word […] Russia's nomadic character, enabled Russia to withdraw from its central cities without disintegrating as an empire" "it is used by Kjellén to say that lost part of a country must not be compared to the loss of property, but to an operation; a consequence of which is not only a loss of removed tissue, but also a certain strength. .. where health is yet present, one finds an instinctive need to regain what has been lost by intensive internal development". (Kjellér, apud Tunander, 2001: 454-455)

O projeto geopolítico de Kjellén, assim como a sua visão organicista, se apoiavam no trabalho do geografo alemão Frederich Ratzel, especialmente na sua famosa teoria do *Lebensraum* (o espaço vital), elaborada pela primeira vez em 1890. Ratzel, que começou sua carreira acadêmica como antropo-geógrafo, sempre focou a sua atenção na capacidade de adaptação que o grupo aparentava ter em relação ao ambiente. De formação darwinista, ele se ocupou inicialmente em estudar aquilo que ele considerava a única falta da teoria do naturalista inglês: a importância do espaço geográfico na evolução da espécie. Nunca interessado no individuo como unidade mínima da História, ele interpretou a teoria da luta pela sobrevivência usando o grupo como sujeito do discurso/unidade mínima (o *Volk*) cuja identidade se dava a partir da cultura e não a partir do fator genético[108]. Mesmo assim, a caracterização da unidade cultural do Volk passava através de metáforas organicistas, que o transformavam numa espécie biologicamente definida e, portanto, controlada por regras fixas cuja descoberta poderia garantir uma melhor organização social.

A teoria do espaço vital como expansão necessária à espécie/Volk começou a ter algum impacto depois de 1901, quando outros geógrafos, entre os quais o mesmo Kjellén, a incorporaram à nova disciplina da Geopolítica. Porém, a máxima popularidade da teoria do Lebensraum se deve a outra figura central para a difusão da Geopolítica como disciplina academicamente reconhecida: Karl Haushofer.

[108] Desde o começo da sua carreira, Ratzel identificou a migração como característica essencial dos seres vivos. A busca e ocupação de novos espaços representava para ele uma das regras, não reconhecida por Darwin, da sobrevivência da espécie. Com o seu primeiro trabalho "Antropo-Geographie", de 1882, ele definiu a migração e o contato com outros grupos como forma principal de transmissão do saber e das inovações, forma que explicava e tornava desejável a expansão colonial que a Alemanha estava tentando e reclamando face aos outros países europeus. Muitos comentadores da sua obra lêem o seu engajamento político com o projeto colonial como diretamente relacionado com a sua teoria das migrações, isso também porque ele militou ativamente como político e como jornalista no movimento que apoiava a experiência colonial alemã.

Ligado ao partido nacional socialista alemão, Haushofer sempre foi considerado a eminência parda por detrás de Hitler e do projeto nazista[109]. Foi ele que, em 1924, na Universidade de Munich, conseguiu tornar a Geopolítica uma disciplina separada da Geografia, instituindo a publicação do Jornal da Geopolítica (1924-1945). Quando o partido nazista chegou ao poder, a Geopolítica se tornou assunto de Estado, passando a ser coordenada diretamente pelo Governo, em 1935. Segundo Haushofer, a nova disciplina tinha a vantagem de analisar, da forma mais científica possível, as tendências e as necessidades dos Estados no momento presente, se tornando de certa maneira um instrumento necessário para prever de uma forma o mais correta possível as tendências nas mudanças das Políticas globais. Por ser uma ciência do futuro, no sentido de ser voltada para o futuro da Nação, ela deveria se tornar um instrumento para a educação dos homens de Estado, imprescindível para evitar derrotas como a da Primeira Guerra Mundial[110]. Este aspeto da Geopolítica, a função educativa, especialmente para uma parte das elites da sociedade, se reencontra também na obra de outro geógrafo, desta vez da escola inglesa, Arthur McKinder. Mesmo não fazendo referencia à Geopolítica, ele também desenvolve um discurso de conservação da potência em relação ao Império Inglês, em que o novo olhar geográfico deveria ser usado para educar tanto o povo, para que se reconhecesse como parte de uma potência imperial, assim como os homens de Estado, para que conseguissem formular políticas capazes de manter tal Império (Ó Tuathall, 1998: 16).

[109] Vale a pena deixar claro que minha intenção não é verificar qual foi o impacto que as teorias do Haushofer e da escola alemã tiveram na formação do pensamento nazista, fica clara a conexão entre Hitler, Hesse e Haushofer desde o começo da aventura nazista. Fica claro também que num dado momento esta sinergia terminou, com consequências pessoais para a família de Haushofer. O que interessa aqui é mais o fato que institucionalização da Geopolítica como disciplina acadêmica se deu sob o regime e que, portanto, esta primeira fase permaneceu ligada ao projeto nazista.

[110] Haushofer entende a derrota da Primeira Guerra Mundial, e o resultante Tratado de Versalhes, como diretas consequências da incapacidade dos homens de Estado estabelecerem o que a Nação precisava de verdade. A perda de território causada pela perda do conflito estaria, portanto, diretamente ligada a uma falta de conhecimento "geopolítico" que se tornava patente na incapacidade de analisar claramente a situação e de estabelecer objetivos políticos claros e viáveis. (Haushofer, 1998: 33-35)

Ambos se preocupam com a elaboração de um saber capaz de lidar com finalidade políticas claras e imediatas, a partir de hipóteses *científicas* baseadas nos dados práticos da Geografia, um saber sobre as diferentes alianças que gerariam os novos blocos de influências, uma disciplina que no fundo também tivesse uma clara capacidade disciplinadora[111].

Mas a Geopolítica não começa nem termina com a poderosa escola alemã ou a menos relevante escola inglesa. Também os Estados Unidos tiveram, na figura do Alfred Mahan e em outros imperialistas menos conhecidos, uma escola Geopolítica capaz de influenciar as escolhas do Governo em matéria de relações internacionais. Se McKinder queria que a Inglaterra se voltasse para um poder de tipo terrestre mais parecidos com o que os Estados Unidos e os países asiáticos estavam desenvolvendo, Mahan se preocupa com formular uma doutrina nos trilhos da experiência marítimo-colonial inglesa. Segundo o militar, o crescimento do poder marítimo responderia às necessidades que o crescimento econômico gerariam em termos de troca dos bens produzidos. Nesse sentido, a criação de pontos de apoio coloniais serviria como base para potenciar as trocas e defender os interesses da nascente potência. *Ça va sans dire* que o crescimento econômico e uma atitude mais agressiva em termos de comércio gerariam inimizade e invejas que somente poderiam ser combatidas através de uma profunda inversão na capacidade marítima militar. A preocupação com a falta de possessões ultramarinas e com a vontade de se estabelecer como potência influente levaram à teorização

[111] Haushofer, no ensaio "Why Geopolitik" (Haushofer, 1998: 33-35), define a Geopolítica como *ciência*, e justamente porque como ciência ela poderia fornecer todas as respostas necessárias à formulação de planos políticos viáveis. Tanto Haushofer como McKinder propuseram análises das políticas internacionais baseadas na formação de blocos/áreas de influência em competição para o controlo do poder. Mais especificadamente, Haushofer, como complemento do Lebensraum, teorizou as "pan-regiões": entidades maiores, compostas por diferentes Estados, geograficamente compensadas e autárquicas, em que una Nação exercia o papel de guia para a região (por exemplo, a *Mitteleuropa*). McKinder com a teoria do "pivô do mundo" (1904), chega a imaginar as mesmas regiões de influência, todas relacionadas com o crescente poder asiático, com saídas parecidas em termos de possíveis alianças. Diferentemente de Haushofer, McKinder não teve a mesma influência na definição das Políticas externas do Governo inglês. Para melhor aprofundar a teoria do McKinder, ver: Messia, 1992; Dodds & Atkinson, 2000; Ó Tauathail et al., 1998.

e criação de um império informal, baseado nos interesses comerciais e na construção de bases navais em territórios estratégicos que facilitassem qualquer intervenção imediata em caso de necessidade (Ó Tuathail, 1998: 18). A ocupação das Filipinas, a aquisição do Hawaii e de Guam, e de Guantanamo em Cuba são exemplos desta doutrina, a doutrina Roosevelt[112].

Seguindo o caminho de Mahan, Spykeman, em 1942, publica o seu maior trabalho em que, desafiando a corrente Geopolítica académica, imagina uma Geopolítica estadunidense não apenas voltada para a *defesa*[113]. Segundo ele, a entrada em guerra era a prova inequívoca da vocação da potência para a federação, uma vocação que tinha um fundamento geopolítico e que seguia a lei básica que governaria homens e Estados: a luta pelo poder. Não andando muito longe da escola alemã, Spykman reconhece que as relações estão marcadas por diferentes formas de imposição da vontade própria aos outros e que a guerra não é nada mais do que um dos possíveis métodos junto com a persuasão, a compra, a permuta e a coerção: todos estes métodos ligados ao poder financeiro e perfeitamente reconhecidos em tempo de paz (Messias, 1992: 173)[114].

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, que declara o fim da Geopolítica instrumental europeia, aparecem duas tendências: a tendência do Cone Sul e a Norte-americana.

---

[112] Se os Estados Unidos, com a doutrina Monroe, tinham declarado como área de influência o continente americano, se distanciando dos domínios e dos problemas Europeus, com Mahan (a primeira obra sobre a "ótica norte-americana de potência" é de 1890, *The Influence of See Power in History*) e com Roosevelt (Corolário Roosevelt à doutrina Monroe, 1904, "The Roosevelt Corollary" 1905 in: Ó Tauathail et al., 1998: 32) a tendência "isolacionista" e americanista da primeira metade do século XIX muda para o expansionismo ativo, já visível na segunda metade do mesmo século e mais ainda no começo do século XX. Para melhor aprofundar os pormenores da doutrina Monroe-Roosevelt e as ligações com Mahan ver: Messia, 1992.

[113] A reação das academias americanas à Geopolítica europeia, de agressão, foi uma Geografia Política de defesa, de democracia e de paz. A publicação do trabalho de Spykeman gerou mal-estar entre os estudiosos ao revelar que a participação na guerra era somente um sinal da Política de potência que os Estados Unidos já vinham ativamente desenvolvendo no continente americano. (Messias, 1992: 165-171)

[114] Com a escola europeia (McKinder, Haushofer, etc.) ele também desenvolve uma leitura do mapa das possíveis relações internacionais, mas pondo os Estados Unidos no centro e, de fato, antecipando o conceito de paz como equilíbrio de poderes entre as maiores potências. Na sua proposta para uma Geopolítica dos EUA, aparece um intervencionismo claro no continente americano, especialmente na América Latina bastante interessante, a respeito dos acontecimentos da Guerra Fria. (Messias, 1992: 175-183)

Como J. Child (1979) afirma, a Geopolítica na América Latina sempre encontrou interessados cultores da matéria e não foi aniquilada pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial, permitindo que a lição organicista não fosse esquecida sob a experiência nazista. A escola mais importante em termos de originalidade e produção foi a escola brasileira dominada pela maciça presença de estudiosos militares, contra um pequeno número de civis, se dedicando à produção de estudos tanto de caráter geopolítico como de análise da Geopolítica *strictu sensu*[115]. Sua produção pode ser dividida em diferentes fases: a primeira, que corresponde aos anos 20-30, e veria o nascimento dos primeiros estudos, com figuras pioneiras como Everardo Backheuser e Mário Travassos; a segunda, já a partir dos anos 40 até ao fim da Segunda Guerra Mundial, seria caracterizada pela consolidação da disciplina com o aparecimento dos primeiros cursos sobre a matéria, o que levaria à terceira fase, dos anos 50 até a 1964, em que a produção Geopolítica, marcada pelo espaço da Escola Superior de Guerra e pelas figuras de Golbery e Aurélio Lyra Tavares, toma um caráter doutrinário. Profundamente influenciados pelos trabalhos de Ratzel e Kjellen no tocante à valorização dada ao território como espaço geográfico próprio do país e fator principal do destino do mesmo, a Geopolítica parece tornar manifesto o destino da Nação se preocupando, também, com o desenvolvimento dos planos para a realização de tal futuro. A Geopolítica brasileira também, não abandona o tema mais tradicional da relação entre as diferentes nações: ela se ocupa desde o princípio com a projeção do Brasil na região e na conjuntura internacional, com referências claras tanto à lição de Mckinder como ao contexto da Guerra Fria[116]. E é precisamente nesse contexto, com a

[115] O padre fundador Backheuser, mesmo tendo suas reservas sobre Escola de Munique, colaborou com a revista da escola. (Myamoto, 1981: 78)

[116] A primeira obra sobre a posição do Brasil com respeito à região foi "Aspetos geográficos sul-americanos", de 1933, escrita por Mário Travassos, e foi reeditada alguns anos depois com o título "Projeto Continental do Brasil". Traduzida em espanhol quase 10 anos depois, se tornou o manifesto do imperialismo brasileiro na região. Ecoa a lição de Mackinder, com a identificação do pivô latino-americano e as implicações do controlo do mesmo. No caso da Guerra Fria, a produção de Golbery, inserindo o Brasil no tema do Ocidente ameaçado na sua existência

quarta geração dos anos 50-60, que se dá a revitalização da metáfora do organicismo do Estado, expandindo a análise não das relações com os outros organismos-estados, mas entre as várias partes que compõem o Estado, inaugurando uma teoria do mesmo (Hepple, 1992: 148). Como reação às teorias expansionistas brasileiras, a escola Argentina dirige a sua atenção sobre o assunto, especialmente sobre a aliança entre Brasil e USA, na corsa para a hegemonia no Cone Sul. Esta última é também o foco da produção sobre o domínio marítimo do Atlântico Sul e na sua projeção sobre o Antártico, incluindo a questão da posse das Malvinas. A produção chilena também vai desde o interesse pelo Antártico até à proteção dos territórios tomados com a Guerra do Pacífico, onde pretende se afirmar como potência. Das produções dos três países, a chilena foi a que foi mais profundamente influenciada pela escola alemã, tanto no organicismo, como na definição das relações entre os diferentes Estados no plano internacional (Child, 1979: 104).

A produção norte-americana, mais preocupada em se distanciar da experiência europeia, ressurge através da Geografia Política, de produção académica, preocupada principalmente com a *cientificidade* e com a definição da disciplina em relação aos outros campos de pesquisa, tais como a ciência Política, a Geografia e a História, promovendo de fato uma interdisciplinaridade organizada em redor de conceitos-base compartilhados[117].

O estado e o seu lugar nas relações internacionais é mantido como tópico central, mas não é mais definido a partir de conceitos biológicos (ser vivo), nem tido como elemento dado. O seu estudo no contexto internacional bipolar parece se voltar para uma redefinição da sua real importância nos jogos de poder estabelecidos pela Guerra Fria, onde o perigo atómico, a

cultural consentiu a criação de um imaginário em que o país se inseriria no contexto mundial como ator primário na região e no atlântico sul assim como ator secundário na luta pela defesa da tal civilização ao lado da superpotência dos Estados Unidos. (Miamoto, 1995)

[117] Para aprofundar o debate sobre interdisciplinaridade da Geografia Política, ver: Messias, 1992: 231-236.

formação de unidade supranacionais (ONU, NATO, etc.) capazes de compensar também as necessidades económicas de macro-regiões, tornariam o direito à soberania inviolável dos Estados, matéria pouco relevante diante da segurança coletiva. Mais ainda, a narrativa Geopolítica dos dois blocos contrapostos e da "teoria do dominó" conseguiram aniquilar completamente as complexidades sociais, económicas, históricas que cada país, de fato, experimenta.

Da espécie ao Estado: pequenas notas sobre o caminho organicista.

Constitutions are not made, but grow.

Spencer citando Sir James Macintosh em "The social organism"

Uma das perguntas que mais aflora na minha cabeça quando reparo no discurso organicista sobre o Estado, e, portanto, sobre seus inimigos é: como foi possível chegar a considerar o Estado/Nação como um ser biológico regido pelas mesmas regras com que se regem os corpos das tartarugas ou de qualquer outros ser vivo?

As implicações do pensamento organicista a respeito do Estado, se prestarmos atenção aos acontecimentos do século XX, são assombrosas e, mesmo assim, parece muito difícil sair dos trilhos da unidade quase corpórea desta jovem instituição político-social.

A similitude entre o corpo (com toda sua "perfeita" complexidade) e a estrutura Política não é uma novidade, ela já se encontrava em Aristóteles e, de fato, a tradição retórica de explicar eventos e organizações complexas usando outros eventos e organizações ainda mais complexas chega de bastante longe. Mas a passagem de um discurso comparativo para um sistema de escolhas Políticas bastante práticas, melhor dizendo, a passagem de uma metáfora

para uma realidade, do "como" para as consequências do "é", de Aristóteles para Kjèllen, na minha opinião, tem algo a ver com a mudança do "sistema de verdade", uma mudança no "discurso de verdade".

A maior mudança no sistema de verdade no contexto europeu se dá com a passagem de uma "visão do mundo" teológica para outra, a "científica". Esta passagem, que se costuma relacionar como a publicação de "A origem das espécies" (1859) de Darwin, redefine conceptualmente a natureza, o tempo e os seus efeitos, e, consequentemente, o ser humano. O ponto central da teoria exposta por Darwin diz respeito às mudanças no mundo orgânico e ao fato de elas dependerem do processo de "seleção natural", ou seja, a origem das espécies teria a ver com pequenas mudanças nos organismos, selecionadas pela natureza, a partir das quais o portador ganharia vantagens em termos de sobrevivência (por sobrevivência se entende não somente a sobrevivência do indivíduo mas também o sucesso na reprodução) com respeito aos outros "competidores" destinados, portanto, à extinção.

A seleção natural aconteceria através da luta pela sobrevivência entre indivíduos da mesma espécie, entre indivíduos de espécies diferentes e entre indivíduos e o meio físico. Outros processos influenciariam, porém, as variações no mundo orgânico, as teorias do uso e desuso dos órgãos, a hereditariedade dos caracteres adquiridos, a seleção sexual e as influÂncias exercidas pelo meio ambiente e pelos recursos disponíveis. Todos eles não são desconhecidos inteiramente por Darwin, mas, mesmo que o autor acabe reconhecendo ao longo da sua carreira a importância que esses elementos têm na formação das espécies, ele sempre acreditou que a seleção natural fosse o pivô do processo[118]. A publicação de *Origens* abre,

[118] Como explica Mike Hawkins, Darwin reconhece a utilidade desses outros processos na produção das mudanças orgânicas mesmo na primeira edição de *Origens*, mas será somente a partir da quinta edição que o cientista reconheceria o peso que esses processos têm nas variações orgânicas. É preciso acenar também para a relação entre a teoria Lamarckiana (teoria da hereditariedade dos caracteres adquiridos) e a Darwiniana, já que uma não exclui a outra mas, muito pelo contrário, elas podem bem se complementar na compreensão do processo da

portanto, para a descoberta das leis que governam a existência dos seres orgânicos e, consequentemente, do homem.

Vale a pena lembrar que a querela entre o Evolucionismo e o Criacionismo não aparece com Darwin, outras produções científicas antecedentes já tinham questionado o Essencialismo do método taxonômico na catalogação das espécies. A dificuldade em distinguir entre espécies e variações das mesmas e, consequentemente, a formulação de hipóteses evolucionistas, começaram, no princípio do século XIX, com as observações geológicas e especialmente com o estudo das mudanças operadas nas plantas de cultivo e nos animais domesticados, em que as variações controladas apareciam mais claras[119]. Porém, a impossibilidade de explicar claramente o processo, assim como as dificuldades em reconhecer as mesmas etapas no mundo selvagem, fizeram com que o Criacionismo se mantivesse como opinião dominante, ou se dirigisse para um Evolucionismo cujos impulsos continuassem relacionados com uma vontade criacionista[120]. Entre os diferentes autores que apoiavam o evolucionismo vale a pena destacar William Charles Wells que, em 1818, publicou um ensaio, apresentado em 1813, sobre "uma mulher branca cuja pele se assemelha parcialmente à de um negro", em que lhe é reconhecido o princípio da seleção natural aplicado pela primeira vez aos seres humanos (Afonso, 2009: 22).

---

evolução. A teoria da seleção sexual foi desenvolvida pelo autor 10 anos depois (1871, *The Descent of Man*) para dar conta de alguns traços no ser humano e em outras espécies que abertamente chocavam com a teorias da seleção natural, a existência do pavão, por exemplo. (Hawkins, 1997: 25-27)

[119] Desde o Lamarck , com suas primeiras obras em 1801, até Geoffroy de Saint-Hilaire e Léopold von Buch que reconheciam as variações como forma de criação das espécies que se encontravam no presente mas que tinham receio em considerar o processo como algo capaz de continuar no presente e no futuro, Saint HIlaire, ou em não admitir pelo menos uns tipos originais ou antepassados dos géneros, etc. Para aprofundar mais as referências à Teoria Evolucionista antes da publicação de *Origens*, ver: "Resenha histórica acerca dos progressos da opinião pública sobre a origem das espécies, antes da publicação da primeira edição desta obra", Charled Darwin, *As origens das espécies*, sexta edição, 1876, tradução da edição portuguesa: Afonso, 2009: 21-29.

[120] Charles Naudin, tanto como Herbert Spencer, atribuíam valor ao princípio de finalidade, ou seja, uma potência que para uns era vontade providencial, para outros era fatalidade mas que agia sobre os seres vivos determinando as suas formas e suas existências. (Afonso, 2009: 26)

Mas foi essencialmente com *Origens* que a questão do ser humano e da sua posição no mundo foi sendo redefinida. Mesmo não o mencionando até a publicação de *The Descendent of Man*, a preocupação com o assunto e com as reações que poderia causar preocuparam o autor desde o princípio[121]. Mesmo assim, outros estudiosos explicitamente se comprometeram com as conclusões que a evolução trazia para a definição do homem. Mas é justamente com a aplicação das mesmas ao ser humano que algumas fissuras na teoria se tornam visíveis.

O problema principal se encontra nas origens das faculdades morais que, mesmo resolvidas pelo autor com a derivação destas do "instinto social", nas suas aplicações negariam a lei da sobrevivência do mais apto e a extinção dos outros.

Qualidades como o altruísmo e a coragem (arriscadas para o indivíduo, mas mais prezadas do que a covardia e o egoísmo) beneficiariam mais o *grupo* do que o indivíduo, abrindo uma brecha na teoria por não conseguir explicar como a sobrevivência do indivíduo poderia estar relacionada com a sobrevivência do coletivo (Hawkins, 1997: 29). Mas é justamente nas brechas e nas inconsistências do Darwinismo que se encontra a sua força produtiva em termos de visão do mundo. O sistema que de fato sustenta, e é ao mesmo tempo sustentado pela Teoria da Evolução darwiniana (que faz com que seja possível que esta teoria seja produzida e compreendida), se apresenta como uma configuração abstrata e aberta de ideias relacionadas entre si, capaz de extrema produtividade e aplicabilidade em diferentes campos. Os elementos que pressupunham o determinismo científico são resumidos por Hawkins em quatro pontos principais: as leis biológicas governam o mundo da natureza, incluindo os seres humanos; a competição para os recursos leva à luta pela sobrevivência; as características mentais e físicas

[121] Nas correspondências entre o autor e Alfred Russell Wallace escritas antes da publicação de *Origens*, Darwin escreve: "You ask me whether I shall discuss "man". I think I shall avoid the whole subject, as so surrounded with prejudices; though I fully admit it is the highest and most interesting problem from the naturalist" (F. Darwin, *Charles Darwin*, 1857, 183. Apud Hawkins, 1997: 28)

que facilitam na luta são transmitidas para as gerações futuras, e a acumulação das variações que se produzem no tempo produziriam outras espécies. Mas um quinto elemento pode ser incluído na conta: o determinismo científico pode ser entendido como regulador não somente da vida biológica do ser humano, como também da sua existência social e, portanto, reger todas aqueles valores morais e atributos psicológicos que constituem a sociedade, tornando assim a Teoria da Evolução a visão do mundo conhecida como Darwinismo Social[122].

O problema da individuação da unidade mínima influenciada pelas leis da sobrevivência do mais apto, revitalizou outro modelo de analise taxonômica, desta vez aplicado ao homem, o da divisão racial popularizada por Gobineau no "Essay on Inequality of the human race" (1853-1855)[123]. Trabalhos como o de Gustave Le Bon, *L'Homme et la Société* (1881), abraçam a terminologia darwiniana e os conceitos de variação por aquisição de caracteres relevantes na adaptação, tornando-os a base da criação da contraparte das espécies no contexto humano: as raças. Elas entrariam em conflito competindo pela sobrevivência, e o resultado desta competição, a evolução, chegaria com a extinção das raças inaptas[124]. É preciso esclarecer que o desenvolvimento do discurso racista e evolucionista no contexto social levou a diferentes

[122] "It is this total configuration and the relationship among its elements which is specific to social Darwinism. The individual elements have a history of their own, independent from social Darwinism. What constitutes the latter is the manner in which these elements are articulated and connected to form a striking conception of the causes and dynamics of social change. By referring to Social Darwinism as a world view I am making a claim about its discursive role. This Social Darwinism is not, in itself, a social political theory. Rather, it consists of a series of connected assumptions and proposition about nature, time, and how humanity is situated within both. What it does not possess is any concrete specification of human social and mental development, nor any particular vision of the optimal condition for human social and spiritual existence."(Hawkins, 1997: 32) O fato de poder aceitar os primeiros quatros pressupostos sem suportar o quinto, ou combinar os elementos de forma diferente, apontando assim para um alto grau de flexibilidade do Darwinismo, seria outro indício do Darwinismo Social enquanto visão do mundo (Hawkins, 1997: 30-35).

[123] Como afirma Hawkins, nem Gobineau, nem Houston Stewart Chamberlain, nem Robert Knox que escreveu antes de Darwin, *The Races of man*, se basearam em Darwin para justificar o julgamento qualitativo e a visão hierárquica que o conceito de raça trazia consigo; porém, esses autores popularizaram a ideia de que a luta entre raças era uma peça fundamental para entender cientificamente a história das culturas. (Hawkins, 1997: 185)

[124] Como em outros âmbitos, o conceito de evolução como contínua variação choca com a fixidez taxonômica que o desejo de preservação de cada raça parece requerer. Fica obviamente claro o problema que a miscigenação representa para este sistema em que os menos aptos deveriam *naturalmente* se extinguir.

caminhos, muitas vezes em contraposição entre eles. De um lado, encontramos toda uma produção se ocupando da função das políticas sociais que cada Estado deveria ou não organizar em defesa dos economicamente, socialmente e fisicamente mais fracos; de outro, encontramos um discurso que, tomando o grupo como único elemento base do Evolucionismo, teoriza as relações internacionais como produto das leis da natureza aplicadas às nações[125]. A guerra se torna, neste discurso, a principal forma de defesa dos interesses, e, portanto, da sobrevivência, das nações entendidas como unidades em evolução[126].

Como acenei no começo, a analogia dos Estados e das sociedades com organismos tem uma história bem mais antiga, que começa com Aristóteles, passa pela Teoria do Estado Orgânico de Hobbes e também pelo Positivismo de Comte, em que a Sociologia podia ser entendida somente em termos biológicos. Mas com a chegada do Darwinismo, o organicismo dos conjuntos sociais perde a conotação metafórica, para se tornar diretamente biológica na sua própria expressão. Esta transformação obviamente se repercute também nas formas de saber que se ocupam do estudo da sociedade e das suas interações com o meio ambiente, nomeadamente as Ciências Sociais e a Geografia. A adoção do sistema de saber que o Darwinismo implica, a forma de produção deste saber como também o léxico e as ideias-base

[125] De um lado, temos toda a produção sobre a defesa do *Laissez faire,* como lei geral econômico-Política, e do indivíduo, cujo ponto de chegada na evolução seria a perfeita atomização reta pela competição contínua e total dentro da mesma sociedade, de Herbert Spencer, enquanto que, do outro, encontramos toda uma tradição em que o indivíduo desaparece dentro do grupo, do qual retiraria todas suas capacidades e características (Lapouge, por exemplo).
Por aquilo que tem a ver com a definição do grupo nacional, precisamos dizer que a questão é confusa. Se consideramos, por exemplo, Lapouge, ele reconhece o fato de serem as modernas nações o produto do amálgama de diferentes raças, mas também define a Nação como uma grande família numa área geográfica determinada, que compartilharia uma mesma tradição cultural. Ao mesmo tempo, porém, a naturalização, que a Nação baseada na cultura implicaria, é fortemente criticada por representar um *nonsense* do ponto de vista biológico, assim como a miscigenação, processo que teria criado as raças, seria no presente uma ameaça para as entidades biológicas definidas. (Hawkins: 191-200) Para melhor aprofundar: *Science Ideology and word view*, "Biology and Social theory in the nineteenth century: Auguste Comte and Herbert Spencer" (Greene, 1981: 60-94) e *Social Darwinism in European and American Thought, 1860-1945* (Hawkins, 1997: 184-21).

[126] A guerra tanto como a competição comercial representariam formas da luta pela sobrevivência. Se a primeira pode ser reconhecida como a principal forma de competição, a segunda seria uma forma mais moderna de luta, uma forma que evitaria a total destruição que a primeira sempre traz consigo.

proporcionam uma diferente posição para estas disciplinas no novo sistema de verdade[127]. Curiosamente, ou melhor, devido à indeterminação de algumas afirmações, assim como às possibilidades combinatórias dos elementos, o Darwinismo Social popularizou, através das ciências sociais, uma visão das sociedades (e da suas relações com o meio ambiente) bastante determinista, totalmente em contraste com o probabilismo que a seleção dos caracteres e a lei das possíveis variações previa no começo. Isso vale especialmente para a Geografia, que das influências do Darwinismo reteve, além da função do tempo nas mudanças, a interdependência entre todos os seres vivos e o meio ambiente que os acolhe. O estudo do ser humano, se relacionando com o resto do sistema, se tornou, segundo Stoddart, a função da "Geografia como ciência da ecologia humana"[128]. Seguindo por este caminho, se encontra obviamente a Geopolítica de Kjellen que, se de um lado adopta o conceito spenceriano do estado como produto da organização e das interdependências das partes que o compõem, do outro o enriquece com a união mítica, que a Geografia Política de Ratzel proporcionava, entre povo e terra (Minkkeinen, 2012-2013).

Mas a influência do Darwinismo na Geografia Política e na Geopolítica conta também com o conceito de *seleção* aplicado aos modelos econômicos, típicos de um Spencer, assim como com as teorias da guerra entre nações como luta pela sobrevivência dos grupos às escolhas políticas, tornando as analogias orgânicas não somente um poderoso modelo de análise, mas principalmente uma justificação científica para determinadas escolhas políticas.

---

[127] A cienficidade da produção geográfica, assim como as afirmações de Spencer sobre as sociedades, se posicionando no universo do Darwinismo, por filiação ou por completar a teoria, adquirem maior peso e validade com respeito a outras falas não diretamente relacionada com o Darwinismo. "Inspired by the intellectual achievements of Newton, Euler, and Laplace, social theorist undertook to create a science of society, including a science of historical development. "science" become the word to conjure with, and social theorist from Compte to Marx and Spencer claimed the Q.E.D. of science for their philosophies of history and society. Social Darwnism was a *laissez faire* political economy rendered "scientific" by association with Darwin theory of natural selection." (Greene, 1981: 3)

[128] A Ecologia como estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente se desenvolve a partir do trabalho de Heackel, de 1869. (Stoddart, 1966: 689)

A escola francesa

O que é surpreendente no caso da guerre révolutionnaire é que seu conceito detalhado da contra-revolução deriva diretamente de sua visão vaga da revolução; o reflexo no espelho é nítido, enquanto que a coisa refletida permanece embaçada.

Peter Paret

Umas das questões que me foi posta com respeito à doutrina tanto da guerra revolucionária como a da contra-insurgência foi: como foi possível uma doutrina militar baseada no contexto da descolonização francesa ter algo a ver com a ditadura militar brasileira e mais em geral com o Cone Sul?

A guerra revolucionária e a contra-insurgência são, como afirma Marie Monique Robin, pouco mais do que um conjunto de tácticas de defesa (ou ataque) contra o inimigo. Elas representam mais um conjunto de saberes organizacionais cuja formulação, e aplicação, inclui uma parte ideológica e uma ação política. Assumindo a complexidade e a abrangência do pensamento francês sobre a chamada "guerra moderna", a sua adaptação ao contexto da América Latina na organização de governos ditatoriais se torna talvez mais compreensível. Ficam para ser investigados quais foram os aspetos da perspectiva colonialista francesa que se tornaram viáveis para o pensamento militar brasileiro sobre a mesma sociedade.

A guerra revolucionária, a doutrina da contra-insurgência. Uma governamentalidade totalitária.

Não existe uma versão única e consequente da "guerra moderna" francesa. À frente de uma série de características que podem ser elencadas sem muita dificuldade, a combinação destas no discurso, a consecutividade entre uma e outra, pode variar de uma fala para outra. Isso pode ser devido a uma codificação contemporânea à sua aplicação, o que poderia explicar as diferenças como efeitos de um maior ou menor grau de subjetividade do autor. Assinalo que tive acesso de forma completa somente aos dois mais conhecidos teóricos, Trinquier e Galula. Isto é redutivo, se considerarmos que "La Guerre Moderne" de Trinquier e "Counter-insurgency warfare. Therory and Practice" de Galula foram publicados em 1961 e em 1964, bem depois dos primeiros contatos dos militares brasileiros com a escola francesa, e que, portanto, suas fontes foram outras, quando não diretamente os cursos "práticos" na Argélia[129]. Porém, essas duas obras oferecem uma amostra das diferenças nos discursos sobre a experiência francesa na Indochina e na Argélia no momento da sua institucionalização e exportação. A contra-insurgência de Roger Trinquier (1961) é um trabalho maioritariamente tático, focado no teatro das operações e nos métodos usados na Argélia, diretamente relacionado com a experiência vivida. Já David Galula, sem esquecer o lado tático da contra-insurgência, se preocupa ao mesmo tempo com o análise do fenômeno da Insurgência. Na tentativa de generalizar a experiência francesa para transformá-la numa teoria da guerra, o autor a coloca em relação a outros tipos de conflitos, como a guerra civil e a revolução, indaga acerca das suas causas tanto endógenas como exógenas, fazendo referência também a outras experiências, e mostrando claramente um compromisso mais profundo com o

[129] Esta nova doutrina viaja diretamente desde o campo de batalha para a Escolas Superior de Guerra francesa, onde sua expansão se verifica através do altíssimo número de estagiários militares estrangeiros entre 1956 e 1959. Particularmente interessantes são os números relativos à América Latina: desde 1951 eles representam o 45,05%. Dentro desse grupo, grupo maioritário, 24.4% são brasileiros. Além dos cursos teóricos na ESG francesa, estágios práticos para estrangeiros são organizados diretamente na Argélia incorporando os participantes à 5ª seção em Argel. Entre eles figuram militares brasileiros. (Robin, 2014: 161)

desenvolvimento de uma teoria geral tanto da insurgência como da contra-insurgência (Galula, 1964: 13-46).

O começo da teoria da "guèrre revolutionnaire" se dá em 1952, perto de Saigon, com a palestra do Coronel Charles Lacheroy intitulada "Uma arma do Viêt-minh, as hierarquias paralelas". Nela, além de aparecer pela primeira vez o termo guerra revolucionária, Lacheroy expõe o problema principal a ser enfrentado no contexto da guerra da Indochina, ou seja, o controlo da população. Essa, atuando como apoio ao conflito, produz duas mudanças centrais na teoria da guerra "clássica": a primeira com respeito ao conceito de "inimigo" e a segunda com respeito ao conceito de "território"[130] a ser conquistado. E, neste novo cenário, são precisamente estas "hierarquias paralelas" a pedra angular das organizações subversivas:

> "Al sur de Vietnam, explica, los habitantes son cuanto menos hostiles al comunismo. Pero están encerrados en un sistema de coerción de una perfección maquiavélica, de la cual es muy difícil escapar y en el interior de la cual no hay lugar sino para la adhesión o a lo meno la obediencia. Este sistema es el de las jerarquías paralelas. […] Estas dos jerarquías, la de las asociaciones del Estado (Lien viet), y la jerarquía territorial, son teóricamente independientes la una de la otra, pero, de hecho, en todos los peldaños, se protegen y se informan mutuamente". […] "la eficacia del sistema" se basa en el "adoctrinamiento y la toma de posesión de las convicciones". (Lacheroy, apud Robin, 2014: 42)

Desde o começo, este sistema produziu uma confusão entre o inimigo e a população que, querendo ou não, acaba apoiando os insurgentes.

[130] O território é conquistado com mais facilidade, mas o problema se apresenta em manter o controlo de tal território, o que remonta para o controlo do que acontece no território e, portanto, com a população. Daí, o que tem que ser conquistado, para conquistar o território, é a população. (Robin, 2014: 28)

A partir deste núcleo conceitual, a guerra revolucionária foi modelizada e resumida em 5 fases[131] por Lacheroy:

- Fase 1: começam os atentados.
- Fase 2: os atentados são dirigidos contra pequenos representantes da ordem constituída (o policial, o guarda-florestal, etc.). A população aterrorizada se fecha em si mesma.
- Fase 3: começam a aparecer os primeiros elementos ativos dentro da "massa amorfa" da população, para transformar a passividade em atividade.
- Fase 4: se constituem, além de companhias armadas, seções que controlam os civis com diferentes tarefas: dinheiro, justiça, etc.
- Fase 5: as condições civis e militares estão prontas para lançar a guerra de insurreição total. (Lacheroy, apud Robin, 2014: 44)

O esquema, assim estilizado, passou através das diferentes escolas militares na França, se tornando extremamente popular no momento em que a rebelião estourava na Argélia. Proposta no começo como chave de leitura dos acontecimentos nas colônias francesas, a teoria de Lacheroy é aos poucos apresentada também como a forma principal do conflito travado pelo movimento comunista internacional contra o "mundo livre" no contexto da Guerra Fria. Sendo tal conflito marcado por "permanência, universalidade e totalidade"[132] (Robin, 2014: 44-45), o esquema da guerra revolucionária se tornou o ponto de partida para a elaboração de uma nova e mais geral arte da guerra, a "guerra moderna". Nesta guerra

[131] Na sua elaboração original constam de cinco fases; já na elaboração de Galula são apresentados diferentes casos padrões (o caso da China, o modelo do Partido Comunista, o pequeno-burguês, etc.). (Galula, 1964: 32)

[132] Como especifiquei no começo, outros militares franceses desenvolveram o discurso da guerra revolucionária, um deles foi o coronel Hogard, que trabalhou para a inserção desta no contexto mundial da Guerra Fria. Hogard se encontra também entre as referências da primeira conferência sobre o assunto, em 1959, na Escola Superior da Guerra no Brasil. (Martins Filho, 2008: 43)

moderna, onde a finalidade se tornaria a destruição do grupo revolucionário "infectante" do corpo social, a parte central da ação seria reservada aos procedimentos que tornariam possível o reconhecimento do inimigo agora disfarçado. Toma assim forma a doutrina da contra-insurgência, cuja função reativa (ou ofensiva) se caracteriza por dois fatores: o crescimento, tanto na importância como na organização, dentro das Forças Armadas, de uma seção dedicada às coleta e ao processamento das informações; e o desenvolvimentos de toda uma série de armas psicológicas, "filhas" tanto das práticas experimentadas pelos franceses nos campos de reeducação dos Vietminh[133], como da análise e da manipulação dos fatores político-sociais que alimentam a ação dos revolucionários.

Como disse antes, o fato de se focarem mais ou menos em determinados aspetos da contra-insurgência depende das diferentes experiências, Trinquier e Galula, mesmo concordando na necessidade de identificar um inimigo que age através de ataques terroristas e de guerrilha, acabam identificando diferentes etapas. O primeiro, distingue três fases principais, não necessariamente consecutivas no tempo: o controlo dos centros urbanos, o controlo das áreas rurais, o ataque e destruição das áreas seguras de guerrilha. O procedimento de controlo é obtido através do *quadrillage*, ou seja, a divisão em setores do espaço urbano e o uso do censo para controlar, em cada unidade, a identidade e os movimentos das pessoas (quantas casas numa área, quantas pessoas nas casas, que pessoas nas casas, com identificação obrigatória). Além da população, é controlada também a distribuição da comida assim como qualquer bem de consumo que poderia ser usado pelos grupos ativos de rebeldes[134]. Resulta central também

[133] Depois da batalha de Dien Bien Phu, 1954, os franceses que foram capturados foram internados nos campos de reeducação.

[134] Na guerra revolucionária não é necessário que toda a população participe ativamente da ação, como da ideologia, é sim necessário que haja um pequeno grupo ativo, enquanto que o resto da população pode se limitar a encobri-los.

o isolamento das comunidades do resto do território, coisa que na dispersão das áreas rurais é obtida através da re-concentração da população dentro de áreas fortificadas. Aqui também segue o controlo das provisões e a identificação obrigatória. Em ambas as fases, depois de ser estabelecido o controlo total, seguem os interrogatórios indiscriminados para encontrar os integrantes do grupo rebelde de nível mais baixo. A partir daí, é reconstruído o organograma da organização.

Diferentemente de Trinquier, Galula identifica oito fases, divididas em dois diferentes tipos de ação, uma mais especificadamente política e outra de caráter mais militar. Primeiramente, são atacados e destruídos os núcleos mais visíveis dos insurgentes, deixando o controlo do território já "limpo" para unidades estáticas com a função de contrastar a volta dos guerrilheiros. Enquanto isso, o método de *quadrillage* é posto em ação. Completas estas primeiras fases e estabelecido o controlo total, começa a operação de propaganda seguida pelo trabalho de inteligência e busca das informações[135]. Nestas duas fases, a população é forçada a tomar um dos dois lados da guerra, ajudando para que as "purgas" sejam o mais especificas e rápida possíveis. Toda esta primeira fase militar deixa espaço para a ação propriamente política, "construtiva", que começa com eleições livres. Os líderes emergentes serão depois engajados em atividades de reconstrução, organização social e dos aparatos de inteligências. A sétima fase, movendo-se da necessidade de organizar uma política consequente no plano nacional, tenta responder às necessidades da população através de um projeto que capaz de ligar os partidos nacionais às organizações locais. A última fase, outra vez militar, consiste num ataque destrutivo final aos guerrilheiros que, a esta altura, deveriam já estar completamente destacados da população.

[135] A forma de atuação da busca das informações não difere do modelo de Trinquier e, obviamente, como nesse caso, prevê a tortura sistemática.

Entre os dois teóricos, mesmo admitindo o envolvimento da população e o caráter político-ideológico da guerra revolucionária, a centralidade na busca das informações e a legitimidade de qualquer método para os interrogatórios, tem claramente importantes diferenças. Para Trinquier, a fonte da insurreição é essencialmente exógena: a situação interna com seus possíveis problemas econômico-sociais ou a instabilidade política, desempenharia, portanto, somente um papel de simples facilitação à ação dos insurgentes. Assim sendo, a guerra revolucionária poderia teoricamente se verificar em qualquer lugar seguindo sempre o mesmo esquema[136]. A população, nestas circunstâncias, não seria mais do que um espectador das operações, cujo apoio se dando por causa do medo e da necessidade, seria ganho somente através de medidas de segurança. Já Galula, constrói a doutrina a partir da convicção de que a guerra revolucionária seria fruto de uma situação interna específica, e que, portanto, a avaliação de cada caso seria uma parte importante da resposta militar. Desta assunção, duas consequências são retiradas: primeiro que os insurgentes podem ser explorados e ajudados por organizações externas, mas que isso é um acontecimento que pode também não se dar por serem as causas completamente endógenas. Segundo, a trajetória, antes fixa, da guerra revolucionária, agora admite mudanças relacionadas com o contexto e o desenvolvimento da ação. O que se abre aqui é, também, a possibilidade de os insurgentes tomarem o poder sem passarem pela luta armada, mas simplesmente por meio da propaganda fazendo com que a doutrinação, e, portanto, a questão ideológica, se torne uma peça central. Em Galula, as medidas de contra-insurgência são, portanto, pensadas a partir de uma estratégia política em que a população é o verdadeiro teatro das operações. Neste contexto, a participação dos civis tem de ser ativa e seu contrário é tido como sinal de traição.

[136] Especialmente na Democracia, por ser esse sistema marcado pela garantia das liberdades pessoais (e, portanto, de propaganda) e desprovido de medidas preventivas.

O método do tripé proteção-empenho-controlo, atuado na Argélia[137], é claramente um sistema organizativo totalitário e mesmo nos seus aspetos mais aceitáveis, como o uso do Exército para tarefas de ensino ou de construção de infraestruturas, responde a esta lógica:

> "Il soldato maestro di scuola, l'ufficiale SAS e persino il dottore dell'assistenza medica gratuita non sono solamente maestro, amministratore o medico: sono militari, e questo concetto viene ripetuto loro sovente. In una guerra come questa, in cui tutto è decisamente pervertito, essi non sono al servizio dei ragazzi musulmani o dei malati di un *douar*, ma anzitutto servono una causa, sono uno strumento di lotta in più. Ed è anzitutto per questa ambiguità che l'esercito si interessa di loro." (Vidal-Naquet, 2012: 45)

De qualquer forma, o conceito de "medidas militares", ou, se preferimos, o novo "profissionalismo militar", chega a abranger toda uma série de fatores e conhecimentos organizacionais que pertencem à esfera política em "tempo de paz", produzindo de fato o complexo da "guerra total". Para que essas medidas organizacionais pudessem ser desenvolvidas e sistematizadas como parte de uma estratégia militar em tempo de paz, foi necessário abrir outra brecha entre o estado de guerra e o tempo de paz: o estado de emergência, cuja lei foi criada em 1955 e imediatamente aplicada nos territórios argelinos, e que permitia ao Governo Civil regularizar todas aquelas práticas que na vigência da lei de paz

[137] O tripé de Argoud, (chefe de um dos setores argelinos entre 1957 e 1960, Chefe de Estado Maior do Corpo da Armada de Argel, e finalmente no começo de 1961 um dos fundadores do OAS) que em nada se diferencia da doutrina na versão de Galula, assume, sim, a proteção da população, com a deslocação e o sucessivo re-agrupamento, e também a participação desta à produção do seu sustento; mais interessantes são, porém, os exemplos da participação na repressão, nas "ações de guerra" assim como a construção da estrutura de controle social. Deste contexto saem os *harkis,* auxiliares recrutados também à força, delegados a executar as piores tarefas (e que foram depois exportados para a metrópole para executar trabalhos sujos contra argelinos) ou o uso de civis na busca de minas. Finalmente, o aumento do controlo, obtido não somente a partir de policiamento constante executado pelos mesmos civis, mas também através do enquadramento da população em organizações que lembram as *estruturas paralelas* dos Vietminh. (Robin, 2014 e Vidal-Naquet, 2012: 41)

eram ilegais, sem, porém, recorrer ao estado de sítio (Vidal-Naquet, 2012: 69-71). A doutrina assim criada e aplicada, não somente modificou de forma drástica a administração e as relações entre Governo Civil e o aparato militar na colónia, mas também na França; o processo de ocupação, por parte dos militares, dos poderes (legislativo, judicial e executivo) e a progressiva militarização da política (ou talvez a politização das tarefas militares) demandou uma centralização do poder e uma conduta política de cunho autoritário que possibilitasse o pleno funcionamento do projeto[138]:

> "La conducta de la lucha contra la revolución no puede ser concebida más que como la aplicación de una táctica realmente "general" (en el sentido cívico-militar y no solo "entre la diversa arma del ejercito"), combinando todas las jerarquías y medios de toda naturaleza, políticos, psicológicos, administrativos, judiciales y policiales, económicos, culturales y militares, en vista de conservar (o de reconquistar) el apoyo popular del gobierno legal y simultáneamente destruir el aparato y las fuerzas armadas revolucionárias. (…) La única solución realmente satisfactoria consiste en la designación de un jefe y de uno solo. Poco importa que sea civil o militar. Pero es esencial que tenga plana conciencia de la naturaleza de la lucha […] La unidad del mando exige la unidad doctrinaria (…) y la unificación de la organización de la búsqueda de información." (Hogard, apud Robin, 2014: 136)

Como afirma Robin, os militares, que começaram por interpretar qualquer crise local como forma do antagonismo entre os dois blocos, se converteram em atores políticos a tempo inteiro, enquanto que as formas de Governo, em modo especial a ditadura, são erigidas a "armas de guerra". (Robin, 2014: 134)

[138] Vidal-Naquet chama este processo, em que o uso da tortura requere a reorganização da justiça e da política ao seu redor, entregando um enorme poder discricionário nas mãos dos aparatos repressivos da polícia e consequentemente a *circunstancialização* da justiça, Argelização. (Vidal-Naquet, 2012: 123)

Outro elemento chave na formação da doutrina da insurgência de contra-insurgência foi a inserção do elemento religioso, de marco integralista, através do contato com a organização *Cidade Católica*[139], que fez com que o catolicismo se tornasse outro elemento identificador do lugar de fala da doutrina. Essa inserção completou e justificou as ferramentas práticas experimentadas na Argélia, permitindo que, no momento de expansão da doutrina, essa pudesse veicular a narrativa da guerra absoluta entre as raízes católica do Ocidente e o materialismo oriental[140].

Nesse quadro histórico, o surgimento da OAS (Organisation Armée Secrète)[141] dentro das Forças Armadas Francesas, não é de se considerar ilógico nem surpreendente. Muito pelo contrário, representou a corporificação não somente de um pensamento e de uma prática política, mas também, na sua reação contra o próprio Governo francês, uma poderosa reviravolta das mesmas lógicas insurgentes: o grupo militar que teorizou a insurgência e a contra-insurgência como medida contra um inimigo que ele mesmo escolheu e definiu, se torna ele mesmo agente insurgente contra seu próprio Governo, que já não reconhece como representante legítimo.

Sobre o inimigo relativo, real e absoluto.

Guerra Partisan + Guerra Psicológica = Guerra Revolucionária.

[139] Situada próxima da *Opus Dei*, a *Cidade Católica* é uma organização que fez contato com os militares franceses na mesma capital argelina por meio dos capelães militares. Tal organização se constituiu como válvula de escape para os membros da OAS para a América Latina, o que contribuiu para uma expansão da doutrina diretamente no Cone Sul. Sobre este contato e o trânsito dos integrantes da OAS até à Argentina através da Espanha, ver: Robin, 2014.

[140] O aporte católico forneceu uma resposta internacionalista à propaganda revolucionária, uma mensagem que pudesse competir em termos ideológicos com a mensagem comunista. (Robin, 2014: 156)

[141] A OAS, fundada por um grupo de militares de alta patente com atuação destacada tanto na Indochina como no conflito argelino, se compunha também de elementos paramilitares comprometidos com o mantimento da colônia.

A "Teoria do Partisan. Um parêntese ao conceito de político", de Carl Schmitt, percorre a história da forma de combate *partisan*, desde a sua primeira aparição contra Napoleão, na Espanha de 1808-1813, até ao que ele chama de "ultimo estágio", ou seja, o caso do Geral Raoul Salan[142], chefe da OAS.

Nesta viagem através da sua evolução, o *partisan* chega a representar uma aporia dentro do direito da guerra, resistindo a qualquer tentativa de inclusão regulatória, até se tornar, ele próprio, numa lógica da loucura, a norma no contexto da guerra fria[143].

Como indicado antes, o ponto de partida foi a guerrilha travada pelo povo espanhol, no seu próprio território, contra as tropas do conquistador estrangeiro; tropas, estas, integradas num exército moderno, organizado e regular. Se pode assim assumir que a "irregularidade" do combate *partisan* existe e pode ser quantificada somente a partir da precisão com se define o regular:

> "[...] só a partir das modernas formas de organização, surgidas com as guerras da Revolução Francesa, é que encontra seu concreto antagonismo e, com este, também o seu conceito." (Schmitt, 2009: 151)

O cenário da "regularidade" que ele desafia é produzido por duas Convenções: a primeira é a de Haia, de 1907, que regula a guerra terrestre; e a segunda são as quatro convenções de

[142] Foi comandante das tropas na Indochina e na Argélia. Desde 1959 até 1960, foi Governador Militar de Paris sendo exonerado por se opor à política de De Gaulle sobre a independência da Argélia. Foi organizador e chefe da *Organisation Armée Secrète* (OAS). Mandante de mais de dois mil atentados terroristas entre a Argélia e a França. Participou do *pusch* da Argel, em 1962, e por isso foi julgado e condenado. Amnistiado em 1968, foi reintegrado com honra no Exército, em 1982. Morreu em 1984.

[143] "A nós interessa apenas o esclarecimento de um complexo de questões caídas em grande confusão através de tópicos, tais quais a guerra total, a guerra psicológica, guerra subversiva, a guerra insurrecional, guerra invisível e que mascaram o problema *partisan* moderno. [...] Em suma: Salan se deparou realmente com toda sua existência enquanto francês e soldado, com um *étrange paradoxe*, com uma lógica da loucura, que foi capaz de exasperar um homem... ". (Schmitt, 2009: 215-216)

Genebra, de 1949, que definem o tratamento dos civis e dos feridos. A tendência das duas, com respeito ao irregular, foi a de regularizar quanto mais grupos de combatentes possíveis, com a finalidade de ampliar o número dos envolvidos com algum direito no contexto bélico. O problema surge, porém, com os elementos que deveriam propiciar a regularidade. De fato, para se ser considerado combatente é preciso ser parte de uma organização, com superiores responsáveis, distintivos fixos e reconhecíveis, porte manifesto de armas e observar o uso e os códigos do Direito Bélico. Se a força do *partisan* chega justamente da sua capacidade de se mimetizar na população, muitas das características requeridas não podem de fato ser atendidas. Assim, mesmo tendo regularizado muitos tipos de milícias, tropas de voluntários, movimentos de resistência organizados, a essência do *partisan* continua "escapando". O mesmo acontece também com as leis que regulam o tema dos civis nos territórios ocupados por uma potência inimiga. Nas duas Convenções, se mantem o princípio de que a população dos territórios ocupados, mesmo não sendo obrigada à fidelidade, está obrigada à obediência para com o ocupante; claramente o *partisan* perturba esta lógica. Sendo as suas ações fruto de um forte engajamento político e direto contra o ocupante, ele não poderia ser deixado para a justiça civil, que se ocupa da criminalidade comum, ademais administrada por seus mesmos concidadãos. Outra vez, ele escapa dos civis e dos criminais comuns. Este estatuto de "não ser" nem um civil, nem um combatente regular(rizável), de não atuar seguindo as leis de guerra antecipadamente decididas, complica bastante a situação em mais dois pontos: o da "intensidade" da guerra e o da "ilegalidade". O *partisan*, através das convenções de guerra, passa de irregular, conceito que ainda permanecia na esfera da técnica militar, para ilegal. Esta alteração estabelece uma criminalização da sua posição e das suas ações. Esta criminalização,

que não corresponde àquela do criminal comum, nem àquela do militar agindo contra civis, é nova ao contexto da guerra cerceada, onde o inimigo e suas ações não eram criminalizados[144]. Schmitt assume o binômio amigo/inimigo como o caracterizante do contexto político, onde:

> "[...]o inimigo não é o adversário privado a quem se odeia por sentimento de antipatia. Inimigo é apenas um conjunto de pessoas em combate ao menos eventualmente, i.e., segundo a possibilidade real e que se defronta com um conjunto idêntico. Inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, especialmente a todo um povo, se torna, por isso, público. Inimigo é hostis, não inimicus em sentido amplo; polemios, não echtros." (Schmitt, 2009: 30)

Esta inimizade considera a guerra como demonstração extrema de si mesma, uma demonstração que tem uma "gramática" própria (uma legalidade especial de cunho técnico-militar) mas que não possui uma "lógica própria", sendo que todo o trabalho de organização em amigo/inimigo é feito anteriormente pela política[145]. Assim sendo:

> "Na guerra, os adversário se opõem geralmente de forma aberta como tais, normalmente até mesmo caracterizados por um "uniforme", não mais apresentando a distinção entre o amigo e inimigo, por isso, nenhum problema político que o soldado em combate tivesse que solucionar." (Schmitt, 2009: 36)

Derivando do sentido da lógica do amigo/inimigo da política, esta guerra não representa a irreversibilidade do relacionamento entre as partes[146]; pelo contrário, a inimizade sempre

[144] Este é um processo que acontece com a regulamentação, a passagem à ilegalidade tem também repercussões sobre a reinterpretação das guerras nacionais de independência e das revoluções.
[145] Schmitt explica em esse termo o sentido da frase de Clausewitz: "A guerra nada mais é que uma continuação do trânsito político com intromissão de outros meios". (Schmitt, 2009: 36)
[146] O fato de pensar a possibilidade da reversibilidade nas relações inclui, talvez exclui *a priori*, a destruição completa do inimigo.

contém a possibilidade da amizade em si mesma, assim como a paz contém a possibilidade da guerra. Esta condição associada com a regulamentação do evento bélico faz com que se possa considerar tal inimizade relativa (Schmitt, 2009: 208). Este tipo de inimizade, com a sua específica guerra, é deixada de lado pelo advento da guerra revolucionária entre partidos[147]. Nesta, o combate *partisan* se torna, segundo o pensamento de Lenine[148], o único combate possível para cumprir com a causa da revolução comunista em escala mundial[149]. Na frente da inimizade relativa da guerra cerceada clássica, ele introduz a guerra de inimizade absoluta que não conhece limitação legítima exatamente por resultar de uma inimizade absoluta[150]. O *partisan* e a sua forma irregular de combate eram ainda mais significativos por representarem a negação da ordem capitalista que pretendiam combater, ordem em que prosperava o inimigo absoluto de classe (Schmitt, 2009: 201). Mais do que Lenine, quem deu "corpo" ao inimigo absoluto na prática da revolução foi Mao Tse-tung. Na sua experiência se fundem o inimigo sem territorialidade da guerra de classe com o inimigo colonizador, o fator capitalista com o fator racial gerando a fusão entre população em armas e exército:

> "Em nossa guerra, a população armada e guerrilha dos *partisan* de um lado e, do outro lado, o Exército Vermelho podem ser comparados com os dois braços de um homem; ou para

[147] Schmitt também acrescenta que o único herdeiro do estado totalitário seria o partido totalitário. (Schmitt, 2009: 163)

[148] Schmitt menciona as observações de Lenine sobre o assunto nos artigos "O combate *Partisan*", de 1906, e "O que fazer", de 1902. (Schimitt, 2009: 198-199)

[149] "A guerra *partisan*, como diz Lenine é "uma forma inevitável de luta" da qual se faz uso sem dogmatismo ou princípios preconcebidos da mesma forma como, de acordo com a situação das coisas, se tem que fazer uso de outros meios e métodos legais ou ilegais, pacíficos ou violentos, regulares ou irregulares. O objetivo é a revolução comunista em todos os países do mundo; o que serve a este objetivo é bom e justo. Por conseguinte, também o problema do *partisan* é muito simples de ser resolvido: os *partisans* conduzidos pela central comunista são combatentes pela paz e heróis gloriosos; *partisans* que se esquivam a esse controlo constituem-se em uma corja de canalhas e inimigos da humanidade." (Schmitt, 2009: 199) Mesmo sem a ênfase de Schmitt sobre a diferença entre criminosos e *partisan*, é inevitável imaginar um processo que toca dois aspetos importantes: de um lado, mesmo que seja mínimo, um processo de regularização do *partisan*, para que se torne o "soldado líder da cavalaria bolchevista"; do outro, uma maior irregularização do conflito em geral.

[150] Eu diria também que é neste marco do *absoluto* que se encontra o espaço para a *destruição/aniquilamento* do adversário como marca do fim da hostilidade, e não a sua rendição.

> expressá-lo de forma mais prática: a moral da população é a moral da nação em armas. E disso o inimigo tem medo." (Mao Tse-tung, apud Schmitt, 2009: 205)

Na experiência da Indochina, então, são experimentadas novas formas de "inimizade absoluta", demonstrando que ela pode mudar de acordo com o tempo, o espaço e as condições sociais, se afastando ou se aproximando do núcleo inicial amigo/inimigo da esfera política. Este movimento corresponde também ao nível de legitimidade que tal guerra pode reivindicar. Depois de regular/irregular, legal/ilegal, o binômio que caracteriza a experiência de Salan, segundo Schimitt, foi legítimo/ilegítimo. E é nesta dupla que se manifesta outra vez a possibilidade da paz e da amizade. A irregularidade do *partisan*, para não ser considerada criminalidade, precisa do reconhecimento, por parte de um terceiro, da causa que o move. Esta terceira parte[151], que pode ou não atuar como ajudante do *partisan*, através do reconhecimento da sua causa, o mantém dentro da esfera do político, contribuindo para a sua regularização e para a possibilidade do regresso à amizade. Este reconhecimento através de uma terceira parte atua para transformar o inimigo absoluto num inimigo real, ou seja, um inimigo que não é o inimigo da espécie humana em geral (Schmitt, 2009:241). A experiência de Salan e da Argélia é significativa destas circunstâncias. Salan, que durante toda a sua vida de soldado sempre combateu guerras irregulares, considerou o argelino seu inimigo absoluto, até ele ser reconhecido pelo mesmo Governo francês, o mesmo Governo que tinha patrocinado a ação de Salan até àquele momento. Dessa troca de reconhecimento e desconhecimento, nasce a experiência da OAS e o surgimento de outro inimigo: "muito mais intenso, e pior para ele, o próprio Governo, o próprio chefe, o próprio irmão. Viu de repente, em seus irmãos de ontem um novo inimigo." (Schmitt, 2009: 235)

[151] O chamado *terceiro interessado* que pode perfeitamente seguir sua própria agenda, sem que isto mude a sua função de laço entre o irregular da guerra *partisan* e o regular do contexto político. (Schmitt, 2009: 240)

A segurança nacional como doutrina: o contexto da Guerra Fria.

A Geopolítica e a contra-insurgência são elementos que providenciaram um conjunto de saberes capazes de nortear o sentido de Nação/Estado, o corpo coletivo que precisa de proteção, e o inimigo contra quem é preciso se defender. Mas para entender o contexto político em que se juntam para criar o Estado de Segurança Nacional é preciso olhar também para o pano de fundo das relações políticas internacionais que se desenvolvem a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, é preciso não esquecer a "guerra fria".

Oficialmente associada com a declaração de "ajuda" do presidente Truman, em 1947, à Grécia, contra o Partido Comunista grego, a Guerra Fria é outro assunto de difícil definição. Muitos historiadores concordam com o fato de ela não ter começado no pós-guerra mas ter sido preparada ainda durante a Segunda Guerra Mundial junto com os planos das bases americanas ao redor do mundo, com a política/diplomacia da bomba atômica (e as possíveis finalidades do uso da mesma em Hiroshima e Nagasaki) e com as crises diplomáticas entre Estados Unidos e a URSS sobre o controlo do Médio Oriente e do petróleo.[152]

Do ponto de vista retórico, um dos eventos marcantes da mesma foi, sem dúvida, a divulgação do texto, informe ou telegrama longo, *The source of Soviet conduct*, escrito por Kennan George F., e a enunciação da doutrina Truman. Inegável é que tanto o texto, escrito em 1946 mas publicado na revista *Foreign Affairs*, em 1947, como o anúncio da doutrina Truman, marcaram um ponto essencial na construção do imaginário do conflito assim como a sua aberta evolução

[152] Para mais detalhes sobre a política/diplomacia da bomba atômica no começo da Guerra Fria, ver: Shervin, 2016: 58-72 e Leffler, 1984: 346-381.

para um processo contra as intenções do inimigo mais do que uma reação contra suas ações.[153].

Porém, definir a Guerra Fria, em última analise, como um conflito entre duas superpotências, seria de alguma maneira incorreto. A Guerra Fria se manifestou e se desenvolveu de forma diferente dependendo da área geográfica que tomarmos como referência e das condições socioeconômicas de cada país envolvido: foi um fenômeno complexo que atuou a partir de diferentes planos, com diferentes estratégias políticas, militares e obviamente com diferentes cronologias. Tudo isso nem sempre coincidindo com a periodização baseada no duopólio Estados Unidos - União Soviética.

As condições socioeconômicas e a política de cada país são, por exemplo, elementos decisivos na compreensão dos alinhamentos estratégicos para os países periféricos. Como salienta Steven R. David, na exposição da teoria do "ominbalancing", a forma como as relações se formaram com as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, foi influenciada não somente por aquilo que elas poderiam prover ou não prover a um determinado país no tabuleiro internacional, mas também pelo jogo das relações de poder internas a cada país. Dessa maneira, o ato de se alinhar, e portanto de particiapar na Guerra Fria, não somente responderia à necessidade/vontade de se envolver no jogo internacional, mas também de

[153] Um dos pontos centrais do telegrama é justamente o primeiro conceito sobre a fundação do poder comunista, ou seja, o antagonismo inato entre capitalismo e comunismo, o que faz com que qualquer aproximação, qualquer assinatura posta debaixo de um acordo tem de ser considerada uma mentira derivada de uma mudança de estratégia: "If the soviet government occasionally sets its signature to documents which would indicate the contrary, this is to be regarded as a tactical manouvre permissible in dealing with the enemy (who is without honour) and should be taken in the spirit of *cavaet* emptor. Basically the antagonism remains. It is postulated. And from it flow many of the phenomena which we find disturbing in the Kremlin's conduct of foreign policy: the secretiveness, the wary suspiciousness and the basic unfriendliness of purpose." (Kennan, 1946-47: 572)
Muito interessante é ver também como mudam os informes sobre a URSS e a possibilidade de um ataque aos Estados Unidos antes do informe de X e depois, com uma mudança de foco do poder militar e do crescimento económico para uma análise das intenções, mais do que dos fatos. Para uma pequena retrospectiva sobre o assunto, ver: Leffler, 1984: 346-381.

resolver problemas de equilíbrios de poder internos entre os diferentes grupos de influência.[154].

No caso especifico da América Latina, Tana Harmer[155] faz notar que ela não "está" no mapa desenhado pela declaração da doutrina Truman, assim como não aparece no longo telegrama ou na querela da bomba atômica do fim da Segunda Guerra Mundial. Se observamos, a Guerra Fria desde esse ângulo não aparece como elemento local nem regional, talvez mais como um elemento *periférico*. Contudo, na América Latina a guerra não foi 'fria' nem periférica: ela deixou bastantes mortos, torturados, desaparecidos e exilados. Se caracterizou por revoluções e contrarrevoluções, cada uma com diferentes finalidades e diferentes resultados. Foi um fenômeno transnacional, no sentido em que os eventos acontecendo num país da região acabavam condicionando outros países da mesma região e, ao mesmo tempo, teve como mínimo comum denominador a posição de dependência de cada país da região face aos Estado Unidos. Diante disso, uma definição mais abrangente, que considere mais as ideologias em jogo do que os jogadores, se torna necessária. Daí a definição que Westad dá do fenômeno, como de uma batalha entre duas diferentes ideias de modernidade, a socialista e a capitalista,

[154] Steven R. David, em "Explaining the World Alignment", aponta para a necessidade de uma análise mais completa dos elementos que caracterizam cada país naquilo a que ele chama de "terceiro mundo". Casos como de Mengistu Haile Mariam, na Etiópia, e de Anwar Sadat, no Egipto, são para o autor explificativos de uma complexidade que direcionaria o foco da análise para os grupos de poder internos e para suas dinâmicas, desafiando o conceito de estado como autor unitário no tabuleiro das relações internacionais. Mesmo não compartilhando da ideia de que somente o "terceiro mundo" seria mais sensível a esse tipo de dinâmica, assumindo, portanto que no "primeiro mundo" o estado é um ator unitário agindo para o bem da coletividade, a teoria do "ominbalancing" é um bom ponto de partida para dar conta do contexto brasileiro no momento da ascenção da ESG como veículo para a tomada de poder de um grupo específico tanto no contexto militar como civil. Para melhor aprofundar a teoria do "omnibalancing" com respeito à do "balance of power", ver: Steven, 1991.

[155] Tanya Harmer. 29 May 2014, The Cold War in Latin America from: The Routledge Handbook of the Cold War Routledge. Accessed on: 23 Oct 2016 https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315882284.ch10

capazes de moldar e de se adaptar aos diferentes contextos, conseguindo inscrever a América Latina, assim como outras regiões, no mapa da Guerra Fria de maneira mais produtiva[156].

Entre os fatores que podem ser redefinidos através desse enfoque está, claramente, a cronologia da Guerra Fria da América Latina que, dessa maneira, ganha a fluidez necessária para esclarecer como a dependência dos Estados Unidos na verdade não significou uma importação do modelo "xeroxe" do anticomunismo, quanto mais uma possível ressignificação do mesmo, já presente desde os anos 20-30, num discurso (contexto significativo) de alcance mundial[157]. Da mesma maneira, é preciso tratar a Doutrina de Segurança Nacional e seus principais elementos (a Geopolítica e a estratégia da contra-insurgência) não como importações acríticas procedentes dos Estados Unidos (dando por assumido que a elaboração de ambas não pode ser atribuída aos Estados Unidos como já vimos), mas como uma das possíveis formas do projeto socioeconômico capitalista e, portanto, se apoiando tanto no contexto mundial quanto nas particularidades/necessidades de cada país[158].

[156] Desde esse ponto de vista, claramente, tanto o ideal capitalista como o ideal comunista não podem ser lidos como os modelos estabelecidos tanto pelos USA como pela URSS, eles têm de ser tomados num sentido mais amplo, capaz de conter as possíveis variações produzidas dentro de cada contexto específico, assim como as mudanças que tais categorias de pensamento sofreram ao longo da mesma Guerra Fria, produzindo variações diferentes até mesmo dentro dos mesmos blocos de direita e de esquerda. (Harmer, 2014: 136- 138)

[157] Tanya Harmer sempre aponta para uma cronologia diferente do conflito ideológico entre as duas formas de modernidade: "If we take the above definition of the Cold War in Latin America, however, the beginning of it probably lie somewhere between the Mexican Revolution and the World War II. The Mexican Revolution was undoubtedly a major social upheaval but it was not Marxist inspired in either its origins or outcome. Although Bethell and Roxbough persuasively argue that the mid-1940s embodied the widespread consolidation and institutionalization of the Cold War language, norms and political struggles, ideological division within Latin America already existed when Latina America's democratic spring and its demise occurred in the immediate post-war years. These disputes may have been asymmetrical, and they may have ebbed and flowed, but they were nevertheless present and important to political developments in Argentina, Chile, Uruguay, Mexico, Cuba, Peru, El Salvador, and Brazil during the interwar years" (Harmer, 2014:137). A divisão ideológica entre Capitalismo e Comunismo, portanto, remonta à chegada das ideias marxistas ao continente e a oposição que causaram no fim do século XIX, começo do XX, junto com os imigrantes europeus. (Harmer, 2014: 137-138)

[158] Tentar configurar de maneira mais crítica a Guerra Fria e definir a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, sem cair na tentação de referenciar tudo para os USA, é um desafio bastante grande. Um dos trabalhos mais conhecidos sobre o tema, o de Joseph Comblin, mesmo tendo o mérito de descrever as características comuns da doutrina (assinalando-a como um projeto unitário mais de que um acaso confuso), tem a tendência para resumi-la como produto dos Estados Unidos, tanto na sua parte ideológica como nas instituições que a corporificam. (Comblin, 1979: 9-189)

Com respeito à adaptação da doutrina no contexto do cone sul, o caso do Chile, negociando incessantemente ajudas econômicas e militares com os USA, demonstra as diferenças no entendimento da ameaça interna, na estratégia que deveria ser usada contra tal ameaça e também, outra vez, a vivência de uma temporalidade distinta da Guerra Fria[159]. Sempre nesta linha, o caso chileno abre para a compreensão das *liaisons* que os militares mantinham entre eles no Cone Sul como fato intelectualmente independente da produção Estadunidense e que teve seus encontros e desencontros durante todos os anos 60-80, com a culminação na criação da Operação Condor.

Dada essa premissa sobre as dificuldades em definir a Guerra Fria como elemento significativamente e cronologicamente unitário, é necessário questionar a Doutrina de Segurança Nacional e sua relação com a mesma na América Latina. Joseph Comblin, na tentativa de descrever o que ela foi para o Cone Sul, escreve:

> "La doctrina de la seguridad nacional se presenta como una síntesis total de todas las ciencias humanas, una síntesis dinámica capaz de proporcionar un programa completo de acción en todas las áreas de la vida social: una síntesis entre Política, economía, ciencias sico-sociales, estrategia militar. Ella se propone determinar los criterios definitivos en todas las áreas de la acción desde el desarrollo económico hasta la educación o la religión." (Comblin, 1977: 96)

[159] A reconstrução das tensões entre Chile e USA, sobre os fundos que o primeiro deveria receber do segundo, repousam numa visão do Cone Sul como alvo *constante,* e, portanto, como *centro* da infiltração moscovita que nos anos setenta estava se "beneficiando" da estratégia da distensão para desenvolver uma mais profunda luta de classe. A posição do Chile, como abertamente ameaçado pelo "marxistíssimo" Governo peruano, depois de se ter salvado si mesmo e à região do Governo comunista de Allende, assim como a reação às acusações de desrespeito dos direitos humanos, que soavam aos ouvidos chilenos como a resposta de uma imprensa americana e mundial *já infiltrada* pelo comunismo, mostravam uma perceção do inimigo e da sua estratégia no contexto mundial não uníssona, mas, pelo contrário, bastante enraizada na história e nas ideologias locais e nas mudanças que afetavam os diferentes teatros da Guerra Fria (primeiro mundo ou terceiro). Para uma melhor compreensão da negociação, ver: Harmer, 2013: 109-143.

Em outro trabalho, o mesmo autor traça uma possível relação entre a Guerra Fria e a DSN, definindo-a como a *estratégia* da *guerra fria*[160].

Se a guerra fria é uma batalha entre duas propostas de modernidades, a doutrina de segurança nacional seria um conjunto de saberes a partir da quais e possível organizar o Estado como forma dessa modernidade. Uma governamentalidade em que a estratégia da guerra (com a sua específica relação entre meios e fins) e as estratégias do poder já não são mais duas entidades distintas ligadas por movimentos de consequencialidades ou oposição (Clauserwitz, a guerra é a continuidade da política por outros meios, ou a visão da guerra e paz como elementos opostos) mas elas compartilham a mesma raiz produtiva:

> "Whit the birth of modernity, which Foucault understood equally as the reformulation of power to accommodate an enabling, life affirmative aspect, war takes on a positive characteristic, "as the counterpart of a power that exert a positive influence on life." "wars" he asserts, "are no longer waged in the name of the sovereign who must be defended; they are waged on behalf of the existence of everyone; entire populations are mobilized for the purpose of wholesale

[160] "La guerra atómica es una amenaza. Por el contrario, la guerra fría es actual. Para la Doctrina de la Seguridad Nacional el gran hecho actual es la gran novedad de la guerra contemporánea: actualmente la guerra se presenta bajo la forma de la guerra fría. Sus formas son nuevas, pero es necesario aplicarle todas las características de una guerra y responder a esta nueva situación con una estrategia apropiada. La guerra fría es una guerra permanente; ella se libra en todos los planos, militares, políticos, económicos, psicológicos, pero evita la confrontación directa. La seguridad nacional es precisamente una respuesta a este tipo de guerra." (Comblin, 1979: 37) Do ponto de vista militar, Comblin define a guerra fria como um conceito nascido da fusão entre a guerra absoluta do Clauserwitz (guerra cujo fim é a destruição completa do adversário) e a guerra atômica, em que os meios da mesma guerra levariam para a destruição das duas partes. Ambas as guerras são de fato guerras "impossíveis": a primeira, por escapar ao controlo da política (já vimos que os fins da guerra, e suas inimizades específicas, são criadas pela política e na política e encontram a sua terminação), não seria nada mais do que uma especulação teórica, e a segunda, por não deixar nenhum vencedor, mas em geral para não deixar nada vivo, no campo. A guerra fria que daria o contexto para a doutrina de segurança nacional seria, portanto, um oxímoro, um embate teórico/prático entre meios e fins. Claro que a guerra fria, de Comblin carrega, além do absoluto e do atômico, também o rastro da experiência das grandes guerras, em que a totalidade da vida económica, institucional e da organização do Estado se encontrou presa na lógica do esforço conjunto nacional para a sobrevivência da nação, tornando a guerra um evento de mobilização total e com fins destruidores potencialmente absolutos. Especialmente, a Segunda Guerra Mundial com a teoria da sobrevivência da nação sempre ligada à destruição das outras (a ideia de espaço vital, por exemplo) nações num movimento biológico e, portanto, científico, reverbera nas tentativas de definir a nova guerra intrinsecamente ligada à Doutrina de Segurança Nacional. Dessa maneira, a guerra fria seria uma guerra total, por requerer a mobilização de toda a sociedade, assim como absoluta, ou seja, para a sobrevivência da mesma sociedade (daí, tanto vocalizar o fim da civilização cristã como fruto da guerra).

> slaughter in the name of life necessity: massacres (have) become vital. Foucault was quite aware that essential to this reconfiguration of war was the epistemic transformation within military strategy of the relationship between war and politics." (Reid, 2003: 14)

Características gerais da Doutrina de Segurança Nacional.

A DSN toma emprestado da Geopolítica o estudo *científico* da nação como vontade e projeto unitários; uma vontade e um projeto destinados, às vezes, a colidir com a vontade e os projetos das outras nações. A nação, que se compõe de um território, uma população e seus recursos (tanto naturais como sociais), expressa sua vontade e seu poder através do Estado tornando os dois basicamente indivisíveis. A personificação do sistema Nação/Estado, mas do que o organicismo dos primeiros estudiosos da Geopolítica, é a imagem que melhor representa esta entidade central na DSN e que sustenta outros conceitos base da doutrina: os objetivos nacionais, o poder nacional, a estratégia nacional e a segurança nacional.

Os objetivos nacionais representam os "desejos" e as "aspirações" que a Nação tem com respeito ao seu futuro e, como Comblin nota, são vagos e universalistas. Eles falam a respeito da integridade territorial, integridade nacional (consolidação da comunidade com o respeito à língua, à moral, às diferenças sociais e econômicas) da democracia como sistema organizacional, do progresso (tanto econômico como humano) e da paz social (harmonia e solidariedade, resolução dos conflitos internos)[161]. Para que os objetivos se cumpram, o ponto essencial é o poder nacional como conjunto de recursos humanos e econômicos que a Nação

[161] Joseph Comblin (1979), não tem, de fato, muitas diferenças entre os objetivos do Chile e os do Brasil, assim como os do Perú. Eles falam mais a respeito da conservação da Nação, da sua sobrevivência nos termos já estruturados pela Geopolítica.

possui e que podem ser mobilizados pelo Estado num conjunto que compreende tanto os meios possuído como a capacidade de utilizá-los:

> "El Poder Nacional es pues el conjunto de medios de acción del que puede disponer el Estado con miras a imponer su voluntad. El concepto de poder significa medios para imponer su voluntad: hace intervenir el fin y no los medios. El poder es todo recurso del que se puede valer para imponer su voluntad. […] El poder es a la vez la capacidad de acción sobre la naturaleza y sobre los hombres, capacidad de manipular los recursos naturales gracias al capital, a la técnica, a la capacidad de trabajo, y capacidad de imponer la voluntad del Estado a los hombres sea por la ley, sea por el prestigio, la fusión social, la costumbre o la represión. El poder es recursos naturales, trabajos, ciencia, técnica, capital, ejercito, policía, represión, autoridad, todo ello yuxtapuestos para conformar una sola capacidad de acción." (Comblin, 1979: 48-49)

Por ser algo tão abrangente, o poder nacional se divide em poder militar, poder político, poder econômico e psicossocial[162].

A estratégia nacional pode ser definida como a arte de organizar e aplicar o poder nacional para conseguir os interesses nacionais, uma vez que o poder político definiu os objetivos[163]. A estratégia nacional articula o poder nacional em vista de um dos pontos centrais da doutrina, a segurança nacional.

A segurança nacional, conceito central na doutrina, apresenta algumas dificuldades na própria definição. Em relação à Nação, ela é definida como as garantias que o Estado proporciona na conquista dos objetivos nacionais contra os antagonismos internos e externos (Comblin, 1979,

[162] O poder político representa os órgãos e as funções que direcionam a sociedade política, as instituições assim como a capacidade de impor a vontade do Estado sobre os cidadãos. (Comblin, 1979)

[163] Mais para frente, na análise do caso brasileiro, os objetivos nacionais vão sendo divididos em dois grupos: os permanentes e os de curto prazo e cabe à Política a definição desses objetivos. (Comblin, 1979) Comblin assinala também que a estratégia nacional, de fato, ocupa o lugar da Política no contexto da guerra fria (guerra total) se tornando uma estratégia total e apagando as diferenças (formais e não) entre a natureza do âmbito militar e do âmbito civil.

46). Essas garantias correspondem, de fato, à força que o Estado pode empregar na imposição dos objetivos, tanto dentro do estado como fora dele, num movimento em que a realização dos mesmos corresponde à sua imposição[164].

O surgimento da segurança nacional como conceito-chave na organização do Governo traz consigo alguns elementos da experiência francesa na Argélia com respeito à inimizade. Primeiramente, a queda da distinção entre inimigo interno e externo (o antagonismo interno e externo aos objetivos nacionais age contra a sobrevivência da Nação com a mesma força e da mesma maneira) traz consigo o questionamento da relação entre *meios e fins*, especialmente com relação à violência praticada pelo Estado. Em concreto, Comblin identifica o desaparecimento da distinção entre meios violentos *vs*. meios não violentos e da violência repressiva *vs*. violência preventiva, num contexto em que as funções (meios e fins) da polícia e das forças armadas se nivelam sob essas mesmas premissas.

Nessa governamentalidade securitária, a defesa, no sentido de *ação* reativa contra algo exterior que sempre definiu a função militar, se torna uma pequena parte dum *estado*, o da segurança (Gurgel , 1975: 136).

Ultimamente, a segurança nacional como *estado*, no contexto da América Latina, se constrói dando conta também da relação entre o hemisfério norte e o hemisfério sul no plano do *desenvolvimento*.

A construção da segurança se declina aqui como um desenvolvimento que transcende a avanço econômico/industrial para abranger também a produção do homem politicamente, moralmente e culturalmente moderno capaz de produzir e reproduzir as condições necessárias para a superação do *gap* entre o primeiro e o terceiro mundo (Gilman, 2003: 72-

[164] Comblin nota que tendo como objetivos aspetos tão vagos, o que a segurança nacional se ocupa de assegurar é definido mais a partir do inimigo contra quem é preciso se defender mais do que os aspetos da Nação que supostamente existiriam *a priori*. (Comblin, 1979: 45-46)

155). Nesse processo de industrialização e modernidade, onde no ponto de chegada estaria representado pelos Estado Unidos, e mais em geral pelos países de primeiro mundo, o Comunismo não representaria a contra modernidade ou uma modernidade desviada, ele seria mais uma modernidade mórbida, que eventualmente iria coincidir com a modernidade ocidental correta. O perigo do subdesenvolvimento face à segurança, portanto, se apresenta não para os que já atingiram a modernidade (EUA e Europa) mas para os países em desenvolvimento que poderiam eventualmente deslizar na modernidade mórbida do Comunismo. (Gilman, 2003: 102-103).

A segurança nacional como desenvolvimento, nesses termos, produz uma análise do "atraso" socioeconômico de tipo "evolutivo" onde a insegurança da Nação se conjugaria tanto com baixa produtividade e as dívidas, assim como com a "miséria" e o subdesenvolvimento moral, mental e cultural da população; tudo isso contribuindo à virada para as revoluções sociais violentas[165] .

[165] Comblin introduz o tema do desenvolvimento como elemento da segurança, mas foca o discurso exclusivamente no plano económico, enquanto Gurnel, se concentrando no Brasil, explora o *desenvolvimento* como algo mais abrangente, em termos dos elementos envolvidos e também em termos do tipo de discurso produzido (ele foca a criação de uma *mística* do desenvolvimento, que levasse a uma forma de aceitação completa de qualquer sacrifícios e esforço que acelerasse o processo de acumulação de capitais (Gurnel, 1975: 37) nos países com economias não completamente desenvolvidas). Essa ideia mais ampla de desenvolvimento se encontra também nos documentos da ESG. Cabe especificar que o desenvolvimento na sua aplicação se deu de forma diferente no Cone Sul, com ênfases específicos dependendo das realidades distintas e das diferentes elaborações da Doutrina de Segurança Nacional.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Nesta casa estuda-se o destino do Brasil.

H.A. Castello Branco

A Escola Superior de Guerra tem sua origem num decreto de 1942, que estabelecia a criação de um curso de Alto Comando destinado apenas a generais e coronéis do Exército. A lei ficou letra morta até 1948 quando, sob a influência do recém terminado segundo conflito mundial, a sua realização se tornou necessária, mas a partir de outra premissas: se inicialmente a escola tinha como finalidade o estudo das questões referentes ao emprego das Grandes Unidades Estratégicas e a direção da guerra (Arruda, 1980: 10), a versão de 1948 e a sua realização prática revelavam as mudanças que a experiência do segundo conflito mundial tinha trazido na forma de pensar a guerra, não mais como evento em si, mas como preparação para a mesma: a mobilização total com o crescimento industrial e preparação psicossocial para o evento.

A preocupação com a mobilização total já tinha aparecido ao redor dos anos trinta com as primeiras experiências práticas datadas de 1924, a Revolução Tenentista, e de 1932, o movimento armado constitucionalista, em São Paulo, a cidade mais industrializada do Brasil naquele momento (Alves Ferraz, 1997:79). Nas duas ocasiões bélicas, a produção industrial da cidade tinha sido devotada para armas e equipamentos de blindagem, mas, mesmo assim, a experiência brasileira, nesse sentido, era ainda muito pouco sólida. Em 1934, apareceu o

projeto de Góes Monteiro para reformar as FFAA, projeto que compreendia também a reorganização nacional:

> "O Exercito deverá ser uma escola e uma oficina de preparação de todos os meios da defesa da nacionalidade. Conseguintemente, a essa escola e a essa oficina devem estar ligados todos os outros esforços e atividades da vida coletiva, para haver a coordenação regular no sentido do objetivo comum. A educação (moral, cívica, física e profissional) interessa muito de perto a Defesa Nacional, as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando a prejudiquem. A economia dirigida fornecerá os recursos materiais à administração pública; e a imprensa e a educação dirigidas fornecerão a mentalidade capaz de disciplinar as gerações sucessivas." (Monteiro, 1934)[166]

Com o Estado Novo, as autoridades, além de se preocuparem com a frágil industrialização do país e planejarem uma produção completamente devotada para ao contexto bélico, conceberam a mobilização a partir também da propaganda, responsabilizando os trabalhadores e tentando criar uma "mentalidade de mobilização" que iniciou o processo de inserção da questão social na problemática da mobilização nacional[167]. A preocupação com o assunto não era, portanto, uma novidade aparecendo junto com a guerra fria, o que foi se acrescentando ao projeto dos anos trinta foi a elaboração da experiência da FEB (Forças

[166] Carta de Góes Monteiro para Getúlio Vargas sobre os problemas do exército. ARQUIVO GETÚLIO VARGAS. Carta do Gal. Góes Monteiro a Getúlio Vargas. GV c 1934.01.18/2 Série: c - Correspondência 18/01/1934. Quantidade de documentos: 1 (14 f.) Microfilmagem. p. 2.

[167] Em 1942, foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica que supervisionava o aspecto da produção industrial para o conflito assim como, do lado propagandístico, Vargas conseguiu que a questão social fosse englobada na mobilização, comparando o trabalhador ao soldado na batalha da produção e declarando, consequentemente, a "ociosidade" como crime contra o interesse coletivo. A mentalidade de mobilização durante este período não começava nem terminava com os discursos aos trabalhadores, ela ia se refletindo na legislação trabalhista para os setores produtivos considerados de "segurança nacional", em que era proibido mudar de emprego e a falta ou abandono do serviço eram considerados crimes de deserção. (Alves Ferraz, 1997: 84-87)

Expedicionárias Brasileira) combatendo ao lado dos Estados Unidos nas frentes europeias. Essa experiência criou um grupo, cuja ligação ao vitorioso vizinho do norte os levou, tanto durante a guerra como no pós-guerra, a conhecer de perto as estruturas de ensino militar e suas experiências de mobilização. Assim, em 1946, durante uma viagem de estudo aos Estados Unidos para realizar o Estado Maior das Forças Armadas no Brasil[168] , o General Cesar Obino, visitando o War College e o Industrial College, deparou-se com os possíveis modelos para a ESG e, em 1948, um grupo de militares, todos veteranos da expedição, encabeçados pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, foram colocados à disposição do EMFA para elaborar um regulamento para a nova escola, assessorados pela missão militar americana.

Na conferência de 1949, na Escola de Estado Maior do Exército, Cordeiro de Faria lembraria as razões que levaram a pensar uma específica organização para a Escola Superior de Guerra, começando pela experiência da mobilização total da última guerra, seguida pelas previsões sobre uma terceira guerra mundial destacando que:

> "Um programa de segurança completo, deve cogitar do emprego eventual de todos nossos recursos econômicos, do emprego de homens de ciência tanto como da massa dos homens e do armamento. As forças armadas são apenas o gume da máquina da nação, cuja força destruidora será empregada para derrotar o inimigo. Segurança não quer dizer militarismo, nem disso se aproxima. A segurança não pode ser medida pelo volume dos estoques de munições, nem pelo número de homens em armas, nem tampouco pelo monopólio de uma arma invencível. Mesmo durante a paz, o índice de poderio material é enganoso, pois o armamento torna-se antiquado e sem valor [...] o monopólio de uma arma é logo rompido. Adequadas reservas morais somadas à compensação das exigências de cada dia, nos permitirão fazer face aos acontecimentos da nossa época." (Cordeiro de Farias, 1991: 138)

e continua fazendo referência ao General Collins:

> "A segurança é hoje, mais do que nunca, um problema de coordenação não apenas entre o Exército, Marinha e Força Aérea, mas também entre estes o Ministério do Exterior e o conjunto da economia civil norte-americana" [...] (a política de segurança nacional) Ela, de fato, hoje, diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pelas suas elite, pelos seus homens de negócios e pela sua massa, compreender seu papel permanente no conjunto de esforços de toda a natureza, para que o país possa resolver, no caso de um conflito, os problemas relativos à sua sobrevivência. [...] almejamos uma ligação estreita com o ITAMARATY, companheiros que somos de uma mesma luta, servidores do Brasil, cujos passos devem estar sincronizados a todas as horas, em todos os momentos e em todos os sentidos." (Cordeiro de Farias, 1991: 139)

A ênfase na necessidade de associar militares e civis, num mesmo projeto de segurança que ultrapassa o conceito de defesa, baseado principalmente nas FFAA fortes, coesa, bem equipadas e bem treinadas (alguém diria profissionalizadas) do projeto de Góes Monteiro, aponta para outro tipo de esforço. Apelando para o Governo e para as forças sociais, sublinhando que o foco da segurança não pode ser somente armamentos e treinamentos das FFAA, pedindo um planejamento conjunto, revela a segurança como um projeto de Governo. Através dele, as FFAA brasileiras colocam o país dentro da ordem mundial enquanto que se colocam, elas mesmas, no lugar de interlocutores privilegiados na compilação da agenda do desenvolvimento econômico, social e militar da nação, se apresentando como agente responsável no planejamento do projeto da segurança nacional. A razão para tal posição se explicaria no fato de elas se responsabilizarem pela gestação do tal projeto, indicando a Escola como o espaço de encontro e trabalho a ser compartilhado com o Governo e outros grupos de

civis, diretamente comprometidos com o desenvolvimento do Brasil. Cabe lembrar que a ESG não foi uma experiência única no contexto mundial daquele período. Ela pertence a um grupo de escolas militares, cujos exemplos mais famosos são o National War College, criado em 1946, e o francês *Institute de Haute Études de la Défence* National, criado em 1936 mas fechado entre 1940 e 1948.

Tanto o instituto francês como o americano, mesmo sendo instituições militares, apresentavam conteúdos curriculares não militares e matriculavam tanto militares como altos funcionários civis, com a finalidade de pensar a vida nacional em termos estratégicos: um espaço em que a estratégia da guerra se tornasse a política do tempo de paz. O método adotado, caracterizado por palestras, seminários, trabalhos de grupo e viagens, queria se opor ao método "europeu", julgado pelos americanos, complicado, caracterizado por longos debates, em suma, inadequado à tomada rápida de decisões[169]. A questão do método é central na criação da ESG: em outro documento datado de 1949, o Tenente Cel Idálio Sardenberg, também encargado do planejamento do Instituto, expõe os princípios fundamentais que, compreendendo uma análise do caso brasileiro, incluem também possíveis soluções a ser desenvolvidas pela escola, e o ponto 5 e 6 fazem da busca e aprimoramento do método um dos pontos centrais da existência da ESG:

> "Principio n. 5
>
> "O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de aplicação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho conjunto". O processo de aplicação de energia adotado pode ser denominado

[169] Em 1951, foi criado em Paris outro instituto o OTAN's *Defence College*, sempre na mesma onda e a partir das mesmas críticas sobre o processo das práticas decisórias europeias. Esse projeto, que desenvolvia discussões relacionadas com o escudo defensivo contra o Comunismo, tinha a finalidade de reunir e integrar os países membros da NATO, desenvolvendo o espirito da NATO e conseguir que diferentes países, alguns até aquele momento inimigos, conseguissem elaborar estratégias consequente entre elas no contexto da Guerra Fria. (Alves Ferraz, 1999: 122-123)

> "método dos pareceres" e se caracteriza por uma sucessão de estudos e soluções personalistas, que entram em conflito umas com as outras, provocando a paralisia da administração pública, impossibilitada de, no meio da aluvião de soluções propostas, discernir o rumo a tomar.
>
> Principio n. 6
>
> Urge substituir o método dos pareceres por outro método que permita se chegar a soluções harmônicas e equilibradas. "O novo método constituirá a alavanca destinada a remover os óbices e a possibilitar a aceleração do ritmo de desenvolvimento." (Sardenberg, 1987: 11)[170]

A criação do Instituto (conforme ao ponto número 7) é, portanto, o *instrumento* que possibilitaria a formação do novo método a ser usado no estudo dos problemas brasileiros, ela não deviria fornecer soluções pré-constituídas:

> "[...] não constitui objetivo da Escola... *ensinar a solução desses problemas*, e sim *estabelecer e difundir um método de solução* [grifo do autor], criar um ambiente de compreensão entre os grupos nacionais e uma *doutrina* que promova o desenvolvimento do potencial nacional, mediante a aplicação coordenada daquele método." (Sardenberg, 1987: 11)

Cabe, porém, salientar que os princípios da escola já contêm uma série de verdades, essas, sim, imprescindíveis:

> "A iniciativa da criação da Escola Superior de Guerra se alicerça numa série de princípios, isto é, de conclusões que são aceites como verdades. Sem a exata compreensão dessas conclusões ou sem a sua aceitação, como verdades fundamentais, não é possível traçar as linhas de desenvolvimento e de ação da Escola."

[170] Texto completo em: Sardenberg, 1987: 9-19.

Vale a pena resumir os princípios do documento:

1- A Segurança Nacional é uma função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar. (A segurança está ligada ao desenvolvimento geral da Nação e compreende aspectos demográficos, econômicos e financeiros)
2- O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência.
3- O desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção.
4- Como todo trabalho, a obtenção dessa aceleração exige a utilização de uma energia motriz e de um processo de aplicação dessa energia. (A energia motriz é a energia humana sob forma de ideias que orientam e braços que as executem)
5- O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de aplicação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho em conjunto.
6- Urge substituir o "método dos pareceres" por outro método que permita chegar-se a soluções harmônicas e equilibradas.
7- O instrumento a utilizar para a elaboração do novo método a adotar e para a sua difusão consiste na criação de um instituto nacional de altos estudos funcionando como centro permanente de pesquisa. (Sardenberg, 1987: 9-11)

Podemos, portanto, ver que a segurança nacional é uma verdade aceite na sua configuração como algo maior e diferenciado do potencial militar e que a aceitação deste princípio significa, pelo autor, acreditar que é direito das Forças Armadas intervirem, "por meio dos órgãos apropriados", no processo do desenvolvimento do potencial nacional (Sardenberg, 1987). A leitura da desvantagem brasileira e das suas causas fazem parte das mesmas premissas indiscutíveis e fornecem a base para se diferenciar da experiência norte-americana. Se, para o

Brasil, a Segurança Nacional é um estado que tem que ser construído e mantido, o desenvolvimento econômico e social do vizinho do norte representam a premissa para uma segurança nacional como preservação de um *status quo* (Gurgel, 1975: 39). Dentro dessas premissas, mesmo mantendo a colaboração através de uma missão de auxílio, o foco do olhar estratégico das duas escolas se diferenciou de maneira considerável: o Brasil se preocupando mais com as ameaças diretamente ligadas à sua situação interna, enquanto que os EUA desenvolviam a própria segurança nacional como defesa dos seus interesses no exterior, se concentrando mais no estudo da conjuntura internacional da Guerra Fria. Essas premissas são centrais na elaboração do projeto da ESG, assim como na elaboração de uma Segurança Nacional como goveranamentalidade, nas palavras de Cordeiro de Farias:

> "A ESG inspirou-se no War College e no Industrial College, mas tornou-se completamente diferente de ambos por força das circunstâncias. Ao ser nomeado para seu comando em 1948, antes do ato legal de fundação, que data de 1949, vieram do Estados Unidos e ficaram à minha disposição, como assessores, um oficial do exército, Werbeck, um da marinha, Bibby, e um da aeronáutica, Anderson [...] Tive grandes dificuldades iniciais com eles, em virtude da rigidez típica dos americanos. Eles vieram com o regulamento da War College e tentaram induzir-nos a adotá-lo sem restrições, alegando que se havia dado tão certo nos Estados Unidos, haveria de funcionar também no Brasil. Eu lutava com eles, mas não conseguia convencê-los. Defendia a tese de que a ESG, como um centro de estudos, não poderia deixar de se ligar profundamente aos alicerces nacionais. Dizia a eles: "Nos Estados Unidos, vocês estudam política externa global, mas nós não podemos fazer isso na ESG. Nossos problemas são com os sul-americanos e com os Estado Unidos. Não temos tempo a perder com questões que não constituem nossa prioridade principal [...] Na verdade, eu tinha outros planos, já havia conseguido do General Obino a permissão para adiar de 1949 para 1950 o início das atividades da ESG. Nesse período, programei uma viagem pelo Brasil para os três. Foram à Amazônia, ao Nordeste, conheceram

o Rio San Francisco, visitaram as indústrias de São Paulo e do Rio, e chegaram até o Rio Grande. Quando voltaram, me deram inteira razão. A partir de aí, começaram a trabalhar em bases diferentes." (Alves Ferraz, 1999: 124)

Assim, com a premissa do estudo da condição do Brasil dentro do projeto da Segurança Nacional, a Escola Superior de Guerra abre em 1949, se colocando sob o controlo do recém-nascido Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) como Curso Superior de Guerra para civis e militares, se desdobrando, em 1953, em CSG e Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), esse último aberto exclusivamente às três forças militares[171]. O curso, cuja duração era de um ano letivo, se articulava em currículos onde cada currículo representava não uma disciplina, mas um tema específico a ser desenvolvido. Os temas estavam consequentemente agrupados em unidades didáticas que definiam os limites teóricos dentro dos quais iam ser tratados.

Os temas, assim organizados em unidades didáticas, eram desenvolvidos de acordo com os três períodos que marcavam cronologicamente a entrega dos trabalhos durante o ano letivo:

-Período Doutrinário: em que se forneciam os instrumentos necessários à análise das questões tratadas.

-Período Conjuntural: em que o foco era a análise da conjuntura nacional e internacional.

-Período de Aplicação: em que o foco era a formulação de planos e políticas sobre determinados problemas.

[171] A escola abre para os estagiários em 1950. 1949 foi ano em que o corpo permanente cursou para testar o método e o funcionamento geral. Oficialmente controlada pelo Estado Maior, a escola, desde o primeiro regulamento de 1949, tentou se vincular diretamente à Presidência da República. Em 1963, se definiu como "órgão da precedência da república", o que permite pensar num projeto maior com respeito às finalidades e aos limites dos trabalhos da Escola. (Costa Aderaldo, 1978: 106-107)

A finalidade desse tipo de organização era, portanto, terminar o curso com uma produção teórica capaz de incorporar as noções de base com a análise da realidade e, consequentemente, a produção de planos para problemas específicos.

Cada período se caracterizava por um diferente uso das técnicas didáticas que compunham o método da ESG:

- Conferências (C): exposição feita por alguém do corpo permanente ou externo (convidado especial expecialista no assunto) que fornece elementos básicos para realizar os estudos no curso.

-Palestras (P): onde são fornecidos outros elementos sobre os assuntos de interesse no curso. Procedidas por leituras recomendadas.

-Debates (DB): atividade mais importante, usada para esclarecer dúvidas, aprofundar os assuntos, ressaltar pontos importantes e reforçar conceitos da doutrina. Os debates podem seguir as conferências ou ser especiais, no sentido de ser programados especialmente para tirar dúvidas surgidas em outras situações de ensino.

-Demonstração (D): atividade para mostrar como executar alguma tarefa específica mediante exemplificação.

-Leitura e Discussão (LD): discussão ampla e livre de temas com leituras prévias. Tem a finalidade de uniformizar o conhecimento entre todos os participantes do grupo e, portanto, admite o compartilhamento e a difusão dos conhecimentos prévios que cada estagiário pode ter. A figura do “dirigente” tem o poder de orientar a discussão diretamente, esclarecendo o ponto de vista da Escola sobre determinados assuntos.

-Discussões dirigidas (DD): tem por finalidade ajustar o conhecimento dos estagiários e firma-los com respeito à orientação da Escola através de discussões ativas. É prevista a presença de

um dirigente que pode ser estagiário da turma (com a supervisão de alguém do DE) ou pertencer ao corpo permanente.

-Trabalhos de grupo (TG): trabalho de pesquisa para solucionar um problema colocado ou formular um juízo sobre determinado assunto. A finalidade é a promoção de uma discussão ampla capaz de lidar com posições diferentes para chegar a um resultado que represente a opinião do grupo. O TG prevê fases diferentes que terminam com a discussão das conclusões pessoais extraídas da pesquisa e com a redação de um documento comum.

-Trabalhos de turma (TT): conjunto de trabalhos escritos individualmente pelos estagiários sobre assunto estabelecido previamente pelo DE. A unidade harmônica do resultado na apresentação é atingida através da coordenação dos encargos individuais.

-Trabalhos de planejamento (TP): atividade genérica que implica experimentar a metodologia da ESG na formulação de uma política específica dentro da segurança nacional. É um trabalho altamente dirigido por procedimentos específicos e desenvolvido sob o controlo de pessoas vinculadas aos órgãos de segurança que controlam cada passo da produção dos mesmos (Costa Aderaldo, 1978: 121-125) [172].

[172] "Esse curso era feito na parte da manhã, sob forma de conferências, por elementos do Corpo Permanente da Escola, ou por eminentes figuras civis ou militares, convidadas com alguma antecedência, para fazê-las. Dividia-se o tempo da manhã em duas partes: uma destinada à exposição do assunto programado, pelo conferencista, com duração normal de cinquenta minutos; outra, para debate sobre o texto exposto, mediante pergunta, formulada por escrito pelos estagiários, ao conferencista, durante intervalo regulamentar. Normalmente, eram esses debates registrados por gravador elétrico, e posteriormente, traduzidos e impressos para conhecimento de todos os interessados. [....] a parte da tarde era consagrada à elaboração de trabalhos escolares pelos estagiários . Esses trabalhos dividiam-se, por sua vez, em dois tipos, trabalhos de "grupo" e trabalhos de "turma". Os primeiros caracterizavam-se pelo estudo inicial do problema proposto por cada um dos elementos do grupo, seguido por discussão, em conjunto, sob a orientação de um "dirigente"; e de redação dos pontos acordados, por um "relator"[...] Os segundos, também executados por conjunto de estagiários, versavam em geral sobre o levantamento preliminar de dados, feito individualmente, pelos integrantes da turma, para o equacionamento e solução de problemas complexos, cuja investigação parcial devia ser dividida entre os diversos elementos da mesma, e por cada um redigida sob forma de "monografia". Havia um "dirigente" da própria turma, e um "ligação" do Corpo Permanente da Escola. Uns e outros destes trabalhos. Após serem concluídos, eram debatidos no auditório da Escola, com a participação de todos os estagiários e elementos do Corpo Permanente." (Távora, 1976: 224-225)

Cada exercício era organizado a partir de diferentes regras, as quais terminavam influindo no grau de liberdade que o estagiário experimentava na execução das tarefas. É também importante destacar que as atividades não foram reguladas sempre da mesma maneira desde a inauguração da escola: o grau de abertura de tolerância para a discussão e com respeito à expressão de diferentes opiniões, mais ou menos coincidentes com a doutrina a ser desenvolvida, sofreu mudanças consistentes. Mais especificadamente, uma progressiva pormenorização do regulamento, relacionada com o contexto brasileiro, internacional e com as diferentes fases de desenvolvimento da doutrina[173].

No começo das atividades da escola, os oradores especializados (tanto externos como do corpo permanente) tinham toda a liberdade na exposição do conteúdo das palestras, sabendo que as exposições iam sendo secretadas impedindo portanto qualquer comentário sobre elas fora do ambiente apropriado; ao mesmo tempo, os estagiários, durante o debate, podiam pedir qualquer explicação e expressar suas opiniões mesmo que não coincidissem com as dos oradores; também a execução do trabalho de grupo, que tinha como pressuposto alcançar a unidade de opinião, previa, na sua execução, um espaço para a minoria, caso essa persistisse depois da discussão, com direito de redigir um documento separado a ser encaminhados para o Departamento de Estudo. A partir de 1952, se institucionalizou a figura do "elemento de ligação" que, no início, tinha a missão de controlar, junto de cada grupo, o funcionamento do método, mas que por nenhuma razão podia intervir nas discussões.

[173] No principio dos anos 50, a sociedade brasileira, e o Exército também, viveu um momento de alta participação e discussão sobre as questões relacionadas com o desenvolvimento e a industrialização. O caso do petróleo foi exemplificativo, num contexto tão marcado pela participação não era possível promover um espaço altamente regulado e, portanto, limitante tanto no conteúdo, na forma da exposição, como nos espaços de troca de opiniões. Ao mesmo tempo, o foco na necessidade de chegar a uma opinião partilhada ou pelo menos aceite por todos, por ser a da "maioria", ressalta a preocupação com as divisões internas as FFAA.

A partir de 1964, porém, houve um progressivo movimento de redução da liberdade nas exposições dos conferencistas, com a obrigatoriedade, para o corpo permanente, de submeter os textos com antecedência à Divisão de Assuntos de Doutrina e Coordenação para que fossem examinados, enquanto que os palestrantes externos, durante a exposição, estariam obrigados a cumprir com uma série de pontos, previamente decididos. Além disso, se no começo as conferências relativas aos assuntos doutrinários básicos poderiam ser abordados pelo pessoal tanto do corpo permanente como pelos palestrantes externos, estas ficaram a cargo do pessoal interno permanente (Costa Aderaldo, 1978: 125-126). Também a participação dos estagiários na discussão viu um progressivo fechamento no que diz a respeito à possibilidade de tomar a palavra, nos tempos de fala e no conteúdo. No método didático de 1974, por exemplo, os debates já são atividades altamente controladas e codificadas, especialmente os debates especiais, em que as perguntas tinham de ser elaboradas com antecedência e encaminhadas à Divisão de Estudo (DE), responsável pela definição da tese a ser discutida. Dessa maneira, o DE se encargava de que as repostas às perguntas fossem fornecidas diretamente pelos expositores durante a apresentação e não durante a conversa com os estagiários. Respondidas às perguntas formuladas previamente, eram permitidas só duas intervenções que observassem as normas fixadas pelos debates correntes:

> "É vedado ao debatedor:
>
> 1- Fazer crítica ou apontar falhas ou deficiências do expositor.
>
> 2- Contestar outros debatedores que o tenham precedidos.
>
> 3- Fazer referências aos conferencistas anteriores, apontando contradições (se houver necessidade de referências, não identificá-las).
>
> 4- Não deve formular perguntas ou externar opiniões de caráter político-partidário."[174]

[174] Método de trabalho didático, D3-74, em Costa Aderaldo, 1978: 120.

Também as unidades temáticas dos currículos passaram por diferentes estágios, tanto na quantidade como no conhecimento requeridos aos estagiários. A primeira versão de 1949 apresentava somente três unidades: assuntos nacionais, assuntos internacionais e assuntos militares; mas, já em 1954, as unidades foram estruturadas a partir das unidades desenvolvidas dentro da Doutrina de Segurança Nacional, dando como resultado: assuntos políticos, assuntos psicossociais, assuntos econômicos e assuntos militares. Dos anos sessenta em frente, se assiste a um desdobramento dos assuntos, provavelmente resultante do avanço sistemático na formulação das estratégias de ação para a DSN e também das competências necessárias, com a adição de assuntos científicos e tecnológicos, e assuntos de doutrina e coordenação, em 1961; assuntos de logística e mobilização, assuntos de informação e contra-informação, em 1963.

A partir de 1955, provavelmente graças à quantidade de dados adquiridos para o desenvolvimento da doutrina e do método, o período doutrinário, onde militares e civis são socializados na leitura da realidade a partir da doutrina de segurança nacional, foi ampliado, em termos de assuntos a serem tratados e, consequentemente, divididos em ciclos. Essas alterações nas unidades didáticas afetaram também a organização administrativa da escola, espelhando a complexidade que a doutrina estava adquirindo, a expansão da competência militar no estudo da realidade brasileira e das políticas necessárias à doutrina e à institucionalização dessas transformações através dos novos regimentos (Costa Aderaldo, 1978: 131-134).

Para maiormente imprimir a centralidade do trabalho em conjunto, não somente entre os estagiários mas também entre o corpo permanente[175]/conferencistas e os estagiários, a escola julgou não pertinente estabelecer critérios de avaliação a serem aplicados aos trabalhos produzidos, os quais eram catalogados, secretados e guardados na escola para consulta dos internos e dos órgãos competentes.

No tocante ao recrutamento, todos os anos, o EMFA estabelecia um número de vagas a serem distribuídas entre os militares das três armas e apontava diretamente os participantes, os quais, para ser selecionados, precisavam de cumprir com uma comprovada experiência e aptidão. No caso dos civis, os critérios de seleção, até 1963, eram os seguintes:

(Se pertencendo à administração pública)

-Ter comprovada experiência e aptidão;

-Exercer função de relevo na administração pública;

-Ter, no mínimo, classificação correspondente a coronel ou, excepcionalmente, a tenente-coronel, de acordo com a paridade estabelecida pelo Governo;

-Haver sido representante da entidade a que se pertence;

(se não pertencendo à administração pública)

-Possuir predicados que o credenciem como elemento distinguido na sociedade e na classe ou profissão;

-Exercer atividade de acentuado interesse para a formulação de uma política de segurança nacional ou para o planejamento desta segurança;

[175] O corpo permanente da escola era composto pelo Comandante da Escola, militar, uma assessoria sempre militar e um membro do Ministério das Relações Exteriores.

-Haver sido indicado como representante de entidades culturais, profissionais e técnico-científicas ou como elemento de direção de empresas e de serviços de utilidade pública, a cujos quadros efetivamente pertença;

-Possuir, em princípio, diploma de curso universitário. (Costa Aderaldo, 1978: 112)

O perfil exigido aos estagiários civis diz respeito ao pessoal que a Escola queria socializar: não estava interessada em jovens de talento que, adequadamente formados, pudessem, no futuro, ocupar os lugares estratégicos do poder; o que interessava socializar era um grupo, cujos integrantes estivessem já posicionados nos lugares-chave, nas palavras de Cordeiro de Farias:

> "Nossa proposta era -é ainda- reunir profissionais de diferentes áreas e distribuí-los em grupos para maior proveito de todos. O trabalho é necessariamente em grupo. [...] O aspecto central da metodologia é o estudo entrosado em grupos de trabalho. A ESG, aliás, é pioneira no Brasil na aplicação do método. [...] O que pretendíamos com este procedimento? Verificar, na cultura brasileira, a capacidade de adaptação ao trabalho em grupo e a partir de aí aprimorar o método." (Alves Ferraz, 1997: 31)

Além disso, como nota Alves Ferraz, o perfil procurado fala a respeito das categorias ausentes no conjunto que deveria dar corpo à elite civil-militar na elaboração da Doutrina de Segurança Nacional: nenhuma liderança das classes trabalhadoras, dos sindicados, seria possível num contexto em que o curso universitário era requisito básico (Alves Ferraz, 1997:30).

Como mencionado antes, mesmo que a Escola desmentisse o interesse em difundir soluções pré-constituídas sobre a realidade brasileira e se apresentasse como centro de pesquisa, ela já nascia com um conteúdo específico inquestionável (um conceito amplo e objetivo de Segurança Nacional) e um procedimento didático que deveria moldar, a longo prazo, a forma

de pensar e fazer política (o trabalho em conjunto); esses elementos combinados, mesmo não sendo classificados pelos fundadores da Escola como soluções pré-constituídas, forneciam à Escola um olhar específico político-estratégico sobre o realidade:

> "A ESG não alimenta pretensão de inculcar uma nova cultura aos civis e militares que a frequentam, mas de adequar e complementar a de que sois portadores, proporcionando-vos os conhecimentos essenciais à compreensão e ao trato uniformes daqueles problemas que constituem o setor fundamental de nossas responsabilidades públicas. Por isso, ela emprega um método disciplinador do raciocínio, o qual, através de um processo contínuo, fará sedimentar em vosso espírito os conceitos doutrinários básicos indispensáveis à unidade e à continuidade de pensamento e de ação, de acordo com a situação conjuntural correspondente a um determinado período histórico da vida da Nação, habilitar-vos-á ao trabalho de equipe proporcionando oportunidade para o equacionamento, discussão e solucionamento objetivo dos problemas relacionado com a Segurança Nacional [...]" (Costa Aderaldo, 1978: 117)

No momento da sua criação a escola tem, portanto, múltiplas finalidades: o aprimoramento de um método para analisar e resolver problemas, a criação de uma elite com determinadas características, uma função a cumprir na sociedade e um projeto político capaz de insertar o Brasil no contexto internacional, pondo ao mesmo tempo as forças armadas na posição de reivindicar um espaço maior na gestão do Estado-nação.

Juntamente com a primeira turma graduada dentro da escola nasceu outro elemento multiplicador do projeto e do método da ESG, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a ADESG. Fundada em 1951, como *instituição civil* sem fins lucrativos, a ADESG era tecnicamente independente da Escola e tinha como missão, no começo, o mantimento dos laços criados dentro da Escola. A partir de 1953, porém, o projeto ADESG tomou um rumo mais

claro com respeito à ligação aos conteúdos e o método da Escola foi se tornando definitivamente um órgão multiplicador do projeto esguiano[176].

Ao nível prático, a associação organizava eventos informativos e cursos para civis onde cada grupo, usando as mesmas técnicas da Escola, se focava no estudo dos problemas locais, terminando com a redação de monografias que funcionavam como verdadeiros levantamentos de dados sobre contextos específicos (os temas tratados iam desde as questões relacionadas com a economia de um lugar específico, o território geográfico, o potencial humano, a educação, o sistema de comunicação, de transporte etc.). Os produtos dos cursos eram enviados aos órgãos públicos responsáveis pela elaboração das políticas locais e para a mesma ESG como repositório de informações detalhadas sobre os temas relacionados com a segurança nos diferentes contextos locais. A ADESG nunca acrescentou nada à conceptualização da doutrina, a sua missão foi claramente de propagação da mesma e do método, adaptando os dois aos diferentes cenários brasileiros[177].

O que mais interessa na associação foi a capilaridade com que a rede se espalhou no meio civil possibilitando laços mais profundo entre as elites (ministeriais, militares, empresariais e do

[176] No fim de 1953, Juarez Távora, diretor da ESG de então, no discurso à última turma de diplomados afirma: " Penso que a ESG está fazendo quanto pode para cumprir a delicada tarefa de preparar elementos selecionados de nossa elite civil e militar para o adequado equacionamento desse problema, essencial para a nossa própria sobrevivência, como nação soberana. A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra —ADESG— onde se tem agregado e continuarão a agregar-se todos os estagiários que por ela têm passado e hão de passar, pelos anos afora— o papel eminente de projetar ampla e decididamente, no seio da nossa elite civil, as ideias e métodos de trabalho com que vos familiarizastes neste ano de estudo e tarefas em comum. Confio que, deixando a Escola, não vos separeis então dela —pois integrados na ADESG ides constituir seu verdadeiro corpo, sempre em crescimento, e o próprio espírito indestrutível que a anima." (Discurso de 16 de dezembro de 1953, reproduzido em Távora, 1976: 231). Durante seu período como diretor da ESG, Távora delineia a relação entre ESG—ADESG—mundo afora como um dos pontos fundamentais na "racionalização do processo de desenvolvimento político-administrativo econômico-social do Brasil". (Távora, 1976: 235)

[177] A mesma ADESG escolhia os participantes dos seus cursos e palestras e escolhia-os a partir do mesmo grupo social da ESG (administrações locais, profissionais liberais, pessoal relacionado com a educação universitária e com a saúde) e com os mesmos critérios em termos de faixa etária e escolaridade (pessoas acima dos 35 anos de idade com curso universitário completo). (Puglia, 2006)

capital estrangeiro) no nível nacional e no nível local. Nesse sentido, o laço entre militares e civis dentro da ESG/ADESG se revelou funcional na expansão do projeto hegemônico que se pretendia criar, não somente no conteúdo da segurança nacional, mas também, e talvez muito mais, no posicionamento da escola como centro de poder político civil e militar dentro do sistema do Estado, ao mesmo tempo capaz de subverter o mesmo Estado.

Dois acidentes em 1954 e 1955 deixaram entrever a formação desses laços. O primeiro foi a redação do "memorial dos coronéis" redigido de fato pelo Mamede, pelo Golbery e seu grupo dentro da mesma ESG. Mesmo que o conteúdo fosse relacionado mais com a questão disciplinar interna às FFAA, face à inconveniência do aumento do salário mínimo proposto por Goulart (o salário mínimo viria a ser assim quase o mesmo do vencimento máximo de um graduado, tornando a carreira militar menos atrativa do que a mesma no meio civil, com resultante desprestígio das FFAA), o memorial teve uma repercussão política maior do que no âmbito militar para quem estava pensado, levando em superfície os grupos contrários às políticas populistas de Vargas dentro do mesmo Governo Vargas (Ferraz, 1997: 168-169). Os resultados da repercussão do memorial, no âmbito do Governo, levaram para a remoção do Ministro da Guerra e do Ministro do Trabalho Ciro do Espírito Santo Cardoso e João Goulart, enquanto que o anticomunismo civil começou a olhar para a ESG como um possível ponto de encontro[178]. Em 1955, depois da divulgação dos resultados da eleição, na onda das contestações das eleições por parte da ala golpista da UND e da Cruzada Democrática, outra vez, Mamede, no enterro do General Canrobert Pereira da Costa, Presidente do Clube Militar, proferiu um discurso em que, além de elogiar a atitude anti-varguista do general, se pronunciava contra a posse de JK e Goulart. O Ministro pediu punição disciplinar contra

[178] Alves Ferraz salienta que, ao começar o ano eletivo, pela primeira vez o número dos civis matriculados era maior do que os militares, dentro dos 65 novos estagiários, 49 eram civis e apenas 26 chegavam das filas militares. (1997: 168)

Mamede, mas estando Mamede lotado na ESG, não se considerava sob a autoridade do Ministro da Guerra e o comandante da ESG, Tenente Brigadeiro Gervásio Duncan, se recusou a abrir mão do concurso de Mamede, levando o General Lott à demissão, mobilizando, porém, as forças do "golpe da legalidade" para proteger a posse do futuro presidente JK. No fim de 1955, dada esta última demonstração da ESG como lugar de formação de um poder militar paralelo, o comandante do Estado Maior das Forças Armadas pediu para tornar a ESG uma escola puramente militar, fechando o acesso aos civis e encaminhando esses últimos para o recém nascido Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

A reação dos elementos civis da ESG/ADESG não demorou, pondo em ação o sistema dos grupos de estudos tanto na organização da mobilização como no pressionamento dos elementos que participavam da comissão designada para resolver a questão[179]. Como resultado, o comandante do EMAF, depois de se consultar oficialmente com os Estados-Maiores das três armas, com o Ministério das Relações Exteriores, da educação e com o conselho de segurança nacional decidiu manter a escola do jeito com que estava funcionando. Como salienta Alves Ferraz, esses eventos não podem ser considerados centrais na conjuntura política nacional, mas foram muito relevantes para os que participaram deles, porque mostraram que o método articulado de pressão política, o trabalho em conjunto, e a experiência de mobilização de grupos próximos ao poder haviam sido postos em marcha com sucesso (Alves Ferraz, 1997: 181).

[179] A predominância civil na organização de tal resistência foi ditada pela escolha de evitar tanto quanto possível o envolvimento direto dos militares esguianos em ativo, que representavam o centro do curso, evitando choques com os elementos castrenses neutros e possíveis sanções para os que estavam sujeitos à disciplina da corporação. (Alvez Ferraz, 1997: 179-180)

Cabe lembrar que a ESG/ADESG não foram os únicos *think tank* no Brasil criados depois da Segunda Guerra Mundial; elas dividiram o palco com outras instituições e organizações com as quais têm que ser postas em relação. O contexto dos anos 50, começo dos anos 60, se caracterizou por uma participação ativa da sociedade na discussão sobre o rumo e o método a ser tomado para o desenvolvimento econômico e o uso dos recursos nacionais. Já no fim do Governo Dutra, caracterizado pelo *laissez faire*[180] econômico, o que quis dizer ausência de planejamento no nível federal por parte do Estado, se deram os primeiros sinais de um debate sobre as possíveis estratégias de longo alcance para o desenvolvimento econômico brasileiro. Em 1949, foram apresentadas as conclusões do relatório Abbink, sobre os fatores responsáveis pelo atraso do desenvolvimento brasileiro. Fruto de uma comissão técnica conjunta norte-americana e brasileira para a retomada da cooperação econômica, o relatório refletia a posição neoliberal dos integrantes ignorando na sua análise grande parte da indústria de transformação e se posicionado ao lado das políticas financeiras e fiscais mais ortodoxas, ressaltando a necessidade da empresa privada para o desenvolvimento equilibrado dos recursos brasileiros. A publicação do relatório provocou a reação de um grupo de jovens economistas que começaram a editar o jornal da Confederação Industrial de Rio de Janeiro, questionando a base teórica do relatório e sugerindo interpretações alternativas que considerassem as diferentes condições de economias subdesenvolvidas em que o desemprego podia coincidir com o aumento dos preços, apontando para uma análise das rendas reais na elaboração de políticas econômicas (Skidmore, 2010: 103-107). Esse debate, introdução para

[180] O Governo Dutra viu uma expansão da indústria não planejada e devido à introdução de uma série de controlos cambiais que criavam um drástico sistema de licenças de importação, mantendo a moeda brasileira altamente valorizada, junto com uma política de crédito facilitado para diverso setores vitais da indústria privada. No nível regional, o Governo adotou políticas de investimentos públicos, assim como previsto pela Constituição de 1946, investimentos que não resolveram os problemas abordados, mas que, junto com as poucas medidas no nível federal, demostraram que era possível planejar coisas práticas a partir do Estado.

a subsequente controvérsia entre os "monetaristas" e os "estruturalistas", ficou se expandindo com a eleição de Getúlio Vagas, em 1951, que, durante a campanha eleitoral, já tinha reivindicando o desenvolvimentismo (puxar a aceleração da industrialização) como finalidade do Governo no setor econômico juntamente com o fortalecimento da legislação sobre o bem-estar social. Durante o seu Governo o debate entre três correntes desenvolvimentistas se acirrou, delineando os possíveis projetos de intervenção no contexto econômico nacional[181]. A fórmula neoliberal, que se propunha a respeitar o mecanismo dos preços como fator determinante para a economia, olhava para os teóricos e gestores dos bancos centrais dos países industrializados, para as políticas monetárias, fiscais e cambiais, com um orçamento equilibrado e a oferta de dinheiro severamente controlada. Em caso de falta de capital, o que se recomendava era uma injeção de capital estrangeiro. Essa disciplina iria fazer com que o Brasil encontrasse seu papel econômico natural e inevitável dentro de um sistema segundo a lei das vantagens comparativas. A fórmula neoliberal era apoiada pelos comerciantes importadores, pela cadeia jornalística da *Globo* (que se apoiava nos primeiros) e pelos Diários dos Associados.

A segunda proposta foi a fórmula nacionalista-desenvolvimentista estritamente ligada à publicação da pesquisa da Comissão Econômica para a América Latina. A CEPAL, criada no âmbito das Nações Unidas, em 1948, nasceu para auxiliar os países latino-americanos na promoção de um melhor desenvolvimento econômico com um método que previa o estudo das peculiaridades históricas da região e a obtenção da cooperação inter-americana necessária para levar a um processo de industrialização. Segundo a análise da CEPAL, a realidade latino-americana se caracterizava por não reter os benefícios da sua própria produção, sendo esses

[181] É preciso salientar que as três correntes, mais do que apresentar estratégias de Governo minuciosas, faziam referência a diferentes diagnósticos do mal do subdesenvolvimento, produzindo, portanto, diferentes ideias sobre política gerais a ser estruturadas. (Skidmore, 2010: 122)

todos transferidos ao exterior, o que queria dizer mudar significativamente as estruturas produtivas a partir de um planejamento econômico estadual capaz de captar recursos financeiros nacionais e internacionais, e promover o investimento nos setores com iniciativa privada insuficiente (Haffner, 2002: 9-12). No contexto brasileiro, a preocupação com a implantação de um capitalismo autônomo (em que os capitais para o desenvolvimento industrial deveriam chegar do estado e dos privados brasileiros mais do que dos fundos estrangeiros para ter um retorno nacional das riquezas), através do planejamento e da intervenção estadual, se apoiava num pensamento fortemente nacionalista que via como principais defensores muitos oficiais do Exército e uma camada de jovens tecnocratas e intelectuais para os quais a exploração dos recursos naturais (combustíveis, potencial hidroelétrico e reservas minerárias) precisava não cair nas mãos estrangeiras.

A terceira fórmula era o nacionalismo radical, que, longe de propor um particular tipo de análise do sistema brasileiro ou alguma solução prática, se articulava mais como crítica de um atraso devido à exploração praticada por investidores privados associados com os governos capitalistas do mundo industrializado. Esta posição não apresentava sugestões políticas claras, se limitando mais à polémica contra a elite política e ao apoio da intervenção estadual no mundo econômico. É preciso esclarecer que tal linha não representava as opiniões dos alinhados com o Partido Comunista (PCB) nem pregava a teoria econômica de Marx. Mais do que uma teoria (ou a vontade de criar uma teoria) era uma linguagem que muitas vezes podia ser aplicada também aos outros discursos econômicos em diferentes situações (Skidmore, 2010: 122-125).

A análise nacionalista-desenvolvimentista da CEPAL foi aquela que mais marcou o discurso político-econômico dos anos 50, princípio dos anos 60, tanto no Governo Vargas como de Juscelino Kubitscheck, não como uma rotura com o passado, mas como aprofundamento do

projeto de industrialização dos anos 30. Em 1955, foi criado como órgão do Mistério da Educação e da Cultura, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que, continuando o discurso da CEPAL, se dedicou ao estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, com a finalidade de formular dados e categorias capazes de analisar criticamente o Brasil[182]. A proximidade com o poder, especialmente durante o governo de JK, fez com que o Instituto passasse a organizar cursos para os altos funcionários, com a finalidade de formar as elites brasileiras dentro do marco da proposta da CEPAL[183], se pondo, consequentemente, em concorrência direta com a Escola Superior de Guerra, tanto no meio civil como no meio militar[184].

Nesse contexto, a ESG/ADESG e sua proposta não podem ser tomadas como hegemônicas *a priori*. Elas se tornaram hegemônicas tanto dentro das FFAA como no meio civil graças à criação de uma aliança com poderosos setores civis definida por Dreifuss (1981) como o bloco de interesse do capital empresarial-multinacional[185]. A ligação com esse grupo não se deu através

[182] O ISEB nasce do *grupo de Itatiaia*, cujo projeto foi a implantação definitiva de um capitalismo "autônomo", ver: Capítulo 1.

[183] É preciso esclarecer que JK prestigiou o Instituto, destacando-o das universidades como centro de pesquisa relacionado com o estudo do Brasil, mas nenhum dos intelectuais participou no Conselho do Desenvolvimento, órgão criado pelo Presidente para formular o plano de Metas do Governo. (Prado, 2008: 24)

[184] As relações entre as duas instituições nunca foram amistosas. Hélio Jaguaribe minimizou a produção intelectual da ESG e a ESG, acusou múltiplas vez o ISEB de atividade subversiva, até ao ponto de compilar um dossiê secreto que sustentasse tal acusação. Em 1975, Juarez Távora, em conferência pública, lembrando os primeiros tempos da Escola, se refere ao ISEB como um grupo de subversivos que teria tomado a ESG como alvo dos seus planos destrutores. (Estadão) ESG e ISEB, com seus projetos e método distintos, competiam não somente dentro o meio civil, mas também dentro o meio militar. A Escola, especialmente ao redor do suicídio de Vargas, tinha buscado (e encontrado) apoio no grupo nacionalista militar, na figura dos Generais Estillac Leal e Teixeira Lott, além de contar com o militar historiador Nelson Wernek Sodré integrante do grupo desde o começo e ligado ao Clube Militar. (Sodré, 1978)

[185] O bloco do poder burocrático empresarial se compunha dos diretores de corporações multinacionais, os proprietários associados, os administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estaduais (facilitadores das inversões e instalação das multinacionais) e oficiais militares. "De certa maneira, a rede de companhias multinacionais representa em forma embrionária o sistema nervoso central de uma ordem econômica global emergente. A estrutura deste sistema nervoso central estava estabelecida no interior das formações sociais nacionais dos países onde as multinacionais operavam. Essas criavam ou favoreciam a formação de elites locais ligadas organicamente por laços socioculturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes da sua condição de acionistas e atitudes econômico politicas. Estabelecia-se como resultado uma liderança internacional de empresários e membros das diretorias das empresas, dependentes de centros transnacionais e afastados, portanto, dos prementes problemas sociais de seus países de origem e de suas soluções básicas. Como

da participação dos seus representantes como estagiários, nem através de contatos entre as figuras predominantes do grupo com as figuras predominantes da ESG; o elo foi se criando com a participação da *intelligentsia* desse grupo (os tecno-burocratas ligados ao capital com qualificação profissional) como palestrantes convidados especiais dentro da ESG, enquanto que os membros da ADESG atuavam de maneira descoberta e encoberta junto das recém-criadas organizações de classe do tipo da CONCLAP (Conselho Nacional das Classes Produtora criada em 1955)[186], grupos de ação política e ideológica como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), cujo relato de criação, na sua forma não oficial dada por Carlos Lacerda, incorpora representantes da CONCLAP, da ADESG, da American Chamber of Commerce, da CIA, e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1961), famoso por atuar como *think tank* do grupo empresarial à luz do dia e organizar campanhas de ataque difamatórias, controlar os meios de comunicação, infiltrar grupos estudantis, sindicados e organizações campesinas no escuro, todas ações executadas por suas *unidades táticas* como o IBAD[187].

membros de uma burguesia internacional, eles se preocupavam com crescimento e não com independência nacional". (Dreifuss, 1981: 70) A *intelligentsia* relacionada com esse grupo: "aplicava a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais, proporcionando a contrapartida pública do macro marketing empresarial sob forma de um planejamento limitado e recomendações técnicas. [...] enfatiza o gerenciamento científico, a administração pública normativa, assim como a formalização e rotinização das tarefas." (Dreifuss, 1981: 73). Esse bloco que se instalou nos anos 50, cresceu durante o Governo JK e, no princípio dos anos 60, se encontrou com um poder econômico estabelecido, porém, sem uma base política para poder controlar as diretrizes econômicas do país. (Dreifuss, 1981: 70-75)

[186] Muitos associados da CONCLAP-Rio eram ex-alunos ou professores da ESG e integrantes (quando não presidentes, como no caso de Jorge Behring de Mattos) da ADESG. (Dreifuss, 1981: 97)

[187] Com respeito ao IPES, Dreifuss escreve "O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do IPES, avidamente dedicados à manipulação de opiniões e guerra psicológica, organizavam e recrutavam um núcleo de 50 membros, cada um encarregado de trazer cinco outros, e eles, por sua vez, outro cinco." (Dreifuss,1981:164) O conjunto IPES/IBAD já não atuava mais como simples pólo agregador do grupo empresarial para criar um projeto a partir das necessidades específicas dos participantes, ele já se ocupava da organização de um grupo ao redor de um projeto de classe existente, formulado por uma pequena elite (os mesmos nomes da ADESG, da CONCLAP e do IBAD), e da organização de outras classes e de outros grupos de interesse ao redor do mesmo projeto, o que fica extraordinariamente claro nos trabalhos produzidos e publicados do IPES. Sobre a organização e atuação do grupo empresarial ligado ao capital multinacional, suas conexões com o resto da América Latina e com os Estados Unidos, ver: Dreifuss, 1981.

A Escola Superior de Guerra nasce assim com múltiplas finalidades, todas percebidas como intrínsecas à segurança nacional: pensar o aumento do poder nacional, um tipo particular de desenvolvimento econômico, criar uma elite coesa, testar um método capaz de encarar os problemas que o contexto brasileiro apresentava, agilizando a posta em marcha de possíveis soluções. Ela não pode, portanto, ser considerada uma cópia do War College (no sentido de faltar apego à realidade brasileira), nem, ao meu ver, um elemento secundário com respeito às políticas atuadas nos 20 anos que se seguiram ao golpe (Miyamoto, 1987). A ESG representa, ao meu ver, um dos centros nevrálgicos, em termos doutrinários assim como em termos de formação de uma específica elite civil-militar, para a gestação de um projeto social e econômico suficientemente elástico (capaz de incluir diferentes grupos) e coerente (que abrange realidades diferentes como a moral, a economia, o Estado e seu planejamento, as Forças Armadas, etc.) para ser aceite num dado momento como hegemônico; como disse o Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias sobre a criação da ESG: " Em 1948, plantamos carvalhos. Não plantamos couves. As couves florescem rápido, mas uma só vez. Os carvalhos levam tempo, mas são firmes. Quando a hora da necessidade chegou, nos tínhamos os homens, as ideias e os meios".

Elementos da doutrina de segurança nacional elaborada pela ESG.

A elaboração da Doutrina de Segurança Nacional emprega, na construção/ressignificação brasileira, elementos e saberes provenientes de disciplinas e tempos diferentes. Nem todos esses saberes formavam o foco principal dos currículos da ESG eles podiam simplesmente aparecer esporadicamente nas conferências, como elementos de apoio e ajuda no processo de naturalização de outras preposições, mais complexas. Esse é especialmente o caso da

Geopolítica, disciplina que, mesmo encontrando na ESG a partir dos anos 50 seu centro de desenvolvimento, nunca apareceu como matéria de estudo para os alunos (Miyamoto, 1995:77). Área que floresceu no meio brasileiro (tanto civil como militar) independentemente do estigma da Segunda Guerra Mundial, foi retomada dentro da ESG, inicialmente pelo General Emilio R. Ribas Júnior, que, em 1952, apresentou seu contributo com um estudo eminentemente teórico, se preocupando com a definição da matéria e com suas origens[188]. Já no mesmo ano, Tem Cel Golbery do Couto e Silva[189] pronuncia a sua primeira conferência indagando não somente o aspecto conceitual, mas entrando também na análise da conjuntura global e da análise brasileira.Desde o ponto de vista teórico, Golbery retoma toda uma historia da Geopolítica que se desenvolve ao longo do tempo e em diferentes escolas, cada uma refletindo sobre uma relação particular entre a Geografia, o Estado e o ser humano:

> "Ora, para situar a Geopolítica no amplo quadro dessa estratégia de Nações, isto é, de homens, de espaços, e de recursos, importa antes de mais distinguir entre a Geopolítica-Geografia de Whittlesey, de Jorje Renner, de Demangeon e , de um modo mais geral—com a exceção duvidosa de Jacques Ancel,— de toda a escola francesa, fiel a ciência geográfica e à tradição possibilista de Vidal de la Blanche, de Valleax, e de Brunhes, e a Geopolítica-Política de Kjellén, Mackinder, do próprio Mahan, indiscutível precursor das práticas Geopolíticas, de Nicholas Spykmann, o último grande cultor das análises geográficas do poder mundial, e sobretudo, da escola alemã de Haushofer, que se arvorou em herdeira legítima do determinismo ratzeliano." (Silva, 1981: 27)

[188] Do autor: "Geopolítica é a ciência ou arte que estuda ou tratada política da terra, seja parcialmente, seja no seu todo". Na mesma conferência ele cita como referência a escola alemã: "Geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao território" ou "a base científica da atuação política na luta de vida e de morte do Estado pelo espaço vital". (Arruda, 1980: 270)

[189] A principal produção sobre a Geopolítica do autor é reunida em duas obras principais: *Planejamento Estratégico* e *Geopolítica do Brasil*. Ambos são o resultado das conferências realizadas na ESG entre 1950 e 1960. Formalmente conhecido como estudioso de Geopolítica (e sucessivamente, já depois do golpe, como criador e organizador do serviço das informações, SNI), o autor identifica o saber geopolítico como instrumento da estratégia do estado.

Detrás das três escolas, o autor reconhece a luta entre as duas posições limites, a do possibilismo e a do determinismo, tomando uma postura mais próxima do possibilismo onde a Geografia seria não o único elemento chave na interpretação das possibilidades de cada Estado-Nação e, mais em geral, buscando uma forma de conciliação entre os extremos.

Como todos os estudiosos da Geopolítica depois da Segunda Guerra Mundial, Golbery distanciou-se da escola de Munique, individuando no endeusamento do Estado e na consequente subjugação do indivíduo as causas da tragédia do povo alemão, sem, porém, questionar o nacionalismo de fundo[190].

Em 1952, no momento da análise geopolítica da conjuntura internacional, assim como da formulação de uma geopolítica do Brasil, Golbery serviu-se das duas categorias ratzelianas fundamentais, a do *Espaço* e a da *Posição*:

> "O espaço estatal—o território—não se deve, evidentemente, reduzir ao simples e desnudo espaço físico [...]O espaço que à Geopolítica interessa é o espaço político com toda sua plenitude caracterizado por uma *extensão* e uma forma e uma contextura bem definidas; possuindo um valor que se pode estimar, embora não se possa medir; abrangendo uma base física mais ou menos compartimentada em regiões e sub regiões naturais distintas; englobando tanto zonas já vivificada pelas ocupação efetiva de aglomerações humanas—o ecúmeno—como zonas mortas ou passivas à espera de uma valorização real [...] os limites do território, as fronteiras políticas—zonas de transição e frentes de contato, e principalmente as fronteiras de civilização no sentido de Bowman— [...] zonas vitais, cuja perda se traduzirá na anulação do poder de recuperação do Estado, áreas críticas de produção e circulação, zona problemas à

[190] A polémica seria sobre a cientificidade da Geopolítica que, segundo o autor, é mais uma arte e uma conselheira da política do que uma ciência. O pecado original estaria, assim, na transformação de uma analogia biológica, numa fé organicista que, em conjunto com o endeusamento do Estado, teria provocado o desastre. O que Golbery reconhece foi que no imperativo de expansão alemã estava mais presente o espírito germânico e as aspirações mais profundas da alma alemã, do que uma análise geopolítica séria. (Silva, 1981: 28-32)

espera de soluções. E também o espaço econômico com todas as suas diferenciações regionais e, não menos, as regiões culturais, as regiões étnicas, as regiões linguísticas, sempre que for o caso. [...]

Quanto a posição, não se limita a Geopolítica, por certo, à simples posição matemática, definidas pelas coordenadas geográficas e tão cheias de consequências do ponto de vista climático, da habitabilidade e dos recursos naturais, no espaço regional e no relacionamento inter-regional; aprecia a *acessibilidade* às correntes internacionais do trafego oceânico e aéreo, bem assim o grau de *dependência* em relação ao comércio exterior; analisa a proximidade ou afastamento relativamente aos grandes *centros dinâmicos do poder* que dominam a conjuntura nacional, discernindo a direção e intensidade de *pressões externas* que já se manifestem ou possam vir a manifestar-se; avalia a maior ou menor continentalidade do espaço considerado, segundo se apresente mais ou menos impermeável às influências marítimas; distingue zonas de fricção, atuais ou potenciais, com os espaços políticos circunvizinhos [...]" (Silva, 1981: 34-35)

Segundo o autor a época contemporânea estaria caracterizada pelo antagonismo dominante entre Estados Unidos e a União Soviética[191]; a partir dessa premissa, Golbery elabora a teoria dos hemiciclos em que a posição geográfica do Brasil se torna o pilar do seu envolvimento:

"Ressaltemos, pois, a imagem centrada no próprio coração de nossa America do Sul, dos dois hemiciclos de terra que nos defrontam:

[191] Segundo o autor, cada época seria caracterizada por um antagonismo dominante, que envolveria os centros de poder maior e, portanto, capaz de arregimentar os outros antagonismos, colocando-os ao seu serviço, moldando-os, e criando assim uma bipolarização. Esta tendência teria se tornado global depois da Primeira Guerra Mundial devido ao desenvolvimento das comunicações, o que levaria à impossibilidade para cada nação de se isolar completamente. Nessa perspectiva, o neutralismo (ou terceira posição), mesmo sustentado pelas melhores intenções, seria, segundo o autor, uma posição impossível ou altamente improvável, que, dependendo da situação do declarante, pode na verdade se tornar perigosa porque mais vulnerável aos ataques indiretos. (Silva, 1981: 185-187)

> -o *hemiciclo interior*, um raio médio de 10 000 km, que vai desde a ilha norte-americana, potente sobretudo na sua ampla borda do oriente até a Antártida deserta e glacial, ao sul, passando, ao largo, pelo continente intranquilo da África, semipovoada e retardada.
>
> -o *hemiciclo exterior*, balizado, a grosso modo, por um arco de 15 000 km de raio e onde avulta a Eurásia tentacular e envolvente, com densas massas de população concentradas de uma e outra banda de um quase deserto intermédio, com seus fulcros formidáveis de poder, atual ou apenas potencial, escalonados desde a península avançada da Europa Ocidental até o coração do império soviético e, mais além, ao Japão ultradenso, a espantosa imensidade da China, à mole compacta Índia, ao arco insular estirado da Indonésia, pululante de uma humanidade sofredora e irrequieta. A Austrália progressista, entre Nova Guiné e Nova Zelândia, demarca o extremo, para lá do polo sul, desse colossal hemiciclo exterior que, em sua frente central, chega a morder quase o arco mais inferior, flanqueando o costado setentrional da África." (Silva, 1981: 130-131)

Segundo o autor, o hemiciclo exterior, que confina com o oriente comunista, seria o hemiciclo perigoso, de onde poderia chegar o ataque direto ao Ocidente. Enquanto isso, o hemiciclo interior, mesmo parecendo mais protegido, agiria de fronteira decisiva da segurança sul-americana.

Seguindo assim as possíveis diretrizes da circulação mundial, o Brasil, e especialmente a costa do Nordeste, se encontraria na fronteira direta do Atlântico Sul, responsável pela proteção do hemiciclo interior (Silva, 1981:75-86). Uma série de consequências decorrem desta posição geográfica na conjuntura dos antagonismos dominantes: o Brasil, mesmo não parecendo diretamente exposto à ameaça, se encontraria em posição central na defesa, o que significaria se "responsabilizar" tanto dos outros países sul-americanos, assim como do espaço do Atlântico Sul:

> "Ora, se assim consideramos a realidade dos fatos e a posição singular do território brasileiro no grande conflito da hora presente em que se defrontam, realizando clarividente profecia de Tocqueville, os E.U.A. e a Rússia, forçoso é reconhecer que a segurança e a defesa do Nordeste, do estuário amazônico e do Atlântico Sul são ônus que recaem em nós muito acrescido agora em consequência daqueles antagonismos tremendos. Não há para nos alternativas outra senão aceitá-los e aceitá-los conscientemente —pois de forma alguma poderíamos abrir mão de deveres que são exclusivamente nossos, como o da defesa da integridade do território nacional e não menos o da segurança do Atlântico Sul, ao qual estão vinculadas a nossa propriedade e, sem dúvida, a nossa sobrevivência. [...] Se a Geografia atribuiu à costa brasileira e ao seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em beneficio de nossos irmãos do Norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica[192]". (Silva, 1981: 52)

A teoria dos hemiciclos assim elaborada parece cobrir somente a possibilidade de um ataque direto, o que parece ser altamente improvável dada a distância ente o hemiciclo exterior e interior. Porém, outro tipo de ataque vem sendo perpetrado pelo oriente comunista: o indireto, através da infiltração, do terrorismo, da guerrilha e da propaganda ideológica. Essa estratégia, de aproximação indireta, seria a mais eficaz especialmente nos Estados onde já se manifestavam tensões sociais e padrões intoleráveis de vida, como demostravam Mao Tse Tung e Ho Chi Min (Silva, 1981: 137). Por essa razão a América Latina se coloca outra vez no centro do furacão da Guerra Fria:

[192] Conferências de 1952, publicadas na coletânea *Geopolítica do Brasil*, de 1981.

> "Combater o subdesenvolvimento nas áreas nacionais retardadas e no restante do continente, cooperar na imunização também dos jovens países africanos à infecção fatal do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer progressão soviética na direção dessa África atlântica onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional, colaborar por todos os meios em mantê-la totalmente livre do comunismo —eis aí, mais o menos bem delineadas, numa tentativa ordem de prioridade decrescentes, as diretrizes principais que se nos afiguram indeclináveis, de uma geopolítica brasileira adequada à atual época agitada e cataclísmica, ante um mundo que se debate e agoniza no mais brutal encontro de civilizações antagonistas." (Silva, 1981: 137)

O antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética, para Golbery, não é somente um antagonismo entre duas potências maiores, é também a luta entre duas civilizações opostas, a civilização ocidental e a oriental, para a sobrevivência de uma sobre a outra, com o Brasil pertencendo claramente à primeira.

Nos escritos de 1959, *O Brasil e a defesa do Ocidente,* Golbery intenta significar o Ocidente que, mesmo se caracterizando pelo cristianismo, pela ciência e pela democracia é, porém, mais um projeto do que uma realidade[193]. Esse projeto estaria sendo ameaçado por dentro (pelas divisões entre massas perdidas e elites esgotadas na capacidade de conduzir e interpretar o que as massas querem) e por fora, pelo Comunismo Oriental. O Ocidente ameaçado se inserta, na análise de Golbery, como outro espaço geopolítico, com uma geografia movediça a que ele aplica a mesma lógica da luta entre dois antagonismos, desta vez, porém, sem poder depender

[193] "Pois o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcadamente característica, é, para nós, o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa". (Silva, 1981: 225)

de mapas. E é justamente nesse contexto não geográfico que o pensamento de Golbery esboça outro tipo de fronteiras, as fronteiras ideológicas, cuja penetração depende da infiltração.

Essa estratégia poderia atingir tanto os povos não ocidentais assim como os povos ocidentais: "onde busca espalhar a cizânia, a desconfiança e o caos, enfraquecendo-o e dissociando-o com a sua pregação antiamericanista, anticapitalista, anticristã, materialista e demagógica" (Silva, 1981:238). Essa forma de guerra, que beneficia das condições miseráveis das populações e dos anseios que essas condições geram, é a forma principal que guerra fria global toma no contexto da América do Sul, elo mais débil da Civilização Ocidental[194].

À luz dessas premissas, a Geopolítica de Golbery move seu olhar da conjuntura externa para uma análise do Brasil, onde identifica cinco áreas diversamente vivificadas: o triângulo central Rio, São Paulo, Belo Horizonte (o coração do Brasil em termos de densidade de população, desenvolvimento e comunicação), um núcleo secundário no nordeste (recôncavo baiano, Salvador, Fortaleza), outro no sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), a região do centro oeste (Cuiabá, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Goiânia e Goiás) e a hilênia da Amazônia.

Essas cinco áreas, caracterizadas por desenvolvimento e densidade muito distintas, e por não estar conectadas entre elas, dariam ao Brasil o aspecto geopolítico de um arquipélago composto por diferentes ilhas. Para alcançar um maior controlo sobre o vasto território

[194] "Antes a investida multiforme e tenaz de um novo imperialismo insaciável que empunha, nas mãos hábeis, uma ideologia dissociadora, pretensamente campeã da justiça social e das verdadeiras liberdades do homem, que se máscara sob as mais justas aspirações nacionalistas e os mais nobres ideais democráticos, que faz da demagogia o seu melhor aliado e da corrupção , o cúmplice mais fiel, que solapa rodas as crenças e desmoraliza todas as virtudes, que repudia a religião como ópio dos povos e prega um fanatismo estéril como vil sucedâneo, que mistifica, que escraviza, que envenena, que mata— damo-nos bem conta hoje das graves e múltiplas vulnerabilidade que o Brasil apresenta e as quais urge reparar sem tardança, para que não venhamos a soçobrar neste embate gigantesco entre dois mundos irreconciliáveis. É preciso que o Ocidente, do qual representamos, nós todos da América Latina, simples elos mais débeis, se compenetre, afinal, que não haverá como combater ... as promessas do milénio comunistas... a não ser oferecendo, aos povos todos subdesenvolvidos da Terra, uma alternativa diversa entre a estagnação e a miséria generalizada e... o poderio nacional .... em regímen totalitário." (Silva, 1981: 274)

brasileiro e garantir a segurança das fronteiras, Golbery elabora algumas diretrizes geopolíticas centradas na necessidade de conectar a ilha do norte e a ilha do sul com o coração produtivo do Brasil, promovendo ao mesmo tempo uma onda colonizadora que do centro oeste inunde os *espaços vazios* do nordeste povoando-os, para poder um dia *inundar de civilização* a Ilha da Amazônia, por onde passam muitas das fronteiras brasileiras (Silva, 1981: 38-47).

A inserção do Brasil no mecanismo da guerra fria proporcionado pela Geopolítica requereu a codificação por parte da Escola das peculiaridades que a guerra estava apresentando no contexto contemporâneo[195]. Desde o começo, a mesma definição de *guerra* criou dificuldade, sendo ela definida a partir do direito internacional que reconhecia como tal apenas as guerras declaradas tanto com armas convencionais como com armas nucleares (Arruda, 1980: 238). Era, portanto, preciso redefini-la a partir das diferentes formas em que ela podia se apresentar. Em 1955, referindo-se aos pontos obscuros do sentido da palavra *guerra* se definiu uma guerra em s*entido figurado*, que abarcasse a guerra fria em todos seus aspectos, como luta entre grupos que se servem de diferentes instrumentos, nos campos político, econômico, psicossocial e militar, e uma guerra em sentido estrito, como emprego violento do poder nacional, com preponderância da sua expressão militar (Arruda 240). Dado isso, as formas reconhecidas e catalogadas da guerra em *sentido figurado* foram a guerra total (com suas dimensões global e nuclear), a guerra psicológica e a guerra revolucionária.

A guerra total, tema que ocupou os primeiros anos da Escola, remetia à noção de 'nação em armas' e as suas mudanças desde a instituição do serviço militar obrigatório até à ideia de um

[195] Nas primeiras conferências do General Augusto Fragoso, a questão era se estavam se discutindo os aspectos *modernos* da guerra ou se se estava delineando uma *guerra moderna*. Esse impasse foi resolvido, depois de 1968, com a adoção da expressão 'guerra contemporânea', que incluía os diferentes tipos de guerras: total, nuclear (convencionais), guerra evolucionária comunista e guerra psicológica. (Arruda, 1980: 237-238)

conflito caracterizado pelo emprego de todos os recursos morais, intelectuais e materiais de que a Nação dispõe pela sobrevivência da mesma Nação. Tomando Ludendorff como referência principal, o conflito total se definia como evento bélico que requer o esforço e a participação de toda a população e não somente das Forças Armadas, assim como a adaptação do inteiro sistema econômico nacional (Arruda, 1980: 242). Já a guerra psicológica, assunto tratado desde cedo na Escola, foi reconhecida como um conjunto de propaganda e medidas econômico-políticas organizadas contra determinado inimigo. "A guerra psicológica, em sua acepção genérica e moderna, é um sistema de hostilidade empregado na paz e na guerra, com o intuito de enfraquecer ou quebrar a vontade adversa, mediante atuação psíquica" (Arruda, 1980: 234), que caía imediatamente na acepção da guerra no sentido figurado. Em 1966, numa conferência proferida pelo Tenente Coronel Luiz Carlos Vieria Duque, o tema foi apelidado de "operações psicológicas" e definido assim:

> "Operações Psicológicas compreendem a concepção, a preparação e a condução de ações dos campos psicossocial, político, econômico e militar, com a finalidade de influenciar as opiniões, as emoções, as atitudes ou o comportamento de grupos nacionais ou estrangeiros, em favor da consecução da Política e dos Objetivos Nacionais". (Arruda, 1980: 243)

As Operações Psicológicas designavam assim tanto a guerra psicológica:

> "[...] emprego planejado, em tempo de guerra (interna ou externa) ou na iminência da sua eclosão da propaganda e de ações do campo político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiro, inimigos, neutros ou amigos, em favor da consecução dos objetivos nacionais". (Arruda, 1980: 243)

Como a ação psicológica:

> "[...] conjunto de atividades, de caráter predominantemente psicológico, planejadas e executadas com a finalidade de fortalecer o moral social e os padrões culturais da população nacional, assegurar o apoio da opinião pública para o desenvolvimento da política governamental e consolidar a atitude individual e coletiva contra a guerra psicológica inimiga". (Arruda, 1980: 243)

Dessa maneira, as operações psicológicas indicavam tanto o trabalho feito dentro do próprio território ou em outro território, contra um inimigo, como o trabalho realizado em universo amigo para elevar o moral da população.

A guerra revolucionária foi oficialmente conceituada na ESG pela primeira vez em 1959 pelo Coronel Augusto Fragoso. Inspirada na bibliografia francesa sobre a experiência da guerra na Indochina e na Argélia, a definição dada por Fragoso retoma a posição da Escola Superior de Guerra de Paris, a qual atribui a sua elaboração aos teóricos marxistas-leninistas[196] e a prática aos diferentes movimentos revolucionários:

> "[...] que visam à conquista do Poder, através do controlo progressivo físico e psicológico, das populações com ajuda de técnicas particulares, apoiados numa mística e seguindo um processo determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas formas de guerra". (Arruda, 1980: 250)

A guerra revolucionária seria, segundo Fragoso, uma forma de subversão interna que utilizaria a guerra ideológica, psicológica, de guerrilha e *partisan*, conceituada dentro da ESG pela primeira vez, em 1961, da seguinte forma:

[196] A origem se encontra, segundo os franceses e os brasileiros, na reflexão feita por Mao a respeito da guerra que estava combatendo, não para codificar uma nova forma de intervenção mas para tornar mais eficaz a ação emprendida. Na formulação da contra-insurgência, portanto, a tônica é posta na defesa e não no ataque, assim como a violência da defesa é sempre considerada como derivante do tipo de ataque, cuja responsabilidade cai sempre nas costas dos comunistas.

> "[...] guerra revolucionária é uma guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que—apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo auxiliados do exterior—visam à conquista do poder através do controlo progressivo, físico, espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida". (Arruda, 1980: 250)

Desde cedo, o termo "revolucionário" desencadeou uma série de problemas por ter acepção positiva de evolução e aperfeiçoamento no contexto brasileiro[197]. Consequentemente, foram propostas outras denominações, das quais guerra *insurrecional* e, em 1967, guerra *subversiva*, termos que queriam salientar a negatividade do ato de conquista física e espiritual das populações visada à destruição das estruturas sociais fundamentais, que se queria relacionada exclusivamente com a atividade comunista. A exclusividade da referência (e a completa negatividade que se queria derivar) aparece como elemento problemático nas sucessivas conceituações, levando cada vez mais para um particularismo visado à edificação não de uma guerra revolucionária genérica, mas a uma guerra revolucionária comunista específica[198]. A este propósito, desde 1965, o seu conceito se enriquece com as características que os próprios comunistas lhe atribuem: global, permanente, total, indispensável e, por sua essência ideológica, de atuação subversiva:

[197] Querela sobre o termo melhor a ser empregado se deu tanto na escola francesa (Bonnet a define como "guerres Insurrectioneles et revolutionnaires" enquanto que Claude Delmas a chama de "guerre revolutionnaire"), assim como na brasileira, que via no termo "revolucionário" um problema tendo ele acepção positiva de evolução e aperfeiçoamento. "Se dermos aos nossos adversários o nome de revolucionários estaremos emprestando a nós mesmos a designação de contra-revolucionários, e assim, dialeticamente, começaremos a perder antes de combater". (Carlos de Meira Mattos, mensageiro de cultura militar, nov-dez 1961, apud Arruda, 1981: 248)

[198] A sua associação com o marxismo-leninismo era incontestável no momento da criação, mas não no momento do uso da mesma, sendo que a ideologia necessária à sua existência podia muito bem ser outra, até mesmo a ideologia democrática se a guerra revolucionária eclodisse nos satélites comunistas.

> "[...]a população representa ao mesmo tempo o ambiente, da luta, o objetivo a conquistar e um dos principais meios de ação; apresenta forma de luta intestina, embora tenha cunho internacional, a serviço da dominação comunista, que lhe empresta a ideologia, as técnicas e, se necessário, os recursos." (Coronel Machado Bellas, 1965, apud Arruda, 1980: 253)

Tendo como pano de fundo esse tipo de inserção do Brasil na Guerra Fria, caracterizada por um sistema de inimizade ideológica e total que se externa em tipologias de guerra não convencional (guerras em sentido figurado), é preciso considerar agora os elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada na ESG, como elementos que corporificam esse mesmo contexto e que só podem ser significados a partir do mesmo[199].

A Doutrina de Segurança Nacional é uma doutrina política que reconhece como fim da sua atuação a realização dos Objetivos Nacionais e, como meios para alcançá-los, o Poder Nacional. O conceito de Objetivos Nacionais, que emana da ideia de interesses nacionais transformados em Aspirações Nacionais quando projetados na consciência da comunidade, foi fixado em 1969 nesses termos:

> "Objetivos Nacionais são a cristalização dos interesses e aspirações nacionais em determinado estágio da evolução da comunidade, cuja conquista e preservação toda a Nação procura realizar através dos meios de todas ordens a seu alcance"[200].

[199] Na tese sobre a produção da ESG, se ressalta a elasticidade dos conceitos da DSN no momento da teoria mas muito precisos quando colocado no caso específico da realidade: "construídos a partir de algumas noções teóricas, conceitos se revestem de aspectos da realidade percebida —fragmentadas— de modo a poderem orientar a interferência naquela realidade. Nesse sentido, são conceitos formulados numa perspectiva instrumental. [...] Essa imprecisão de limites entre o conceito e o dado confere precisão e elasticidade aos conceitos: precisos quando pinçados da realidade enquanto dados; elásticos quando revestidos de uma roupagem teórica, reconstroem uma realidade informada por uma visão parcial e limitada do mundo. [...] Os conceitos compõem um sistema fechado onde cada um deles se articula com os demais, numa densa rede de conexões cuja lógica própria é ditada por uma intenção inicial orientada por uma perspectiva política do mundo e reforçada através do quadro conceitual obtido". (Arruda, 1980: 67)

[200] A primeira versão da definição, na conferência de Juarez Távora, em 1959, identifica quem seria responsável pela formulação dos mesmos: "Objetivos Nacionais são realidades ou aspirações relacionadas com a integração física, política, econômica ou social de uma nação, e que, consubstanciados no espírito da elite, se transmite à

Eles são de dois tipos:

Objetivos Nacionais Permanentes:

> "Objetivos nacionais permanentes são os que têm um sentido fundamental para a comunidade, compreendendo as aspirações básicas de independência, soberania, integridade territorial, progresso, preservação dos valores morais e espirituais, e que são relativamente estáveis no tempo e no espaço". (Arruda, 1980: 81)

E Objetivos Nacionais Atuais:

> "Objetivos Nacionais Atuais são os objetivos que, no quadro de determinada conjuntura, consubstanciam os fins a alcançar pela comunidade nacional, sob a direção do Estado, resultantes de compromissos entre os interesses e Aspirações Nacionais básicas e a capacidade do Poder Nacional". (Arruda, 1980: 81)

A Política se ocupa da definição dos objetivos permanentes e da sua realização, enquanto que a realização do Objetivos Nacionais Atuais, que deriva da remoção dos óbices e antagonismos no presente, é competência da estratégia:

> "A Estratégia Nacional ou Geral é a arte de fortalecer e aplicar, tanto na paz como na guerra, o Poder Nacional, para promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito dos Antagonismos considerados no campo interno quanto no internacional" (Arruda, 1980:67)

sensibilidade do povo massa como hábitos ou necessidades unânimes ou generalizadas da coletividade nacional". (Arruda, 1980: 81)

O conceito de estratégia tem uma evolução muito particular dentro da Doutrina, especialmente em relação à definição da Política, qual "arte" de fixar os Objetivos Nacionais, mediante a interpretação dos Interesses e Aspirações Nacionais.

Incialmente relacionada com o contexto da guerra e, portanto, com a atuação militar contra um inimigo, a estratégia vê sua acepção ampliada até ser identificada com a Política de Segurança Nacional, uma vez que a Segurança Nacional representaria a garantia que o Estado proporciona a respeito à consecução dos Objetivos Nacionais[201]:

> "Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas e psicossociais (inclusive atividade técnico-científicas) e militares, um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, a despeito dos Antagonismos existentes". (Távora, 1955, apud Arruda, 1980: 21)

Mesmo que a Política e a Estratégia, na teoria, mantenham duas definições distintas e operem em campos ligeiramente distintos, a política nacional como arte de estabelecer os objetivos nacionais enquanto que a estratégia como forma de alcançar os objetivos, especialmente os objetivos atuais, elas se tornam indistintas quando na prática a mesma pessoa se ocupa das duas (Costa Aderaldo, 1978: 65).

A estratégia atua a partir do Poder Nacional, que é seu meio de ação. Para poder atuar, a Estratégia serve-se do Poder Nacional, por sua vez definido pela ESG como

> "[...] a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a

[201] A esse respeito, em 1968, quando o tema do Desenvolvimento se encontra já articulado ao da Segurança, os Antagonismos a ser enfrentados pela Estratégia serão especificados em termos de fatores adversos e pressões econômicas, elementos que flagelam os países em processo de desenvolvimento. (Arruda, 1980: 70)

> consecução e a salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismo existentes." (Arruda, 1980: 32)

Os elementos desse poder são o espaço (a natureza geográfica), o homem (a sua cultura e organização política, militar, logística e econômica) e os recursos naturais (o aproveitamento dos mesmos). Ele encontra a sua expressão no poder político, psicossocial, econômico e militar.

Como referido antes, a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional é, de fato, uma política nacional, que por estar baseada numa leitura específica das contingencias históricas da Guerra Fria, é caracterizada por uma extrema vacuidade (ou elasticidade) dos conceitos no sistema teórico, mas, ao mesmo tempo, extremamente instrumental na leitura de casos pertencente a uma realidade específica. A sua formulação dentro da Escola, que envolveu tanto o corpo permanente como os alunos, se deu através de trabalhos, cujo foco foi muito mais a análise de pequenas parcelas da realidade do presente do que qualquer sistema abstrato ou recorrido histórico.

Por essa razão, elementos centrais no funcionamento do projeto político, como, por exemplo, a construção da Nação e do Estado, a identidade dos Antagonismos e, por consequência, a construção do universo da Segurança, podem ser melhor compreendidos somente olhando de perto para os estudos de caso produzidos dentro da Escola pelos estagiários, lembrando sempre que foi através deles que o projeto político da ESG tomou forma, tanto discursiva como socialmente, se tornando hegemônico e, num dado momento, capaz de desembocar no golpe de 1964.

CORPOS E MENTES

"O homem, para o qual o Estado foi criado,

é elemento primordial na política de Segurança Nacional..."

"A pessoa humana é o "cuore" e a sociedade é

uma irradiação da pessoa..."

Antes de apresentar a construção discursiva de alguns aspetos da doutrina, mais especificadamente a construção do coletivo e a do inimigo interno a partir da produção académica dos estagiários e do corpo permanente da ESG, é preciso esclarecer alguns aspetos sobre as fontes utilizadas nesse capítulo. Primeiramente, os documentos citados não são a totalidade do material consultado, eles são uma pequena parte e isso porque, sendo maioritariamente trabalhos de turma, os tópicos e os conceitos acabavam se repetindo ao longo de todo o corpus e nem sempre de forma fluida e clara. Foram, portanto, escolhidos os trabalhos de turma e as conferências que ilustrassem com mais clareza os temas do inimigo interno e da construção do coletivo.

A maioria do material consultado se encontra na biblioteca da Escola Superior de Guerra e, embora possa ser consultado por civis, não está até agora catalogado de forma sistemática, nem publicado (daí a escolha de citar largos trechos dos documentos). Uma pequena parte dos documentos consultados e citados chega da parte reservada da biblioteca, o que quer dizer que o processo para ter permissão para visioná-lo foi mais complicado e demorado do

que se pode imaginar. Além disso, sobre este último grupo de documentos é preciso esclarecer que, mesmo depois de obter o acesso a essa parte da coleção, não me foi permitido visionar o catálogo do material nem escolher livremente dele. A regra era que eu tinha de entregar uma lista de temas de interesse e os responsáveis militares iam escolhendo por mim o que eu podia consultar e quanto dos documentos podia reproduzir. Entre a parte que pertence a consulta livre, tem que se mencionar o fato de que nem todos os documentos encontrados durante a primeira estadia estavam no mesmo lugar que quando voltei para a segunda coleta de dados: alguns desapareceram, outros se perderam ou foram entregues à Comissão da Verdade, que estava, naquele momento, funcionando.

Dito isto, a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida ao longo dos trabalhos toma como base a narrativa de nação elaborada pelos clássicos da análise sociológica dos anos 20-30, especialmente por Gilberto Freyre e por Sérgio Buarque de Holanda.

O Brasil da Segurança Nacional não é um elemento já acabado e estável, ele se encontra num processo de desenvolvimento económico assim como de desenvolvimento racial. Filho de uma mestiçagem de cunho freyriano, está ainda esperando para ver seu tipo racial se estabilizar. O discurso sobre o latifúndio e a escravidão trazem à tona a centralidade da família como grupo organizado e organizador, contra a dispersão que o território brasileiro propiciava e o individualismo que o tipo de colonização portuguesa, sem interesse em fundar uma nova pátria, representava.

Essa tradição familiar patriarcal e latifundiária, por ser a semente da sociedade brasileira, representa também a causa da rebelião contra o Estado e, consequentemente, a incapacidade de conceber a autoridade sem que nela estejam envolvidos laços afetivos ou os partidos como elementos representativos de algo mais do que as necessidades pessoais ou do grupo familiar.

O cordialismo, assim como o catolicismo, completam o quadro social em que uma atitude essencialmente pacífica é apontada como uma das características principais da Nação. A sociedade brasileira, que subtende o discurso de Segurança Nacional, reitera uma narrativa de formação que está ainda em marcha para uma unidade e uma grandiosidade fundada já não nos prognósticos religiosos da descoberta, mas nas dimensões, nos recursos, na população e na posição geográfica.

A personagem coletiva

> "Nação é uma estrutura histórico cultural formada por determinada parcela da humanidade em determinado espaço de terra, durante determinado tempo, aglutinada sob costumes, hábitos, vocações, lutas e vicissitudes comuns, que visa a preservar os valores alcançados e a realizar os objetivos colimados." (Primo Paz, 1965: 27)

Dois elementos caracterizam a Nação dentro da Doutrina de Segurança Nacional: a sua historicidade, já que ela é fruto de um percurso de interação entre terra e homens; e a sua unidade/unicidade, ela é uma comunhão de experiências que, junto com um específico território, levam à construção de uma personalidade:

> [...] a Nação — personalidade que no processo sintético de sua unidade evidencia as dimensões de temperamento e de caráter ou sejam as forças telúricas permanentes, o espaço geográfico, a terra e o que nela se contém e, de outro lado, o povo com a sua história, língua, aspirações e anseios, seu aprendizado e sua cultura e civilização, temos o sentido de integração e de unidade nacional através de fundamentos e fatores gerais e específicos do Poder Psico-Social." (Arruda, 1964: 12)

A ideia acima exposta de Arruda é reportada também por Paula de Azevedo Pondé que, ainda mais claramente, identifica a unidade nacional com a imagem do homem, agregando a dimensão das relações entre as unidades nacionais como constituinte da personalidade:

> " Assim como o poder do homem é condicionado pela sua maneira de ser, em mente, espírito e corpo, pelo que possui e pela sua posição em relação a outros homens e às posses destes, assim acontece com uma Nação. O poder de uma Nação é condicionado pelo que esta Nação, tanto em seu povo como pela sua consciência nacional; pelo que ela tem, em recursos materiais e território e pela sua posição em relação a outras Nações e aos recursos destas." (Pula de Azevedo Pondé, 1967: 31)

A Nação manifesta seus próprios desejos através dos Objetivos Nacionais Permanentes, enquanto que o seu caráter é o produto da relação entre a moral, as ideologias, a religião, a arte e, mais em geral, a própria comunicação humana. Junto com o elemento populacional (densidade, sexo, idade e composição étnica) e a Estrutura Social (educação, cultura, saúde, família, igreja e empresas públicas e privadas), o caráter compõe o Poder Psico-Social (Arruda, 1964: 15).

Enquanto aspetos do *poder* coletivo, o caráter e a moral recebem particular atenção. Sendo eles o produto de diferentes formas associativas, a Doutrina se preocupa com o identificar e o cercear dos espaços principais da socialidade:

> Ela (estrutura social) está no lar e aperfeiçoa-se através da integridade da família e do zêlo pela sua manutenção em níveis de estabilidade e moralidade, está na sociedade e se consolida pela coesão de seus elementos constitutivos e pelo respeito recíproco entre seus membros; na Igreja e se reforça pelo cultivo dos valores espirituais que tendem a desgarrar os homens dos liames materialíssmos da vida moderna; está nas empreses, fazendo fluírem em clima de

> normalidade e pacifismo as relações de classe para classe e pela dignificação do trabalho humano; está na própria escola, proporcionando além da educação propriamente dita — o exemplo dos mais velhos como estímulo às novas gerações. Aprendendo a viver e conviver no meio social, o homem sobrevive em harmonia com os semelhantes — e é dessa harmonia que depende o equilíbrio da sociedade, capaz de favorecer uma conduta firme perante as vicissitudes que defrontam os povos, na paz como na guerra." (Arruda, 1964: 23)

Família, escola, igreja e lugares de trabalho se tornam, portanto, espaços de interesse da Doutrina.

A família

Como elemento institucional, a família tem particular relevância no discurso da ESG. Ela se encontra no princípio da sociedade, tanto no sentido temporal assim como no sentido de espaço principal para a aprendizagem e a reiteração atemporal das qualidades sócias que definem o caráter nacional:

> "As tradições familiares, por ampliação natural formaram aquêle vasto repertório de tradições comunitárias, o patrimônio inestimável de relações de parentesco espiritual cuja expressão integrada é a Nação." (Primo Paz, 1965: 27)
>
> "Então, pois, aí, na base da sociedade civil, na família, em última análise, as vulnerabilidades essenciais do setor da educação moral, condicionantes, nitidamente influentes nas múltiplas outras, que as há, nos vários setores da vida nacional e que, a bem da própria segurança da Nação, identificadas, se impõe planejar o como removê-las ou superá-las." (Mendoça Uchôa, 1960: 50)

A família como núcleo da sociedade reveste algumas funções específicas definidas como clássicas:

> "Entre as funções clássicas da família nós encontramos a função procriadora e a função protetora.
>
> A função procriadora, a família possui sempre, todavia a influência da civilização moderna deu uma nova conotação a esta função: "a procriação racional".
>
> A função protetora sofreu uma profunda transformação. A multiplicação das necessidades e correspondentemente também dos meios de proteção dos indivíduos na sociedade moderna pelo processo de socialização, [....] condiciona a família permeando assim o monopólio da proteção; ela deve agora conjugar os esforços com outras instituições e associações.
>
> A econômica é outra função clássica da família, que sofreu grande transformação. A família perde a sua autossuficiência como unidade de produção e de consumo. Mas a família hoje é um grande agente econômico de primeira ordem se considerarmos o que ela representa no mercado global. (Na construção de apartamentos, casas, decoração, amobiliamento, utensílios domésticos mais simples, no grande mercado dos aparelhos eletrodomésticos, roupas de cama e mesa, vestuários etc.)
>
> Na sua função educadora, a família é cada vez mais segundada por diversas instituições educacionais da sociedade. Ela perde, ou melhor transfere assim grande parte desta função a uma série de associações externas. Isso exige, porém, da família um maior aprofundamento, uma espécie de função educadora interiorizada pela sua ação de síntese das influências externas.
>
> Mas uma função em que a família moderna está altamente enriquecida situa-se no campo da integração psicológica.
>
> Na verdade, por estar aberta aos problemas e influências externas, a família por sua ação "interiorizada" é um agente de integração psicológica como estabilizador e criador de

convicções sempre mais necessárias diante de um mundo sempre mais imerso na socialização e sempre mais pluralista." (Gregory, 1967: 11-12)

A família se caracteriza por um elemento temporal reativo, que fala a respeito das mudanças da modernidade (o mercado do trabalho, a crescente complexidade institucional das comunidades, por exemplo) e da forma como a família encara estas mudanças, e por um caráter estático com respeito à sua formação histórica:

> "A verdade é que os mais modernos resultados das pesquisas antropológicas nos mostram que a família primitiva era sensivelmente semelhante à nossa família contemporânea monogâmica, com notável igualdade de direitos do marido e da mulher, com relativo grau de estabilidade, com grande respeito e carinho para com os filhos e, mais, que tal família, em vez de ser o resultado de qualquer outro tipo de organização social, horda, clan ou equivalente, é o tipo absolutamente primeiro de sociedade que positivamente se tem encontrado. Não há outro mais antigo do qual teria derivado a família. Desta sim, é que provêm os demais tipos ou espécies de grupo humanos." (Primo Paz, 1965**:** 25)

Em virtude da sua atemporalidade e função de base, a família é indicada como primeira personalidade coletiva, com direito a intervir na vida política da Nação como sujeito:

> "[...]a família deve ter o direito de intervir na vida política da nação como personalidade coletiva. Foi o regime individualista, instaurado pela burguesia ocidental, nos últimos séculos e que atingiu o seu auge no século passado, que praticamente eliminou os direitos políticos da família, como personalidade coletiva diferente do indivíduo isolado. O erro dessa atomização social, a que chegou a democracia liberal, começa hoje a ser reconhecido pela instituição do "voto familiar" que é na ordem política o que o "bem de família" é na ordem econômica: o reconhecimento pelo Estado individualista dos direitos primordiais dos grupos que o constituem." (Di Primo Paz, 1965: 29)

Porém, se o caráter da Nação tem um vínculo direto com as relações familiares, o Estado, outro elemento essencial na Doutrina de Segurança Nacional, não o tem:

> "Se a família está diretamente na origem da Nação, o mesmo, em rigor, não se pode dizer do Estado, organismo jurídico-político que pode ter, inclusive, um caráter multinacional. De qualquer forma, porém, a tendência atual no sentido de sua maior estabilidade é fazer dele a institucionalização jurídica de uma nação, ou como, na célebre expressão de Esmein "personificação jurídica na nação" ou, ainda, "[a] forma política que tende a revestir toda nação civilizada, objetivamente e subjetivamente tanto na realidade das instituições como na consciência das cidadãos" (R. Troude, op cit). [...] A família precede a sociedade civil e o estado a completa. Daí a importância fundamental das duas instituições (Amoroso Lima, "Política"). […] Sintetizando podemos dizer que, na ordem dos fins, a Família goza de prioridade sobre o Estado, ao passo que na ordem dos meios é o Estado que detém uma preeminência sobre a família." (Primo Paz, 1965: 27-28)

Constrói-se, assim, uma progressão histórica "natural", família-sociedade-nação-estado, junto com uma relação funcional: o Estado, que é a corporificação jurídica da alma nacional, tem como missão realizar os Objetivos Nacionais e zelar pelos diferentes elementos que compõem o poder nacional atuando sobre o elemento humano:

> "…verdadeira e profunda compreensão do conceito de Estado, do seu caráter permanente, necessário, na marcha evolutiva da humanidade, polarizando e expressando politicamente nação ou nações, desta ou daquela tônica social, servindo ao fim do progresso, do aperfeiçoamento do homem como indivíduo e como pessoa e da sociedade, que ele, em grupo, constitui e configura, a par também de um natural comportamento que traduza esforço para a plenitude da realização desse conceito." (Mendoça Uchôa, 1960: 70)

Como corporificação jurídica da Nação, o Estado é elemento marcado por um discurso relacionado ao campo semântico da organicidade:

> "O funcionamento normal do organismo do Estado, como o do homem, depende do funcionamento dos seus sistemas fundamentais, e pode ser destruído por ações internas que comprometam a vitalidade de qualquer um desses sistemas: o muscular, o circulatório, o sensorial e o nervoso. Todos eles são interdependentes e sustentam, como elementos imprescindíveis, a capacidade de vida de todo orgânico, cujas ações e reações são comandadas, conforme o caso, seja pelo cérebro (quadro 1) seja pelo governo.
>
> O homem é, aparentemente, tanto mais forte quanto mais vigorosa é a sua musculatura, como o Estado é, aparentemente, tanto mais forte quanto maior é seu poder militar, que representa, no seu organismo, papel semelhante. Mas este nada significará, se for comprometido pelo colapso de outros sistemas, o que pode ser provocado por ações internas. […]
>
> A deflagração de greves de transporte, a desorganização da produção, do comércio interno e externo, a luta do proletariado contra o patronado, etc. podem gerar o caos econômico e paralisar o sistema da circulação das riquezas, debilitando e comprometendo o organismo do Estado tal como ocorre com o do homem, se lhe paralisarmos a circulação.
>
> A campanhas de desmoralização do regime e da Autoridade constituída, o amortecimento das virtudes cívicas do povo, do culto das suas tradições e, sobretudo, da confiança, do respeito e do orgulho pelas suas Forças Armadas, além da dissolução dos costumes, com auxílio da imprensa falada e escrita, comprometem seriamente o moral nacional, atuando no setor psico-social do organismo do Estado, que pode ser assemelhado ao sistema sensorial do organismo humano.
>
> Do mesmo modo, pode ser contaminado o seu sistema político, comparável ao sistema nervoso do homem, através da infiltração de elementos suspeitos, colocados, por vezes, em posições-chave, nos próprios órgãos do Poder Público, de modo a impedir as reações livres e autênticas

> do Estado diante de ameaças e perigos que ponham em risco a sua sobrevivência." (Lyra Tavares, 1961: 3-4)

O ser humano: entre a criação da individualidade e a realidade coletiva

Na construção da comunidade nacional e na manutenção da sua segurança, o objeto direto e indireto de todas as ações é o elemento humano, do qual dependem todos os atributos nacionais. Na sua integração se encontra a chave do poder Psico-Social da Nação:

> "O elemento básico do Poder Psico-Social é o homem, considerado no seu conjunto, e que dá origem aos fundamentos, em face do tríplice aspeto em que pode ser encarado —o demográfico, ou populacional, o social e sob o ponto de vista psicológico, ou seja do caráter nacional." (Arruda, 1964: 31)

> "O elemento humano deve ser considerado na sua integração; não constitui parcela de um todo, mas é esse próprio todo a atuar em qualquer dos campos do Poder Nacional: o militar, o político, o econômico e o psico-social. […]
>
> O Elemento Humano constitui o maior e o melhor de todos os recursos nacionais. Falamos muito atualmente em desenvolvimento, mas não mas devemos esquecer que o elemento humano é o maior produto e a maior riqueza natural de nosso país; todo o desenvolvimento, pois, deve estar inteiramente vinculado ao elemento humano." (Costa, 1963: 9)

Consequentemente, com a centralidade do elemento humano na manutenção do poder nacional, a Segurança Nacional o identifica como foco da estratégia a ser aplicada internamente:

> "Desde modo, no âmbito interno a Estratégia Psico-Social se resume, de um lado, nas ações que buscam a valorização do homem e da estrutura social, e, de outro, nas que fortalecem o caráter nacional; no âmbito externo, a Estratégia tem por fim principalmente a manutenção e a elevação do prestígio internacional." (Arruda, 1964: 31)

O ser humano se caracteriza pelos traços individual *vs*. social e terreno *vs*. espiritual; o desenvolvimento do seu potencial passa pela manutenção, por parte do Estado, de todos esses aspetos:

> O homem, não esgotando a sua realidade total e última no plano puramente temporal, terreno, tem o Estado como seu dever principal assegurar-lhe a plenitude de sua realização promovendo todas as condições para que a pessoa humana possa desenvolver completamente toda a riqueza de suas virtualidades essenciais." (Primo Paz, 1965: 31)
>
> "O homem, individual ou social, se constitui alvo dessas ações e desses instrumentos, razão porque tomamos sua valorização como ponto capital.
>
> Na valorização da pessoa humana, temos que considerar o homem, antes de tudo, como objeto de fé e de liberdade, respeitando-lhe, consequentemente, o seu espírito para os fatos e os valores transcendentes e a sua vocação para realizar-se livremente tendo direito à vida, ao trabalho e aos bens que dele decorrem, à recreação, à arte e à segurança pessoal." (Arruda, 1964: 14)

Contudo, na dupla individual/social, a sua existência como elemento individual é tida como simplesmente teórica já que:

> "O homem isolado, como sustentaria uma filosofia monista e sociestista, não passa de mera abstração; é uma unidade que só tem sentido na, pela e para a sociedade. [...] O homem é

social por vocação profunda de sua natureza integral. […] E o marco natural desta sociabilidade tem o homem na instituição da família."(Primo Paz, 1965: 11)

A construção da realidade humana como elemento exclusivamente pertencente ao grupo teoriza o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo como enquadramento no coletivo, segundo a equivalência, quanto mais forte o grupo tanto mais forte o indivíduo que a ele pertence:

"A pessoa se reforça na sua autonomia pela potência das instituições que ela sustenta e que a sustentam, visto que o homem é tanto mais forte, individualmente, quanto mais o tomarmos no enquadramento de uma família mais robusta, de uma corporação melhor constituída, de uma nação mais homogênea." (Primo Paz, 1965: 9)

As instituições sócias, além de serem a única realidade do ser humano, participam do reforço do indivíduo agindo principalmente como contenção das tendências dispersivas que o caracterizam. Essas tendências são indicadas como possíveis causas da extinção da espécie, o que faz com que o coletivo se torne o sistema de controlo dos impulsos individuais e a forma que a espécie encontrou para evitar a sua própria extinção:

"O homem é, com efeito, um ente muito complexo e muito variado. Apresenta, que estreito espaço, a imagem de um imenso Estado, em que se agitam um povo de desejos, de paixões, de caprichos, de impressões, de ambições e de interesses.... Esses movimentos e essas inclinações são na alma como súditos num império. [...] Controle que o homem tem que exercer sobre si mesmo, para evitar a anarquia e a destruição moral. [...] O homem é um ser eminentemente social e só pode viver em sociedade, onde o meio o modifica para o bem ou para o mal. […] A influência da sociedade consegue penetrar e afetar os níveis mais profundos e inacessíveis da alma humana […] o indivíduo e a sociedade são inseparáveis [...] O medo à morte e o esforço para fugir à extinção total tem levado o homem a adotar um sistema de

> repressão impulsiva. Para Freud, a essência da ordem social é coletiva e a sociedade é a antítese da liberdade, ainda que se admita ser a chave da sobrevivência." (Pula de Azevedo Pondé, 1967: 3-4)

Através da contenção da individualidade como preservação da espécie, da participação no grupo como forma de desenvolvimento de cada elemento e preservação do seu lado espiritual, a Doutrina acaba identificando no individualismo, assim como no naturalismo, as causas da crise que o Ocidente estaria experimentando:

> "As decorrências éticas de um individualismo de tal modo exacerbado são evidentes: na trajetória da vida não há nem mapa nem bússola. Nem cabe mesmo falar de trajetória, eis que não há nenhum sentido na vida […] Esta distorção individualista e subjetivista chegou ao seu termo irônico negando a própria realidade do indivíduo que, privado do seu centro de gravidade ontológica visto que sua substância fora negada, girou sobre si mesmo e mergulhou no seio anônimo da massa totalitária concebida como a única realidade nos termos em que já o vimos. [...]
>
> O esvaziamento e a negação do espiritual deu num "naturalismo" que via na natureza tão somente um sistema de leis universais, que podem expressar-se em fórmulas matemáticas, e que traduzem com a máxima exatidão essas ações e reações, essas causas e efeitos, essas essências e propriedades de todas as coisas. [….] Assim tentou explicar a vida de homem tanto individual como coletiva, por fatores a ele estranhos [...] O essencial era depois da revolução francesa o ter "guilhotinamente" forçado a ser livre, fazer com que o homem se livrasse também de sua própria natureza. E foram os determinismos geográficos querendo ver nas variações mesológicas em geral, o fator explicativo das civilizações; como foram também os determinismos biológicos querendo ver na raça nos mistérios protoplasmáticos, a chave da história do homem aos quais se somam as teorias dos determinismos econômicos do materialismo histórico de Marx [...].

> "O naturalismo que no princípio produziu, na economia, o liberalismo do "laissez faire, laissez passer", desvinculou o trabalhador dos órgãos naturais representados pelas sociedades intermediárias que o abrigavam. [...] No político, já vimos como o mito da liberdade ilimitada do indivíduo terminou na doutrina da liberdade ilimitada do Estado [...] No ético, (se produz) indivíduos e sociedades desamparadas. A própria linguagem, normalmente destinada a expressão das ideias, é hoje objeto de uma das táticas mais insidiosas da chamada guerra revolucionária que a submete impiedosamente aos incríveis esvaziamentos da distorção semântica por onde se vê que amor passa ser ódio ou outro sentimento, que liberação se traduz em escravização e outros malabarismos verbais. A terceira guerra mundial, a guerra ideológica já começou e está desenvolvendo seu trágico dispositivo pelo cenário do mundo de hoje." (Primo Paz, 1965: 36-41)

A relação entre coletivo e indivíduo, finalmente, não é de tipo matemático: o coletivo transcende o individual, assim como o individual não pode ser considerado a base do coletivo:

> "Por outro lado, querer ver na sociedade apenas o indivíduo como a realidade básica da qual é ela, a sociedade, apenas a soma aritmética, é outra teoria que não consulta a realidade complexa deste autêntico microcosmo que é o homem." (Primo Paz, 1965: 10)

A correta socialização, como plena valorização humana, produz o elemento que está na base do poder nacional:

> "Dimensionado o homem na paisagem e organizado como pessoa e como um todo no todo maior da sociedade e das instituições que criou, nos seus contornos econômico, político e jurídico, temos os fenômenos psico-sociais expressos na vontade, nas diversas formas de comunicação, nas atitudes emocionais e reflexivas, no comportamento do povo, suas aspirações, anseios e realizações. O homem, pois, incorporado *n*os valores da nação e sendo

> ele mesmo o agente das situações que objetivam o desenvolvimento e o progresso, se constitui como componente básico do poder psico-social" (Arruda, 1964: 2)

Finalmente, o elemento humano valorizado através da sua educação para o coletivo se torna *pessoa humana* capaz de prover segurança para a Nação. Do mesmo jeito, a sua incorreta socialização gera um *corpo pernicioso*, perigoso para o grupo:

> A educação do homem é fator importante para a Segurança nacional e deve ser encarada no sentido da valorização do homem…. para integrá-lo como elemento útil à Nação não fique marginalizado, formando corpo pernicioso à coesão e desenvolvimento nacional e social. Mas, para haver realmente segurança, é indispensável a existência de um processo de desenvolvimento no sentido econômico e social, porque o poder militar está condicionado à base industrial e tecnológica do País e o desnível social gera tensões e lutas que dificultam a pratica das instituições e comprometem o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime. [...] é imprescindível que o homem seja valorizado nos seus diversos aspectos políticos, econômico, psico-social e militar, principalmente, no psico-social e militar que muito interessam à Segurança Nacional. [...] Assim, repetimos, valorizar o homem é aprimorá-lo, dignificando-o como pessoa humana." (Pula de Azevedo Pondé, 1967: 16-17, 22)

O homem como pessoa, devidamente socializado e capaz de prover segurança ao grupo, se caracteriza pela racionalidade e o livre arbítrio; ou seja, racionalidade e livre arbítrio são atributos adquiridos no processo e não elementos intrínsecos ao ser humano:

> "O livre arbítrio, que condiciona a responsabilidade, se acha em conexão com o estágio de evolução em que se encontra o homem, de tal sorte que, incipiente, apenas bruxoleante, no selvagem, nas criaturas de baixo nível intelectual, social e moral, se desenvolve progressivamente e se afirma nos estágios superiores da educação e espiritualidade, constituindo, porém, em todos os escalões, a condição da responsabilidade moral.

-toda a educação deverá visar ao despertar e cultivo das superiores capacidades que residem no ser humano, de forma a que o homem se realize na sua natureza intrinsecamente divina." (Mendoça Uchôa, 1960: 6-7)

A produção da *pessoa humana,* elemento capaz de garantir a segurança, e do *corpo pernicioso*, o elemento marginalizado, dependem finalmente também de processos sanitários encarados outra vez a partir de uma perspectiva coletiva:

> "A saúde é um estado no qual as ações e reações do indivíduo decorrem tranquilamente, sem dano para qualquer distrito orgânico e com satisfação da própria pessoa e da sociedade. A doença é prova de que uma parte do corpo, ou todo ele, deixou de adaptar-se às influencias circunstanciais, físicas ou sociais." Esta definição do fisiologista Raymond Allen — citado pelo professor Demolindo Couto, veste como luva a concepção psicossomática da moderna medicina e frisa-lhe a nova dimensão adquirida, de cunho eminentemente sociológico. A saúde deixa de constituir um bem apenas pessoal para revestir as proporções de um verdadeiro patrimônio coletivo, influente nas relações de cidadão para cidadão, de sociedade para sociedade, de nação para nação. Donde a premência do seu cultivo como dever social, que é matéria do pleno domínio da estratégia psico-social." (Arruda, 1964: 21)

À vista disso, o discurso da morbosidade e insalubridade, que abarca tanto o problema das epidemias como o da carência de habitações apropriadas, encara a redução da capacidade física ("O fator demográfico", 1954; "O potencial humano", 1960; "Educação Física, Moral e Cívica", 1960) nas suas repercussões eugénicas para o grupo[202]:

> "A elevada taxa de mortalidade deixa entrever a existência de um grande número de inválidos e de um alto índice de morbidez. E isto porque, antes de matar, a doença debilita o organismo, pondo-o, às vezes durante longos anos, em condições de menor eficiência; mesmo quando

[202] É preciso acrescentar que uma das categorias tomadas para a abordagem humana dentro da Escola é justamente o homem eugênico, junto com o homem social e o homem ideia. (Arruda, 1964: 15)

> debelada, pode deixar traços profundos que, não raro, acarretam a invalidade parcial ou total do indivíduo. Desta maneira, a larga difusão e grande incidência de doenças não somente concorrem para elevar a mortalidade, como também para manter em condições de reduzida capacidade física uma parte considerável da população" (Autor Desconhecido, 1954: 46)
>
> "Nada será mais preciso acrescentar para enaltecer a necessidade individual de um bom físico, resultando daí, obviamente, o valor de uma educação adequada. E quando pensamos em termos de coletividade, de povo, de raça? Em termos de capacidade para o trabalho, para a produção da riqueza, para o cumprimento da infinita multiplicidade de tarefas que cabem ao homem na conjuntura da sua vida na sociedade?" (Mendoça Uchôa, 1960: 12)

No mesmo conjunto de discursos sobre a insalubridade, a decadência física do grupo é deslocada também para a esfera da moralidade:

> "Como os dados demostram, a situação habitacional no Brasil não é nada satisfatória. As consequências dessa situação [...] são múltiplas: a saúde tanto física como moral sofrem. A promiscuidade é favorecida lá onde não existem os adequados meios para abrigar os diferentes membros da mesma família. O aspecto social da família também sofre, pois, a falta de uma habitação condigna não favorece em nada a união da família. O chefe da família nesses casos, geralmente prefere o bar da esquina e as crianças o ambiente da rua a ficar "em casa". Muitos outros males mais poderiam ser indicados como decorrentes, em grande parte, da falta de habitação adequada". (Gregory, 1967: 33)

A valorização do homem através de uma integração bem-sucedida dentro do conjunto nacional leva à preocupação com a educação e com a identificação de um sistema educacional integral, que encaixe o elemento humano no projeto coletivo da nação e, mais ainda, na necessidade securitária do aumento do poder nacional:

> "Educação:

1)—Conjunto de todos os procedimentos que conduzem a:

a) integração da pessoa, reconhecendo-se na dignidade do dever de, como indivíduo racional, agir pelo bem próprio e da comunidade;

b) ajustamento ao meio social, para poder realizar os fins, de ordem moral e espiritual, a que se destina;

c) adaptação ao meio físico, tornando-se o corpo físico flexível e adequado às circunstâncias, na plenitude de manifesta vitalidade e capacidade de ação.

[...] objetivos imediatos da educação:

a) destreza, habilidade, automatismos quaisquer: físicos, emocionais ou mentais.

b) conhecimentos intelectuais: empíricos, científicos, técnicos e filosóficos.

c) interesses sociais, preferências, atividades extra (quaisquer), mas que situem e estimulem o homem na comunidade, para bem servir. [...]

Educação integral... o perigo da hipertrofia, do desenvolvimento desequilibrado de um qualquer das faces da personalidade com prejuízo das demais, seja a inteligência, a afetividade ou o físico, conduzindo a desajustamento social, podendo gerar consequências desastrosas para o próprio indivíduo e, em certos casos, para a sociedade" (Mendoça Uchôa, 1960: 8a-9, 11)

O sistema de educação elaborado pela Doutrina de Segurança Nacional é um sistema que integra na mesma finalidade a educação física, a educação profissional, educação moral e a educação física intendidas como se segue:

"1ª) Educação Física, visando a destreza, habilidades, capacidades ou automatismo quaisquer físicos, em que se acham implícitos outros tantos emocionais e mentais, e mesmo, acentuando o teor moral.

2ª) Educação Profissional ou científica, visando aos conhecimentos intelectuais empíricos, científicos e técnicos.

3ª) Educação Moral, visando ao esclarecimento provindo das luzes da Filosofia e da Religião, para a orientação da conduta no sentido de maior bem individual e social, para a elevação espiritual do indivíduo e da sociedade.

4ª) Educação Cívica, visando ao esclarecimento sobre os verdadeiros interesses sociais e as atividades a empreender, para bem compreender, amar e servir à comunidade, sua cidade, sua pátria, zelando por suas estimáveis tradições, o prestígio de sua atualidade e realização das grandes esperanças do seu futuro. [...] Será preciso mais, para justificar a plenitude da obrigação do Estado de velar pelo aperfeiçoamento físico do seu povo, de forma a obter uma expressão de pujança orgânica indiscutível, a par de concomitante saúde e força moral — emocional, intelectual e espiritual? Obrigação, responsabilidade do nosso Estado, para que tudo faça no sentido de, liberando o brasileiro da miséria, da subnutrição, do estado vegetativo de grande parte do povo, particularmente, do interior do país, proporcionar-lhe sensível índice de fortaleza física, sem a qual não haverá nação forte?!" (Mendoça Uchôa, 1960: 9-13)

Para educar de uma maneira tão ampla o elemento humano, o projeto de segurança abarca todos os espaços sócio-institucionais a partir da própria família, passando pela escola nos três níveis de ensino, os lugares de trabalho, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações recreativas e as Forças Armadas (Mendoça Uchôa, 1960; Primo Paz, 1965; Altenfelders, 1966; Gregory, 1967). As Forças Armadas pois, representam obviamente o sistema de referência para a produção do cidadão devidamente valorizado, no seu poder físico, nos conhecimentos técnicos, na postura moral e cívica:

"As instruções moral e cívica acompanham, pois, de perto, toda a evolução de preparação do militar, particularmente, nas suas escolas de formação básicas. Assim acontece na AMAN (*Academia Militar das Agulhas Negras*), nas Escolas Preparatórias e Colégios Militares, como também na Escola de Sargentos das Armas e outras.[...] Nessas Escolas, já assinalamos, neste trabalho, o elevado padrão moral do seu ambiente escolar, a honestidade de procedimentos

> nos trabalhos de julgamento. Na realidade, aí se formam, a par de militares, jovens cidadãos esclarecidos sobre os seus deveres cívicos, de que o Brasil tanto precisa, componentes de uma nova geração, que, bem próximo, terão que responder pelo nosso alto destino no continente e no mundo." (Mendoça Uchôa, 1960: 99)

Além das escolas de formação militar, o serviço militar obrigatório é outra instituição capaz de educar de forma completa e também a única maneira de alcançar uma boa parte da população, transformando-a:

> "É que na caserna, no dia a dia das instruções que recebem, eles, antes ignorantes e inadvertidos de suas responsabilidades cívicas, aí se esclarecem, aí vivem as lições do bom proceder em relação às leis da nosso país, aí aprendem, a par da disciplina, o valor do são convívio dos companheiros das agradáveis ou duras jornadas de um labor progressivo, sempre conduzido pelo ideal do bom serviço à pátria, na reverência e no culto constante da bandeira, das suas melhores tradições e no estímulo ao aperfeiçoamento de suas capacidades. É de ver como se transformam, se educam, se aprumam, física e moralmente, nesse ano de experiências, de aprendizagem militar." (Mendoça Uchôa, 1960: 95)

Mesmo que a Doutrina de Segurança Nacional declare estar centrada no indivíduo, o seu interesse primário é o elemento coletivo nacional ao serviço do qual o elemento humano está submetido. Todos os processos que asseguram a sobrevivência do elemento coletivo, porém, passam pelo elemento individual, fazendo com que a sua socialização, educação e mais em geral a sua valorização como tal (o fato de se tornar uma pessoa humana ou de se tornar um marginalizado, corpo pernicioso da sociedade) se convertam no foco da atenção da Segurança Nacional e, portanto, alvo da estratégia interna:

> "Ações estratégicas internas e externas. […] As ações internas têm uma destinação mais estrutural do que dinâmicas e são de alcance essencialmente defensivo: são atividades de

fortalecimento, tanto do indivíduo como do meio social e visam o preparo de reações — donde a conclusão de que não é defesa apenas passiva, como principalmente ativa. [….]

Ações estratégicas internas. *A valorização do homem* — obtém-se através da saúde e da educação, visando à elevação dos padrões de vida. São elementos indispensáveis na composição do que se poderia chamar de entelequia de uma nação, como tal considerada, dentro da filosofia de Aristóteles, desenvolvida por Leibniz — e não se devendo confundir com o racismo— aquilo que constitui a conquista e a posse de sua perfeição e de sua finalidade, no espaço e no tempo.” (Arruda, 1964: 20)

O inimigo

O Comunismo não é um inimigo novo no contexto brasileiro e em nenhum dos trabalhos sobre a infiltração ele é apresentado como tal. Muitas das introduções ao seu estudo relatam o nascimento do partido, a popularização da mensagem no fenómeno da Aliança Nacional Libertadora, o perigo que representou em 1935 com a Intentona, e a sua quase destruição nos anos seguintes. Uma narrativa de sucesso que, porém, se interrompe com a legalização do Partido Comunista, em 1945, e o "grande surto" que a democracia lhe propiciou. A volta, à ilegalidade em 1947, junto com a cassação dos seus eleitos, não consegue diminuir o perigo que representa, já que ele, agora, atua seguindo os princípios da Guerra Revolucionária, em que a invisibilidade e a confusão das partes é a forma adotada para destruir o corpo do Estado-Nação desde o seu interior:

> "[...]a GR atua, primeiro, como letal ação corrosiva, sobre o organismo nacional, para enfraquecê-lo e destruí-lo, progressivamente, como o câncer no organismo humano. (Lyra Tavares, 1961: 12)
>
> "A doença está em repouso; ela surge quando o povo sofre ou tem dificuldade sem esperanças, como o doente cujo mal só aparece após algum excesso." [...]
>
> "De maneira que se o médico não tiver o devido cuidado, estribando-se em exame local minucioso, respaldado por outros exames subsidiários, e se basear unicamente no aspecto externo do doente, ele poderá ter uma impressão errônea do caso." (Cunha Garcia, 1961: 3-4)

Adaptando a GR

A identificação unívoca do Comunismo com a Guerra Revolucionária e, mais em geral, com a guerra psicológica, a guerrilha e a infiltração esquematicamente organizada, é um processo que acompanha a incorporação e adaptação do discurso francês sobre a GR no contexto da ESG. Em 1959, o Coronel Augusto Fragoso pronuncia a conferência "Introdução ao estudo da guerra revolucionária", usando bibliografia primeiramente francesa e frisando a conexão entre a "guerra do nosso tempo" e a ação comunista:

> "Um ensaísta militar de bom renome – o Comandante Hogard—, ao estudar o que se chama "a guerra de nosso tempo" chega à conclusão digna de exame e meditação. Procuraremos resumi-las, reduzindo-as à sua essência, desidratando-as:
>
> 1- O inimigo a considerar no nosso tempo é o comunismo, esta organização subversiva internacional.
>
> 2- O comunismo tem por fim político confessado não apenas a conquista material do mundo, mas também a submissão dos espíritos à sua intolerante ideologia de pretensão universal.
>
> 3- A guerra do nosso tempo é, pois, de natureza revolucionária.
>
> 4- A noção de "guerra puramente militar"— "hora do soldado" — é hoje um contrassenso; fazer a guerra hoje consiste em dosar e combinar as forças militares, ideológicas e económicas, para alcançar os objetivos fixados pela política - e aí está a estratégia e, por vezes, a tática.
>
> 5- A guerra não é mais uma continuação da política; a guerra agora acompanha a política e serve de apoio a esta. Sem a política, a guerra tornar-se-ia absurda, porque o fim último da guerra não é nunca destruir mas persuadir.
>
> 6- Há um certo equívoco em usar-se a expressão guerra nuclear: caracterizando-se uma forma de conflito hipotético — cada vez menos provável — por uma das armas que aí seriam empregadas, volta-se implicitamente à noção caduca de guerra "militar".

> 7- A chamada guerra nuclear —ou melhor dita batalha nuclear— pode ser admitida como uma fase extremamente violenta e muito curta (algumas horas ou alguns dias) da guerra do nosso tempo: a guerra revolucionária.
>
> [...] Pode-se observar que a organização comunista pratica a guerra revolucionária com o objetivo de enquadrar na sua órbita o maior numero de países, não pela conquista militar, mas pela tomada do poder político, pelas minorias atuantes em cada qual, em regra ativamente apoiadas do exterior pelo bloco comunista." (Fragoso, 1959: 9-10)

Antes do êxito da Revolução Cubana, em 1959, elementos distintos da GR, como a guerrilha ou a infiltração, eram estudados mas não como elementos exclusivamente comunistas. Em 1957, por exemplo, um estudo sobre a guerrilha se preocupou mais com as experiências do *partisan* e do *maquis* da Jugoslávia, França, Itália, Malásia, Filipinas, Indochina, etc., encarando-as desde um ponto de vista positivo:

> "O guerrilheiro é o herói cujo nome a história quase nunca registra. Através de todos os tempos, ele foi, e será, sempre, o pesadelo do inimigo que invadiu a sua pátria.
>
> Movido pelo mais alto sentimento que pode atingir a consciência patriótica, menosprezando a vida, renegando o conforto, sem nenhuma ambição de glória ou de bem material, pratica façanhas que se assemelham à ficção oriunda de imaginação desenvolta, tudo por um único e sublime objetivo e da liberdade da sua Pátria extremecida. (Autor Desconhecido, 1957: 2)
>
> "Os principais fatores humanos que influenciam a consolidação da guerrilha são: a coragem, a capacidade de suportar o sofrimento e valor atribuído à vida por parte de seus integrantes." (Autor Desconhecido, 1957: 27)

Também a questão da descolonização e da reação francesa face a ela, não passa despercebida e põe em discussão tanto a lógica da GR como o elemento negativo das práticas revolucionárias:

> "Esta situação de fato, os próprios princípios da revolução francesa de 1789 e os ideiais defendidos pelos heróis do maquis contra a opressão nazista, tudo oferecia aos comunistas o melhor campo para o emprego da GR na libertação das massas coloniais. Derruiu, assim, o império francês da Ásia. Desapareceu, também, a ascendência sobre o Marrocos e a Tunísia. A Argélia e Madagascar são problemas cruciais que ainda continuam em equação nos dias presentes.
>
> A época dos impérios coloniais terminou. O povo francês já não crê em seu direito às colônias e tão pouco os colonizados acreditam na legitimidade da colonização. Contudo, os grandes capitalistas, aflitos e desavisados, apegam-se, num desesperado esforço, às ruinas que sobram de seus antigos domínios. [...]
>
> "Ora, toda e qualquer guerra ou revolução acha-se sempre subordinada a uma fé ideológica. Ninguém luta a não ser por um ideal. Os soldados nazi-fascistas de Hitler e Mussolini batiam-se por suas ideias totalitárias e anti-judaicas com o mesmo ardor com que seus adversários defendiam a Democracia e a igualdade ... [...] Os conceitos da escola francesa, além de não definirem a GR e de misturarem, lamentavelmente, os fatos relativos às guerra e os ligados às revoluções, perdem-se em detalhes que só interessam à execução de atos revolucionários de todas as ordens, desde o simples motim, a guerrilha e a revolta popular, até as grandes convulsões das massas populares.
>
> Percebe-se que a concepção francesa da GR está toda baseada em ideias preconcebidas e dominadas por um irracional anti-comunismo." (Gross, 1959: 12, 17)

O trabalho de identificação unívoca entre a GR e o Comunismo foi, portanto, um processo de separação de determinadas práticas de resistência dos contextos em que foram previamente

experimentadas, como o da Segunda Guerra Mundial e o da descolonização, para associá-las a uma contemporaneidade completamente nova que pudesse ressignificá-las.

As guerras de descolonização se tornaram, pois, discursos sobre o Comunismo como forma de colonização especificadamente russa:

> "O moderno conceito económico de Colonialismo se recusa catalogar apenas, entre as suas espécies, as colônias integrantes dos impérios coloniais britânico, francês, belga, holandês, português, espanhol, americano, etc. As esferas de ampliação de capitais europeus e norte-americanos da América Latina, Canadá, Arábia Saudita, Oriente Próximo, Oriente Remoto, Austrália e demais países nominalmente independentes são hoje estudadas como partes integrantes do sistema colonial moderno. Poderíamos, ainda, estudar, nesta oportunidade, as outras formas de colonialismo contemporâneo que se faz no sentido político, social e cultural [...]. Não poderemos, no entanto, finalizar este item sem analisar outra forma sob a qual se apresenta o colonialismo mais perigoso, mas escravocrata, mais sanguinário — o colonialismo soviético, materialista, marxista. É o mais perigoso dos colonialismos, porque vem envolto numa ideologia que se propaga, sob disciplina férrea. [...]a Rússia, para tal se utiliza do anti-colonialismo, incentivando os movimentos nacionalistas no seu propósito de instalar o colonialismo soviético em todo mundo." (Barrafatto, 1956: 76, 80)

Chega-se assim a uma narrativa consequente da atuação do Comunismo sob uma única e inquestionável vontade de conquista:

> " A guerra revolucionária, por seu próprio qualificativo, é fundamentalmente para os comunistas. Empolgados pela fanática obsessão de domínio mundial, sentem, com realismo, a impossibilidade de alcançar aqueles objetivos pela "guerra quente", que seria provavelmente a guerra nuclear e, portanto, a destruição geral. Assim colocam todas as suas esperanças nas possibilidades da ação lenta, porém segura, da Guerra Revolucionária.

Os partidos comunistas nacionais, espalhados em todos os países, recebendo constantemente as ideias, as ordens o dinheiro de Moscou, são outros tantos "Cavalos de Tróia" em ação contínua, tenaz e subterrânea. " (Gross, 1959: 10)

"…Guerra revolucionária. É uma guerra interna, de caráter internacional, a serviço do Comunismo, cuja estratégia põe em prática novos métodos de conquista dos Estados pela ação interna, de demolição e reconstrução política e social, inspirada, comandada ou apoiada do exterior, mediante penetração clandestina ou ostensiva, no organismo do Estado agredido através de minoria trabalhadas no seio do seu próprio povo... [...]

O objetivo principal da GR é pois, a conquista do Estado através de ações internas que debilitam o seu organismo, de modo a dominá-lo, se possível, sem que recorra à invasão do seu território e outros atos formais de agressão, tudo passando como se se tratasse de movimento livre do seu próprio povo, embora dele apenas participe uma pequena fração atuante e disciplinada. [...]

O fenômeno consiste em transformá-lo, internamente, sem qualquer ação externa ostensiva, atuando simplesmente, sobre seu próprio organismo." [...]

A GR pode englobar, conforme as circunstâncias, todas as outras espécies de guerra, recorrendo à guerra psicológica, e à insurreição com fases fundamentais da sua evolução, até à tomada e reorganização do poder, com base no exército popular. A sua uma fundamental, sobretudo nos estágios iniciais, é a propaganda ideológica, que cria e reforça as suas bases, ao mesmo tempo que contamina e enfraquece as do adversário. […] Ela não exclui, obviamente, a ação militar, como complemento ou fator de aceleração do processo revolucionário, mas o seu objetivo principal é a conquista do povo, pela persuasão ou pela coerção, conforme as circunstâncias." (Lyra Tavares, 1961: 2-3, 16)

A "minoria atuante", o "cavalo de Tróia" dos partidos comunistas nacionais, opera, portanto, como ligação entre o invasor e o invadido, atuando, dentro da narrativa, como primeiro

elemento no reconhecimento do um inimigo que de outra maneira seria difícil de apontar como “externo”:

> “O partido comunista no Brasil é uma força praticamente sem expressão no cenário político nacional. Julga o Cel. Crisante que esse histerismo anti-comunista é prejudicial, pois que em última análise leva água ao moinho do próprio comunismo. Cita o exemplo da campanha pela estatização da exploração do petróleo que sendo uma necessidade nacional foi aproveitada por eles, e diz que a existência do comunismo em nossa sociedade como nos demais países é um fato que decorre de circunstâncias históricas e sociais da atualidade nacional e internacional. Os comunistas embora de baixa percentagem na população brasileira são homens ativos e fanáticos que sabem aproveitar da inércia, da indolência, da conveniência, da preguiça, do comodismo e sobretudo da covardia de certas autoridades, assim termina o Cel. Crisanto, citando: com referência especialmente ao setor militar é de parecer o Cel. acima citado, que o comunismo não tem repercussões na expressão militar do poder Nacional.” (Cunha Garcia, 1961: 38)
>
> “Ao lado dos já tradicionais militantes, grandes líderes do marxismo soviético na América Latina (Luís Carlos Prestes, Rodolfo Ghioldi, Pablo Neruda, Gustavo Machado, Victorio Codovilla) formaram-se mais dois grupos. O primeiro é constituído por grandes “líderes trabalhistas”, “intelectuais progressistas” e “jornalistas do povo”, que embora se não declarem vermelhos, o são na verdade, pelo menos instrumentos inconscientes nas mãos dos comunistas. O segundo é o mais sinistro: são homens que se declaram por vezes anticomunistas e ocupam altos cargos e acima de qualquer suspeita. São vigorosos defensores de qualquer anti-imperialismo, partidários das atitudes mais nacionalistas e sobretudo das ditaduras locais, das quais passam a gozar a mais ampla confiança.” (Coe de Oliveira, 1954: 1)

Do inimigo difuso

Diferentes elementos atuam para tornar um grupo insignificante do ponto de vista numérico, mas reconhecível pela declarada afiliação ao Partido Comunista, numa ameaça relevante, mas, ao mesmo tempo, multiforme. Primeiramente, tem a técnica da infiltração e da dissimulação com que o inimigo busca ganhar elementos que apoiem a sua causa sem que eles se tornem necessariamente comunistas declarados e, portanto, perfeitamente reconhecíveis:

> "A infiltração comunista visa colocar elementos em posições ou lugares para agirem conscientemente ou inconscientemente visando os objetivos do Partido. A ação psicológica praticada por elementos infiltrados tem objetivos multiformes. Que diferença há entre a ação da guerra psicológica e a ação da infiltração comunista?
>
> -Em nosso modo de entender, nenhuma - ambas desejam enfraquecer o inimigo; a forma de ação é semelhante, os instrumentos são os mesmos; os infiltrados praticam a guerra psicológica fria. A infiltração comunista é um instrumento da guerra psicológica; por meio desse instrumento o inimigo lança boato, faz propaganda e subverte.
>
> A infiltração é, portanto, uma forma de ação. Os elementos que se infiltram são seus agentes. Os instrumentos destes agentes, são os boatos, a propaganda, a subversão, etc. Temos a impressão de que o "comunista infiltrado", apresentando-se como o faz sempre, dissimulando e vivendo no próprio meio em que trabalha, confundido com os demais trabalhadores, podendo ser chefe ou operário, professor ou aluno, médico, advogado ou engenheiro, consciente ou inconsciente, em qualquer das situações - constitui o elemento mais eficiente, o mais difícil de combater porque o mais difícil de encontrar, de situar. O infiltrado, seja onde for, destila seu veneno, como um foco o faz no organismo do indivíduo. […]
>
> A infiltração se faz pelas mais variadas formas:
>
> -Legais
>
> -Ilegais
>
> O trabalho legal tem a finalidade do preparo psicológico das massas ou das condições para a revolução.

> O trabalho ilegal, clandestino ou subterrâneo, é o que prepara objetivamente a subversão da ordem." (Cunha Garcia, 1961: 40-41)

A infiltração, a forma dos comunistas perpetrarem a guerra psicológica, é uma estratégia particularmente maleável, diretamente relacionada com o meio em que ela é desenvolvida. Por essa razão, suas ações não são necessariamente da ordem da ilegalidade. O meio representa, portanto, a segunda grande variável para poder identificar o inimigo através das suas ações, ajudando a estabelecer, também, como e onde se criam os potenciais ajudantes "inconscientes" e semi-inconscientes. Muitos dos estudos são centrados na identificação dos elementos críticos da sociedade brasileira, elementos que podem ser de ordem econômica, geográfica, histórica, social ou derivante do caráter nacional:

> "Observamos, agora, o Brasil, dentro do conjunto das Américas, nas suas vulnerabilidades internas, e exposto, ao mesmo tempo, às ações externas facilitadas pela ameaça cubana ao sistema de segurança coletiva no qual está ele integrado.
>
> 1-A grande extensão do território e o problema dos transportes dificultam e retardam a presença efetiva do governo federal sobre as áreas mais distantes […] É o caso do Nordeste, que, por coincidência, ressalta ao primeiro exame como área de primordial importância do ponto de vista da estratégia global, no conjunto das Américas.
>
> 2-É notório, no Brasil, o desequilíbrio sociológico, apresentando-se com vários aspetos vulneráveis:
>
> a) O pauperismo, no Nordeste, põe em perigoso contraste o trabalhador do campo e da cidade, sobretudo fora da área do sertão, em face do senhor de engenho e do industrial, situação que se agrava com certas contradições do regime agrário, facilmente exploráveis como fator de intranquilidade social, servindo de base à demagogia política e facilitando a criação de um quadro subversivo.

b) Problema agrário idêntico existe no Oeste do Paraná, no estado do Rio e, com menor gravidade, em outras áreas do Brasil, interessando, sobretudo, ao agricultor;

c) O baixo índice do padrão de vida da classe proletária, em face do custo de vida, em contraste com o progresso de certas empresas industriais, sobretudo as vinculadas ao capital estrangeiro…

d) O quadro desse desequilíbrio e do problema de salários, habilmente explorado para fins políticos, não apenas permite que se instigue a luta de classe, como a criação de falsos conceitos de que, dentro dele "o militar exerce atividade nas produtiva, parasitaria, desnecessária, além de muito onerosa para a nação", o que constitui técnica hábil para impopularizar as Forças Armadas, apesar da sua formação eminentemente popular.[…]

e) Outro fator grave da inquietação social, com base na luta de classe, é o da frente única que procuram estabelecer os agentes agitadores entre os estudantes e os sindicatos profissionais, através de minorias atuantes, para ação conjunta na luta contra o princípio da autoridade, a pretexto de qualquer reivindicação mais importante, julgada do interesse de uns e de outros." (Lyra Tavares, 1961: 54)

A crise econômica e o desequilíbrio social, que produzem migrações maciças do campo para a cidade, características do contexto brasileiro, afetam também a moral e o caráter nacional, desequilibrando elementos como a família e o indivíduo:

"A família brasileira tem perdido a unidade e a hierarquia, que se caracterizaram no passado. Pelo menos nos centros urbanos mais densos, a vida familiar vai-se, como já anotamos, degradando, pouco ao pouco. Concorreu para esta situação a vida absorvente da cidade onde não só o pai, mas a mãe também, muitas vezes, se afasta do lar, para ajudar com o seu trabalho, a manutenção da família, ou mesmo para atender a hábitos sociais inveterados. Entregues à própria sorte, ou confiados a mãos mercenárias, os filhos cedo se libertam da autoridade paterna e abandonam aqueles valores espirituais que sempre foram peculiares à nossa

> juventude. Como resultado, sobrevém o afrouxamento dos laços matrimoniais a dissolução do casamento, de que é mostra o notório e constante acréscimo do número de dequites, além das separações de fato [...] é comum formar-se irregularmente novos lares, sendo os amásios aceitos pela sociedade [....] Ora, nas presentes condições, podemos dizer que a conjuntura social brasileira apresenta distorções tão grandes, que bem se pode falar de padrão cultural enfermo. [...] neste caso, é a própria cultura que está doente, e a participação e a interação social só se tornam possíveis se o indivíduo fica contaminado de moléstia cultural. Alimentado, por exemplo, por um clima de individualismo estrito, e criado sempre em comparação com os demais, o brasileiro se faz altamente individualista e competidor; que tais disposições podem tornar-se um mal, vemos pelo fracasso dos empreendimentos coletivistas e pela impossibilidade, tão frequente entre nós, de cooperar. [...] fatores da patologia social: subdesenvolvimento, marginalismo social, vagabundagem, ou melhor a "hoboemia"; pauperismo; o trabalho da criança; a escolaridade interrompida, inexistente ou limitada; o preconceito racial e de classe; a ilegitimidade; o aprisionamento; o baixo salário, insuficiência para uma vida digna; a habitação coletiva, seja ela o cortiço, a casa de cômodos ou o apartamento; a prostituição; o desemprego; o trabalho remunerado das mães de família; a desintegração desta; as favelas; os mocambos etc." (Primo Paz, 1965: 43-44)

A condição de crise social e econômica, o padrão cultural enfermo, afeta o indivíduo, tornando-o o elemento enfraquecedor do corpo social coletivo, ponto de ingresso da infiltração comunista:

> "Mas, reconhecemos também que há estados de alma nos indivíduos em geral intimamente correlacionados às situações físicas carentes ou mesmo doentes, que facilitam os maus pensamentos e enfraquecem as resistências. Este estado de alma que pode se tornar coletivo, pode nascer espontaneamente de situações propositadamente criadas ou pode nascer de situações realmente existentes; ao lado há o fantasma negro do comunismo. Daí ser

compreensão geral que os EE UU e seus parceiros nas altas esferas, nada têm a temer do contato diário com o comunismo, enquanto Nações em franco atraso ou em completo subdesenvolvimento muito podem perder." (Cunha Garcia, 1961: 14-15)

"Lembre-se que uma das armas mais tendenciosas e eficazes dos tempos atuais não é outra senão a exploração das fraquezas humanas através do arrefecimento das resistências morais; na implantação de dúvidas na consciência pública; da semeadura de cizânia e do amargor, da intolerância e da discórdia entre as classes sociais de que se compõe uma Nação — e afinal do descrédito nas suas instituições e no seu governo. Só o homem forte de corpo e de espírito torna a sociedade estável, estendendo esse equilíbrio à formação de uma opinião pública suficientemente firme para reagir contra quaisquer tentativas de lhe enfraquecer as convicções, ou de lhe desvirtuar as finalidades." (Arruda, 1964: 24)

Nesse meio em plena crise socioeconômica, onde os indivíduos, não sendo devidamente socializados, se tornariam massa de manobra do inimigo com a função de debilitar o corpo nacional, o Comunismo trabalha com o desenvolvimento de específicos complexos:

"Esse clima decorre de certos complexos que a técnica revolucionária incute e desenvolve no espírito das massas […]

a) o complexo reivindicatório, de sentido puramente econômico, que inspira e promove movimentos sucessivos, de opinião, fazendo surgir novas reivindicações sempre que é atendida uma anterior.

b) o complexo de promoção social, que se opõe ao sentido de estabilidade e de equilíbrio, estimulando a inquietação, arregimentando os diversos grupos sociais de modo a criar problemas de inconformação e de descontentamentos.

c) o complexo xenófobo, que deforma e extrema o sentimento nacionalista para confundi-lo e alimentá-lo sob forma de anti-estrangeirismo. [...]

d) o complexo de libertação, que subentende um regime de opressão, insurgindo-se contra ele de modo a obter a liberdade de atitude e movimentos, livres da qualquer tutela, com o que transmite às massas o sentimento de rebeldia contra qualquer outra orientação, o que se utiliza como processo para separá-la da orientação do governo, sobretudo no campo político, econômico e educacional." (Lyra Tavares, 1961: 61-62)

Assim, o que era um inimigo numericamente pequeno, fraco e reconhecível, se torna um movimento maior, complexo e mais poderoso sem muita distinção entre o inimigo e o inimigo em potencial:

"O oportunismo com que agem os comunistas, confunde sobretudo as classes médias e as massas, uma vez que eles estão indiferentemente, de qualquer lado, mas, particularmente daqueles que prejudicam o Estado, que desmoralizam as autoridades e que lançam a indisciplina. As lutas por salários melhores e por menos horas de trabalho contam logo com a cooperação dos comunistas não só pelo problema emocional que envolvem como porque somente trazem mais dificuldade às autoridades. As dificuldades do acesso à educação e ao ensino, pelas implicações que tem no terreno dos problemas anímicos, por exemplo, a inveja que suscita, o ódio, a ira, etc. são muito explorados pelos comunistas. [...]

Os comunistas estão, uns conscientemente, outros inconscientemente, entre operários que reclamam, estudantes que apoiam alguém, que reagem contra, entre militares que se indisciplinam, entre mulheres e crianças que sofrem, entre camponeses impotentes pela falta de saúde e instrução, entre intelectuais ávidos de evidência, entre políticos em luta pela influência, enfim entre os que atacam e entre os que defendem algo e muitas vezes de ambos os lados os encontramos." (Cunha Garcia, 1961: 55-56)

Também as formas de manifestação da inimizade se multiplicam e, potencialmente, chegam a abarcar qualquer manifestação de inconformidade com uma situação de crise claramente

admitida. Desde o ponto de vista estratégico, a Guerra Revolucionária praticada pelos comunistas no contexto brasileiro, pede uma mudança no conceito estratégico da guerra:

> "É evidente que, no caso do simples combate, o estudo dos fatores fica restrito aos aspectos militares e que, em se tratando da GR, a investigação ampliar-se-á enormemente. A forma topográfica ou geográfica crescerá para um complexo estudo econômico e social em que as ideias relativas ao TERRENO se entrelaçarão com a Geografia Humana. Na avaliação do INIMIGO e em face da MISSÃO a cumprir, aparecerá uma cuidadosa apreciação psico-social favorecendo a comparação das forças poliíico-militares, em presença. Levar-se-á na mais alta conta, a vontade da luta, igualmente." (Gross, 1959: 21)
>
> "O processo de conquista do poder através do povo e em nome do povo, por minorias revolucionárias atuantes e disciplinadas, não aceita, jamais, a eleição livre, depois que o "espaço-ambiente" já está preparado. E a preparação progride minando e neutralizando, passo a passo, o organismo do Estado, sem que consciência nacional o perceba, pois a noção tradicional da segurança leva em geral, a fixar a atenção dos governos no perigo da agressão clássica, que era, no passado, a violação das fronteiras geográficas. [...] com a aparência de tratar-se de movimento livre do próprio povo contra o governo legal que o rege. Não se caracteriza, desse modo, o ato formal de agressão internacional, para o entendimento tradicionalista do Direito, uma vez que não há invasão ostensiva de fronteira nem operações militares para a conquista do território, como na Guerra Clássica. Não é possível comprovar, tão pouco, a violentação da soberania nacional perante o consenso internacional, pelo menos em termos positivos e irrefutáveis." (Lyra Tavares, 1961: 10-11, 15)

E no marco dessa mudança estratégica, os trabalhos dos estagiários, assim como as análises dos palestrantes, vão desde um mapeamento do espaço geográfico do Brasil, feito a partir das condições sócio-econômicas, do número dos integrantes do Partido Comunista, para um

mapeamento das classes e dos grupos que compõem a sociedade, tornando o espaço da socialização do indivíduo o espaço estratégico das batalhas:

> Infiltração nas zonas urbanas e rural.
>
> Nas zonas urbanas, onde é maior a massa operária, onde a luta pela vida se faz sentir mais árdua, as reivindicações encontram mais fundamentos, onde são maiores os escândalos e os abusos, a confusão política mais intensa, as injustiças mais ventiladas, onde os meios de disseminação das ideias são mais fáceis e os contrastes mais gritantes (a favela e o palacete, o mendigo e o milionário, o "cadilac" e o pingente de bonde, etc.) seria natural que a infiltração vermelha, com suas fauces hiantes em busca de onde há miséria e descontentamento, aí fizesse, com mais facilidade, seus prosélitos. Entretanto, pela ilegalidade em que foi posto o PCB, pela campanha repressiva sofrida nos centros urbanos, pela necessidade de ampliar seu campo de ação, pelas facilidades encontradas, a ação comunista dirigiu-se pouco a pouco, sobretudo depois de 1950, para a região campesina. Os camponeses até então praticamente imunes, passaram a ser catequizados pelos agentes comunistas. As fazendas, as grandes propriedades rurais foram palmilhadas pelos doutrinadores vermelhos." (Coe de Oliveira, 1954: 16)
>
> "Vistos os pontos de incidência possíveis à infiltração comunista, caracterizados por locais de fricção, de disputa, de descontentamentos, de fraqueza mesmo da realidade nacional, vejamos conseguimos grupá-los por forma a caracterizar áreas de possíveis reações, maiores ou menores, o que nos indicará por certo, áreas estratégicas a serem com muito cuidado consideradas.
>
> Do nosso malfadado nordeste, onde quase que todas as fricções são encontradas, não poderemos fugir. Portanto o Nordeste de nosso país, constitui uma área estratégica.
>
> <u>O estado de Guanabara</u>
>
> -pela grande concentração de massa operária politizada que possui, constitui outra área.

O estado de São Paulo

-pela mesma razões é outra. Estas três áreas, podemos considerar as principais. De menor importância podemos citar outras. Por exemplo:

-o triângulo mineiro

-o oeste do Paraná

-Sta Maria do Rio Grande do Sul" (Cunha Garcia, 1961: 35)

"Setores preferenciais da infiltração comunista [...]…

- Sindicados operários […] poderá levar através das greves, à paralização dos grandes centros do país, neutralizando, pensam os vermelhos, a ação governamental e possivelmente, o emprego das forças armadas na manutenção da ordem pública.

- Imprensas escrita, falada e televisionada… proporcionar os veículos para a propaganda ideológica e de ação; a técnica dessa infiltração é muito bem descrita por Suzanne Labin [...] "O trabalho essencial dos auxiliares na imprensa é dirigido para a manipulação do Diretor do Jornal e, quando isso é impossível, à manipulação dos jornalistas chave, à revelia do diretor. […]

- Meios intelectuais […] Os escritores de esquerda, particularmente os cripto comunistas, infiltram-se junto a todas editoras, como autores, tradutores, e, particularmente, como leitores e selecionadores de manuscritos. […] literatos vermelhos ou róseos….

- Meio estudantil. Esse meio presta-se sobremaneira à penetração da propaganda vermelha pois os jovens, sem suficiente lastro cultural e com os sentimentos à flor da pele, são facilmente atraídos pela dialética marxista, com um certo conteúdo idealista e servindo de máscara ao leninismo violento. […] promete alta compensação futura pela possibilidade dos atuais estudantes, continuando esquerdistas, virem a concorrer para levar as elites do país à linha esquerdista. […]

- Meio parlamentar. O esforço nesse meio é, e já tem sido, altamente compensador, pois uns poucos parlamentares de ideias comunistas, infiltrados em vários partidos, podem levar o congresso a deixar passar leis altamente prejudiciais à contextura democrático-representativa do nosso regime. [...] A infiltração mais generalizada é aquela que visa a orientar a opinião pública: atinge todas as camadas da população quase simultaneamente e alcança resultados às vezes maiores que a infiltração específica de um certo meio, devido à dificuldade de identificação dos objetivos suspeitos em campanhas de alcance moral aparentemente indiscutível. Nesse sentido, o PC procura manipular a opinião pública através de organizações cripto-comunistas […] "o público é sempre mais impressionado pela ação de grupos ditos independentes"… "Nos países subdesenvolvidos e ex-colonizados organizações Cripto representam um papel de absoluto primeiro plano; como a propaganda filo soviética explora sobretudo as cordas nacionalistas e anticoloniais, a face comunista é camuflada quase completamente." (Candal Fonseca, 1962: 12-13, 22)

Além dos grupos sociais, dos lugares da pobreza, da concentração dos números de carteirinhas do PCB, outras experiências coletivas de participação e mobilização da opinião pública são focadas como lugares estratégicos para o inimigo:

"As campanhas nacionalistas como "o petróleo é nosso", o envio de forças para a Coréia; as reivindicações de classe como o direito de voto, a estabilidade e outras, foram bastante exploradas (*pelos comunistas).*" (Coe de Oliveira, 1954: 27)

"De 1956 para cá o PCB se tem voltado especialmente para o tratamento dos problemas internacionais:

-campanha contra a bomba atômica

-apelo de Estocolmo

-congresso dos jovens estudantes

-congresso de operários

-congresso de camponeses

-congresso pela Paz

-congresso de mulheres. […]" (Cunha Garcia, 1961: 40)

"As organizações apresentam uma gama variadíssima: federações associações e congressos, publicando, em escalas maciça e em várias línguas (inclusive português), revistas, livros, folhetos, panfletos. […] Essas organizações convidam para suas reuniões delegações numerosas de mais diversos países, com passagem e estadia pagas. Suzanne Labin, muito pitorescamente, assim define a constituição ideológica desses antros "um quarto comunistas, um quarto companheiros, um quarto de semivirgens políticas (simplórios mais ou menos inocentes) e um quarto de virgens políticas organicamente incuráveis e que nenhuma experiência de escroqueria política chegaria jamais a desflorar. Além dessas organizações cripto comunistas permanentes, lança o PC, constantemente, novas frentes e campanhas de circunstância, visando embair a opinião pública mundial; nos últimos tempos podem-se destacar duas campanhas de grande repercussão no meio de nossos nacionalistas: -o apelo de Estocolmo e a supressão dos ensaios nucleares." (Candal Fonseca, 1962: 22-23)

Entre as formas que a ação do inimigo toma, especialmente nos contextos das manifestações públicas, ocorre a apropriação e ressignificação de símbolos do corpo da nacional:

"Tal é o caso do uso da Bandeira Nacional, conduzida e ostentada à frente de manifestações contra a Autoridade constituída, de modo a dificultar a ação repressiva, criando situação de constrangimento para os elementos que tenham de debelá-la como se os interesses do povo e da nação estivessem representados por grupos de grevistas e agitadores. Caso a Autoridade, cumprindo a lei que regula e restringe o uso da Bandeira Nacional, determine que a tropa a recolha, isso terá que ser feito à força. .[..] o sentido legal de sua ação foi desvirtuado pelos manifestantes, por sinal estudantes de direito, que entonaram o Hino Nacional, como espécie

> de represália e de protesto contra o único elemento de ordem e de respeito à lei de que dispunha o Governo para restituir a tranquilidade reclamada, pelo povo, do poder competente e responsável pela sua segurança." (Lyra Tavares, 1961: 65-66)

A presença de um inimigo tão multiforme, cuja ação se move num território geográfico, social, cerebral, deu lugar a uma disputa nas formas de pensar o combate. Dependendo do ponto que mais se valoriza na ação do inimigo, os estagiários e o corpo permanente da ESG encaram o problema de forma diferente, porém sempre sem planos detalhados para possíveis desenvolvimentos práticos no espaço e no tempo. Essa ausência de pormenores permite uma elasticidade capaz de amparar qualquer tipo de programa a vir depois da tomada do poder, em 1964, mas também nos informa sobre a abrangência da ação da segurança nacional.

Muitos dos estagiários apontam para a necessidade da resolução dos problemas estruturais que caracterizam os países em desenvolvimento:

> "Dissemos tarde demais e o repetimos porque foi preciso o sacrifício de Cuba, o sacrifício, sobretudo, do povo cubano, para que a "sensibilidade comercial" dos donos da democracia fosse atingida. [..] O problema de combate ao comunismo é um problema de combate à miséria, à fome, à incultura, é sobretudo, um problema de renúncia das elites". (Cunha Garcia, 1961: 10)

Outros encaram os problemas estruturais mais como meros elementos da propaganda comunista do que como bases para uma possível estratégia de contra-ataque:

> "Pregam os comunistas o valor social de sua doutrina e dizem que o sucesso do comunismo resulta das injustiças sociais, donde a única maneira de combatê-lo ser constituída pela introdução de reformas sociais, que melhorem o padre de vida das massas, e pelo auxílio material aos povos subdesenvolvidos. […]

> Deslocamento da resposta, que o ataque comunista exigiria imediata, para um trabalho de saneamento (social) a longo prazo, que por via de reformas sociais quer através de auxílios materiais aos subdesenvolvidos; ora a penetração comunista é baseada mais em paixões que mesmo em necessidades. [..] a liberdade política é o mais eficaz instrumento para a elevação do padrão de vida…
>
> A luta contra a injustiça social deve ser conduzida sem desânimo, mas ver nela a arma própria do combate ao comunismo, limitar-se a melhorar os subúrbios, deixando infiltrar os ministérios, é uma escapatória com nobre cobertura, que favorece enormemente o assalto comunista. Concluímos daí que a causa primordial da infiltração comunista não é a miséria nem o subdesenvolvimento. […] como causa precípua da infiltração vermelha o trabalho de propaganda sobre os cérebros… A verdade é que para resistir à propaganda soviética, o mais urgente é o auxílio não aos países subdesenvolvidos, mas aos espíritos subdesenvolvidos. É evidente que essa propaganda soviética, no Brasil, se beneficia do baixo nível de instrução do povo (cérebros subdesenvolvidos), da vaidade e esnobismo dos intelectuais, do egoísmo de certas elites, das tensões sócio-econômicas internas." (Candal Fonseca, 1962: 25-26).

A educação para a coletividade nacional como estratégia interna volta outra vez para primeiro plano para valorizar o homem no sentido de torná-lo a melhor arma contra o ataque comunista:

> "Eis aí duas ações estratégicas a rigor distintas, mas tão correlatas que mais vale fundí-las para o exame mais detido de suas finalidades comuns. Consistem em integrar o povo na sua expressão política mais elevada que é o Estado, através do cultivo do civismo da responsabilidade e da moral públicas, do reconhecimento das obrigações da cidadania, bem como dos direitos individuais e coletivos. [...]
>
> Deste modo, no âmbito interno a Estratégia Psico-Social se resume, de um lado, nas ações que buscam a valorização do homem e da estrutura social, e, de outro, nas que fortalecem o caráter

> nacional; no âmbito externo a Estratégia tem por fim principalmente a manutenção e a elevação do prestígio internacional." (Arruda, 1964: 23, 31)

O homem é o elemento pivô da segurança, a sua arma de ataque e de defesa. Desse homem, não é mais a força física ou a capacidade de sobrevivência que ressalta, que interessa, mas a alma e o espírito onde o ataque e a defesa do grupo acontecem:

> "A arma principal é a palavra. O homem é o instrumento e o fim, os veículos de divulgação da catequese, sobretudo a cátedra e a imprensa, e, em estágio mais avançado, os cursos de orientação ideológica e de técnica revolucionária, constituem os meios de ação mais utilizados. […]
>
> O homem é o ponto de convergência de ações contrárias, de solicitações antagônicas, uma vez que, como elemento formador da comunidade, constitui a arma básica da defesa da democracia, e como tal deve ser encarado e preparado, pois é ele, também, o alvo principal do trabalho de subversão da ordem, servindo-lhe de instrumento básico. [...]
>
> A ameaça da GR deu maior ênfase à necessidade de preparar o espírito do homem, não apenas para as contingências mais duras da guerra e da vida em campanha, como para preservá-lo das ações de caráter psicológico e da catequese de que se ocorre o comunismo para comprometer a coesão e solapar a disciplina das organizações militares adversárias, mesmo em tempo de paz [...]. Acentuamos, porém, outra vez: o bastião mais sólido contra a investida revolucionária é a alma, a mente e espírito de cada indivíduo. Enquanto ele resistir imperarão a Democracia e a Liberdade." (Lyra Tavares, 1961: 35, 69)

A ênfase na infiltração como engano e confusão das mentes, tanto dos elementos conquistados pelo Comunismo como dos que se empenham em combater o Comunismo, desemboca no destaque dado ao sistema das informações:

> "No conjunto das questões relativas a essa segurança, que com o comunismo atinge a necessidade de proteger as próprias mentes individuais, sobressai com extraordinária importância o papel desempenhado pelo sistema das informações." (Sampaio, 1962: 29)

O projeto da segurança através da busca constante de informações sobre o inimigo desenvolve toda uma reflexão sobre a coleta e o processamento das mesmas que começa com a teorização da necessidade de uma vigilância interna:

> "Nos Estados Unidos, França, Inglaterra e outros nações de igual categoria, o Serviço Nacional de Informações serve exclusivamente o setor da política externa, já que os antagonismos considerados por esses países estão todos localizados em áreas externas. […] Já conosco, país em estágio de desenvolvimento, a situação se apresenta inteiramente diferente uma vez que as condições internas, propiciando acirrados conflitos sociais, dão margem à intervenção de forças externas que procuram apossar-se ou controlar o Poder. Nesse sentido, o comunismo internacional é, no momento, o principal antagonismo com que defrontamos e a sua atuação, não só como potência que se encontra em lado oposto ao nosso campo da Política externa, e ainda como elemento interno que procura opor-se à consecução de nossos objetivos, leva-nos a considerá-lo como um inimigo único no equacionamento de nossa hipótese de guerra. Nestas condições, o nosso órgão central de informações deve, em suas atribuições, realmente abranger tanto o setor externo como o setor interno, e não como acontece nos países mencionados, tomar conta de apenas a parte externa deixando as questões do interior com outros órgãos." (Sampaio, 1962: 18)

A questão do conteúdo das informações arrecadadas, a sua natureza, é outro ponto de particular importância; a dissimulação constante do inimigo justifica a vagueza das informações recolhidas:

> "Setor de contra-informações (sci) tem a seu cargo a segurança do SFICI[203] e coopera na dos demais órgãos do Governo.; mantém atualizado o levantamento de todos os dados ou fatos que lhe permitam realizar os estudos da situação e das atividades de organizações ou indivíduos, de qualquer natureza, que sejam contrários aos interesses nacionais; participa ainda do planejamento de contra-informações, em particular da segurança psicológica, pois tem a seu cargo as diretrizes da contrapropaganda. [...]
>
> Com efeito, a infiltração e a propaganda comunista que nosso SFICI deve identificar, para bem informar o Governo, se algumas vezes não suscitarem dúvidas quanto aos fatos e agentes, na maioria dos casos, entretanto são vagos, imprecisos e revestido de mais variadas formas. Para atingir seus alvos, o comunismo desenvolve uma terrível técnica de despistamento, de dissimulação, de manhas de toda sorte, procurando inclusive e principalmente confundir suas ações como daqueles que lutam em prol dos legítimos interesses do país." (Sampaio, 1962: 21, 23)

Nesse estado de insegurança, em que o inimigo é dissimulado e se reproduz dentro do próprio corpo social, o rol das Forças Armadas forma parte da discussão. Como mencionado antes, diante da necessidade de produzir um "homem pessoa", cuja identidade seja construída ao redor do fortalecimento do grupo nacional, as Forças Armadas aparecem como a instituição educativa que melhor cumpre com a tarefa do fortalecimento nacional a partir de múltiplos aspetos:

> "O Exército, que se recruta e se mobiliza com elementos de todas as classes sociais, é o meio mais adequado para esse trabalho de aglutinação e fortalecimento social, que compete aos seus quadros realizar, em proveito da sua coesão, da sua expressão moral e da sua força material, contra a ação demolidora e dissociava da infiltração comunista.

[203] Serviço Federal de Informações e Contra-informações.

A caserna congrega, disciplina, educa e revigora, num mesmo conjunto os elementos de todas as classes: operários, lavradores e estudantes. O serviço militar recebe, ou forma, artífices, motoristas, mecânicos, camponeses, eletricistas, bombeiros, etc., sem distinção de grupo social, de raça e de credo, educando-os para o serviço da Pátria e da sociedade, dando-lhe consciência cívica, instrução e vigor físico." (Lyra Tavares, 1961: 72-73)

Além da função educadora indiscutível na formação da Nação e também da Nação em Armas, a função de manutenção da ordem inscrita na Constituição Brasileira se traduz na específica conjuntura nacional numa maior atividade de pacificação contra as desordens provocadas pela infiltração dentro dos confins nacionais:

"Observa-se, por outro lado, na presente conjuntura nacional, os pesados encargos com que se ampliam as intervenções do Exército, na sua missão de mantenedor da ordem no interior do país, sem prejuízo dos seus deveres precípuos e tradicionais, no preparo das Forças Terrestres para a guerra, no socorro às calamidades públicas, na alfabetização, no fortalecimento do preparo do homem, nos empreendimentos e nas pesquisas técnicas, etc.

É indiscutível que esses deveres se ampliaram, substancialmente, sobretudo pela incidência simultâneas de 3 fatores novos: o recrudescimentos das desordens, que caracteriza, em várias áreas, muito distantes umas das outras, a conjugação flagrante de certos setores da política interna com a inquietação do quadro internacional; a interiorização do progresso, com a mudança da Capital e a ampliação do sistema nacional de transportes, o que, em última análise, representa um Brasil bem maior; finalmente, o ritmo acelerado do nosso desenvolvimento demográfico, resultante também do grande fluxo imigratório destes últimos tempos.

Para arcar com o aumento das responsabilidades de ordem interna, e os aspetos novos de que elas se revestem, é claro que o Exército terá que ter efetivos suficientes, reclamando ao mesmo tempo, o fortalecimento e a adaptação da sua estrutura." (Lyra Tavares, 1961: 66-67)

Conjuntamente com a acrescida participação diária em eventos pontuais, a escola se preocupa com a redefinição de uma Doutrina Militar Brasileira consequente com a Doutrina de Segurança Nacional. Dentro da moldura da "guerra moderna" revolucionária, onde o elemento psicossocial é bastante relevante, as finalidades e a organização das FFAA requerem ser revisitadas. Daí a Doutrina Militar se tornar um tema tratado, não, porém, pelo lado dos conteúdos, elemento este não de reponsabilidade dos estagiários, mas pelo lado dos elementos a ser considerados relevantes na sua reorganização:

> "Desse estudo especializado, podemos averiguar a influência de uma Doutrina Militar no campo psico-social, tendo em vista não somente os tópicos a ele intimamente ligados, que assinalamos, como também a tendência constitucional de considerar as Forças Armadas como expressão integrada do Poder Nacional, concepção essa ligada à da Segurança Nacional, e que excede assim de um exclusivo conceito de guerra, para incluir-se na própria noção de governo. Reiterando os conceitos que emitimos em nossa exposição [...] queremos aqui referir um dado conjuntural, considerado no seu aspecto psico-social, e esse é o das transformações experimentadas nas atividades do exército francês na Argélia, numa reportagem de Cartier (Paris-Match, de 6.2.1960). A observação que ali se faz , da transformação de métodos e de condutas das forças armadas, não no sentido das operações, de que as mesmas vinham imbuídas, mas, especialmente, no da introdução de métodos especiais de contato com as populações, mediante a criação, em seus quadros, de Secções Administrativas Especiais e Secções Administrativas Urbanas, revela que a elaboração de uma Doutrina Militar, a que não faltem os elementos já referidos das "missões constitucionais das Forças Armadas", das imposições e limitações da conjuntura", das "bases de organização das Forças Armadas", é um imperativo na elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, enquanto atende aos elementos psico-sociais da constituição do Poder Nacional". (Freire Basilio, 1960: 10-11)

Ao longo dos trabalhos dos estagiários desenvolve-se uma tensão entre o elemento individual do ser humano e o elemento coletivo do Estado-Nação. A valorização do indivíduo, função específica da atividade de Governo na Segurança Nacional, é desenvolvida a partir do imperativo da produção-reprodução de um Estado-Nação unitário e unívoco. Os processos educativos focados nas análises fixam a produção do "homem como pessoa" no nível da completa identificação com o elemento coletivo, que é concebido como algo mais do que a soma dos elementos que o compõe e, de certa maneira, independente. Se o elemento individual precisa se incorporar no coletivo do Estado-Nação, este último atua no contexto internacional com seu próprio corpo e sua própria voz individual. Na produção do corpo e da voz coletivos, os elementos não propriamente socializados, os marginais, são reabsorvidos dentro da narrativa de inimizade, protagonizada pelos Estados -Nações da Guerra Fria. O inimigo, assim produzido e reproduzido, tem a propriedade de corporificar cada vez mais a coletividade, sendo ele mesmo cada vez menos corporificado e reconhecível.

Inimigo que pode surgir potencialmente em qualquer lugar e que guarda as marcas da diferença nas suas próprias ideias, conscientes como inscientes, ele tem as marcas da não marca e pode tornar qualquer lugar num potencial campo de batalha e qualquer política em estratégia de uma guerra que já não pode ser outra coisa que não uma busca-produção constate do mesmo inimigo.

CONCLUSÃO: NARRATIVA DA SEGURANÇA, NARRATIVA DA EXCEPÇÃO

Clausewitz definiu a guerra como um ato de força potencialmente sem nenhum limite no tempo, a não ser a destruição completa do adversário, e nos meios, qualquer brutalidade seria legítima. Por essas razões, a definiu potencialmente absoluta.

Porém, esta guerra absoluta não poderia se dar na realidade, pois era na esfera da política entre Estados que o inimigo era identificado assim como as finalidades do conflito. Por ser a política a responsável pela definição de inimizade/amizade e por esta definição ser reversível, a guerra travada entre Estados através das Forças Armadas era fruto de uma inimizade relativa. Tal guerra se caracterizaria pela regularidade, cujas manifestações seriam o uso de meios vindos de uma tradição de conhecimentos, saberes táticos estratégicos, e o enquadramento dos combatentes numa instituição ostensivamente organizada. O combate travado nesse tipo de guerra é altamente codificado no sentido temporal, tem um começo das hostilidades e um ponto final (a declaração de guerra e o seu fim); seletivo com respeito aos participantes (a diferença entre civis e militares) e às formas de participação (quais mortes são crime de guerra e quais não). Na beligerância estadual, as Forças Armadas que representam os atores políticos no conflito, portanto, podiam definir os meios de acordo com as leis de guerra, mas não o seu próprio inimigo nem o grau de inimizade subjacente.

Contra esse tipo de regularidade e legalidade se constrói a experiência francesa da "guerra moderna" começada com o *maquis* da Segunda Guerra Mundial e continuada na Indochina, para desembocar na Argélia. Ao longo desse percurso, a guerra perdeu o momento da declaração assim como os participantes perderam suas marcas distintivas, sem que isso significasse o desaparecimento do contexto da guerra regular. Essa última foi situada dentro de um conjunto de práticas e degraus em que ela não representa mais o parâmetro da normalidade, mas só uma das possíveis encarnações do conflito. Essa guerra moderna, sem invasão do território inimigo, sem movimentos de tropas indicando a agressão, se propagava através da guerra psicológica, em que a propaganda recrutava os futuros combatentes na própria sociedade sob ataque e se tornava no momento do próprio combate. Como o inimigo não podia ser visto nem previsto, a guerra se tornava essencialmente uma busca do inimigo e de informações sobre o ele, enquanto que ele se escondia e se reproduzia no seio da população, de forma a torná-la alternativamente o território da batalha, o soldado irregular e a arma. A experiência da Argélia, momento de codificação e teste da guerra moderna, representou o colocar em funcionamento da lei do Estado de Emergência, como substitutivo do Estado de Guerra, que regulava o contexto desregulando a lei do tempo de paz. A discricionariedade permitiu que as Forças Armadas francesas experimentassem práticas provenientes de outros contextos, desembocando na produção e incorporação de saberes técnicos-militar, estratégicos e burocráticos, em que a irregularidade se tornava normalizada.

Como disse, a nova doutrina de guerra não desfez nem substituiu completamente a narrativa da guerra entre Estados ou grupos de Estados, o que significou a não problematização do conceito de Estado-Nação vigente, sobre a qual ela se apoia, e que remete ao campo da geopolítica. Saber controverso que encontra a sua razão na busca de leis que possam prever as mudanças nas relações de força entre Estados, ela naturaliza esses últimos como elementos

unitários e, originariamente, orgânicos, cujos comportamentos poderiam ser baseados nas leis da evolução darwinianas. Mesmo depois do "desvio" do nazismo, a naturalização do conceito de nação permaneceu intacta. Especialmente no Brasil, a Geopolítica continua sendo uma forma de pensar e narrar a Nação como unidade no seu caminho para o reconhecimento no contexto mundial dos Estados-Nações.

A produção da ESG que põe no centro da segurança a Nação mútua do percurso geopolítico, não somente o contexto mundial, mas também a sua representação. Elemento anímico do povo brasileiro, ela se caracteriza por ser algo mais do que a soma dos indivíduos que a compõem e dos acontecimentos que a formaram, situando-se acima de qualquer grupo ou reivindicação social. Identificando o Estado como encarnação jurídica dela, a sua função se caracteriza pela execução dos objetivos que dela procedem. Fica claro que, se do lado internacional o Estado-Nação orgânico existe uma individualidade e um espaço para manifestá-la junto com outros semelhantes, dentro do mesmo não existe nenhum espaço de encontro das diferentes partes que compõem a sociedade e que a sociedade mesma, em última análise, não é nada mais do que uma mera etapa de uma evolução que termina na formação da Nação.

Estabelecendo que a Nação, por manifestar a essência do povo, detém o monopólio das instâncias políticas a serem executadas pelo Estado, qualquer outro projeto, protesto, pedido, não somente não tem um espaço onde ser apresentada, mas representa também uma oposição à consecução dos Objetivos Nacionais como desejos da mesma coletividade. A oposição aos desejos da coletividade pode se converter somente numa inimizade de tipo absoluto, desde que ameace a sobrevivência anímica da coletividade.

Qualquer espaço em que as relações sociais ou econômicas possam se tornar conflituosas, ou facilitar o surgimento de pautas individuais, é convertido em "espaço" estratégico de guerra; assim como qualquer manifestação do individualismo se torna uma falha no processo de socialização em que a subjetividade da "pessoa humana" é produzida através da inserção no coletivo. A produção da ESG pré-golpe tece, assim, uma narrativa de insegurança e de emergência preocupada com prender e organizar na sua tela todos os elementos e as relações possíveis da realidade em que o inimigo se poderia manifestar, estabelecendo-os assim como campos de ação da segurança nacional.

A subjetividade do inimigo interno na doutrina esguiana se forma e re-forma, portanto, no cruzamento entre o discurso sobre o Estado Nacional como forma orgânica e sujeito do Direito Internacional, Direito esse que nunca pode ser suspendido, e a narrativa da guerra moderna combatida através da engenharia da guerra psicológica.

A subjetividade do inimigo interno, por ter seu berço na irregularidade, tem a marca também da exceção. Desde o começo, o corpo do *partisan*, por ser elemento fora do sistema normativo vigente, se encontra à completa discrição dos seus captores, os quais têm poder de decidir tanto da sua morte, assim como da sua não morte. Esse marco de excepcionalidade do *partisan* é levado através da experiência argelina, onde ainda conservava a marca da "indigenidade"[204], para o contexto brasileiro onde perde qualquer elemento de reconhecimento externo, precisando ser redefinida através do desvelamento constante das atitudes e dos pensamentos. Tal desvelamento da verdade tem que ser organizado através da busca das informações que se tornam a única forma de manter a guerra em andamento, a única forma da guerra. Subjetividade movediça, instável, em contínua formação, no contexto brasileiro, ela é a

[204] Para a "indigenidade" como marca do corpo de exceção argelino, ver: Barkat, 2005.

“fronteira ideológica” levada até ao paradoxo da inconsciência na máxima dos “comunistas” que não sabem como ser, nem escolheram ser comunistas.

Tornando todos os espaços, até os espaços da mente, em espaços estratégicos, a segurança se dá no monitoramento constante e cada vez mais capilar, possível somente através de medidas burocráticas e de uma governamentalidade discricionária. Entramos aqui, portanto, no espaço relativo às Forças Armadas e ao papel que se reservam no panorama da segurança nacional. Se os militares franceses chegaram a normalizar uma guerra de busca e codificação do inimigo, se apropriando de uma prerrogativa da política na guerra regular, eles se mantiveram constantes na identificação de si mesmos com a pátria francesa, assim que, no momento em que o Governo francês desconheceu seu operado, reconhecendo a Argélia como outro de si, o fenômeno do OAS demonstrou o desconhecimento que uma parte dos militares aplicava à classe de Governo, avocando para si mesmos uma Nação que precisava de ser resgatada. Esta mensagem de resgate da pátria, própria da geração que codificou a guerra moderna, encontra uma tendência que as Forças Armadas brasileiras já vinham cultivando desde sempre.

Como Nunn apontou, o profissionalismo militar no Brasil foi um caminho até ao militarismo profissional. A necessidade de uma melhor condição para o exército em termos de armamentos, treinos, estruturas, etc. sempre teve a ver com formular projetos que desembocavam no condicionamento da política civil. Para que um projeto profissionalizante se desse, a corporação precisava se construir como sujeito unitário em frente a um Governo que a reconhecesse como força e estivesse disposto a orientar o desenvolvimento econômico e social para tal necessidades.

Durante os primeiros 30 anos do século XX, as FFAA interagiram com a política e, através dessa interação, se constituíram simbolicamente e estruturalmente. Desde a declaração da

República, se colocaram em oposição aos *bacharéis,* passando pela tomada de consciência de ser a "escola da nação", tanto no sentido prático como figurativo. Através da conscrição e recrutamento, atuaram como uma das pouquíssimas formas de educação centralizada popular, recolhendo nas suas malhas todas as camadas sociais, especialmente as mais populares, construindo uma autoimagem de representatividade nacional. Realizar que era dentro das malhas do Exército que essas camadas aprendiam a ler e escrever dava um sentido muito prático à ideia de atuar como *escola da nação* e fazia com que fosse impossível não se preocupar com o tipo de sociedade em que a instituição se insertava.

As Revoltas Tenentistas dos anos 20 demonstram o compromisso que os tenentes tinham para com a Nação, o Estado e a sociedade; porém, como afirma Nunn, não do ponto de vista "humanitário" (os tenentes não se rebelaram em nome da condição misérrima dos civis no campo ou nas cidades, nem todos eles desenvolveram empatia com respeito àquilo que descobriram durante a marcha da coluna) mas do ponto de vista das falhas no Governo e nas políticas com respeito à Nação: "A country is as good as its army"(Ramos, 1920, apud Nunn, 1972; 46), mas podia também ser que o Brasil não fosse tão bom como os tenentes queriam que fosse e isso ia prejudicar o próprio Exército. O compromisso com a realidade brasileira face a uma elite civil incompetente (que o fosse ou não, não é aqui o ponto da questão) leva a política para dentro do Exército, o que quer dizer desordem e insubordinação dentro da própria corporação. O profissionalismo dentro da ordem da República velha não era viável; daí o projeto de Góes Monteiro de fazer a política do Exército e não a política dentro do Exército, o que tem esse sentido de inversão da rota tomada até aquele momento. É sempre bom lembrar que a geração "vitoriosa" da revolução de trinta, em si mesma, foi uma insubordinação da ordem hierárquica dentro da própria instituição. Durante o período do Governo Vargas, até 1945, as políticas de industrialização e a organização corporativista, pensada e atuada de mão

dada com o Exército, fizeram com que a corporação se consolidasse enquanto que a remoção da política de dentro das FFAA se acompanhava da mesma remoção dentro da sociedade, e a participação da instituição dentro da burocracia estadual se estabilizava.

A construção da própria profissionalização por parte do Exército foi, portanto, um caminho de mão dada com a política: política dentro das Forças Armadas, fora das Forças Armada, a política das Forças Armadas. Em que se diferencia então o projeto de Góes Monteiro do projeto de Segurança Nacional da ESG com respeito à relação entre política e Forças Armadas?

O projeto de Góes Monteiro e Getúlio Vargas partia do pressuposto de que o que era bom para as Forças Armadas era bom para o Brasil e vice-versa. Nele a corporação representava uma das partes e como tal levava seus interesses na frente do poder político, mesmo que ele fosse um poder político que a corporação tinha ajudado a criar.

Diversamente, o projeto da Doutrina de Segurança Nacional foi um projeto político, maturado dentro das próprias FFAA, em cuja premissas, fornecidas pelo contexto da Guerra Fria, se implicava o reposicionamento da instituição dentro do Estado. Levar em frente tal projeto significava não somente ocupar o espaço simbólico da Nação, mas também o próprio espaço político no Estado, mudando-o radicalmente. A doutrina política da Segurança Nacional, instituindo uma narrativa de estado de guerra sem declaração e potencialmente permanente, trocou a política pela estratégia, os fins com os meios da guerra, e a sociedade pela Nação, como base do Estado e da sua atuação. A criação da Escola Superior de Guerra como instituto de ensino militar para civis e militares era já em si mesma uma prova do diferente papel que a instituição pretendia jogar; mais ainda, estabelecer um espaço de produção de saberes específicos e de métodos alternativos para a própria segurança pode ser considerado já em si atuação da Doutrina de Segurança.

Se durante os anos 30 a reforma do Exército tinha como finalidade fechar o Exército à sociedade e abrir a sociedade ao Exército, no sentido de fazer com que as FFAA pudessem recrutar em todas as camadas sociais e pudesse restituir à sociedade um número maior de indivíduos socializados dentro da corporação, a ESG e a Doutrina de Segurança Nacional significaram outra forma de abrir a sociedade para as FFAA. Significou revisar a forma de se fazer política, instituindo uma realidade de insegurança permanente que mudasse o conceito de sociedade.

À guisa de despedida

O foco desse trabalho não é nem nunca foi estabelecer quando se deram determinados contatos entre a doutrina francesa da guerra moderna e o contexto militar brasileiro, nem estabelecer quem e onde se propiciou tal encontro. A este respeito, um excelente trabalho sobre a educação dos golpistas de 1964 foi feito por João Roberto Martins Filhos, assim como Marie Robin se preocupou com traçar o caminho da doutrina francesa desde a Indochina até à Argentina e, mais em geral, para o Cone Sul, dando nomes e caras aos que tornaram possível essa troca de conhecimentos tão marcante na História da América Latina do século XX. Meu interesse, uma vez estabelecido que estas trocas se deram, foi ver como, do ponto de vista discursivo, foram implementadas. Vidal-Naquet, se referindo à experiência argelina, aponta para o desenvolvimento de saberes organizacionais no seio das FFAA que podiam desembocar numa política de governo, mas que no contexto francês não amadureceram até este ponto. Pode se dizer que amadureceram no Cone Sul, mas em cada país com tônicas diferentes dependendo das condições sociais, econômicas e históricas dos grupos sociais envolvidos e, claramente, das diferenças entre as Forças Armadas. Então, no momento da apropriação de

uma doutrina militar e de uma matéria como a Geopolítica, como tudo consegue fazer sentido na prova da realidade? Porque a doutrina francesa, por muito que fosse generalizada, provinha de uma experiência colonial que para um público de ex-colonizados podia não ser imediatamente aceitável, assim como a Geopolítica guardava as marcas da experiência do nazismo que precisavam ser lavadas de alguma maneira: nada disso podia ser comprado sem questionamento nem sem adaptação. A adaptação à realidade cotidiana prevê retirar conceitos, modificar outros, mudar os nomes e, às vezes, as coisas apontadas através desses nomes. Eventualmente, se der certo, tentar olhar para essas pequenas mudanças pode ajudar a ver o que permaneceu no presente da Doutrina de Segurança Nacional, porque de tudo fica um pouco, escondido talvez, ou sob outro nome ou mais provavelmente num automatismo político que até àquele momento permaneceu inquestionado.

Entre os muitos discursos que tecem o Estado de Segurança Nacional, um elemento apareceu no seu desaparecimento: o corpo. Onde está esse corpo que é carne e ao mesmo tempo construção narrativa? Onde está o corpo do inimigo, elemento tão central na tortura e no desaparecimento como técnicas de uma guerra política do governo pós-64? Na narrativa de Segurança Nacional da ESG pré-64, o indivíduo se forma somente no coletivo e o corpo do inimigo desaparece. A própria caraterística do disfarce tira a marca na inimizade do corpo: todos podemos ser inimigos desde fora, não existe forma de caracterizá-lo. Ao meu ver, esta ausência do corpo do inimigo na formulação da doutrina é uma premissa pela sua maciça presença no mecanismo de busca da "verdade", organizado e implementado a partir do Estado, durante a ditadura de 64: a tortura no corpo do inimigo como forma de encontrá-lo e reconhecê-lo é a produção do mesmo, é o signo da inimizade. Durante a ditadura, o momento da construção do corpo do inimigo, do seu aparecer, é o momento da tortura, onde a carne se torna campo de batalha num estado de exceção tornado normalidade política.

Na falta de construção do corpo do inimigo (na verdade, na construção de uma narrativa da ausência do corpo do inimigo) e na construção de uma individualidade possível somente no coletivo, a doutrina esguiana tece pacientemente outro corpo: o corpo nacional. Esse último é o corpo cuja vida tem que ser protegida a qualquer custo, é carne que pode se tornar doente, que precisa de cuidado, é o indivíduo sujeito à legislação internacional que não pode ser suspendida, é o elemento vivo e central no pensamento da segurança. Esse último é o corpo, a carne, o sujeito e o indivíduo a ser preservado, assegurado.

Essa dicotomia, corpo do inimigo-corpo da Nação é um dos elementos que podem e devem ser explorado no futuro, olhando tanto para os dispositivos discursivos e de poder construídos através da ESG, assim como para os dispositivos discursivos e de poder ligados aos "porões" da ditadura, onde a carne e seu sofrimento se tornam o campo de batalha.

Esta pesquisa, infelizmente, não é nem podia ser uma análise exaustiva dessa última pista, assim como de todo o material que pode ser encontrado dentro dos arquivos da Escola Superior de Guerra. Ela quer ser simplesmente um dedo apontado para um lugar onde determinados discursos foram produzidos e testados, antes do Golpe e nos seguintes anos. Ela nasceu se preocupando com a pergunta: como foi possível criar um sentido para isso? O seguinte passo sobre como foram implementadas essas narrativas ao nível do Governo e o que eventualmente permaneceu delas até depois do fim da ditadura são outros caminhos que ficam para ser trilhados no futuro.

BIBLIOGRAFIA

Agamben, G. (2005) *Homo sacer: Il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi

Agamben, G. (2003) *Stato di eccezione*. Torino: Bollati Boringhieri.

Alvear, A. (2008) O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. *Militares e Política*, 2.

Alves Ferraz, F.C. (1997) *A Sombra Dos Carvalhos: Escola Superior De Guerra E Politica No Brasil, 1948-1955*. Londrina: UEL.

Anderson, N. (2006) *Imaginated Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

Arruda A. (1980) *ESG: História da sua Doutrina.* São Paulo: GRD.

Barkat S.M. (2005) *Le Corps d'exeception. Les artifices de puvoir colonial et la destruction de la vie*. Paris: Éditions Amsterdam.

Bellintani, A. (2009) *O Exército brasileiro e a missão militar francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)* [Thesis]. Brasília: Universidade de Brasília.

Berndtsson, J. (2009) *The Privatisation of Security and State Control of Force: Changes, Challenges and the Case of Iraq* [Thesis] Gothenburg: University of Gothenburg.

Bretas, M.L. (2008) O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. *Militares e Política*, 2.

Campos Coelho, E. (2000) Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: *Record.*

Carvalho, J.M. (1982) "Forças Armadas e política, 1930-1945". In L.Reiner, M.Montenegro da Cruz, M.R. Baptista Dutra & M.R. Magalhães (eds) *A Revolução de 30: semin*ário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília: Universidade de Brasília, pp.107-188.

Carvalho, J.M. (2005) *Forças Armadas e Politicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

Castro, C. (1990) *O espírito militar: Um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Zahar.

Castro, C. (1990) *O espírito militar: Um estudo de antropologia social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar.

Castro, C. (1995) *Os Militares e a República: Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Castro, C. (2002) *A invenção do Exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Zahar.

Castro, C. (2007) *Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição* total. *Militares e Política*, 1.

Castro, C. (2012) *Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV.

Castro, C., Hendrik, K. & Vitor, H. (2004) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV.

Child, J. (1979) Geopolitical thinking in Latin America. *Latin American Research Review*, 14(2), pp.89-111.

Comblin, J. (1977) *La doctrina de la seguridad nacional*. Madrid: Iepala.

Comblin, J. (1979) "La doctrina de la seguridad nacional". In *Dos ensayos sobre seguridad nacional.* Santiago de Chile: Arzobispado de Santiago, pp.9-189.

Cordeiro de Farias, O. (1991) Razões que levaram o governoa pensar na roganização da Escola Superior de Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, 7(20), pp.81-93.

Costa Aderaldo, V.M. (1978) *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programa* [Thesis] Rio de Janeiro: IUPERJ.

Costa W.M. (1992) *Geografia política e Geopolítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Coutau-Begarie, H. (2006) *Critique de la géopolitique. Strategic Impact*, 2, pp.16-23.

D'Araujo, M.C. (ed) (1999) *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ / Fundação Getúlio Vargas.

Dodds. K. (2014) *Geopolitics: a very short introduction*. Oxford: University Press.

Dreifuss, R. (1981) *1964, A conquista do estado: Ação política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes.

Dreifuss, R. & Dulci, O. (2008) "As forças armadas e a política". In B.Sorj & M.Almeida (eds) *Sociedade política no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp.132-181.

Ferreira, R.M. (2005) *Organização e poder: Análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo: Annablume.

Ferreira, J. & Delgado, L. (eds) (2008) O *Brasil republicano*: o *tempo* da *experiência democrática* da *democratização* de *1945* ao *golpe civil-militar* de *1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*

Foucault, M. (2005) *Sicurezza, territorio, popolazione*. Milano: Feltrinelli.

Foucault, M. (2013) *L'archeologia del sapere: una metodologia per la storia dela cultura*. Milano: Rizzoli.

Galula, D. (1964) *Counter-Insurgency warfare: Theory and practice*. New York: Frederick A. Praeger.

Gilman, N. (2003) *Mandarins of the Future: Modernization theory in the cold war America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Goffman, E. (1961) *Asylums: Essays on the Condition of the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. New York: Anchor Books.

Greene, J.C. (1981) *Science Ideology and World View: Essays in the Hisotry of Evolutionary Ideas*. Berkeley: University of California Press.

Gurgel, J.A. (1975) *Segurança e Democracia: Uma reflexão política*. Rio de Janeiro: José Olimpo.

Haffner, J.A. (2002) *A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Harmer, T. (2013) Fractious Allies: Chile, the United States, and the Cold War, 1973-1976. *Diplomatic History*, 37(1), pp.109-143.

Harmer, T. (2014) "The Cold War in Latin America". In A.Kalinovsky & C.Daigle (eds) *The Routledge Handbook of the Cold War.* New York: Routledge.

Haushofer, K. (1998) "Why Geopolitik?". In G.Ó.Tuathail, S.Dalby & P.Routledge (eds) *The Geopolitics Reader*. London: Routledge, pp.33-35.

Hawkins, M. (1997) *Social Darwinism in European and American thought, 1860-1945*. Cambridge: Cambridge University Press.

Heffernan, M. (2000) "*Fin de siècle*, *fin du monde*? On the *origins of European geopolitics*, *1890–1920*". In K.Dodds & D. Atkinson (eds) *Geopolitical Traditions: A Century of Geopolotical Thought*. London: Routledge, pp.27-52.

Hull I.V. (2004) *Absolute Destruction: Military culture and the practice of War in Imperial Germany.* Ithaca: Cornell University Press.

Kennan G.F. (1947) The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs,* 25(4), pp.566–582.

Kunhavalik, J.P. (2009) *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960* [Thesis]. Florianopolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Le Breton, D. (2011) *A sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Vozes.

Leffler, M.P. (1984) The american conception of national security and the beginning of the cold war, 1945-1948. *The American HIstorical Review*, 89(2), pp.346-381.

Leslie, H.W. (1991) "Metaphor, Discours and the Military in South America". In B.J.Trevor & D.S.James (eds) Writing Worlds: *Discourse*, *Text and Metaphor in the Representation of Landscape.* London: Routledge

Lovejoy, A.O. (1948) *Essays in the history of ideas*. Baltimore: Johns Hopkins Press.

Mares D.R. (2008) "The National Security State". In T.H. Holloway (ed) *A Companion to Latin American History*. Oxford: Blackwell, pp.386-405.

Martins Filho, J.R. (2008) A influência doutrinaria francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(67), pp.39-50.

Minkkinen, P. (2016) "The Container and the Septic Tank: Statism, Life, and Geopolitics of Territoriality". In J.Petman (ed) *Finnish Yearbook of International Law*. Oxford: Hart Publishing, pp.389-409.

Miyamoto, S. (1981) Os *estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação*. *Perspectiva*, 4, pp.75-92.

Miyamoto, S. (1987) Escola Superior de Guerra: mito e realidade. *Revista Política e Estratégia*, 5(1), pp.76-97.

Miyamoto, S. (1995) *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus.

Nabuco, R. (2009) Entre doutrina e política: a Missão Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). *Militares e Política*, 5.

Neocleous. M. (2008) *Critique of Security.* Edinburgh: Edinburgh University Press.

Nunn, F.M. (1972) Military Professionalism and Professional Militarism in Brazil, 1870-1970: Historical Perspective and Political Implication. *Journal of Latin American Studies*, 4(1), pp.29-54.

Patto Sá Motta, R. (2000) Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no brasil (1917-1964) [Thesis]. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo.

Prado, M.E. (2008) Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. *Historia Actual*

Online, 15, pp.19-27.

Puglia, D.B. (2006) *ADESG*: *Elites locais civis* e *projeto político* [Thesis]. São Paulo: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Reid, J. (2003) Foucault on Clauserwitz: Conceptualizing the Relationship between War and Power. *Alternatives,* 28(1), pp.1-28.

Revel, J. (2005) *Foucault: Conceitos Essenciais*. São Carlos: Claraluz.

Revel, J. (2014) *Tra politica ed etica: la questione della soggettivazione* [Online]. Euronomade, 03/11/2011. http://www.euronomade.info/?p=3572 [Accessed 25/07/2015].

Robin, M.M. (2014) *Escuadrones de la muerte: La escuela francesa*. Buenos Aires: Campana de Palo.

Rouquié, A. (1980) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

Santos, F.N. (2009) Autoritarismo e Militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930. *ANPUH: XXV Simpósio Nacional de História*. http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1323.pdf [Accessed 30/03/2017].

Sardenberg, I. (1987) Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, 1(8), pp.9-19.

Shervin, M.J. (2016) "The atomic bomb and the origins of the Cold War". In M.P.Leffler & D.S.Painter (eds) *Origins of the Cold War: An International History*. New York: Routledge, pp.58-72.

Silva, G. (1981) *Conjuntura Nacional: o Poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Skidmore, T.E. (2010) *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schmitt, C. (2009) *O conceito de político/teoria do partisan*. Belo Horizonte: Editora del Rey.

Sodré, N.W. (1978) A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir.

Sodré, N.W. (1979) *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Stepan, A. (1975) *Os Militares na Política: as Mudanças de Padrões na Vida Brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.

Steven R. David (1991) Explaining Thrid Wolrd Alignment". *Wolrd Politics*, Vol. 43, No. 2 (Jan 1991) pp.233-256.

Stoddart, D.R. (1966) Darwin's Impact on Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 56 (4), pp.683-698.

Távora, J. (1976) *Uma Vida e muitas lutas: Memorias, A Caminhada no Altiplano*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Tuathail, G.Ó., Dalby, S. & Routledge, P. (eds) (1998) *The Geopolitics Reader*. London: Routledge,

Tunander, O. (2001) Swedish-German geopolitics for a new century: Rudolf Kjellén's 'The State as a Living Organism'. *Review of international Studies*, 27(3), pp.451-463.

Vidal-Naquet, P. (2012) *Lo stato di tortura: la guerra d'Algeria e la crisi della democrazia francese*. Milano: Res Gestae.

Documentos Citados da Escola de Superior de Guerra, Rio de janeiro.

Altenfelders, M. (1966) *Desajustamento da Família Brasileira e o Problema do Menor.* TT-46-66.

Arruda de, A., Camarinha Do Nascimento, J., Moraes Rego Costa, J. (1964) *Aspéctos Psico-Social da Segurança Nacional.* ESG, ER-08-64.

Barrafatto, L. (1956) *Colonialismo e Nacionalismo* TT-63-56.

Candal Fonseca, A.D. (1962) *Causas e efeitos da infiltração comunista no Brasil.* TT-26-62.

Coe de Oliveira, N. (1954) *Infiltração comunista na sociedade brasileira.* TT-N/A-54.

Costa, H. M. (1963) *Apreciar, em suas linhas gerais, os aspectos objetivos do campo Psico-Social (População, saúde, educação e cultura, trabalho, assistência e previdência social), ressaltando as suas vulnerabilidades e os possíveis reflexos na Segurança Nacional.* ESG, TT-21-63.

Cunha Garcia da, J. H. (1961) *A infiltração comunista e suas repercussões no campo psico-social brasileiro.* ESG, TT-34-61

Fragoso, A. (1959) *Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária.* C-85-59.

Freire Basilio de Sá, C. (1960) *Aspectos doutrinários contemporâneos e a segurança Nacional no campo psico-social.* C-19-60.

Gregory, F. A. (1967) *Família e Segurança Nacional.* ESG, TT-67

Gross, J.C.(1959) *A guerra revolucionária* T-64-59.

Lyra Tavares de, A. (1961) *A guerra revolucionária e a conjuntura brasileira.* ESG, C-30-61.

Mendoça Uchôa A. M. (1960) *Educação Fisica. Educação Moral e Civica.* ESG, T-30-60

Autor Desconhecido (1954) *O fator demográfico.* N/A

Autor Desconhecido (1957) *Atividades Clandestinas –guerrilha-* P-28-57.

Primo Paz di, H. (1965) *Família e Segurança Nacional*. ESG, TT-57-65.

Pula de Azevedo Pondé de, F. (1967) *O homem brasileiro e a segurança nacional.* TT-28-67.

Sampaio, J. (1962) *Analisar o problema da infiltração comunista no Brasil* . TT-63-62.